



Universidade Católica Dom Bosco  
Instituição Salesiana de Educação Superior

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 7 N. 12 Março 2006



# Universidade Católica Dom Bosco

**Reitor**  
Pe. José Marinoni  
**Pró-Reitor Acadêmico**  
Pe. Jair Marques de Araújo

**Editora UCDB**  
Av. Tamararé, 6000 - Jardim Seminário  
79117-900 Campo Grande-MS  
Fone/Fax: (67) 3312-3373  
e-mail: editora@ucdb.br      www.ucdb.br/editora

## INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

### Conselho de Redação

Aparecido Francisco dos Reis  
Cleonice Alexandre Le Bourle!gat  
Eduardo José de Arruda  
Olivier Francois Vilpoux

### Editor Responsável

Aparecido Francisco dos Reis

### Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

### Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

### Abstracts

Os próprios autores

### Resúmenes

Mari Neli Dória

### Resumé

Olivier Francois Vilpoux

### Revisão de Texto

Os próprios autores

### Capa

Projeto: Marcelo Marinho  
Foto: Rosângela Carla de Oliveira Müller  
"Nossa Senhora do Pantanal", criada no Projeto  
Massa Barro, Corumbá-MS

**Tiragem:** 1.000 exemplares

**Distribuição:** Bibliotecas universitárias

## Conselho Editorial

Adyr Balastri Rodrigues (USP)  
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)  
Alicia Rivero (SERCAL)  
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)  
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)  
Cezar Augusto Benevides (UFMS)  
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)  
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)  
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)  
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)  
Everson Alves Miranda (UNICAMP)  
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)  
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)  
Leila Christina Dias (UFSC)  
Marcel Bursztyn (UNB)  
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)  
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)  
Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)  
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)  
Marília Luiza Peluso (UNB)  
Mário César Leite (UFMT)  
Marisa Bittar (UFSCar)  
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCG)  
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)  
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)  
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)  
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)  
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)  
Rosa Esther Rossini (USP)  
Sérgio Granemann (UCB)  
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

## Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)  
Nilo Odália (*in memoriam*)

---

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,  
n. 12 (Março 2006). Campo Grande: UCDB, 2006.

196 p. V. 7

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

---

Cecília Luna  
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

### Indexada em:

**Latindex**, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal  
(www.latindex.org)

**GeoDados**, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá  
(www.dge.uem.br/geodados)

**Dursi**, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya  
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval\_rec\_sist\_siar\_economia\_multidisciplinar.htm)

**Clase**, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades  
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

**IAIPK**, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano  
(http://www.iai.spk-berlin.de)

## Editorial

---

A partir deste número, *Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, visando a ampliação do debate sobre o desenvolvimento local, publica textos originais em francês e inglês. A língua francesa é valorizada aqui em função do significativo envolvimento das comunidades acadêmicas de países como França e Canadá com a temática da revista. De outro lado, sabe-se que a universalização da discussão da temática central do periódico não pode desconsiderar o imenso público de língua inglesa, abrindo assim, o seu conteúdo para a aldeia global.

Nesse sentido, *Interações* publica o artigo do pesquisador holandês de A. H. J. Bert Helmsing, *Innovative local and regional economic development initiatives in Latin America: a review*. Neste, o autor faz uma análise sobre As políticas de desenvolvimento local e regional (DEL) nos últimos 15 anos na América Latina.

Os trabalhos sobre *Fatores locais e estruturais na dinâmica setorial dos municípios lindeiros ao lago das hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu* de Jandir Ferreira Lima e outros autores e *Contas sociais alfa (cs<sup>o</sup>) – Uma metodologia de cálculo ascendente para a configuração macro-estrutural de economias locais* de Francisco Costa, discutem as relações entre o desenvolvimento, os métodos econômicos e o papel da energia na configuração das comunidades locais. De Portugal, há a contribuição de Francisco Diniz com o texto a respeito da integração local de comunidades rurais. Aqui mesmo, no local, Campo Grande, Roel e Caldas escrevem sobre as perspectivas de desenvolvimento local com pequenos produtores de leite do Município.

Nos textos seguintes, *Biorregionalismo: desenvolvimento rural respeitando as diferenças*; *O resgate da identidade cultural: Meio para uma sustentabilidade local*; *Enlaces entre cultura e turismo: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do estado na área da cul-*

*tura (Bahia - 1995-2002)* e *O consumo e as estratégias de caça utilizadas pelas populações tradicionais da reserva extrativista Chico Mendes*, há excelentes discussões sobre o papel da cultura e das possibilidades do aproveitamento dos conhecimentos e saberes como meios para afirmação das identidades locais e do aproveitamento sustentável dos recursos naturais em diversas regiões do Brasil.

A água, as cidades e as perspectivas de desenvolvimento sustentável local, são temas dos artigos: *Estrategias de desarrollo local en el espacio hortícola de General Daniel Cerri, Bahía Blanca, Argentina*; *Hortas Comunitárias de Teresina na perspectiva do desenvolvimento local sustentável*; *As concepções da escassez de recursos hídricos no Brasil e no mundo: a saída é a cobrança?*; *¿Son gobernables las metrópolis? Nuevo paradigma social y Las “luchas” sociales por los servicios en México como una redefinición del espacio político* e *Le périurbain face au déficit de l'intégration sociale*. Estes trabalhos trazem uma contribuição para quem pensa o desenvolvimento local no contexto das transformações e das crises atuais sobre a água, alimentação e a vivência no espaço das grandes metrópoles ou ao seu entorno.

Por fim, na seção relatos, *Interações* fecha esta edição com o texto *Co-operation and conflict between firms, communities, new social movements and the role of government the Cerro de San Pedro case*. No texto o autor faz um relato das relações de cooperação e conflito entre uma companhia de mineração e as comunidades envolvidas, os novos movimentos sociais e os três níveis de Governo.

Segundo Hernández, A companhia de mineração iniciou suas operações a partir de uma mina a céu aberto de ouro e prático apoiado por autoridades dos Governos local, estadual e federal. Os habitantes dessas comunidades, apoiados por grupos ambientais e ONG argumentam que o projeto vai poluir os recursos naturais de água

além de ameaçar o meio ambiente e a ecologia da região.

Assim, Interações confirma sua missão de divulgação e debate do desenvolvimento local em escala internacional, apresenta, neste número, trabalhos de diferentes países como

Holanda, Canadá, México, Argentina, Portugal e França, além, de textos de autores brasileiros oriundos do Acre, Paraíba, Piauí, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Espero que todos possam aproveitar o seu conteúdo.

Boa leitura.

**Aparecido Francisco dos Reis** - Editor

# Sumário

## Artigos

<b>Innovative local and regional economic development initiatives in Latin America: a review</b> .....	9
Iniciativas inovativas de desenvolvimento local e regional na América-Latina: revisão .....	9
<b>Initiative de développement local e régional em Amérique-Latine: révision</b> .....	9
Iniciativas innovadoras de desarrollo local y regional en América Latina: revisión .....	9
HELMSING, A.H.J.B.	
<b>Fatores locais e estruturais na dinâmica setorial dos municípios lindeiros ao lago das hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu</b> .....	25
Local and structural factors in the local dynamics of the municipal districts of Salto Caxias and Itaipu regions, in the Southwest and West of Paraná's State .....	25
<b>Facteurs locaux et structurels dans la dynamique sectorielle des villes de Salto Caxias et Itaipu, au Sud-ouest et ouest de l'État du Paraná</b> .....	25
Factores locales y estructurales en la dinámica sectorial de los municipios linderos al lago de las hidroeléctricas de Salto Caxias e Itaipu .....	25
LIMA, J.F.; ALVES, L.R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C.A.	
<b>Contas sociais alfa (cs<sup>a</sup>) – Uma metodologia de cálculo ascendente para a configuração macro-estrutural de economias locais</b> .....	37
Ascending social accounting (cs <sup>a</sup> ) – A Methodological approach to macro-structural configuration of local economies .....	37
<b>Comptes sociaux alfa (cs<sup>a</sup>) – Une Méthodologie de calcul pour la configuration macro-structurelle des économies locales</b> .....	37
Cuenta sociales alfa (cs <sup>a</sup> ) – Una metodología de cálculo ascendente para la configuración macro estructural de economías locales .....	37
COSTA, F.A.	
<b>A integração local dos agregados familiares de seis pequenas e médias cidades portuguesas sedeadas em meio rural: Resultados de um estudo empírico</b> .....	69
Household local integration in six small and medium Portuguese sized towns rural towns: Results of an empirical study .....	69
<b>L'intégration locale des agrégats familiaux de six petites et moyennes Municipalités portugaises localisées en milieu rural: résultats d'une recherche empirique</b> .....	69
La integración local de los agregados familiares de seis pequeñas y medianas ciudades portuguesas localizadas en medio rural: Resultados de un estudio empírico .....	69
DINIZ, F.	
<b>Perspectivas de desenvolvimento local dos pequenos produtores de leite do município de Campo Grande-MS (ago/2001 - ago/2002)</b> .....	81
Local development perspectives for milk small producers in Campo Grande City, Mato Grosso do Sul State – Brazil (Aug. 2001 - Aug. 2002) .....	81
<b>Perspectives de développement local pour les petits producteurs de lait de la ville de Campo Grande, État du Mato Grosso do Sul – Brésil</b> .....	81
Perspectivas de desarrollo local de los pequeños productores de leche del municipio de Campo Grande-MS (ago/2001 - ago/2002) .....	81
CALDAS, R.R.P.; ROEL, A.R.	
<b>Biorregionalismo: desenvolvimento rural respeitando as diferenças</b> .....	93
Bioregionalism: rural development respecting the differences .....	93
<b>Biorégionalisme: développement rural respectant les différences</b> .....	93
Bioregionalismo: desarrollo rural respetando las diferencias .....	93
BORSATTO, R.S.; OTTMANN, M.M.A.; FONTE, N.N.	
<b>O resgate da identidade cultural: Meio para uma sustentabilidade local</b> .....	101
Restoration of cultural identity: a way for a local sustainability .....	101
<b>Récupération de l'identité culturelle, moyen d'atteindre la sustentabilité au niveau local</b> .....	101
El rescate de la identidad cultural, medio para una sustentación local .....	101
LEME, F.B.M.; TREVIZAN, S.D.P.	

<b>Enlaces entre cultura e turismo: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado na área da cultura (Bahia – 1995-2002)</b> .....	<b>111</b>
Links between culture and tourism: an approach of the conceptions and ways of intervention in the State, in the culture department (Bahia State, Brazil, 1995 – 2002) .....	111
<b><i>Relations entre la culture et le tourisme: une approche sur les concepts e moyens d'intervention de l'État dans le domaine de la culture (État de Bahia, Brésil, 1995-2002)</i></b> .....	<b>111</b>
<i>Enlaces entre cultura y turismo: un enfoque sobre concepciones y modos de intervención del estado en el área de la cultura (Bahía - 1995-2002)</i> .....	111
<b>VIEIRA, M.P.</b>	
<b>O consumo e as estratégias de caça utilizadas pelas populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes</b> .....	<b>121</b>
Consumption and hunting strategies used by traditional populations from the Extractive Reserve “Chico Mendes” .....	121
<b><i>La consommation et les stratégies de chasse utilisées par les populations traditionnelles de la Réserve Extractiviste “Chico Mendes”</i></b> .....	<b>121</b>
<i>El consumo y las estrategias de caza utilizadas por las poblaciones tradicionales de la Reserva Extractivista Chico Mendes</i> .....	121
<b>MEDEIROS, M.F.S.T.; GARCIA, L.</b>	
<b>Estrategias de desarrollo local en el espacio hortícola de General Daniel Cerri, Bahía Blanca, Argentina</b> .....	<b>135</b>
Local development strategies in the horticulture space of General Daniel Cerro, Bahía Blanca, Argentine .....	135
<b><i>Stratégies de développement local dans l'espace horticole de Général Daniel Cerri, Bahía Blanca, Argentine</i></b> .....	<b>135</b>
<i>Estratégias de desenvolvimento local no espaço hortícola de General Daniel Cerri, Bahía Blanca, Argentina</i> .....	135
<b>LORDA, M.A.</b>	
<b>Hortas Comunitárias de Teresina na perspectiva do desenvolvimento local sustentável</b> .....	<b>143</b>
Community garden of Teresine, Piauí State – Brazil, looking for a sustainable local development .....	143
<b><i>Jardins potagers communautaires à Teresine, État du Piauí – Brésil, dans la perspective d'un développement local sustentable</i></b> .....	<b>143</b>
<i>Huertas Comunitarias de Teresina en la perspectiva del desarrollo local sustentable</i> .....	143
<b>MONTEIRO, J.P.R.; MONTEIRO, M.S.L.</b>	
<b>As concepções da escassez de recursos hídricos no Brasil e no mundo: a saída é a cobrança?</b> .....	<b>153</b>
The conceptions of scarcity of water resources in Brazil and all over the World: the solution is in the installation of a paying service? .....	153
<b><i>Les concepts de rareté des ressources hydriques au Brésil et dans le monde: l'installation d'un service payant comme solution ?</i></b> .....	<b>153</b>
<i>Las concepciones de la escasez de recursos hídricos en brasil y en el mundo: ¿la solución es exigir?</i> .....	153
<b>SILVA, J.B., RAMALHO, D.S.; GUERRA, L.D.; VASCONCELOS, C.R.P.</b>	
<b>¿Son gobernables las metrópolis? Nuevo paradigma social y Las “luchas” sociales por los servicios en México como una redefinición del espacio político</b> .....	<b>165</b>
Are the metropolis governable? New social paradigm and the “social fights” for the public services in Mexico as a redefinition of the political space .....	165
<b><i>Les métropoles sont-elles gouvernables ? Nouveau paradigme social et « luttes » sociales pour les services à Mexico comme redéfinition du politique</i></b> .....	<b>165</b>
<i>São governáveis as metrópoles? Novo paradigma social e as “lutas” sociais pelos serviços no México como uma redefinição do espaço político</i> .....	165
<b>ALBA, F.</b>	
<b>Le périurbain face au déficit de l'intégration sociale</b> .....	<b>177</b>
When rurban spaces face social integration challenge .....	177
<b><i>O periurbano frente ao desafio da integração social</i></b> .....	<b>177</b>
<i>El periurbano frente a lo deshizo de la integración social</i> .....	177
<b>BREVARD, L.</b>	
<b>RelatoS: entre a práxis e os conceitos</b>	
<b>Co-operation and conflict between firms, communities, new social movements and the role of government the Cerro de San Pedro case</b> .....	<b>185</b>
Cooperação e conflitos entre empresas, comunidades, novos movimentos sociais e o papel do Governo: o caso de Cerro de San Pedro. ....	185
<b><i>Coopération et conflits entre entreprises, nouveaux mouvements sociaux et le rôle du Gouvernement: la cas de Cerro de San Pedro.</i></b> .....	<b>185</b>
<i>Cooperación y conflictos entre empresas, comunidades, nuevos movimientos sociales y el papel del Gobierno: el caso del Cerro de San Pedro</i> .....	185
<b>VARGAS-HERNÁNDEZ, J.G.</b>	

# Artigos



## Innovative local and regional economic development initiatives in Latin America: a review

Iniciativas inovativas de desenvolvimento local e regional na América-Latina: revisão  
*Initiative de développement local e régional em Amérique-Latine: révision*  
*Iniciativas innovadoras de desarrollo local y regional en América Latina: revisión*

A. H. J. Bert Helmsing\*

Recebido em 09/09/2005; revisado e aprovado em 15/12/2005; aceito em 07/02/2006

**Abstract:** In the past fifteen years local regional development (LRD) policies have changed considerably in focus and content. New actors came to be involved or involved themselves in such policies. Currently, we find ourselves in a third generation of LRD policies. Central tenets of these policies are: i) meso-institutions; ii) interventions focusing on enterprise development, communities and localities; iii) actors and networking; and iv) learning processes. The purpose of this article is to review a series of innovative programmes in order to examine to what extent they share some of these common tenets.

**Key words:** local economic development; local economic governance; local institutions.

**Resumo:** As políticas de desenvolvimento local e regional (DEL) mudaram bastante o enfoque e conteúdo nos últimos 15 anos. Novos atores foram envolvidos ou se envolveram com estas políticas. Atualmente, encontramos uma "terceira geração" de políticas DEL. As características centrais destas políticas são: i) a criação de instituições de nível meso; ii) ações focadas para o desenvolvimento de empresas, de comunidades e de localidades; iii) atores e redes; e, iv) distintos processos de aprendizagem. O propósito deste artigo é revisar uma série de programas inovativos DEL na América Latina para poder estabelecer as características comuns entre eles.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento econômico local; governança do desenvolvimento econômico local; instituições locais.

**Resumen:** Las políticas del desarrollo local y regional cambiaron bastante en enfoque y contenido en los últimos 15 años. Nuevos actores fueron involucrados o se involucracon en estas políticas. Hoy en día nos encontramos en una 'tercera generación' de políticas DEL. Las características centrales de estas políticas son: i) la creación de instituciones del nivel meso; ii) acciones enfocadas hacia del desarrollo de empresas; de comunidades y de las localidades; iii) actores y redes; y, iv) distintos procesos de aprendizaje. El proposito de este articulo es revisar una serie de programas DEL inovativas latinoamericans para poder establecer en que medida comparten estas características.

**Palabras claves:** desarrollo economico local; gobernanza del desarrollo economico local; instituciones locales.

**Résumé:** Les politiques de développement local et regional (DEL) ont beaucoup changé d'objectifs et de contenu dans les quinze dernières années. De nouveaux acteurs ont été impliqués ou se sont impliqués dans ces politiques. Aujourd'hui, nous rencontrons une troisième génération de politiques DEL. Les caractéristiques centrales de ces politiques sont : i) la création d'institutions au niveau méso ; ii) actions focalisées sur le développement des entreprises, des communautés et des localités ; iii) acteurs et réseaux ; iv) procédés d'apprentissage. L'objectif de cet article est la révision d'une série de programmes innovant DEL en Amérique Latine, pour examiner en quelle mesure ils divident ses caractéristiques.

**Mots-clefs :** Développement économique local; gouvernance économique locales; institutions locales.

### Introduction

Regional development policy perspectives have changed considerably in the past 25 years. One can distinguish three generations of theories informing policy practices. The first generation of regional policy emerged in the 50s and 60s. A fundamental point of departure was the fact that economic growth did not occur simultaneously throughout a territory but that it was selective and uneven. The cumulative character of regional growth was generally accepted but debate centred on questions concerning its internal or external origin, its structural permanence and the processes of its reproduction. There were

considerable differences in interpretation as to whether this unevenness would increase or decrease over time. Centre-periphery theories argued that structural factors would reproduce and intensify inequalities. Others were more optimistic and predicted that regional inequalities would decline over time. Regional policies were mostly framed in the optimistic variant and were derived from neo-classical theories of optimal resource allocation. Policies aimed at reducing impediments to mobility and at removing monopolistic elements that would keep prices from competitive level (Maillat, 1998). The national government was the central actor in first generation policies. Through its regulatory powers and through financial

\* Professor of Local & Regional Development - Institute of Social Studies, Kortenaerkade 12 2518 AX, P.O. Box 29776, 2502 LT, Haya (The Hague), Holanda (The Netherlands). Phone: +31 (0)70 4260460. Fax: +31 (0)70 4260799. www.iss.nl (Helmsing@iss.nl).

incentives it could influence the location of firms. The provision of infrastructure was considered an important instrument to stimulate local demand and at the same time overcome regional disadvantage. Regional inequalities were a central issue in theories and policies of regional development. Can regional policies alter such structural patterns and reduce regional inequalities?

In the late 70s and early 80s considerable scepticism emerged about the effectiveness of conventional regional policy instruments, and a debate raged about whether policies were really ineffective or actually never put to a real test in Latin America (Boisier et.al. 1982). A number of authors rejected the predominant paradigm and searched for regional development alternatives. Already in the late seventies, several regional development analysts were looking for alternatives for the then dominant regional development paradigm. Walter Stohr advocated selective spatial closure (Stohr & Fraser Taylor, 1981) and John Friedmann the agropolitan approach (Friedmann & Douglass, 1978). Although there are considerable differences between the two, they have in common the search for *endogenous* development alternatives based on *local* actors, resources and capacities.

Since then the national and international context of regional policy has drastically changed. Shifts in national economic policies, the opening up of national economies and processes of economic restructuring and internationalisation of production during the 1980s, have re-shaped regional economic landscapes. Existing core regions have been seriously affected by restructuring. At the same time new growth regions emerged outside the established core areas, which became known as industrial districts, and which were successfully competing internationally. These experiences gave rise to a new local and regional development alternative and demonstrated the potential strength of endogenous regional industrial development. Flexible specialisation and industrial districts re-defined the frame of reference for regional policies and gave rise to a *second generation* of local regional industrial policies. Research on industrial district in Latin America has

contributed to this generation of policies, notably districts in Brasil and Mexico (cf Schmitz, 1995). Central to these endogenous regional development policies is the notion "to increase the developmental capacities of a region – to challenge international competition and technologies by mobilising or developing its specific resources and its own innovative abilities" (Maillat, 1998, p. 7). An important difference with the first generation policies is that government is not at the centre stage of policy. Instead endogenous development emphasises the roles of inter-firm co-operation, of business associations, of unions, and of government to develop, in interaction with each other, specific skills, resources and 'rules of the game'. Public policy remains important but in a different capacity.

The 1990s brought about substantial re-alignment of the relationships between state and society, which manifested itself in a wave of democratisation and decentralization reforms, notably in Chile, Bolivia, Uruguay, Brasil, Colombia, Mexico and to a lesser extent in Central America. Decentralisation within the public sector gave local and regional governments more room for manoeuvre and at the same time, local governments in view of their own financial and other limitations began to involve other actors (private sector and NGOs). This contributed to create favourable conditions for local and regional development initiatives.

Currently a *third generation* of regional policies is born in practice. These third generation policies are, on the one hand, a response to the further study and evaluation of endogenous regional development and policies. On the other hand, they result from the recognition that globalisation, which deepened in the 90s, makes territorial production systems and not just firms compete with each other. This means that new policies cannot be exclusively local but must take into account the position and the positioning of territorial production systems within a global context. Furthermore, recent experiences tell us that policies cannot be exclusively local or regional, to the point of excluding sectoral and (inter)national policies and contexts. Horizontal co-ordination

among a range of actors needs to be complemented by vertical co-ordination between levels. The third generation policies are premised on the recognition that new policies need not necessarily require more resources but seek to enhance 'system's or systemic rationality' in the use of existing local and extra-local resources and programmes. Third generation policies supersede the opposition between exogenous and endogenous development policies.

Local economic development (LED) may be defined, in this context, as a process in which partnerships between local governments, community-based groups and the private sector are established to manage existing resources, to create jobs and stimulate the economy of a well-defined territory. It emphasises local control, using the potentials of local human, institutional and physical capabilities. Local economic development initiatives mobilise actors, organisations and resources, develop new institutions and local systems through dialogue and strategic actions.

Some 20 years ago, Sergio Boisier questioned the then prevailing regional development paradigm framed by polarized regional growth as a 'theory in search of a practice' in Latin America (Boisier, 1982). When considering the current situation, I would suggest turning this question around: what theory is evolving out of the new practices of local and regional development promotion found in Latin America? A recently published series of studies allow us to begin to answer this question. In mid-90s the UN Commission for Latin America and the Caribbean in association with the German Technical Cooperation Agency (GTZ) commissioned a series of case studies

on decentralization and local economic development. The late Gabriel Aghón directed this project. In total more than 22 reports were published, most of which were case studies reports. The studies are all available on the website of CEPAL. From these I have selected 12 for a meta analysis on the changing practices of local and regional development in Latin America. The case studies span the entire Spanish speaking part of the continent, as they cover regions from the south of Chile to a Mexican states, which shares borders with the USA. In view of the limited space available I will not elaborate in detail on all 12 case studies. The reader is referred to the CEPAL website. In stead I will examine overall trends emerging from these case studies, note commonalities and differences. In this analysis I will focus on the central messages of new LED theory namely the importance of interaction among public and private actors, the creation of new institutions for LED and different processes of learning (Helmsing, 1998, 1999, 2000).

### **Innovative local development practices in Latin America: evidence from case studies**

#### **Introducing the case studies**

The twelve case studies range from small peripheral communities in a mineral mining region/enclave in Chile and rural peripheral regions in Colombia, Chile and in Peru and intermediate regional towns in Chile and Argentina to large metropolitan cities regions such as Cordoba, Argentina, Medellin, and Bucaramanga in Colombia and Guadelajara (Jalisco State) and Chihuahua (Chihuahua State) in Mexico<sup>1</sup>.

**Figure 1.** Overview of case studies

Country	Location of case study	Type of region
Argentina	City of Cordoba in northern Argentina	Metropolitan regional economy
Argentina	City of Rafaela in northern Argentina	Intermediate region with industry and agriculture
Chile	4 municipalities in Araucania in Southern Chile	Predominantly rural agricultural
Chile	Rural local communities in Provincia de Loa, Autofagasta in northern Chile	Copper mining region
Chile	Intermediate city south of Santiago	Intermediate urban economy
Chile	Rural communities in Ranquil, Central South region of Chile	Rural agricultural restructuring
Colombia	City of Medellin in the north western part of Colombia	Second largest metropolitan regional economy
Colombia	City of Bucaramanga in the North Eastern part of Colombia	Intermediate city in a mining region
Colombia	Rural municipality Pensilvania in the north of the Caldas Department	Small town in a diversified agricultural and forestry area
Mexico	Jalisco state in the central-western part of Mexico	Guadalajara metro economy in an underdeveloped regional state
Mexico	Chihuahua state bordering the USA	Border region with a dualistic 'Maquiladora economy'
Peru	Municipality of Ilo in the south-western part of Peru	Peripheral border area

Guillermo Marianacci (2000) reported on the local initiatives undertaken in Cordoba. The new local administration began to develop the local space for 'concertación' on the direction of economic development. The changing national and international economic conditions called for a restructuring of the cities economy. At the same time the MercoSur created new opportunities in terms of a development corridor in which Cordoba could acquire a strategic position. Pablo Costamagna (2000) examined the city of Rafaela, which has been on an historical trajectory of a regional agro- and manufacturing industry centre. 'Apertura' and internationalisation posed new demands on the competitiveness of the regional economy. The author detailed the growth in 'institutional thickness' (Amin & Thift, 1994) in order to strengthen the local capabilities for key economic activities and for LED policy. Osvaldo Bernales (2000) looked at the creation of a network of municipal strategic management teams as a means to increase the local capacity through cooperation and to promote local economic development in Araucania in the South of Chile. The provincia de Loa in Autofagasta

in the North of Chile is a quite different case of a region already firmly established in the international economy as a mineral mining enclave. The mineral exploitation was causing environmental damage and drawing on a scarce resource, water. Both threatened to undermine further the livelihood of local rural people. Jorge Salinas (2000) examined this case, focussing on how the local resource conflict is handled and he outlined the initiatives to improve livelihood of local people. Carlos Muñoz (2000) looked at the case of Rancagua, an intermediate city south of Santiago where successive mayors have stimulated local government to become more entrepreneurial. A city marketing campaign, initially designed for limited objectives of attracting private investment, induces government to deepen the process of change. Private sector concessions are introduced to finance urban renewal. Luis Cáceres and Noelia Figueroa (2000) elaborated a case of rural small scale farming restructuring in Ranquil in the 8<sup>th</sup> region of Bio-Bio in Chile. A local development fund, set up with the assistance of a national agency, becomes a stimulus for convergence on public and private

investment priorities and initiatives. Carlos Londoño (2000) took a new look at the region of Antioquia and the city of Medellín, Colombia. Public-private cooperation in this well known case of regional industrialisation has a much longer tradition than elsewhere. The author documented the initiatives undertaken since the mid-90s. Cesar Vargas and Roberto Prieto (2000) examined the case of the intermediate city of Bucaramanga. The authors reported how the Industrial University of Santander and other universities and research institutes became more involved in the local economy. This increasing role of academic institutions in local development together with increasing public-private dialogue on local competitive advantage led to the emergence of an 'innovative milieu'. Alberto Maldonado (2000) examined the emergence of a new industry of small-scale manufacture of design furniture in the rural municipality of Pensilvania, Caldas, Colombia. A local NGO, which had developed into a local economic development agency played a pivotal role in this rural diversification initiative. Guadajajara is the centre of Jalisco state in Mexico. It is an important industrial centre and has attracted a considerable volume of 'maquila' investment. Clemente Ruiz (2000a) elaborated on the efforts of the new state government to increase the local spin-off of these external investments and at the same time spread new investment geographically to selected municipalities in the state. The second Mexican case, elaborated by the same author, also documented efforts of the new state government of Chihuahua to take a strategic approach to economic development, putting greater emphasis on strengthening local industries and geographically deconcentrating its expansion (Ruiz, 2000a). Finally Maricela Benavides (2000) looked at how an initial narrowly defined and supply driven project on better informal sector regulation broadens out to a broad based local economic development initiative in the municipality of Ilo, Peru.

### Conditions and triggering mechanisms

The overall political and macro economic conditions of the countries

concerned also varied quite considerably. In terms of the political conditions it is important to mention the Chile and Colombia had carried out important decentralization reforms in the early nineties. The processes in these two countries are quite distinct but in both cases contributed to creating new spaces for local regional initiatives. In Mexico the coming into power of opposition parties, which followed the demise of the PRI in national elections, also gave new impulses to regional development. In contrast, Peru in the same period went through a period of mayor political instability. Argentina on the other hand found itself in an intermediate position. There was in this period a relative political stability and no mayor decentralization reforms.

Globalisation and economic restructuring was an important factor triggering new initiatives, but this cannot be said for all cases. Clearly the MercoSur and NAFTA played a role in the cases of Cordoba, Chihuahua and Jalisco. Also in Colombia, policies of 'apertura' induced local actors to examine the consequences and opportunities for their local regional economies (Medellin and Bucaramanga). In other instances, however, the influence of economic restructuring and globalisation is less immediate and evident (Rafaela, Auracania and Ilo). Other particular factors, both positive and negative, can be pinpointed without these being an exclusive cause, such as, disease and pests in agriculture (indigenous wines – Ranquil), local unexploited resource opportunities (Pensilvania) or the negative environmental consequences of mining (Autofagasta).

It is also important to mention that in several instances the local regional development initiatives are characterised by far greater 'continuity with change' than often recognised. Medellín and Bucaramanga experiences have evolved in homegrown endogenous processes that span more than a decade.

### Creation of meso institutions

*One of the key features of 'third generation' regional development policy is the central role of meso-institutions i.e. institutions at the level*

of sector and region (Helmsing, 1999). This comes, partly, in the wake of strategic conceptions of competitiveness (Porter, 1980 and Best, 1990). That is to say, the competitiveness of a firm not only depends on its own efforts to continuously improve methods, processes and products, but also depends on its suppliers and on the local business environment in which it operates. Suppliers can be a source of innovation and the local business environment can help or hinder firms in their efforts. With regard to the latter one may distinguish between 'help or hindrances in the form of physical infrastructures or lack of it (industrial land, ports and transport and logistic terminals, electricity, etc), in human resource development and training and in enterprise support systems. Firms that are located in places well-endowed with specialised infrastructures and institutions

to assist them in their restructuring, may have a decisive edge over firms located in adverse local business environments.

The institutional and infrastructural endowments of the local business environment are created over time through inter-firm cooperation (e.g. with the help of business associations) and through public policy. In order to plan for these, public-private interaction is essential. This has given rise to the creation of a second type of meso-institutions, which facilitate such public-private interaction: institutions for policy and planning (Helmsing, 2001).

What institutions have been created in our case studies on new Latin American LRED policy practices? Figure 2 gives an overview.

Figure 2. Meso-institutions

Case	Institutions for policy and planning	Economic institutions
Cordoba	mixed LED agency (ADEC)	LED agency (ADEC); Incubator
Rafaela	Municipal LED training and research institute (ICEDEL)	Small Enterprise Business Association (CAPIR); technology & Innovation Centre; Enterprise Development Centre
Araucania	informal inter-municipal cooperation	
Medellin, Antioquia	Strategic planning Council (ACTUAR), Competitiveness Council	Employment observatory, Technology Development Centres (4), Regional Guarantee Fund; Social Trade Promoting Agency
Bucaramanga, Santander	Mixed Metropolitan Planning & Economic Development Agency	Enterprise promotion agency (Bucaramanga Emprendedora); Productivity Centres (4); Incubator; Science & Technology Centre (Technopolis of the Andes)
Prov de Loa, Antofagasta		
Rancagua	LED campaign agency (Rancagua Emprande)	Small Enterprise Municipal House; incubator; Micro-Enterprise Support Centres
Ranquil	mixed LED agency (Comite de Fomento Productive Comunal)	Peasant Committees for joint actions; Local Investment Promotion Fund
Pensilvania	None	Productivity Centre
Chihuahua	private LED agency (Desarrollo Economico de Chihuahua C.A.)	Supply Development Council of Ciudad Juarez; Supply Development Centre of Chihuahua; R&T Transfer Centres
Jalisco		Enterprise Clusters (AGREMs); Design Institute, Quality Standards Institute
Ilo	Economic round table (informal)	Creation of a Chamber of Commerce and a local SME association

From the above it may be concluded that in nine out of twelve cases the development of new meso-institutions has played a central role. In most cases the creation of policy and planning institutions *preceded* development of specialised institutions for the local regional economy. The new policy and planning institutions served in most instances to facilitate public-private interaction. There was a noticeable trend to establish such bodies *outside* public law (as a mixed non-profit body). The latter is an important feature as it places these institutions outside the realm of politics and parties.

The economic meso-institutions centred on supporting enterprise development through incubators, business development services (notably technological innovation) and cluster and group based programmes and on institutions serving the labour market. While micro enterprises received support in a number of cases, there is a general awareness that the strengthening of the local regional economy depends on small, medium *and* large companies.

Noteworthy is also that organisational development *within* the respective local, regional and state government was a crucial ingredient in the process. That is to say, new local economic development units (e.g. in Rancagua, Rafaela and Bucaramanga), departments or ministries (e.g. 'Gobernación' of Antioquia and of Santander and the 'Secretaria' of economic development in state government of Chihuahua) were created *inside* the government units. These units played a central role in initiating public-private dialogue, which in turn led to an institutionalisation of public private interaction through the creation of new institutions of policy and planning. These bodies helped to identify the need for new meso-economic institutions.

### Nature, scale and type of LED initiatives

In order to classify the LED initiatives I use a broad based classification drawn from Blakely, (1989) and earlier work (cf Helmsing, 1999, 2001b). A distinction is made between three main categories of local economic development initiatives. The first set refers to actions that may be broadly described as community based economic development. Community based economic development may be applied to both rural and urban settings, though a number of characteristics would necessarily be different. The essence of community economic development is to facilitate household diversification of economic activity as the principal way to improve livelihood and reduce poverty and vulnerability. The second category refers to business or enterprise development. This broad category consists of initiatives that directly target and involve (cluster(s) of) enterprises. In contrast to community economic development, this category is premised on specialisation and overcoming obstacles towards specialisation in a market context. Enterprise or business development is normally closely associated with the existing economic base of the locality or region or with developing a new industry in order to diversify the existing economic base. A number of the principles of enterprise development policies apply differentially to small, medium and larger enterprises. Survival based micro enterprise activity is examined under the first mentioned category. The creation of industry specific meso-economic and enterprise support institutions plays a central role. The third category refers to locality development. This is complementary to the previous two and refers to overall planning and management of economic and physical development of the area concerned. The latter includes but is broader than policy and planning of the local business environment.

Figure 3 gives an overview of the types of LED initiatives in the twelve case studies.

**Figure 3.** Types of LED programme initiatives

Case	Type of LED initiative
Cordoba	Locality development with mayor urban property development (telepuerto); Enterprise development (incubator and training subsidies); Community economic development through micro-enterprise support and credit.
Rafaela	Locality development (infrastructure & physical planning); Enterprise development (incubator, enterprise support services; innovation).
Araucania	Locality development and tourist promotion; Small enterprise development in agriculture.
Medellin, Antioquia	Labour market and human resource development (information, training); Enterprise development (cluster development and group based programmes in four industries (metal engineering, plastics & rubber, food processing and bio-technology)); Community economic development through micro-enterprise support (support services and government purchasing programme).
Bucaramanga, Santander	Innovative milieu; Small enterprise development through Productivity Centres in food processing, leather, textiles & clothing and jewellery; Locality development (S&T park).
Provincia de Loa, Autofagasta	Community economic development through micro-enterprise support in agriculture (water conservation and irrigation processes and new products-fruits and dairy).
Rancagua	Labour market improvement and HRD; Community economic development through micro-enterprise support centres and incubator; Locality development (urban renewal through concessions); city marketing to attract outside investors.
Ranquil	Small enterprise development in agriculture (group based learning for innovation in technologies and products - wine and forestry and fruit and vegetables respectively).
Pensilvania	Small and micro-enterprise development in design furniture based on business

In terms of concrete initiatives that were launched there is a general tendency for (small) enterprise development programmes to predominate. These programmes in most instances refer to business development services, especially technology and innovation. Enterprise finance is (surprisingly) much less prevalent than expected and if it occurred it was related to venture capital for new technology firms (Bucaramanga and Chihuahua).

In larger economic units cluster development programmes constitute an important programme component, notably in Mexico and Colombia. As one moves from large economic units (state regions and metropolitan cities) to rural and municipal initiatives, small and micro-enterprise development programmes become more important.

In several instances, notable in Mexican and Colombian cases, there have

been concerted efforts to create a local 'innovative milieu' (Maillat, 1995, 1998). Capello (1999) considers an innovative milieu as the highest form of collective learning, in which universities, public agencies and firms undertake concerted action to actively create new local competitive advantages.

Locality development concentrates on infrastructure and property (re) development and on city marketing. It is important to note that in three cases, Cordoba, Argentina, in Rancagua, Chile and in Bucaramanga, Colombia urban renewal and property development played an important role. The physical re-shaping of cities plays very much part of new local economic development initiatives.

Improving the functioning of the local urban labour market takes place via information and intermediation. HRD is important in those instances where national

policies provide incentives (Chile), though there is one case where a metropolitan authority provided training subsidies (Cordoba).

### Actors, partnerships and networks

As part of overall macro-economic reforms, central governments have considerably reduced their responsibility for regional development and for place prosperity. Localities and regions have been thrown onto themselves to take responsibility for their own development. Mostly by default and occasionally by design (decentralization and local government reforms), local actors have been given the room to develop themselves the full range of processes to do so. This has made that one of the key features of third generation local and regional development is the involvement of multiple local actors. The range of actors has increased, including governments, communities and their organisations, non-governmental organisations and now also private enterprises and their associations.

Local producers and their associations are key actors in enterprise and local business development. Inter-firm cooperation and joint action plays a central role. However, local producers are very often individualistic and find it difficult to combine competition with cooperation. Several commentators have indicated that joint action and inter-firm cooperation, of the kind enumerated above, does not come easily. Some argue that such collaboration requires a kind of external catalyst or brokerage role (Meyer-Stamer, 1998, Barzelay, 1991, Helmsing, 2001a). The multiple roles of business associations in economic development are increasingly recognized and they may take a variety of forms (Levistky, 1993). Traditionally, they represent their members in their dealings with government. They often negotiate with trade unions. Their other traditional function is a social one. An association provides a reference group for individual entrepreneurs. More recently, the emphasis shifted to two other functions, the provision of business development services and what some have called 'private interest governance' (e.g. establishing codes of conducts for an industry, settling disputes, etc.).

Several factors have contributed to a more prominent role for local government in local economic development. First of all, there has been a generalised and persistent trend towards decentralization in the public sector, which has complex and multiple causes. Public responsibilities have been transferred to local governments, but very often without adequate transfer of resources. The need to generate more local revenues has forced the local governments to take more interest in the economic development of their area of jurisdiction. It is worth adding that the concern for local economic development does not only derive from the need to raise revenue but is also a genuine response to the local demands of people and enterprises. Secondly, in a number of countries new legislation has facilitated local governments to enter in public-private partnerships (e.g. Colombia, Chile and Bolivia). Thirdly, changing perceptions on poverty reduction have made local government more active in pursuing local employment creation. Fourthly, in a number of countries, national or state governments have launched support programs to enable local and regional governments to become more active in local economic development (Chile's regional development fund). Finally, in some countries, there have been genuine regionalist pressures which stem from political demands in response to past neglect (Mexico), but which also may arise from the build up of local initiatives in association with successful processes of local and regional specialisation (Colombia).

Much in contrast to past practices at national level, local governments generally realise that they are but one of many players involved in local economic development. Most local authorities spend a minor fraction of their budgets on direct economic development support. More important, however, are the manner in which they discharge their main functions and realise their economic significance as a) a source of economic opportunity and b) a service enhancing or inhibiting enterprise development and competitiveness. Instead of self-contained, hierarchical bureaucratic processes, mediated by more or less democratically elected politicians, 'third

generation' local governments seek to involve other local actors in the formulation and/or implementation of government policies and programmes. They actively pursue the formation of local policy and support networks. These were denominated horizontal networks and networking.

It is important to stress here that LED does not refer only to local institutions but also to decentralized sector and national agencies. The participation of external stakeholders may be critical. First of all, specialised sector agencies can provide critical resources and services, such as training, finance. Secondly, national sector

agencies mediate between the local and the global and provide windows through which local firms can better understand global changes and participate in international markets. Especially when local institutions are weak on the ground, national agencies can play important complementary and enabling roles. Horizontal networking needs therefore to be complemented with vertical networking to access national institutions and resources.

Figure 3 gives an overview of actors and patterns of networking in the twelve case studies.

**Figure 4.** Actors: horizontal and vertical cooperation and networking

Case	Vertical	Horizontal
Cordoba		Municipality, local business associations, university, broad based civic consultations on city strategic plan;
Rafaela		Municipality, local business associations, a new small enterprise association and NGOs
Araucania	Municipality-regional government	Inter-municipal cooperation
Medellin, Antioquia	Municipality-departmental government	Municipality, local business associations (incl. Chamber of Commerce), universities
Bucaramanga, Santander	Municipality-departmental government	Municipality, Chamber of Commerce, private firms, universities
Provincia de Loa, Autofagasta	Dominant role by regional government, national mining company, sector agencies, national NGOs	Limited and informal
Rancagua		Municipality, private real estate companies, local micro-entrepreneur association
Ranquil	Social Development Agency (FOSIS) - Agriculture line agency - municipality	Municipality, peasant groups, NGO, consultant firm
Pensilvania	Line agency (SENA) - Local development foundation - Municipality - donors	Municipality, local development foundation, large local sawmills
Chihuahua	State Govt - 2 City Governments - Local Development Agency	State Government - Business associations - University
Jalisco	State Government, selected municipalities, Federal PYME agency	State Government, Chambers of Industries - Enterprise Groups, University
Ilo	Limited between Ministry of Industry-municipality, inputs from UN Agencies	Municipality, Chamber of Commerce, Inter-municipal cooperation

When examining our twelve case studies in terms of actors, partnerships and networks, it is noteworthy that in all cases, except one there is horizontal cooperation between public and private actors. In most cases the private sector takes part via representative bodies such as chambers of

commerce and industry and sector business associations. In some instances the presence and influence of large firms and enterprise groups is visible (e.g. Bucaramanga, Chihuahua)

NGOs are less frequently involved than initially expected. Notably in Chile and in

Colombia, NGOs are active in community economic development through micro-enterprise and training programmes. A rather exceptional example is the local Dario Maya Foundation in Pensilvania, Caldas, Colombia which as a 'vertically integrated' support agency, played a pivotal role in virtually all aspects of the local development initiative<sup>2</sup>.

In the majority of cases there are also clear indications of vertical cooperation and networking. That is to say, sector or higher levels of government play a central role in the local development initiatives. In the case of Chile it is the regional governments and in Colombia the Departmental Governments. The National Vocational training Agency (SENA) plays a supportive role in all three Colombia cases. In Chile the FOSIS, a social fund/development agency plays a similar role.

In addition it should be added that frequently national policies provide important resources and opportunities for local development initiatives. This is most clearly evidenced by the Colombian National Small Enterprise Policy formulated in the mid-80s, which put forward the creation of Centres for Productive Development (CDPS) and gave SENA a supporting role in these. Even though this policy did not have a large implementation coverage in terms of the number of created CPDs, all our case-studies incorporated CPDs in their initiatives. Also the role of FOSIS and its regionally defined small and micro enterprise projects has provided a window of opportunity for local development initiatives.

### Learning processes

Learning is rapidly gaining ground as a central concept in third generation local and regional development. Learning takes place at the level of the firms, at the level of clusters of firms and at the level of the locality or region itself.

In the competence theory of the firm, a firm is defined as a repository of productive knowledge (rather than a nexus of contracts). Learning is central to maintaining and renewing competencies. 'Core competencies are the collective learning in the organization, especially how to coordinate diverse production skills and integrate multiple

technologies... Core competencies do not diminish with use but are enhanced by it' (Lawson, 1999). In this view, product market competition is merely a superficial expression of a deeper competition over competencies. Conceiving the firm as core competencies suggests that inter-firm competition, as opposed to inter-product competition is essentially concerned with the acquisition of knowledge and skills (ibid).

By being part of an agglomeration or cluster a firm can greatly expand its capacity to learn. A cluster can help to reduce uncertainty. It contributes, organizes and can facilitate exchanges of information. It provides additional signalling and articulates needs of firms and facilitates co-ordination of actions. Learning at the level of cluster can take place via supply chain linkages (i.e. supplier and customer relations), via mobility of skilled labour between the firms in the area, and, last but not least, via spin-off activity (creation of new start-ups). It also involves i) imitation and reverse engineering. ii) informal knowledge exchange via 'cafeteria effects', and, iii) specialist services. In short, a cluster enables collective learning (Camagni, 1991, Lawson, 1999).

As markets become liberalized and firms get exposed to international and 'new' competition, firms need to develop a dynamic capability to renew, augment or adapt their competencies in order to maintain economic performance. Innovation and learning are central and involve combining diverse technological, organizational and market knowledge. Firms have a limited capacity to undertake a range of activities. Choices must be made. Thus, when firms want to invest in new products or processes, in response to new competition, they encounter problems because they lack the knowledge to efficiently undertake the complementary activities needed to produce and market them. Or a firm may be able to produce cheaply but lack the competence to design its products to the latest fads and fashions. Inter-firm cooperation becomes a key to address this issue. In regions where this complementary knowledge is available, firms have a better chance to learn and develop new routines and competencies. Skilled labour, specialist services and inter-firm cooperation create a

capability in a region or cluster to renew and augment the competencies of firms. This requires a social context, and a common language and culture to facilitate exchange, and the region may provide these.

Local actors are best placed to assess their own situation and learn by comparing with other experiences. Learning at the regional level involves institutional and organizational processes. The form of learning takes place through interaction among local actors, i.e. firms, governments, NGOs and community organisations. This is what Lawson (1999) conceptualised as a new (third generation) local or regional competence. It requires an ability to spot signs of change; to create awareness and communicate it to other actors so that all understand the implications; and lastly, it requires a responsiveness to mobilize resources to address emerging problems. Essentially this is a case of collective learning, but now at local governance level. A local regional innovation system (LRIS) is a system in which universities, research training and technology agencies interact with government and local industry. This contributes to greater systemic rationality at the level of the local regional economy, and is capable of generating substantial efficiencies in the enterprise support system, by reducing policy mismatches and by creating greater convergence in complementary investment and support programs. The LRIS, if properly structured, can contribute to collective learning, now at the level of local and regional policy making. It can assist in a social and economic

intelligence function by contributing to three feedback loops (Cooke and Morgan, 1998): a) assessing the extent to which the economic trajectory of a region is appropriate; b) comparing the regions' performance with other and 'peer' systems; and c) working out the implications for changes in the system in order to prevent a lock-in (for example, in the orientation of and priorities for the enterprise support, training and human resource development).

Based on the above one can distinguish five different types of learning processes. The first is learning through education i.e. knowledge transfer through HRD and training activity. A second form is organisational learning, e.g. in the firm in order to become or stay competitive and in the relevant public bodies in order to learn about economic development of the territory. A third form of learning is what Hilhorst (1990) called planning as a social learning process. That is to say, developing among local actors a common understanding of the local development problems, identifying rationalised choices and generating agreements about development priorities and strategic plan initiatives. A fourth form, collective learning, would be cluster and group based learning among local firms as outlined above. Lastly, there is learning through institutionalised local regional innovation systems in which universities and research institutes play an active role (innovative milieu).

Figure 4 summarises the different learning processes as they have been taking place in the twelve case studies.

Figure 5. Learning processes

Case	Regularised knowledge transfers (training)	Organisational learning in local public agency	Social learning in policy and planning among public and private actors	Group based and collective learning among firms	Local innovative system
Cordoba	Yes	LED unit	Strategic plan for city		
Rafaela	Yes	LED unit	Strategic plan for city		
Araucania	Yes	Municipal teams			
Medellin, Antioquia	Yes	Departmental and local governments	Competitiveness, strategic plans and LT visions for city and region	Enterprise groups	Information
Bucaramanga, Santander	Yes	Departmental and local governments	Competitiveness, role of S&T, strategic plans and LT visions for city	Enterprise groups, research clusters	In advanced stage of development
Provincia de Loa, Autofagasta	Yes		On specific themes (such as water, environment)		
Rancagua	Yes	LED unit	City marketing campaign		
Ranquil	Yes	Limited	Yes, defining LED initiatives	Small farmer groups	
Pensilvania	Yes	Limited	Limited		
Chihuahua	Yes	LED secretariat	Strategic plan, strategic clusters	Enterprise clusters	
Jalisco	Yes	Same	Strategic and spatial decentralisation plan	Enterprise clusters	
Ilo	Yes	LED unit	Yes, on strategic interventions		

In all twelve case studies we find instances of learning by educating. That is to say, through training and transfer of knowledge e.g. as happened in Centres of Productive Development, Technology & Innovation Centres and the like). Existing HRD and training institutions (e.g. SENA) provide skill training programmes, frequently oriented towards micro and small enterprise.

Common in almost all cases is organisational learning in the relevant public bodies about economic development and about how to engage other actors. As we saw above, new local economic development units, departments or ministries (secretariats) were created *inside* key government agencies. Many case studies signal the importance of organisational learning within these new units, often associated with the employment of new young professionals. No, doubt there is also organisational learning within individual firms but this is not reported on.

The most pervasive form of learning is that of social learning in policy and planning in relation to LED initiatives. The new generation of Latin American local and regional development practices is associated with a new style of planning: less government and public sector centred and more strategic planning, seeking to understand the likely direction of local economic development and seeking broad based consensus on a long term vision about desirable local development.

A fourth process is cluster and group based collective learning among firms. The creation of group or cluster based learning processes has been object of local economic development initiatives in less than half of the cases. These are oriented towards medium and larger enterprises and most of them, though not all, take place in the larger territorial units (e.g. in Medellin, State of Chihuahua).

Finally, there are a few instances, notably in Bucaramanga, Colombia where local economic development initiatives are systematically seeking to develop an 'innovative milieu' in which universities, government, private sector cooperate to develop a stronger competence for LED policy and are undertaking concerted actions to develop local technological competitive advantage in selected local industries.

### Concluding observations

The twelve case studies examined in this paper cannot provide conclusive evidence about new trends in the practice of local and regional planning in Latin America. Nevertheless, they provide indications of an emerging third generation 'new institutionalism'. Central is the position and positioning of local economies in large (national) and international economic contexts. National economic restructuring and globalisation have created necessity to be concerned about this and decentralisation has given the opportunity for local initiative. The new practices seek to give shape to new forms of public-private cooperation, in both horizontal and vertical networking. Public-private cooperation centres on the creation of meso-institutions at the level of territory and industry. They involve a variety of processes of learning, which in some cases is more restricted but in other cases reaches the stage of an 'innovative milieu'. The concrete initiatives focus predominantly on enterprise or business development and in some cases on the physical re-development of cities.

The case studies also generate questions about the new practices of the local and regional development. How inclusive are these new practices? While the broadening of the base of public decision-making on local economic development priorities certainly is a desirable feature of these new practices, do they also create a better distribution of (the means to take up) economic opportunities? Do they contribute to broaden the base of the local economy? Unfortunately the case studies do not permit us to answer this question. Though in one case, the Pensilvania case study, the contribution is clearly very marginal.

Last but not least last, there is a question of a methodological nature. Do the new practices of local and regional development promotion actually make a difference? This would require research that examines outcomes and relate these to local efforts. In other words, one would select localities and regions, which have demonstrated a dynamic economic performance and examine to what extent, if at all, this performance can be attributed to new practices of local and regional development promotion. Only a few of the twelve case studies explicitly raise this question.

### Notas

<sup>1</sup> Unless otherwise specified, all data interpretations presented in the figures 1 through 5 are based on the twelve CEPAL case studies.

<sup>2</sup> This NGO was established by a leading and (very) large landowner, whose family controls most forest resources in the municipality and owns 2 large saw mills, which provide a mayor source of local employment.

### References

- AMIN, A. An institutionalist perspective on regional economic development. *International Journal of Urban and Regional Research*, 23, 2, p. 365-378, 1999.
- AMIN, A & THRIFT, N. *Globalization, institutions and regional development in Europe*. Oxford University Press: Oxford, 1994.
- BARZELAY, M. Managing local development. Lessons from Spain. *Policy Sciences*, 24, 3, p. 271-290, 1991.
- BENAVIDES, M. *Estudio de caso a nivel local: el programa municipal de desarrollo empresarial (PROMDE) y la experiencia de la municipalidad de Ilo, Peru*. Santiago: CEPAL, 2000.
- BERNALES RIVAS, O. *El programa red de equipo municipales de gestión estratégica (EMGES): una experiencia de asociatividad para el desarrollo de las comunas de Angol, Renaico, Collipulli y Ercilla, IX Región de la Araucanía, Chile*. Santiago: CEPAL, 2000.
- BEST, M.H. *The new competition*. Institutions of industrial restructuring. Cambridge: Polity Press, 1990.
- BLAKELY, E. J. *Planning local economic development*. Theory and practice. Sage, Newbury Park, 1989.
- BOISIER, S., Hilhorst, J. G. M., Uribe-Echavarría, F. (eds). *Experiencias de planificación regional en América Latina: una teoría en busca de una práctica*. Santiago: Editorial SIAP - CEPAL.
- CÁCERES, L and Figueroa Burdiles, N. *Sistematización Ranquil, Chile: una experiencia sobre la generación de condiciones para el desarrollo económico local*. CEPAL, Santiago: CEPAL, 2000.
- CAMAGNI, R. Local milieu, uncertainty and innovation networks: towards a new dynamic theory of economic

- space. In: Camagni, R. ed. 1991. *Innovation networks. Spatial perspectives*, p. 121-145, London: Belhaven Press, 1991.
- CAPELLO, R. Spatial transfer of knowledge in high technology milieu: learning versus collective learning processes. *Regional Studies*, 33, 4, p. 353-365.
- COOKE, P & MORGAN, K. *The associational economy: firms, regions and innovation*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- COSTAMAGNA, P. *La articulación y las interacciones entre instituciones: la iniciativa de desarrollo económico local de Rafaela, Argentina*. Santiago: CEPAL, 2000.
- FRIEDMANN, J. and WEAVER, C. *Territory and function*. The evolution of regional planning. London: Edward Arnold, 1979.
- FRIEDMANN, J. and DOUGLASS, M. Agropolitan development: towards a new strategy for regional planning in Asia. In: Lo, F. C. and Salih, K. (eds.). *Growth pole strategy and regional development policy*. Oxford: Pergamon Press, 1978. p. 163-192.
- HELMSING, A. H. J. Teorías de desarrollo industrial regional y políticas de segunda y tercera generación. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales (EURE)*, 25, 75, p. 5-39, 1999.
- \_\_\_\_\_. Externalities, Learning and Governance. Perspectives on local economic development. *Development and Change*, 32,2, P. 277-308. 2001a.
- HELMSING, A. H. J. *Local economic development in low and middle income countries*. New generations of actors, policies and instruments. Paper presented at the Conference on Decentralisation and Local Governance, organised by UNCDF, Cape Town, South Africa, 26-30 March, 2001.
- HILHORST, J. G. M. *Regional studies and rural development*. Avebury, Aldershot.
- LAWSON, C. (1999) Towards a competence theory of the region. *Cambridge Journal of Economics*, 23, p. 151-166, 1990.
- LEVITSKY, J. Private sector organisations and support for small and micro enterprises. In: Helmsing, A. H. J. & Kolstee, Th. Eds. *Small enterprises and changing policies*. London: Intermediate Technology Publications, 1993.
- LONDOÑO YEPES, C. A. La gestión del desarrollo en Antioquia, Colombia. Santiago: CEPAL, 2000.
- MAILLAT, D. Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy. *Entrepreneurship & Regional Development*, 7, p. 157-165, 1995.
- \_\_\_\_\_. Innovative milieus and new generations of regional policies. *Entrepreneurship & Regional Development*, 10, p. 1-16, 1998.
- MALDONADO, A. L. *A experiencia de desarrollo económico local en el municipio de Pensilvania (Colombia)*. Santiago: CEPAL, 2000.
- MARIANACCI, G. *Descentralización y desarrollo económico local: estudio de caso de la ciudad de Córdoba, Argentina*. Santiago: CEPAL, 2000.
- MEYER-STAMER, J. Path dependence in regional development: persistence and change in three industrial clusters in Santa Catarina, Brazil. *World Development*, 26, 8, p. 1495-1511, 1998.
- MUÑOZ VILLALOBOS, C. *La experiencia de desarrollo económico local en el municipio de Rancagua: Programme Rancagua Emprende, 6ta Region, Chile*. Santiago: CEPAL, 2000.
- PORTER, M. *Competitive advantage*. New York: The Free Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *The competitive advantage of nations*. New York: The Free Press, 1990.
- RACO, M. Competition, collaboration and the new industrial districts: examining the institutional turn in local economic development. *Urban studies*, 36, 5/6, p. 951-968, 1999.
- RUIZ DURAN, C. Esquema de regionalización y desarrollo local en Jalisco, Mexico: el paradigma de una descentralización fundamentada en el fortalecimiento productivo. Santiago: CEPAL, 2000a.
- RUIZ DURAN, C. *El paradigma de desarrollo regional basado en la cooperación público-privado: el case de Chihuahua, Mexico*. Santiago: CEPAL, 2000b.
- SALINAS, J. *Concertación de actores territoriales para el impulso del desarrollo productivo de la Provincia del Loa, Región de Antofagasta, Chile*. Santiago: CEPAL, 2000.
- STOHR, W. and TAYLOR, F. *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. London: Wiley, 1981.
- STREECK, W. and SCHMITTER, P. C. (eds.). *Private interest governance*. London: Sage, 1985.
- VARGAS VERA, C. and PRIETO LADINO, R. Alianza del sector público, sector privado y academia para el desarrollo productivo y la competitividad de Bucaramanga, Colombia. Santiago: CEPAL, 2000.



**Fatores locais e estruturais na dinâmica setorial dos municípios lindeiros ao lago das hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu\***

Local and structural factors in the local dynamics of the municipal districts of Salto Caxias and Itaipu regions, in the Southwest and West of Paraná's State

**Facteurs locaux et structurels dans la dynamique sectorielle des villes de Salto Caxias et Itaipu, au Sud-ouest et ouest de l'État du Paraná**

*Factores locales y estructurales en la dinámica sectorial de los municipios linderos al lago de las hidroeléctricas de Salto Caxias e Itaipú*

Jandir Ferrera de Lima\*\*  
Lucir Reinaldo Alves\*\*\*  
Moacir Piffer\*\*\*\*  
Carlos Alberto Piacenti\*\*\*\*\*

Recebido em 10/09/2005; revisado e aprovado em 09/12/2005; aceito em 31/01/2006

**Resumo:** Este artigo analisa os fatores locais e estruturais na dinâmica local dos municípios das regiões de Salto Caxias e Itaipu, no Sudoeste e Oeste paranaense. Os resultados apontaram que os fatores locais são os mais importantes no crescimento do consumo de energia das regiões analisadas, apresentando-se como mais significativos no conjunto dos municípios estudados. No entanto, o setor terciário tem sua dinâmica estimulada pelos fatores estruturais.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento local; economia regional; dinâmica local.

**Abstract:** This article analyzes the local and structural factors in the local dynamics of the municipal districts of Salto Caxias and Itaipu regions, in the Southwest and West of Paraná's State. The results pointed that the factors local are the most important in the growth of the consumption of energy of the analyzed regions, coming as more significant in the group of the studied municipal districts. However, the tertiary section has his dynamics stimulated by the structural factors.

**Key words:** Local development; regional economy; local dynamics.

**Résumé:** Cet article analyse les facteurs locaux et structurels dans la dynamique locale des villes des régions de Salto Caxias et Itaipu, dans le Sud-ouest et Ouest de l'État du Paraná, au Brésil. Les résultats indiquent que les facteurs locaux sont les plus importants dans la croissance de la consommation d'énergie des régions analysées. Cependant, le secteur tertiaire possède une dynamique stimulée par les facteurs structurels.

**Mots-clés:** Développement local; économie régional; dynamique locale.

**Resumen:** Este artículo analiza los factores locales y estructurales en la dinámica local de los municipios de las regiones de Salto Caxias e Itaipú, al Sudoeste y Oeste paranaense. Los resultados apuntaron que los factores locales son los más importantes en el crecimiento del consumo de energía de las regiones analizadas, presentando como más significativo en los conjuntos de los municipios estudiados. Sin embargo, el sector terciario tiene su dinámica estimulada por los factores estructurales.

**Palabras claves:** Desarrollo local; economía regional; dinámica local.

\* Uma parte deste artigo é baseada em dois relatórios de pesquisa (612 e 3706), que estudam o impacto do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu no crescimento econômico regional. Ambos tiveram financiamento da Fundação Araucária. O projeto 612 já foi concluído e o 3706 está atualmente sendo executado na UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

\*\* Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)- Canadá. Professor Adjunto do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/*Campus* de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). Pesquisador Associado do GRIR-UQAC. Endereço: Rua da Faculdade, 645, Jd. La Salle, CEP.: 85903-000, Toledo-PR, Fone: (45) 3379-700 (jandirbr@yahoo.ca; jandir@unioeste.br).

\*\*\* Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/*Campus* de Toledo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da UNIOESTE/*Campus* de Toledo (lucir@unioeste.br).

\*\*\*\* Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor Assistente do Colegiado de Economia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/*Campus* de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) (piffer@unioeste.br).

\*\*\*\*\* Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Assistente do Colegiado de Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/*Campus* de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) (piacenti@unioeste.br).

## 1 Introdução

Este artigo analisa a dinâmica estrutural-diferencial setorial dos municípios atingidos pelas barragens hidroelétricas das Usinas de Salto Caxias e Itaipu Binacional, a partir do consumo de energia. A dinâmica diferencial refere-se aos fatores locais, responsáveis pelo crescimento da economia regional e, conseqüentemente, pela expansão do consumo de energia. A dinâmica estrutural refere-se aos fatores exógenos à economia regional.

As regiões de Salto Caxias e Itaipu, no Sudoeste e Oeste paranaense, são regiões adequadas para a análise dos fatores diferenciais e estruturais. Essas regiões apresentam poucas diferenças no tocante ao processo histórico de povoamento e colonização. No início do século XX, ambas tiveram suas terras exploradas pelo extrativismo da madeira e erva-mate. Já na metade do século XX, a diferença entre as duas regiões se dá na forma de ocupação. Na região alagada pelo reservatório de Itaipu a colonização foi feita através de companhias colonizadoras. Na região atingida pela Usina de Salto Caxias o povoamento e posse das terras foi através dos posseiros, desencadeando conflitos armados (PIFFER, 1997; PIACENTI et al., 2003). A forma ordenada de colonização da região de Itaipu fez com que predominasse a etnia européia, advinda do Sul do Brasil. Em Salto Caxias, pela questão de povoamento aleatório, a predominância de várias etnias originou uma população miscigenada (PIACENTI et al., 2002; LAZIER, 1986).

Outro fator importante e distinto entre as duas regiões é a influência do relevo sobre a ocupação e a produtividade das terras. Na região de Itaipu, com solos mais planos, a mecanização se acentuou rapidamente e a expansão da cultura da soja formou uma base de exportação que alavancou o crescimento regional. Em Salto Caxias os declives no relevo atrasaram a mecanização e a população ocupou-se de outras culturas para seu desenvolvimento. A região de Salto Caxias ficou atrasada em termos de ganhos de produtividade agropecuária em relação ao Oeste do Paraná (LAZIER, 1986; PIACENTI et al., 2002).

Nesse contexto, a análise diferencial-estrutural proporcionará o conhecimento do padrão de comportamento das atividades produtivas dessas duas regiões, auxiliando na compreensão da dinâmica setorial, ao indicar os setores responsáveis por essa dinâmica. Por isso, torna-se uma ferramenta no planejamento regional. A aplicação desse método, na análise estatística-descritiva da dinâmica setorial desses municípios proporcionará também uma visão das perspectivas de crescimento regional. Essas perspectivas se tornam mais patentes pela reorientação da economia local, decorrente das novas tendências produtivas com o consumo de energia e o perfil da polarização regional.

Por fim, antes de avançar na apresentação do modelo de análise e resultados e discussões, vale justificar o porque da análise comparativa dessas duas regiões: em primeiro lugar, essa análise apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla financiada pela Fundação Araucária e realizada pelos autores sobre o desenvolvimento econômico microrregional de áreas atingidas pelos reservatórios de hidroelétricas. Além disso, essa análise servirá como uma interpretação diferenciada das áreas atingidas por reservatórios. De certa forma, ela é uma referência para futuros estudos sobre a dinâmica diferenciada das economias locais, que tiveram o impacto de grandes obras de infra-estrutura hidroelétrica.

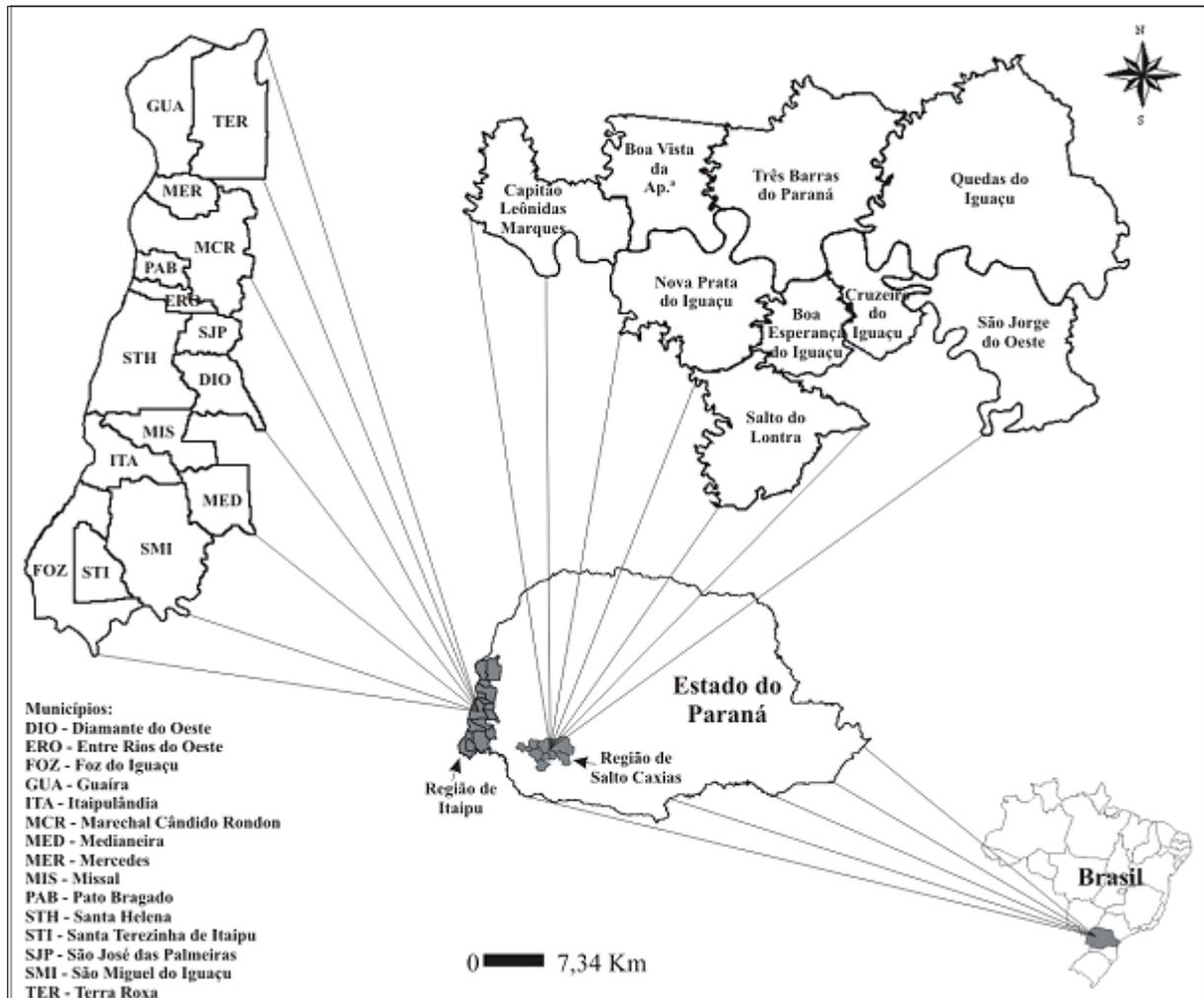
## 2 O modelo diferencial-estrutural

Como mencionado, a área de estudo desta análise compreende os municípios atingidos pelos reservatórios das Usinas de Salto Caxias e de Itaipu, no Estado do Paraná, conforme demonstra Mapa 1. Salienta-se que os municípios atingidos pela Usina de Salto Caxias, pertencentes à região Sudoeste são: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste. Localizados na região Oeste, na mesma Usina, pela margem direita, têm-se Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná. Os municípios lindeiros ao lago da Hidroelétrica de Itaipu, na região Oeste, são: Diamante do Oeste,

Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaira, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado,

Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa.

Mapa 1. Municípios regiões de Itaipu e Salto Caxias, Paraná, Brasil



Utilizou-se como método de análise o modelo diferencial-estrutural, onde a variável é o consumo de energia elétrica. Deve-se salientar que o modelo de análise estrutural-diferencial, conforme Piacenti e Ferrera de Lima (2002), é útil para conhecer o padrão do crescimento econômico da região e suas sub-regiões. Essa medida proporcionará um quadro de análise dos municípios em relação ao Estado do Paraná. Tradicionalmente, este modelo utiliza a mão-de-obra ocupada por setores de atividade. No entanto, dada a confiabilidade dos dados de consumo de energia e a atualização dessas informações, optou-se pela substituição dos dados sobre a mão-de-obra. Essa substituição não causa prejuízos na análise, haja vis-

ta, que o dinamismo e o crescimento das atividades produtivas exigem um maior consumo de energia por setor ao longo do tempo. Da mesma maneira, o aumento no consumo residencial reflete a modernização do padrão de vida e a melhoria na renda, tornando-se um suporte e um reflexo do crescimento econômico local.

Definida a variável utilizada, os setores foram agrupados de acordo com a classificação utilizada pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, da seguinte forma: residencial, secundário, terciário, rural e setor público (empresas públicas e iluminação pública). Tomou-se como referência os anos de 1993 e 2003, e o modelo será melhor descrito a seguir. Para o

cálculo foram organizadas as informações em uma matriz, que relaciona a distribuição setorial-espacial do consumo de energia elétrica por setor. As colunas mostram a distribuição do consumo de energia entre os municípios, e as linhas mostram o consumo de energia por setor de cada um dos municípios. Assim, definiram-se as seguintes equações:

$$E_{ij} = \text{Consumo de energia elétrica no setor } i \quad (1)$$

do município  $j$ ;

$$\sum_j E_{ij} = \text{Consumo de energia elétrica no setor } \quad (2)$$

$i$  do Estado;

$$\sum_i E_{ij} = \text{Consumo de energia elétrica em todos } \quad (3)$$

os setores do município  $j$ ;

$$\sum_i \sum_j E_{ij} = \text{Consumo de energia elétrica total } \quad (4)$$

do Estado.

Vale lembrar que o modelo de análise diferencial-estrutural vai demonstrar o padrão do crescimento econômico dos municípios em relação ao Estado do Paraná. Assim, é necessário analisar a variação e o deslocamento do consumo de energia elétrica no período estudado entre os setores. Deve-se ressaltar que na análise diferencial-estrutural será utilizada uma variante do modelo *shift-share* compilado de El Bekri (2000) e Lamarche, Srinath e Ray (2003). Assim, utilizando-se a matriz da distribuição espacial do consumo de energia elétrica setorial, chega-se à equação a seguir:

$$VLT_y = \left( \frac{Ano2}{E_y} - \frac{Ano1}{E_y} \right) - \frac{Ano1}{E_y} \left( \left( \frac{\sum_i \sum_j E_{ij}^{Ano2}}{\sum_i \sum_j E_{ij}^{Ano1}} \right) - 1 \right) \quad (5)$$

onde:

VLT = Variação Líquida Total do E.

Ano 1 = 1993

Ano 2 = 2003

E = Consumo de energia elétrica por setor.

A VLT indicará a diferença entre o valor real do consumo de energia elétrica entre o início (1993), e no fim do período (2003). Quando seu valor for positivo, significa que houve um incremento relativo do consumo municipal de energia elétrica face à ocupação estadual. Ao contrário, quando o valor da VLT for negativo, representa uma perda de posição relativa. Com isso, a

magnitude do valor positivo demonstra o “peso” significativo do setor na dinâmica do consumo de energia dos municípios. Nesse sentido, os valores positivos demonstram ganhos e expansões nos desdobramentos do consumo de energia. Por isso, os valores positivos demonstram um crescimento desse setor. Vale lembrar que a VLT é a diferença entre a parcela regional com a parcela estrutural. A primeira refere-se aos fatores diferenciais, ou seja, aos elementos locais da dinâmica econômica. Esses elementos locais refletem a especialização regional de um determinado setor (endógeno). A segunda, representa os fatores estruturais, refletindo a composição regional da ocupação (exógenos). Assim, essa diferença entre a composição regional e a estrutural recebe o nome de efeito total, ou seja, variação líquida total. Dada essa característica, o modelo diferencial-estrutural apresenta o padrão e a fonte do crescimento setorial local ou regional.

A parcela regional e a parcela estrutural, ou seja, os fatores endógenos e exógenos supracitados, podem ser calculados separadamente a partir da decomposição da VLT em duas parcelas. Essas parcelas recebem o nome de variação líquida diferencial, ou regional (VLD), e variação líquida estrutural (VLE).

Segundo El Bekri (2000) o efeito diferencial (VLD) reflete o dinamismo que cada setor possui dentro do município. A VLD parte da constatação de que existem alguns setores que se expandem mais rapidamente que a média estadual do setor. A VLD está representada pela equação 6.

$$VLD_{ij} = \frac{Ano1}{E_{ij}} \left( \left( \frac{Ano2}{E_{ij}} / \frac{Ano1}{E_{ij}} \right) - \left( \frac{\sum_j E_{ij}^{Ano2}}{\sum_j E_{ij}^{Ano1}} \right) \right) \quad (6)$$

onde:

VLD = Variação Líquida Diferencial da E.

Ano 1 = 1993

Ano 2 = 2003

E = Consumo de energia elétrica por setor.

Assim, a VLD positiva indica os setores mais especializados de cada município. Essa especialização é explicada pela existência de economias de aglomeração de cada município, resultante de um conjunto de elementos que favorecem o crescimento municipal, ou seja, possuem vantagens locais

com respeito a cada setor (PIACENTI e FERRERA DE LIMA, 2002).

Já, o efeito estrutural (VLE) reflete a composição regional da ocupação, concentrada em setores economicamente dinâmicos. A VLE está representada pela equação 7.

$$VLE_{ij} = E_{ij} \left( \left( \frac{Ano2}{\sum_j E_{ij}} / \frac{Ano1}{\sum_j E_{ij}} \right) - \left( \frac{Ano2}{\sum_i \sum_j E_{ij}} / \frac{Ano1}{\sum_i \sum_j E_{ij}} \right) \right) \quad (7)$$

onde:

VLE = Variação Líquida Estrutural da E.

Ano 1 = 1993

Ano 2 = 2003

E = Consumo de energia elétrica por setor.

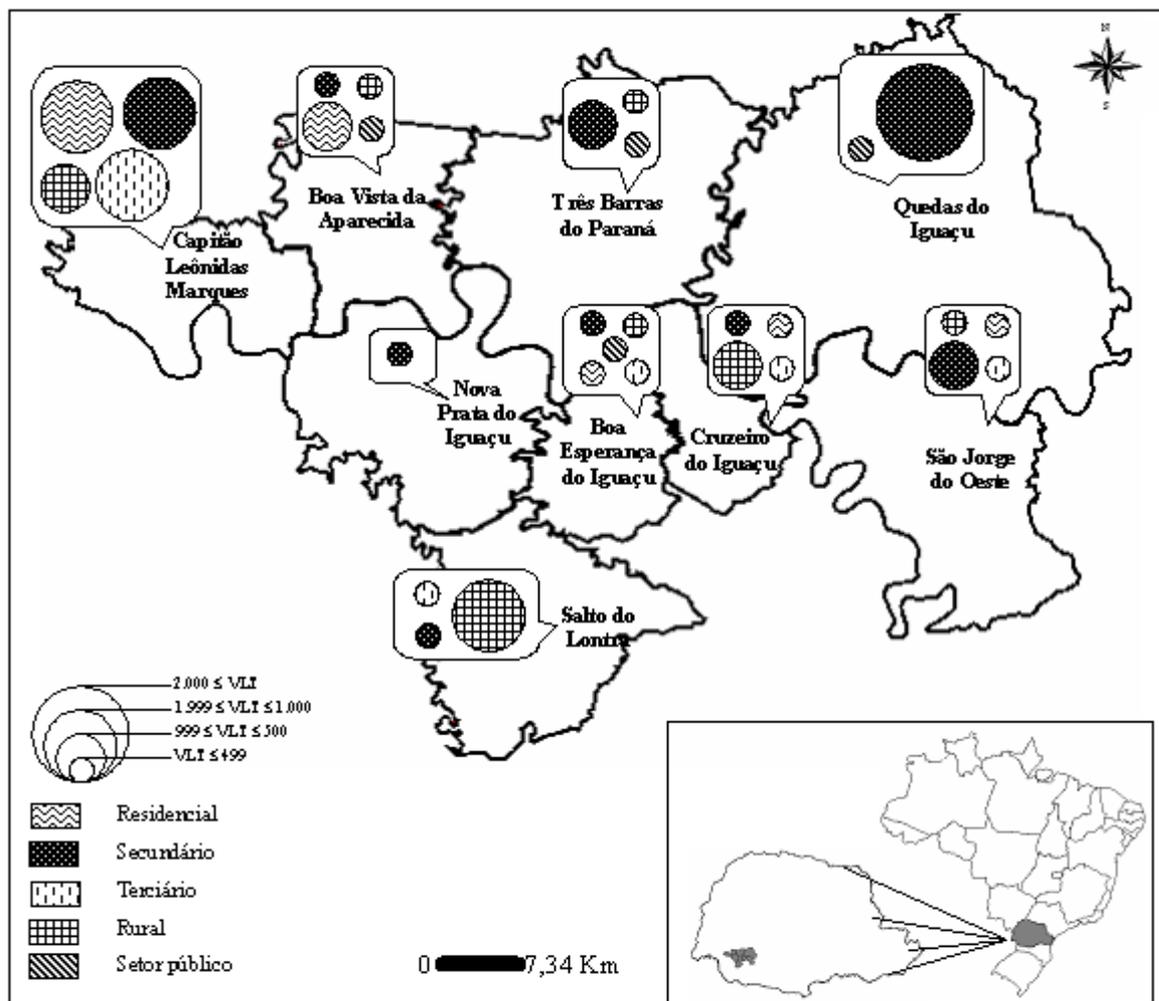
Dessa forma, uma VLE positiva indica uma concentração da estrutura de consumo de energia do município em setores de alto dinamismo, enquanto a VLE negativa

indica uma economia baseada em setores não-dinâmicos (LAMARCHE, SRINATH e RAY, 2003).

### 3 Aplicação Do Método Estrutural-Diferencial para os municípios da região de Salto Caxias no sudoeste do Paraná

Conforme exposto na metodologia, o modelo diferencial-estrutural é uma método estatístico-descritivo e auxilia na compreensão da dinâmica setorial, ao indicar os setores responsáveis por essa dinâmica. Na Figura 1 são apresentados os índices de Variação Líquida Total (VLT) que mostram a diferença entre o crescimento real do consumo de energia dos municípios e aquele que eles teriam se crescessem na mesma proporção do Estado.

**Figura 1.** Variação Líquida Total (VLT) positiva dos municípios da região de Salto Caxias no sudoeste do Paraná - 1993/2003



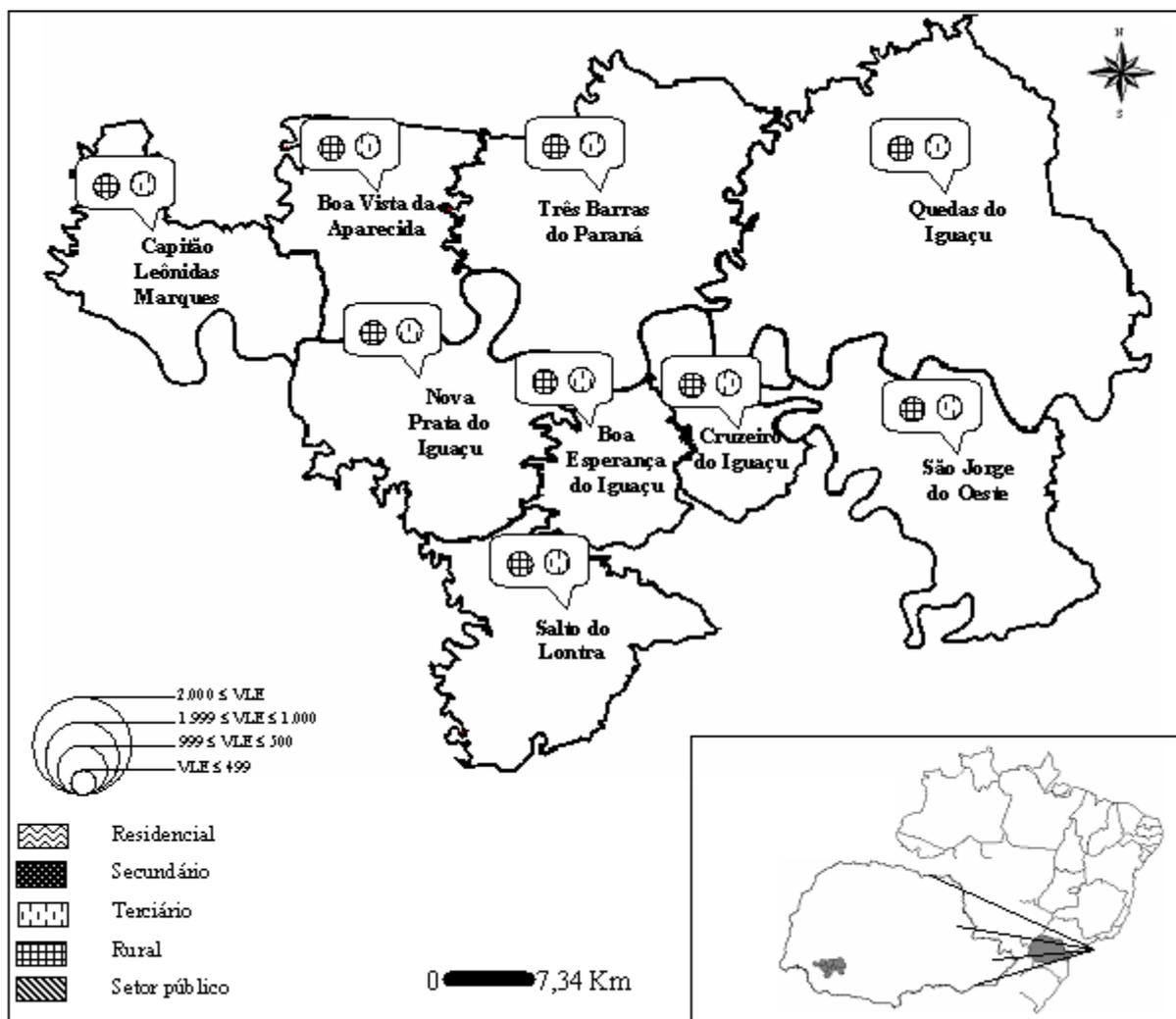
Fonte: Resultados da Pesquisa

Pela Figura 1 verificou-se que o setor secundário foi significativo em todos os municípios da região de Salto Caxias, com destaque para os municípios de Quedas do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques, pois apresentaram os maiores valores. São esses municípios que concentram a maior parcela do consumo de energia da região. Sem contar que no saldo dos efeitos estruturais e diferenciais estes dois municípios saem ganhando. Em particular, Capitão Leônidas Marques tem sua dinâmica setorial mais “equilibrada”. Tanto que os setores residencial, terciário e secundário possuem uma magnitude semelhante na VLT. O mesmo acontece em Boa Esperança do Iguaçu, mas com uma magnitude menor. O perfil total da dinâmica setorial desses municípios ocor-

re de forma bem associada. A expansão do consumo de um setor, em função do seu crescimento, gera encadeamentos que estimulam outros setores. Em segundo e terceiro lugar na VLT vem o setor rural, com destaque para os municípios de Salto do Lontra e Cruzeiro do Iguaçu, respectivamente. Vale salientar que a variação líquida total apresenta o resultado final dos fatores locais e estruturais. Por isso, resta analisar ambos de forma desagregada para traçar um perfil mais preciso da dinâmica de cada município.

Essa informação é complementada com alguns dados sobre a estrutura ocupacional e o dinamismo setorial dos municípios da região, que pode ser observado na Variação Líquida Estrutural (VLE).

**Figura 2.** Variação Líquida Estrutural (VLE) positiva dos municípios da região de Salto Caxias no sudoeste do Paraná - 1993/2003



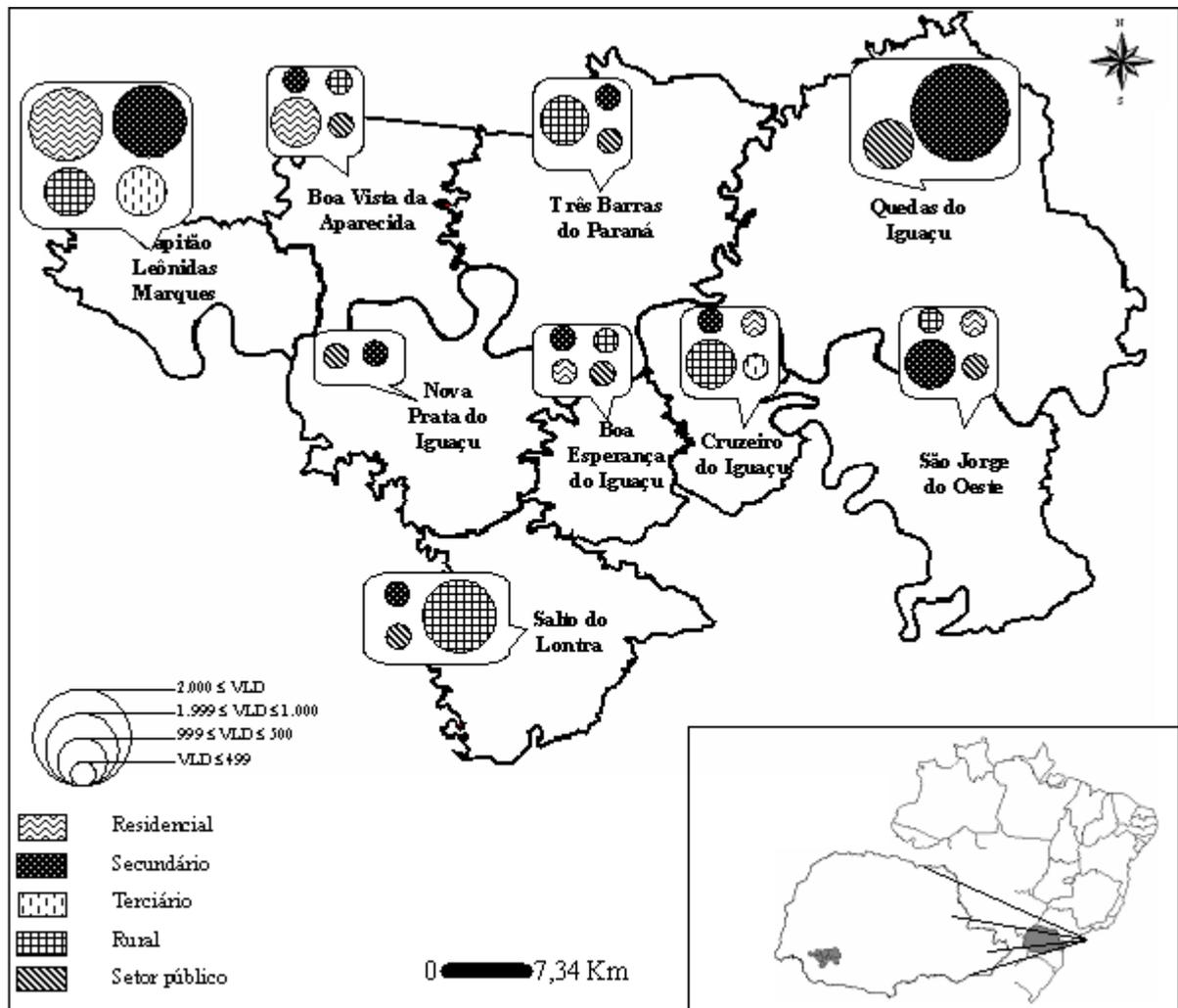
Fonte: Resultados da Pesquisa

Pela Figura 2 verifica-se que os setores mais dinâmicos no consumo de energia elétrica da região de Salto Caxias foram somente os setores terciário e rural. Eles foram os únicos que apresentaram valores positivos no período de 1993 a 2003.

Num contexto geral, não há uma concentração significativa do consumo de energia em setores de alto dinamismo que dependem da economia regional como um todo. Apenas

os setores rural e terciário demonstraram uma magnitude na VLE. No entanto, essa magnitude é homogênea em toda região, com valores pouco significativos. No contexto dos efeitos estruturais, a região de Salto Caxias não apresenta municípios de destaque. Assim, aparentemente, são os fatores locais que impulsionam a região de Salto Caxias. Para comprovar essa possibilidade a Figura 3 mostra os resultados da variação líquida diferencial.

**Figura 3.** Variação Líquida Diferencial (VLD) positiva dos municípios da região de Salto Caxias no sudoeste do Paraná - 1993/2003



Fonte: Resultados da Pesquisa

Pela Figura 3 notou-se que os setores mais especializados de cada município, ou seja, os setores que se expandiram mais rapidamente que a média estadual, em função de fatores locais, foram o secundário, o rural e o setor público. Vale salientar que os setores secundário e público foram mais especializados no município de Quedas do

Iguaçu. Dessa forma esses resultados demonstram a posição estratégica desse município junto a sua periferia, principalmente no fornecimento de alguns serviços bancários e públicos localizados na sua sede e o porte de alguns investimentos industriais, como a industrialização de celulose e papel. As atividades industriais têm um papel

importante no município e causam um impacto no seu entorno.

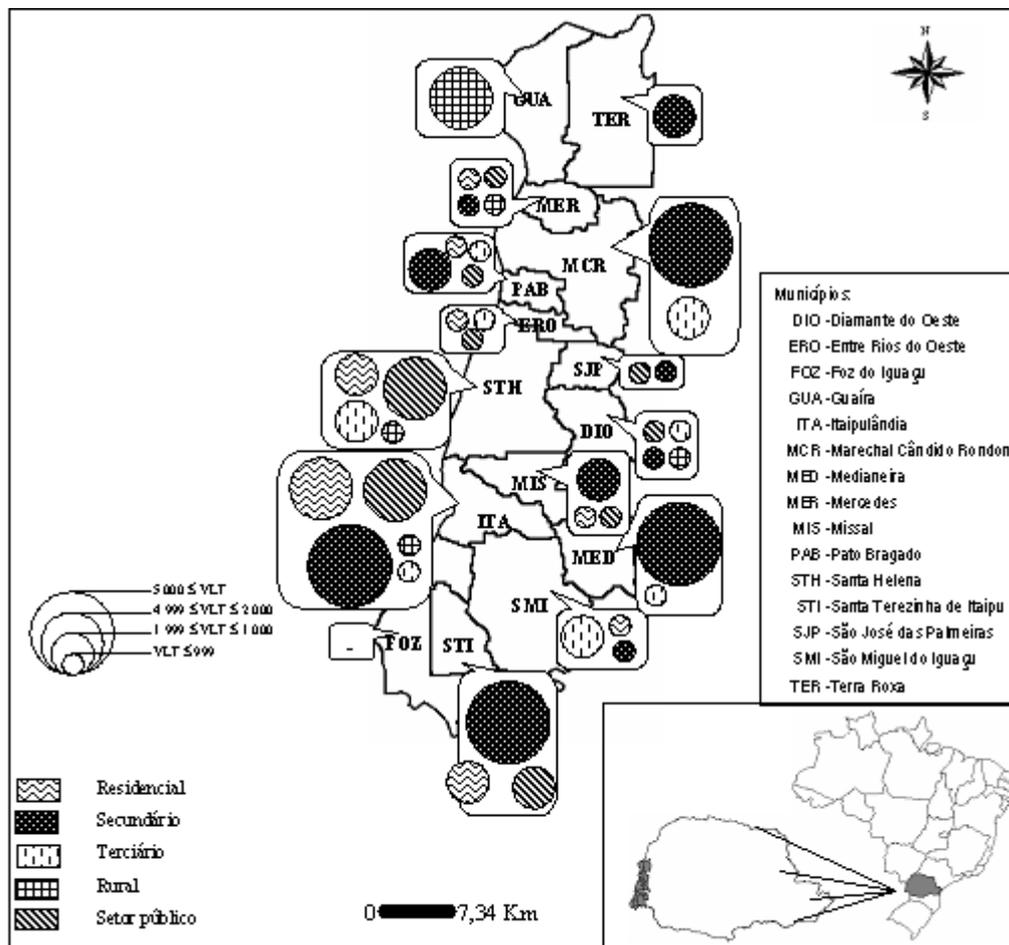
O município de Capitão Leônidas Marques apresentou uma transferência no consumo da energia para outros setores, como o residencial e o terciário (comércio). Geralmente, as economias que estão em processo de crescimento tendem a aumentar a participação do setor terciário no decorrer do tempo. Esse processo começa com uma alta participação da agricultura, que é substituída pela indústria e depois pelo comércio e serviços, marcando uma ruptura estrutural que dinamiza as economias locais. Esse fato é um elemento predominante em toda a região e indica também uma certa modernização da economia local. Nesse sentido, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Salto do Lontra e Três Barras do Paraná ainda tem na agricultura um peso altamente importante, mas “caminham” para uma ruptura estrutural na sua base produtiva.

Portanto, no contexto geral, os municípios da região de Salto Caxias são dinamizados por fatores locais. As exceções ficam por conta de Nova Prata do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu cuja magnitude do VLD e VLE encontram-se num patamar equivalente. Essas economias são dinamizadas tanto por fatores locais como pelo movimento da economia regional, ou seja, por fatores estruturais.

#### 4 Aplicação do Método de Análise Estrutural-Diferencial para os municípios da região de Itaipu no oeste do Paraná

A seguir, são apresentados os resultados da análise diferencial-estrutural para os municípios lindeiros ao lago da Hidroelétrica de Itaipu. Na Figura 4 os resultados da Variação Líquida Total (VLT) para esses municípios apontam o “peso” significativo dos municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu e Itaipulândia na economia regional.

**Figura 4.** Variação Líquida Total (VLT) positiva dos municípios da região de Itaipu no oeste do Paraná - 1993/2003



Fonte: Resultados da Pesquisa

Observou-se pela VLT, que o município que apresentou valores positivos em todos os setores foi Itaipulândia, ou seja, apresentou um crescimento no consumo de energia bem acima da média do Paraná. Ao contrário, o município que não conseguiu acompanhar a média de consumo do Estado, ou seja, não apresentou nenhum valor positivo, foi Foz do Iguaçu. Nesse aspecto, Foz do Iguaçu apresenta-se como um enclave, ou seja, sua dinâmica diferencia-se dos municípios do seu entorno. Essa particularidade de Foz do Iguaçu já foi demonstrada em outros estudos setoriais de Ferrera de Lima et al. (2005, 2005a). A economia local de Foz do Iguaçu distinguiu-se do Oeste paranaense em função das atividades terciárias e da produção de energia. Esse município possui uma dinâmica autônoma e diferenciada no contexto regional.

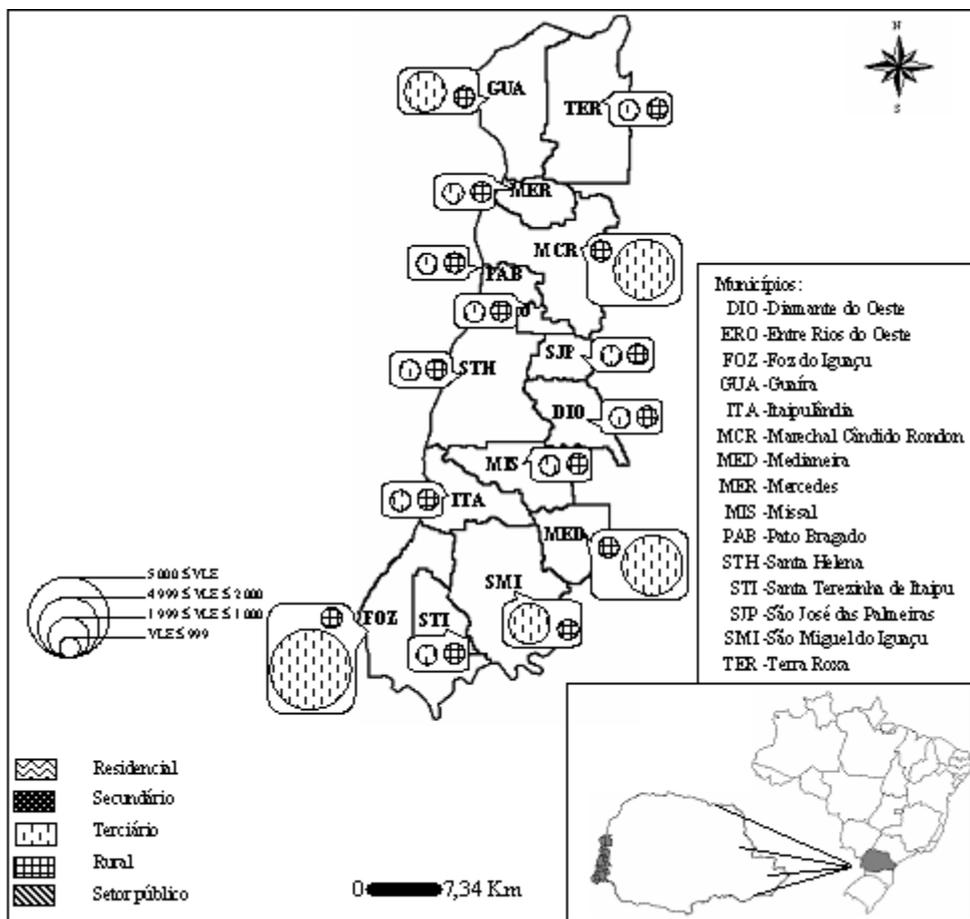
O setor que apresentou maior número de valores negativos foi o setor rural. Um fator contribuinte para estes índices negativos foi a perda de população na área

rural e a melhoria nos setores secundário e terciário, no que toca a participação no PIB (PIACENTI *et al.*, 2002). Tanto que o setor residencial mostra-se mais expressivo que o setor rural, o que demonstra o avanço da urbanização regional. Vale destacar no setor rural a mecanização das áreas agricultáveis e a utilização de combustíveis fósseis, o que impacta no consumo de energia elétrica.

Os setores que tiveram o maior número de índices positivos foram o setor secundário e o setor público. O setor secundário obteve com os maiores valores na maioria dos municípios, em especial Itaipulândia, Santa Terezinha de Itaipu, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Helena e Guaira. Nesses municípios a VLT foi mais significativa, ou seja, a concentração do consumo de energia industrial se localiza, principalmente, nesses municípios.

No entanto, apesar da melhoria geral do setor secundário, estruturalmente ele ainda não é o setor dinamizador da economia local. Isso pode ser observado pela Figura 5.

**Figura 5.** Variação Líquida Estrutural (VLE) positiva dos municípios da região de Itaipu no oeste do Paraná - 1993/2003



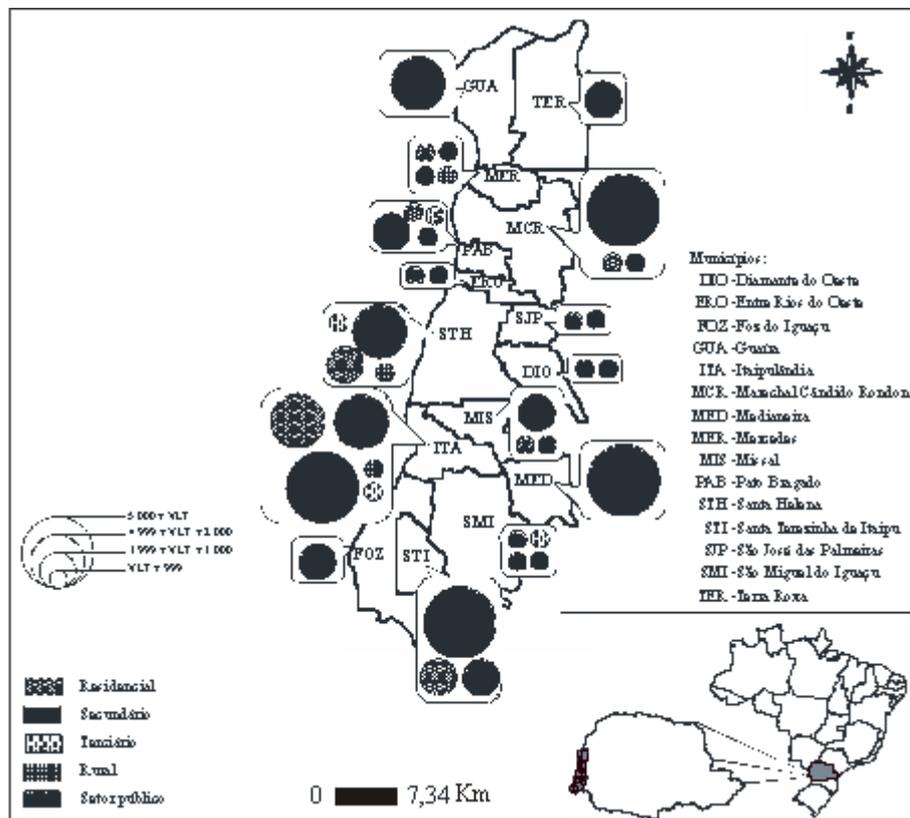
Somente os setores terciário e rural apresentaram índices positivos no tocante ao aspecto estrutural, ou seja, tiveram um consumo de energia acima da média do Paraná. Ao confrontar-se a Figura 5 com a Figura 4, nota-se que os fatores estruturais tornaram o setor terciário bastante expressivo nos municípios dessa região. Isso reflete uma mudança estrutural da economia, característica das regiões que começam a atingir a maturidade econômica, onde o setor terciário (comércio), passa a ter uma participação cada vez mais importante na geração de emprego e renda em detrimento das atividades primárias. No caso da VLE positiva, isso significa que apesar da transferência de energia de um para o outro os setores terciário e rural acompanham a dinâmica da economia regional. Além disso, no caso dos municípios de Terra Roxa, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, Diamante do Oeste e São José das Palmeiras a dinâmica da VLE nesses setores (terciário e rural) são equivalentes. Dentre os municípios, se destacam nesse setor (terciário), Foz do Iguaçu, Medianeira, Guaíra e São Miguel do Iguaçu. Já, o setor primário (rural) ainda possui participação significativa

na economia local desses municípios, pois apresentou valores positivos para toda região.

Os setores residencial e secundário apresentaram somente valores negativos. Os valores negativos indicam que as manufaturas locais não têm um perfil de crescimento rápido. No caso do setor secundário, esse resultado reflete o perfil do parque agroindustrial da região instalado recentemente em alguns municípios, cujos efeitos se fazem sentir num horizonte de cinco a dez anos. Mesmo assim, ele não deixa de ser responsável pela melhoria de outros setores, que se dinamizam com a renda gerada no setor secundário. Da mesma forma, a falta de dinamismo no setor secundário tem impacto no setor residencial, ou seja, no consumo das famílias. Os setores mais dinâmicos, geralmente se beneficiam de fatores essencialmente locais, como a melhoria na remuneração da mão-de-obra, na localização geográfica, na melhoria da exploração dos recursos naturais, etc. Assim, o consumo de energia em ambos os setores estão fortemente correlacionados.

O cálculo da Variação Líquida Diferencial (VLD), na Figura 6 auxilia na compreensão dessa característica.

**Figura 6.** Variação Líquida Diferencial (VLD) positiva dos municípios da região de Itaipu no oeste do Paraná - 1993/2003



Fonte: Resultados da Pesquisa

Pela figura nota-se que Mercedes e São Miguel do Iguçu possuem características homogêneas no tocante a dinamização da sua economia local. Destarte, tanto a região de Itaipu, quanto Salto Caxias possuem um elemento comum: os fatores diferenciais ou locais são os mais importantes no crescimento dos seus municípios. Observou-se que Itaipulândia apresentou índices positivos para todos os setores. Isso demonstra um avanço na estrutura produtiva desse município acarretado por fatores locais. Itaipulândia, Santa Terezinha de Itaipu, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Guaíra apresentaram os maiores valores para a VLD, ou seja, esses municípios apresentam um grau de especialização local mais intenso em setores específicos se comparados aos demais.

### Conclusão

Este artigo analisou, através do método de análise estrutural-diferencial, o comportamento do consumo de energia elétrica setorial dos municípios atingidos pelos reservatórios das hidroelétricas de Salto Caxias e Itaipu. Nesse sentido, foram identificados quais os fatores responsáveis pela dinâmica dos municípios que compõem essas regiões. No caso dessa análise, esses fatores são locais ou estruturais.

Na região de Salto Caxias está ocorrendo uma concentração do consumo de energia nas atividades produtivas localizados nos extremos da região. A dinâmica mais significativa foi para os municípios de Capitão Leônidas Marques e Quedas do Iguçu. Apesar de todos os setores estarem em crescimento, o setor secundário foi o que apresentou maior dinamismo no período de análise. Na região dos municípios lindeiros ao lago da hidroelétrica de Itaipu a dinâmica setorial é um pouco mais especializada. No entanto, cinco dos quinze municípios analisados concentram mais significativamente o consumo de energia setorial. Assim, o crescimento econômico dos últimos anos, confirmado pela expansão do consumo de energia elétrica, está reforçando a economia dos municípios localizados na “borda” do espaço regional.

Os resultados da análise estatístico-descritiva confirmaram que os fatores locais

ou diferenciais são os mais importantes no crescimento do consumo de energia nas regiões analisadas. No caso da região de Itaipu, os municípios de Itaipulândia e Santa Terezinha de Itaipu apresentam uma estrutura mais diversificada estimuladas pelos fatores locais. Enquanto nos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pato Bragado e Missal o setor secundário é o “carro chefe” da economia local. Nos outros municípios dessa região o setor mais significativo é o terciário.

Da mesma forma, na região de Salto Caxias os fatores locais têm um peso significativo na dinâmica do setor secundário do município de Quedas do Iguçu, que possui uma estrutura produtiva mais especializada. No município de Capitão Leônidas Marques a estrutura produtiva é mais diversificada. Esses dois municípios são os mais dinâmicos na região e localizam-se nos seus extremos.

Deve-se salientar que os resultados da análise apontaram uma correlação expressiva do consumo de energia no setor residencial e secundário. Essa correlação é explicada pelos encadeamentos produtivos setoriais gerados pelo processo de crescimento econômico. A dinâmica da industrialização tem um impacto direto sobre a renda das famílias que, por sua vez, a transfere em consumo para outros setores, no caso o terciário. No geral, a melhoria na renda é acompanhada de um aumento na propensão a consumir, como os bens duráveis e semi-duráveis, o que explica o aumento no consumo de energia residencial.

Portanto, a análise proposta nesse artigo possibilitou o conhecimento dos fatores responsáveis pela dinâmica do consumo de energia elétrica setorial. Da mesma forma, essa análise forneceu elementos importantes para a compreensão do padrão de localização do crescimento do consumo de energia elétrica das regiões de estudo. Nesse padrão de localização, os fatores locais foram os mais significativos na dinâmica regional. Esse resultado vem reforçar o papel das políticas de desenvolvimento local. Como os fatores locais estão atrelados a dinâmica particular de um setor, que cresce indiferente a dinâmica do seu entorno, os resultados dessa análise abre interrogações sobre os ramos de atividade responsáveis pela expansão

dos municípios estudados e formas de acelerar seu dinamismo. Uma outra particularidade é a forma espacial da dinâmica das regiões de estudo. Em ambas, os fatores locais favorecem os municípios localizados nos extremos da região, enquanto os municípios localizados no centro continuam com um padrão de crescimento aquém do esperado. Os municípios localizados no centro de ambas as regiões são drenados, o que demanda políticas públicas particulares de estímulo, tais como a diversificação da infra-estrutura de transporte, educação e de serviços públicos; programas diferenciados de estímulo a instalação de novos empreendimentos; programas específicos de formação profissional; e estudos mais detalhados sobre a economia local.

### Referências

- EL BEKRI, Fethi. Disparités régionales et développement en Tunisie. In : *Revue d'Économie Urbaine et Régionale (RERU)*, v. 5, p. 877-914, 2000.
- FERRERA DE LIMA, J. et al. A produção agropecuária nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu: notas de pesquisa. In: *Perspectiva*. Erechim, v. 29, n. 106, p. 103-113, jun. 2005.
- \_\_\_\_\_. O continuum setorial regional dos municípios da mesorregião Oeste paranaense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), Ribeirão Preto, *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005a. 1 CD-ROM.
- HADDAD, J. H. (Org.). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.
- LAMARCHE, R. H.; SRINATH, K. P.; RAY, D. M. Correct partitioning of regional growth rates: improvements in shift-share theory. In: *Canadian Journal of Regional Science*. XXVI, 1, p. 121-141, Spring, 2003.
- LAZIER, H. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP. 18 ed. 1986.
- PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Coord.). *Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional*. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo/CCSA/Curso de Ciências Econômicas. maio/2001 /maio/2002. 266 p. (UNIOESTE/Campus de Toledo/Fundação Araucária. Projeto 612.) Projeto concluído.
- PIACENTI, C. A. et al. Apontamentos Sobre a Economia dos Municípios Atingidos Pelas Hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n. 104, jan./jun. 2003.
- PIACENTI, C. A. et al. Notes sur la dualité dans l'agriculture de la région de Salto Caxias dans l'Ouest du Paraná au Sud du Brésil. *Actas du 38<sup>e</sup>. Colloque de l'Association de Science Régionale de la Langue Française (ASRDLF)*, Trois Rivières, Québec (Canada), ASRDLF, 2002. Disponível em: <<http://asrdlf.montesquieu.u-bordeaux.fr/>>. Acesso em: 28 jul. 2002.
- PIFFER, M. *A Dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional*. Curitiba, 1997. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual do Paraná.

**Contas sociais alfa ( $cs^\alpha$ ) – Uma metodologia de cálculo ascendente para a configuração macro-estrutural de economias locais**  
**Ascending social accounting ( $cs^\alpha$ ) – A Methodological approach to macro-structural configuration of local economies**  
**Comptes sociaux alfa ( $cs^\alpha$ ) – Une Méthodologie de calcul pour la configuration macro-structurelle des économies locales**  
**Cuenta sociales alfa ( $cs^\alpha$ ) – Una metodología de cálculo ascendente para la configuración macro estructural de economías locales**

Francisco de Assis Costa\*

Recebido em 11/08/2005; revisado e aprovado em 31/01/2006; aceito em 07/02/2006

**Resumo:** O artigo apresenta uma metodologia de cálculo direto e ascendente de matrizes de insumo-produto de Leontief e a aplica para 16 municípios polarizados por Marabá, no Sudeste Paraense por diversas trajetórias de agregação, orientadas tanto em função de delimitações geográficas (microrregião, município, conjunto de municípios agrupados por qualquer critério, etc.), quanto em decorrência da consideração de atributos estruturais da produção como formas de produção. Utilizando indexadores produzidos a partir das estatísticas da pam fornecidas pelo IBGE, faz uma atualização das contas até 2000. Os resultados obtidos permitem avaliar a extensão e peso da dinâmica da economia de base agrária em Marabá, demonstrando seus fundamentos e dificuldades. Ressaltam-se uma análise de dinâmica espacial – que reflete o caráter extensivo no uso de terras e recursos naturais – e uma análise parcial dos multiplicadores da economia que refletem sua dinamicidade limitada e sua baixa capacidade de internalizar localmente seus efeitos.

**Palavras-Chave:** Amazônia; economia regional; contas sociais regionais; economias locais; economias agrárias.

**Abstract:** The article presents a methodology of direct and ascending input-output accounting of Leontief's matrices and applies it for 16 municipal districts polarized by Marabá city, in the Sudwest of Pará. Several aggregation were made, guided by geographical areas and by structural attributes of the production like production forms as well. Using index produced from the statistics of PAM supplied by the IBGE were bilded time series up to year 2000. The obtained results allow to evaluate the extension and weight of the agrarian economy polarized by Marabá and its dynamics, demonstrating besides its foundations and difficulties. It is remarkable a spacial - that reflects the extensive character in the use of lands and natural resources - and a multipliers analysis of the economy that reflects its limited dynamic and low capacity to retain locally the effects of a growth.

**Key words:** Amazon Region; regional economics; regional social accounting; local economies; agrarian economies.

**Résumé:** cet article présente une méthodologie de calcul directe et ascendante de matrices intrants-produits de leontief et l'applique à 16 municipalités polarisées autour de marabá, dans le sud-est de l'état du pará – brésil, pour différentes trajectoires d'agrégation, orientées tant en fonction des limites géographiques (microrégion, municipalités, groupements de municipalités, etc.), qu'en fonction d'attributs structurels de production comme formes de production. a partir de l'utilisation d'indexeurs produits à partir de statistiques fournis par l'ibge, la recherche fait une actualisation des comptes jusqu'à 2000. les résultats obtenus permettent l'évaluation de l'étendue et du poids de la dynamique de l'économie de base agricole à marabá, démontrant ses fondements et difficultés. il en ressort une analyse de la dynamique spatiale – qui reflète le caractère extensif de l'utilisation des terres et ressources naturelles – e une analyse partielle des multiplicateurs de l'économie qui reflètent son dynamisme limité et as faible capacité d'internaliser localement ses effets.

**Mots-clefs:** Amazonie; économie régional; comptes sociaux régionaux; économies locales; économies rurales.

**Resumen:** El artículo presenta una metodología de cálculo directo y ascendente de matrizes de insumo, producto de Leontief y la aplica a 16 municipios polarizados por Marabá, en sudeste paraense por diversas trayectorias de agregación, orientadas tanto en función de delimitaciones geográficas (microrregión, municipio, conjunto de municipios agrupados por cualquier criterio, etc.), como en decurrencia de la consideración de atributos estructurales de la producción como formas de producción. Utilizando indexadores producidos a partir de las estadísticas de la PAM suministradas por IBGE hace una actualización de las cuentas hasta 2000. Los resultados logrados permiten evaluar la extensión y peso de la dinámica de la economía de base agraria en Marabá, demostrando sus fundamentos y dificultades. Se resaltan un análisis de dinámica espacial que refleja el carácter extensivamente en el uso de tierras y recursos naturales y un análisis parcial de los multiplicadores de la economía que reflejan su dinamismo limitada y su baja capacidad de injerir localmente sus efectos.

**Palabras claves:** Amazonia; economía regional; cuentas sociales regionales; economías locales; economías agrarias.

---

\* Doutor em Economia pela Frei Universität Berlin – Alemanha, Professor e Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará – UFPA .Campus Universitário do Guamá - Setor Profissional. Rua Augusto Corrêa, n. 1 CEP: 66.075-900 - Belém-PA. Tel: 9132017237 (francisco\_de\_assis\_costa@yahoo.com.br).

## 1 Introdução

A visualização macroeconômica das economias locais tem sido um problema na gestão pública para o desenvolvimento. Que contribuição traz, por exemplo, a produção rural de um dado pólo sub-regional para a renda social local e extra-local – estadual e nacional? Qual o Valor Bruto da Produção (VBP), o Produto Regional Bruto (PRB) ou o Valor Adicionado Bruto (VAB) da respectiva produção de base agrária ( $\alpha$ ) – i.e. que envolve a obtenção, a comercialização e o processamento da produção rural? Qual a contribuição particular das estruturas produtivas com presença relevante naquela região na formação desse Produto ou Valor Adicionado? Quais as participações dos diversos atores que atuam nessa economia na apropriação dessas grandezas? Quais as tendências verificáveis na composição dessas variáveis? Quais as estruturas de intermediação na formação dessas grandezas? O que se exporta, o que se retém na economia local? O que se forma de capital?

Estas são perguntas próprias à discussão em geral do desenvolvimento, com grande significado para a perspectiva regional e local desse processo desde as formulações pós-keynesianas de Hirschman (1964), Perroux (1965), Myrdal (1957) e Isard (1956 e 1996). Mais recentemente, elas retomam o vigor a partir das abordagens que afirmam a necessidade de arranjos institucionais de governança consolidada em bases locais (Schmitz, H., 2005; Suzigan, Garcia, Furtado, 2003). Esta tem sido uma perspectiva cada vez mais aceita, por argumentos que provêm tanto de autores associados às abordagens do desenvolvimento endógeno, como Krugman (1998, 1996, 1991) e Arthur (1994), que se mantêm associados ao individualismo metodológico próprio da escola neoclássica, como também de autores de orientação estruturalista, em particular os ligados à Escola Francesa da Regulação, como Benko e Lipietz (1995) e Gilly e Pecquer (1995). Há uma convergência, nesse campo, bem ilustrada na obra de Porter (1998), para a qual muito tem contribuído desde o institucionalismo de Williamson (1985), até o culturalismo político de Coleman (1990) e Puttman (1996).

Confluente a isso, vertentes neoschumpeterianas vêm apontando para a dimensão espacial e sistêmica do desenvolvimento, enfatizando seus componentes cognitivos e culturais associados aos arranjos e sistemas produtivos locais – às interações sistêmicas entre as redes horizontais e verticais que se formam entre agentes econômicos e institucionais na obtenção dos elementos da reprodução social (Cassiolo e Lastres, 2003; Lastres, Cassiolo, Arroio, 2005; Costa, 2004).

Em termos práticas, observam-se hoje, no Brasil, rearranjos nas formas como os órgãos de desenvolvimento vêm organizando suas ações. A busca de aproximação e diálogo com os diversos atores que fazem a sociedade e a economia locais que vem sendo conduzida pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA), sobretudo na gestão do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO), e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) – este com uma metodologia própria sistematizada no Programa Farol do Desenvolvimento -, além dos ensaios do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), e, nas suas inserções sociais, do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), orientam ações importantes com o mesmo escopo. Merece destaque, ainda aqui, o processo que está gerando um inovador programa de crédito com consideração fundamental às questões ambientais, o PROAMBIENTE, bem como o empenho do SEBRAE em promoção de Arranjos Produtivos (Caparoli e Volker, 2004). Trata-se de uma construção que incorpora desde o início, tanto a necessidade de valorização de sistemas produtivos com maior esperança de sustentabilidade, quanto a orientação a necessidades definidas localmente, quanto, ainda, a integração institucional tanto na configuração estratégica, quanto no acompanhamento e controle do Programa. Mencione-se, ademais, os esforços do Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) em estabelecer relações sistemáticas com arranjos produtivos locais e conduzir pactos territoriais de desenvolvimento (Costa, 2004; Costa, 2005<sup>a</sup>).

Essas menções ilustram uma mudança mais ampla no padrão das relações entre as instituições do Estado e, no interior deste,

entre as suas instâncias federal, estadual e municipal, e a sociedade civil, em andamento desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Ensejou-se, com a nova Carta Magna, um processo que atribui às instâncias locais crescente responsabilidade e autonomia de gestão na alocação dos recursos tributários com vistas ao desenvolvimento regional. Em tais contextos, torna-se premente uma leitura de conjunto das diversas posições dos atores e dos resultados sociais (é dizer, globais, agregados) de suas ações para que decisões para o desenvolvimento, de alcance transcendente, possam ser tomadas. Fortalece-se, assim, cada vez mais, a necessidade de indicadores atualizados sobre a realidade sócio-econômica regional.

Não obstante, respostas para aquelas que seriam indagações primárias na orientação do desenvolvimento de uma região qualquer não estão normalmente disponíveis. Os resultados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da produção, desde 1999, das suas Contas Regionais do Brasil, e mesma as mais recentes Contas Municipais não permitem esses cálculos, visto que baseiam-se em uma metodologia que consegue apenas chegar a estimativas de VBP, VAB e PIB (des)agregados por unidades federativas, ou município, sem ensejar qualquer delimitação estrutural interna (IBGE, 2001 e 2004). Ademais, privilegiando as bases de dados que permitam compatibilização em nível nacional, as Contas Regionais do IBGE tem seu *start point* nos censos econômicos de 1985, não absorvendo as informações estruturais do Censo Agropecuário de 1995-96. Para as regiões caracterizadas por forte ritmo de mudanças substantivas, como é o caso de vastas áreas do Estado do Pará, muito particularmente a área que adiante se delimitará como Pólo Marabá, tal procedimento traz perdas irreparáveis para o conhecimento da realidade econômica e social.

Por seu turno, tanto os ensaios patrocinados pelo IPEA (Vergolino e Monteiro, 1996) quanto a proposta de Grocomo e Guilhoto (1998), com vistas a uma projeção microrregional do PIB, uma vez que “rateio” pelas microrregiões dos valores agregados em nível estadual, com base em pesos estabelecidos a partir de um conjunto limitado de

variáveis (e na forma de estabelecimento destes pesos dá-se a diferença entre as propostas), não permitem ilações estatísticas da sua relação com variáveis estruturais que expressem as especificidades locais. Como indicam Considera et alii (1997, p. 7), para que tais procedimentos de cálculo descendente sejam legítimos é necessário que as regiões sejam bastante homogêneas, “(...) de forma a se obterem funções de produção compatíveis com a realidade econômica em tela”. Não sendo este o caso, tais números, para as realidades locais, são uma abstração de poucos fundamentos – uma pálida indicação das tendências apontadas pelas estimações conjunturais do IBGE, como aquelas da série Produção Agrícola Municipal (PAM).

Enfim, nenhum desses modelos permite resposta dinâmica a uma questão recorrente quando se trata de ações de desenvolvimento, sobretudo daquelas associadas a agentes difusos e arranjos produtivos locais, como é o caso dos Fundos Constitucionais de desenvolvimento regional em geral, e programas como o PROAMBIENTE e PRONAF em particular: que tipo de impacto aquela ação produziu nas variáveis macroeconômicas, no Valor Agregado, no Produto Interno Bruto, no Valor Bruto da Produção de um município, de uma região, de um Estado? O que se pode dizer a respeito dos seus efeitos, também nesse nível, ao longo do tempo? Eles tendem a ampliar-se? Eles tendem a refluir? Eles produzem um ciclo? Qual a extensão temporal deste?

A metodologia que se apresentará permite resposta a essas questões, com flexibilidade suficiente para focar com relativa facilidade conjuntos de agentes específicos em subdivisões e agregações regionais a delimitar. Para isso, encara de frente os problemas de uma contabilidade social ascendente no que se refere à *produção de base rural* ou *agrária*: isto é, aquela produção que engloba, *além da produção rural propriamente dita, as atividades na indústria e nos serviços urbanos cujo objeto provém do setor de produção animal e vegetal*. Trata-se de um modelo de cálculo da renda e do produto social de base agrária que pode produzir séries temporais atualizadas das variáveis Valor Bruto da Produção de Base Agrária (VBP<sup>α</sup>), Valor Agregado Bruto de Base Agrária (VAB<sup>α</sup>) e

Produto Regional Bruto<sup>1</sup> de Base Agrária (PRB<sup>a</sup>), além das matrizes das interrelações intersetoriais que as fundamentam, por uma metodologia que, maximizando a utilização dos dados do IBGE, tanto os do Censo Agropecuário de 1995-96, quanto os da Produção Agrícola Municipal (PAM), e associando-os a dados de pesquisa primária, trilha o caminho inverso ao dos autores acima citados permitindo, assim, agregações as mais variadas, orientadas tanto por atributos geográficos, quanto por atributos estruturais do setor.

As ferramentas principais para obtenção destas grandezas são matrizes de insumo-produto de tipo Leontief (1951<sup>a</sup>). Incorpora-se, também as contribuições de Isard (1951) para considerar diferentes sistemas geograficamente delimitados. Sobre isso discutiremos sumariamente na seção 2 do artigo. O leitor notará, nesse ponto, que o interesse é maior de dar uma demonstração do poder da metodologia, do que fazer as discussões substantivas que aqueles resultados suscitam.

## 2 O Modelo das Contas Sociais Alfa - CS<sup>a</sup>

Os Esquemas de Leontief (Leontief, 1971; Figueiredo, 1975; Haddad, Ferreira e Boisier, 1989) permitem visualizar de forma estruturada as conexões de uma economia de  $k$  produtos e  $m$  agentes ou setores em dada unidade político-administrativa ou geográfica. Eles se aplicam para observar as relações que se produzem na formação de  $Y$  global, ou da parcela de  $Y$  derivada de um único produto, de modo que permitem a estruturação da contabilidade social de uma economia operada como o resultado da agregação da formação da oferta e geração de renda associada a cada um dos  $k$  produtos que a compõem.

Em qualquer dos casos, para a estruturação de contas o modelo opera a partir da inter-relação entre cinco tipos de matrizes: a matriz de relações intermediárias ou de demanda endógena do sistema produtivo ( $X_{ij}$ ), um vetor-coluna de demanda final ou autônoma ( $X_i$ ), um vetor-coluna de Valor Bruto da Produção ( $Y_i$ ), tal que  $Y_i = X_i + \sum X_{ij}$ , variando  $j$  de 1 ao número de

setores do sistema produtivo. Um vetor-linha Valor Adicionado ( $VA_j$ ) e outro vetor-linha de Renda Bruta ( $Y_j$ ), tal que  $Y_j = VA_j + \sum X_{ij}$ ,  $i$  variando de 1 ao número de setores do sistema produtivo.

Cada  $X_{ij}$  é resultado do produto da quantidade  $q$  transacionada entre o agente ou setor  $i$  com o agente ou setor  $j$  e do preço  $p$  verificado nas intermediações respectivas. De modo que

$$X_{ij} = q_{ij} \cdot p_{ij} \quad (1)$$

Ademais, cada linha  $i$  registra os valores das vendas do agente  $i$  para todos os outros agentes produtivos e para os consumidores finais; cada coluna  $j$  registra as compras do setor ou agente  $j$ , sendo seu somatório o valor dos insumos por ele requeridos. Isto posto, é possível calcular os demais elementos do modelo, dados os valores  $X_{ij}$  e  $X_i$ . Pois, visto ser

$$Y_i = X_i + \sum_{j=1}^n X_{ij} \quad (2)$$

então

$$VA_j = X_j - \sum_{i=1}^n X_{ij} \quad (3)$$

$$Y_j = \sum_{i=1}^n X_{ij} + VA_j \quad (4)$$

$$X = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n X_{ij} + \sum_{i=1}^n X_i \quad (5)$$

$$Y = \sum_{j=1}^n \sum_{i=1}^n X_{ij} + \sum_{j=1}^n VA_j \quad (6)$$

tal que  $X = Y$ , sendo  $X$  o Valor Bruto da Produção Total,  $Y$  a Renda Bruta Total.

O modelo para  $n$  agentes em uma economia pode ser igualmente aplicado para agregados desses agentes por atributos geográficos (regiões) ou estruturais (setores). Se demonstra igualmente a possibilidade de desagregação tanto da Demanda Final (doméstica e resto do mundo, por exemplo) quanto do Valor Agregado (salários, lucros e renda) (Leontief, 1951b, 1963 e 1995; Isard, 1951; Guilhoto, Sonis e Hewings, 1996; Crocomo e Guilhoto, 1998; Haddad, 1989<sup>a</sup>, p. 338-340).

## 2.1 Um modelo empírico para a contabilidade de economias regionais e locais de base agrária

Pelo exposto, obter-se-ia toda a contabilidade social de uma economia de  $k$  produtos cujos fluxos fazem-se por  $n$  agentes agrupados em  $m+1$  posições no sistema produtivo e distributivo, em que a  $m+1$ -ésima posição é a do Demanda Final, pela equação

$$X_{ij} = \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^k q_{ijv} \cdot P_{ijv} \quad (7)$$

em que  $v$  é o produto,  $j$  o setor que o compra e  $i$  o setor que o vende.

E, se se faz vigorar  $g$  atributos geográficos e  $e$  atributos estruturais, a equação (7) seria, então, resultado da agregação de um número  $g \cdot e$  de sub-matrizes, cada uma delas composta por

$$X_{srij} = \sum_{s=1}^g \sum_{r=1}^e \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^k q_{srijv} \cdot P_{srijv} \quad (8)$$

em que  $r$  seria o atributo estrutural (camponeses, fazendas e empresas, por exemplo) e  $s$  o atributo geográfico (Sudeste Paraense subdivido em Pólo Marabá e Extra-Pólo Marabá, por exemplo, ou subdividido por isotenciais ou, ainda, por município).

Os elementos das matrizes de totalização para os atributos geográficos seriam

$$X_{sij} = \sum_{s=1}^g \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{r=1}^e X_{srij} \quad (9)$$

e, para os atributos estruturais, seriam

$$X_{rij} = \sum_{r=1}^e \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{s=1}^g X_{srij} \quad (10)$$

culminando-se com uma matriz totalizadora do conjunto, cujos elementos seriam

$$X_{ij} = \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{r=1}^e X_{rij} = \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{s=1}^g X_{sij} \quad (11)$$

Estas são as equações básicas do modelo empírico CS<sup>α</sup>. A partir delas, as grandezas descritas nas equações (2) a (6) podem ser encontradas para cada totalização par-

cial por atributos e para o total dos atributos.

## 2.2 O Algoritmo computacional

Obtem-se os valores das matrizes descritas pela equação (7) por um modelo que opera cinco tipos de matrizes empíricas: as que contêm os atributos geográficos e estruturais dos casos; as que contêm os dados de produção e preço pago ao produtor, por produto; as que contêm os dados que descrevem as relações insumo-transações-produto, por produto; as que descrevem a estrutura de formação dos preços na matriz de insumo-transações-produto, por produto; e as que contêm os dados conjunturais que informam as tendências de produção e preços, por produto.

Para construir essas matrizes e operá-las (pelo sistema de computação *Netz*, desenvolvido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos entre 1995 e 2000 – conf. Costa, 2002), contudo, resolveram-se problemas conceituais e operacionais relativos, no primeiro caso, aos atributos espaciais e estruturais com os quais o modelo deverá operar; no segundo caso, aos algoritmos que resolvam problemas de obtenção das variáveis de quantidade e preço e sua distribuição funcional e sua evolução temporal. São, portanto, as questões seguintes que nos ocuparão nos próximos segmentos.

- Obtenção dos atributos “s”: os atributos geográficos aos quais o modelo se refere (municípios, conjuntos de municípios, etc.).
- Obtenção dos atributos “r”: os atributos estruturais (características dos modos de produção, características dos sistemas, etc.) que fundamentam a estrutura produtiva da economia.
- Obtenção das quantidades básicas  $q$ : quanto do produto  $v$  foi transacionado por agentes assentados em  $s$  sob condição estrutural  $r$ ?
- Obtenção dos preços básicos  $p$ : a que preço a quantidade  $q$  foi transacionados pelos agentes assentados em  $s$  sob condição estrutural  $r$  – qual é a probabilidade da distribuição dessa produção pelos diversos pontos do sistemas econômico?
- Obtenção da distribuição de  $q$  pelas posições  $ij$ : que proporção de  $q$  foi transacionada pelos agentes  $ij$ ?

- f) Obtenção das ocorrências de  $p$  pelas posições  $ij$ : a que preço cada  $q_{ij}$  foi transacionado?
- g) Obtenção dos valores dos *inputs* industriais;
- h) Indexação, no tempo, dos valores de quantidade e preço.

### 2.2.1 A delimitação das aglomerações – especificação dos atributos “s” das CS<sup>α</sup>

A referência geográfica das CS<sup>α</sup> pode ser um município ou um agregado de municípios. O município é o limite, dado ser a menor unidade espacial acessível nos dados disponibilizados pelo IBGE. É possível delimitar, contudo, agregados de municípios por diferentes critérios: ou por fronteiras estabelecidas politicamente – uma região administrativa de governo, ou pela abrangência de uma certa organização sindical, ou pela esfera de gestão de uma política pública, ou uma área de associação de municípios, etc., - ou, ainda, por análise econômica de configuração dos aglomerados. Esta última constituiu a orientação utilizada para este artigo.

É fato empírico de notável recorrência que, tal como tem ocorrido nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento é um processo que produz agrupamentos multicêntricos. Economistas regionais e geógrafos (Reilly, 1929 e Stewart, 1948) há tempos sugerem uma descrição dessa multi-polaridade através da relação entre duas únicas variáveis: a população dos lugares e a distância entre eles. Por analogia à lei da gravitação universal, sugerem que os lugares se conformam em centros hierarquizados na razão direta de suas populações, as quais tratam como as “massas” de um sistema gravitacional, e inversa das respectivas distâncias<sup>2</sup>. Tal fórmula legitimou-se por oferecer uma leitura, por parcial que fosse, das configurações espaciais enquanto *potencial hierárquico* intuído na concentração da população, a variável *a priori* da existência social.

Aqui, utilizamos o resultado de uma análise gravitacional feita para a região em estudo, utilizando como “massas” do *campo de forças* o resultado de uma análise fatorial, cujo componente principal com maior poder explicativo expressou a máxima convergên-

cia das variâncias dos indicadores empíricos do capital produtivo, do valor da produção e da renda, do estágio da divisão do trabalho, do nível de capital humano, e do capital social e do grau de desenvolvimento da urbanidade de cada município (conf. Costa, 2005).

Apoiados naquela análise, chamamos aqui de *Pólo Marabá* ao todo articulado dos municípios de Parauapebas, São João do Araguaia, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Jacundá, Bom Jesus do Tocantins, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Rondon do Pará, São Geraldo do Araguaia, Tucuruí, Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Brejo Grande, Xinguara, Goianésia do Pará e Breu Branco com o município de Marabá e sua sede.

### 2.3 Os fundamentos estruturais que conformam as bases agrárias da economia em estudos - os atributos “r” nas CS<sup>α</sup>

As CS<sup>α</sup> trabalham com qualquer delimitação estrutural nas bases agrárias que se possam estabelecer a partir das informações censitárias que se dispõe. Para este artigo, explicitaram-se as três principais formas de produção presentes no agrário da região, estabelecendo com isso uma distinção do setor da produção rural de grande relevância para a compreensão dos fundamentos de última instância na dinâmica estruturadora da economia local do Pólo.

A produção rural na economia local em questão explica-se a partir do movimento interno e das interações competitivas e cooperativas entre três estruturas básicas e os atores que as gerem: a *unidade de produção camponesa*, a *fazenda* e a *grande empresa latifundiária* (Costa, 2000).

A *unidade de produção camponesa* caracteriza-se por ter na família seu parâmetro decisivo: seja como definidora das necessidades reprodutivas, que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que dispõe, seja como determinante no processo de apropriação de terras nas sagas de fronteira. São camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não-agrícola – desenvolvida de tal modo que não se

diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Esta unidade estrutural move-se por critérios orientados predominantemente pela *eficiência reprodutiva* do conjunto familiar, conforme noção já explanada antes em diversos momentos (sobretudo em Costa, 1995; Costa, 2000; Costa, 2002). Sinteticamente, *eficiência reprodutiva* seria uma expressão formal da eficiência da unidade camponesa enquanto um micro-sistema orientado por uma racionalidade que procura garantir um padrão de consumo, cultural e historicamente estabelecido, com o mínimo de risco e o menor esforço possível. Associada a eficiência reprodutiva, como seu inverso, está a *tensão reprodutiva* – o orientador do investimento camponês. Se a eficiência reprodutiva cai, como resultado de um elevação relativa do esforço frente ao consumo como resultado da elevação do risco (variação crescente no padrão de consumo), a razão decisória camponesa tende a exigir esforços para a mudança: adaptativa e incremental, se a tensão é baixa e o sistema está próximo do equilíbrio (eficiência reprodutiva tende a 1); radical, se a tensão é alta e o sistema está longe do equilíbrio (eficiência reprodutiva é muito baixa). Tais características fazem o sistema da produção camponesa evoluir por lógica própria, cujas peculiaridades são teórica e praticamente relevantes. Em geral, mas particularmente na Amazônia, tais especificidades resultam na diversidade das formas como o sistema se estabelece concretamente - os diferentes *estados* como se apresenta mediante especificidades locacionais e culturais, refletindo as disponibilidades tangíveis (elementos da natureza e infraestruturais) e intangíveis (institucionais e culturais) a isso associadas. Por outra parte, observando tais estados isoladamente, é peculiar, também, a diversidade de componentes que os configuram.

O *grande latifúndio empresarial*<sup>3</sup> é um estabelecimento rural orientado por processo decisório no qual podem ser aplicados a plenitude dos critérios empresariais e capitalista para a alocação eficiente, nessa perspectiva, das disponibilidades. O *uso* ou *não uso* da terra e dos recursos naturais sob sua égide, por exemplo, resulta de decisões que ponderam, com plena ou grande fluidez, a rentabilidade média e o custo de oportunidade de aplicação do capital equivalente, do que faz parte a análise sistemática entre possibilidades atuais e futuras. Aqui, a propriedade rural nada mais é que um item de *portfolio*, um ativo que não se distingue, em essência, dos demais componentes da carteira que organiza a reprodução de uma parcela de capital. Os estabelecimentos com essas características empregam exclusivamente força de trabalho assalariada, são basicamente geridos por administradores profissionais e podem buscar uma consistência intertemporal de aplicação de ativos com horizontes longos de tempo.

Este último ponto é o que mais profundamente distingue o *latifúndio empresarial* da *fazenda*<sup>4</sup>, apesar de diferirem também quanto a frequência com que ocorre a gestão familiar: quase sempre nesta, raramente naquela. A gestão do tempo, na decisão quanto ao uso ou não das disponibilidades visando a acumulação de capital, em particular a gestão dos itens fortemente marcada pelas condições naturais – onde condições de irreversibilidade estão mais presentes – é uma questão chave aqui. E as diferenças decisórias em relação a isso resultam das importantes diferenças sociológicas, informacionais e cognitivas com as quais, os agentes associados a cada estrutura, sondam o futuro.

Operamos tais distinções, para efeito de visualização integrada ao contexto macro da economia local, a partir das relações sociais, tal como se demonstra no Box 1.

**Box 1.** Método de retabulação dos dados do Censo Agropecuário 1995-96 e de classificação das formas de produção.

*O meio eletrônico de publicação dos dados censitários tem permitido uma utilização bem mais ampla e flexível das informações censitárias do que a publicação em papel, não apenas pela velocidade de acesso, mas, sobretudo, pelo fato de permitir que se obtenham todas as tabelas padrão que apresentam os resultados do Censo, anteriormente só disponíveis para a unidade federativa, para todos os demais níveis regionais de agregação – para as mesorregiões, para as microrregiões e para o município. Não obstante o fato de que a estrutura tabular mantém um elevado grau de rigidez, essa forma de publicação permite trabalhar com graus tanto maiores de flexibilidade, quanto mais se manejem os dados em esferas espaciais mais elementares. Isso porque, em qualquer dessas esferas, será possível ter todas as variáveis constantes das tabelas básicas para todos os 15 “estratos de área total” usuais do Censo. E, no âmbito geográfico em que se esteja trabalhando, sempre se poderão considerar as médias de uma variável para um estrato como relativa à unidade produtiva média respectiva e, assim tratado, o estrato ganha a condição de um “caso” em um novo banco de dados passível de retabulação e processamento, tendo a frequência do estrato como um dos seus campos. Trabalhamos, aqui, com uma desagregação em âmbito de município, para toda mesorregião Sudeste Paraense. Desse modo, maneamos um banco de dados de 510 “casos” (34 municípios multiplicadas por quinze estratos de área), no qual se separaram os municípios do Pólo Marabá já acima listados.*

*No Banco de Dados resultante fez-se uma distinção rigorosa entre as formas de produção, se camponesa (familiar), se de fazenda e se empresarial, com base no tipo de força de trabalho utilizada. Desse modo, para cada um dos 510 casos do BD -- estratos de área x para a município y – calculou-se a força de trabalho total pela soma de a) a força de trabalho familiar total – o total da categoria “membros não remunerados da família maiores de 14 anos” somado com a metade dos “membros não remunerados da família menores de 14 anos” – e b) a força de trabalho não familiar total – a soma dos gastos com salários, com empreitas e outros contratos de prestação de serviço dividida pelo valor médio da diária prevalecente multiplicada por 300 dias médios de trabalho por ano. Ademais, considerou-se “familiar” o estabelecimento médio, cuja participação relativa da força de trabalho de terceiros total estimada no total da força de trabalho não ultrapassasse 1/2, a empresarial a que o assalariamento é igual ou superior a 90% e de fazendas o estabelecimento médio com força de trabalho de terceiros acima de 50% e menor que 90% da força de trabalho total.*

#### 2.4 As estruturas de alocação das quantidades produzidas e de formação de preços – da intermediação mercantil e industrial ao consumo final

O cálculo das CS<sup>a</sup> assenta-se em células de informações de transação que, por suposto, envolve uma quantidade de certo produto e seu preço, num intervalo de tempo correspondente a uma safra, num preciso “ponto” do sistema econômico e num preciso “lugar” do espaço geográfico. *Obtém-se as quantidades e os preços básicos* a partir de uma matriz de produção construída também com os dados extraídos do Censo Agropecuário 1995-1996. Esta tabela tem estrutura distinta daquela cuja construção se descreveu no Box 1, mas com ela se comunica pela interface da variável que associa estrato de área com município (o número do caso). A construção dessa tabela para as CS<sup>a</sup> exige diversos procedimentos descritos por Pires (2002) para, ao final, trazer todos os produtos pes-

quisados no Censo Agropecuário na delimitação geográfica em questão (o Pólo Marabá). Para cada um dos casos da tabela de referências estruturais obtiveram-se para 104 produtos a quantidade produzida total, seu valor monetário e as quantidades autoconsumidas e vendidas com os respectivos valores da produção. As CS<sup>a</sup> trabalham, portanto, até aqui, com duas matrizes empíricas: numa matriz estão os dados de produção e preço; noutra, os atributos geográficos (município, microrregião, etc.) e estruturais (forma de produção, nível tecnológico, etc.). Ambas as tabelas têm suas linhas identificadas pela relação “estrato de área”/“município”, constituindo esta identidade a variável chave na comunicação entre as duas. Observe-se, contudo, que a matriz onde se dispõe dos dados estruturais do Censo, por motivos óbvios, tem um número de linhas diferente do número de linhas daquela que dispõe dos dados de produção. De modo que a relação entre as duas não é

biunívoca: atributos encontradas na primeira podem ser atribuídos à segunda, permitindo que todas as indicações estruturais possíveis a partir dos dados do Censo sejam imputáveis ou relacionáveis com cada linha da matriz de produção<sup>5</sup>. Mas o contrário não é verdadeiro: atributos que se obtenham a partir da matriz de produção não são imputáveis à matriz de dados estruturais.

Estas duas tabelas são o *hard core* do banco de dados *BDSudesteParaense*, no qual obtêm-se os valores  $q$  pelo somatório da variável “quantidade vendida” do produto  $v$  em uma *seleção de casos* em *BD* que atende à restrição geográfica  $s$  e à condição estrutural  $r$ ; e os valores de  $p$  são resultados da divisão entre o somatório da variável “valor da produção vendida”, obtido para as mesmas restrições, dividido pelos  $q$  respectivos.

## 2.5 Estrutura da distribuição das quantidades e atribuição de preços por conexão

Uma vez encontrado  $q$  e  $p$  de uma mercadoria  $v$  – quantidade posta pelo produtor em circulação e preço pago ao produtor do produto  $v$  – há que se indicar os caminhos percorridos por  $v$  e os diferentes preços que assume até atingir o consumo final. Para tanto contróem-se matrizes que descrevam a probabilidade da *distribuição das quantidades  $q$  e de atribuição dos preços a partir de  $p$  nas relações entre os agentes  $e$ , uma vez determinadas suas posições estruturais, entre os setores*.

O modelo CS<sup>α</sup> opera matrizes descritivas dos fluxos quantitativos,  $Q_{ij}^v$ , e da formação dos preços,  $P_{ij}^v$ . Os elementos da primeira matriz são as proporções da quantidade produzida de  $v$  que transita pela posição  $ij$ , isto é, que se constitui objeto de transação entre os agentes ou setores  $ij$ . Os elementos da segunda matriz são os fatores que incrementam o preço médio pago aos produtores de  $v$  na posição  $ij$ , isto é, nas transações entre os agentes ou setores  $ij$ .

Assim, os valores  $q$  e  $p$  são obtidos para cada posição  $ij$  de modo que

$$q_{srijv} = q_{srv} Q_{ij}^v \quad (12)$$

e

$$p_{srijv} = p_{srv} P_{ij}^v \quad (13)$$

em que  $Q_{ij}^v$  é a matriz dos coeficientes de intermediação e  $P_{ij}^v$  é a matriz de formação de preço das relações entre os setores  $i$  e  $j$ , em relação ao produto  $v$ .

As matrizes dessa natureza são obtidas a partir de pesquisa primária por nós conduzidas para os produtos do Pólo.

**Exemplo: Obtenção de Matrizes Q e P para o produto Gado em Pé em Marabá, no ano de 2000**

Obteve-se matrizes dos fluxos da produção e distribuição de gado em pé por pesquisa primária. Postados em Marabá, reconstituiu-se as cadeias a montante e a jusante de cada uma das transações referentes a 71.362 cabeças ao longo do ano de 2000. Isso equívale a 35% das 204 mil cabeças transacionadas no ano do Censo. Essa quantidade de cabeças bovinas correspondeu a 19.990.459 kg transacionados. Para cada transação, marcou-se o tipo de *agente de venda* e o tipo de *agente de compra* de modo que, cruzados, os agentes nas suas respectivas posições de vendedores e compradores produziram-se a Tabela , para as quantidades transacionadas, e a Tabela , para os respectivos valores. A divisão dos valores pelas quantidades nas posições equivalentes leva aos preços implícitos em cada posição  $ij$ . Se dividirmos cada quantidade  $ij$  pelo total da produção (o total vendido pelos produtores, sejam eles camponeses, sejam eles fazendeiros: a soma dos totais das duas primeiras linhas) obtém-se a matriz  $Q_{ij}^{GadoEmPé}$  – Tabela ; se dividirmos cada preço  $ij$  pela média dos preços pagos aos produtores, obteremos a matriz dos coeficientes de intermediação  $P_{ij}^{GadoEmPé}$  – Tabela. Em ambos os casos, para os diversos tipos de agentes que fazem a *cadeia produtiva do gado em pé*.

**Tabela 1.** Gado em Pé - Fluxos trasacionados pelas diversas categorias de agentes a partir do Pólo Marabá, em 1.000 Kg, janeiro a dezembro de 2000

		Sistema Local					Sistema Estadual					Sistema Nacional				Total	
		Matadouro- Açougue	Matadouro- Frigorífico	Corretor	Açougue	Consumidor	Matadouro- Frigorífico (Benef)	Fábrica de Sabão	Matadouro- Frigorífico (Transf)	Frigorífico (atacadista)	Marchant	Consumidor	Matadouro- Frigorífico	Cortume	Marchant		Consumidor
Sistema Local	Campones	288	-	-	1.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.939
	Fazendeiro	144	-	16.606	1.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.051
	Matadouro- Açougue	-	92	-	-	340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432
	Matadouro- Frigorífico	-	-	-	-	-	-	288	-	1.080	-	-	180	-	-	-	1.548
	Corretor	-	-	-	-	-	9.143	-	2.567	-	2.948	-	57	-	1.891	-	16.606
	Açougue	-	1.456	-	-	1.497	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.953
Sistema Estadual	Mat- Frigorífico – Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.143	-	-	-	-	-	9.143
	Fábrica de Sabão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288	-	-	-	-	-	288
	Mat- Frigorífico - Transforma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.567	-	-	-	-	-	2.567
	Frigorífico – Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.080	-	-	-	-	-	1.080
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.948	-	-	-	-	-	2.948
	Mat. Frigorífico - Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	57
Sistema Nacional	Cortume	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180	180
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.891	1.891
Total de compras		432	1.548	16.606	2.953	1.837	9.143	288	2.567	1.080	2.948	16.026	57	180	1.891	2.128	59.682

Fonte: Pesquisa de campo.

**Tabela 2.** Gado em Pé - Valor trasacionado pelos diversos agentes a partir do Pólo Marabá em R\$ 1.000 correntes, janeiro a dezembro de 2000

		Sistema Local					Sistema Estadual					Sistema Nacional				Total	
		Matadouro- Açougue	Matadouro- Frigorífico	Corretor	Açougue	Consumidor	Matadouro- Frigorífico (Benef)	Fábrica de Sabão	Matadouro- Frigorífico (Transf)	Frigorífico (atacadista)	Marchant	Consumidor	Matadouro- Frigorífico	Cortume	Marchant		Consumidor
Sistema Local	Campones	278	-	-	1.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.857
	Fazendeiro	137	-	17.237	775	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.149
	Matadouro- Açougue	-	36	-	-	442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	478
	Matadouro- Frigorífico	-	-	-	-	-	-	86	-	432	-	-	360	-	-	-	879
	Corretor	-	-	-	-	-	10.237	-	2.906	-	3.329	-	64	-	2.070	-	18.606
	Açougue	-	260	-	-	3.181	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.441
Sistema Estadual	Mat- Frigorífico – Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.043	-	-	-	-	-	14.043
	Fábrica de Sabão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	-	-	-	-	-	86
	Mat- Frigorífico - Transforma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.177	-	-	-	-	-	4.177
	Frigorífico – Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	756	-	-	-	-	-	756
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.468	-	-	-	-	-	4.468
	Mat. Frigorífico - Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	92
Sistema Nacional	Cortume	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	562	562
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.078	3.078
Total de compras		415	295	17.237	2.354	3.623	10.237	86	2.906	432	3.329	23.531	64	360	2.070	3.731	70.671

Fonte: Pesquisa de campo.

**Tabela 3.** Gado em pé - Preços implícitos nas transações entre os diversos agentes no ano de 2000, em R\$ correntes por kg

		Sistema Local					Sistema Estadual					Sistema Nacional				Total	
		Matadouro- Açougue	Matadouro- Frigorífico	Corretor	Açougue	Consumidor	Matadouro- Frigorífico (Benef)	Fábrica de Sabão	Mata-douro- Frigorífico (Transf)	Frigorífico (atacadista)	Marchant	Consumidor	Matadouro- Frigorífico	Cortume	Marchant		Consumidor
Sistema Local	Campones	0,97	-	-	0,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,96
	Fazendeiro	0,95	-	1,04	0,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,01
	Matadouro- Açougue	-	0,39	-	-	1,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,11
	Matadouro- Frigorífico	-	-	-	-	-	-	0,30	-	0,40	-	-	-	2,00	-	-	0,57
	Corretor	-	-	-	-	-	1,12	-	1,13	-	1,13	-	1,13	-	1,09	-	1,12
	Açougue	-	0,18	-	-	2,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,17
Sistema Estadual	MatFrigorífico- Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,54	-	-	-	1,54	
	Fábrica de Sabão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,30	-	-	-	-	0,30	
	MatFrigorífico- Transforma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,63	-	-	-	-	1,63	
	Frigorífico - Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,70	-	-	-	-	0,70	
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,52	-	-	-	-	1,52	
	MatFrigorífico- Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,63	1,63
Sistema Nacional	Cortume	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,12	3,12
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,63	1,63
Total de compras		0,96	0,19	1,04	0,80	1,97	1,12	0,30	1,13	0,40	1,13	1,47	1,13	2,00	1,09	1,75	1,18

Fonte: Pesquisa de campo.

**Tabela 4.** Matriz  $Q_{ij}^{GadoEmpé}$  Estrutura da cadeia produtiva de bovino em pé, para  $i$  sendo o agente vendedor e  $j$  o agente comprador (em % do total produzido)

		Sistema Local					Sistema Estadual					Sistema Nacional				Total	
		Matadouro- Açougue	Matadouro- Frigorífico	Corretor	Açougue	Consumidor	Matadouro- Frigorífico (Benef)	Fábrica de Sabão	Mata-douro- Frigorífico (Transf)	Frigorífico (atacadista)	Marchant	Consumidor	Matadouro- Frigorífico	Cortume	Marchant		Consumidor
Sistema Local	Campones	1,4	-	-	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,7	
	Fazendeiro	0,7	-	83,1	6,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90,3	
	Matadouro- Açougue	-	0,5	-	-	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,2	
	Matadouro- Frigorífico	-	-	-	-	-	-	1,4	-	5,4	-	-	0,9	-	-	7,8	
	Corretor	-	-	-	-	-	45,7	-	12,8	-	14,7	-	0,3	-	9,5	83,1	
	Açougue	-	7,3	-	-	7,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,8	
Sistema Estadual	MatFrigorífico- Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45,7	-	-	-	-	45,7	
	Fábrica de Sabão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	-	-	-	-	1,4	
	MatFrigorífico- Transforma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,8	-	-	-	-	12,8	
	Frigorífico - Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,4	-	-	-	-	5,4	
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,7	-	-	-	-	14,7	
	MatFrigorífico- Beneficia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,3
Sistema Nacional	Cortume	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	0,9
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5	9,5
Total de compras		2,2	7,8	83,1	14,8	9,2	45,7	1,4	12,8	5,4	14,7	80,2	0,3	0,9	9,5	10,6	298,6

Fonte: Pesquisa de campo.

**Tabela 5.** Matriz Formação dos preços na cadeia produtiva de bovino em pé, para *i* sendo o agente vendedor e *e* o agente comprador (em % do preço médio pago aos produtores)

		Sistema Local					Sistema Estadual					Sistema Nacional				Total	
		Matadouro-Açougue	Matadouro-Frigorífico	Corretor	Açougue	Consumidor	Matadouro-Frigorífico (Benef)	Fábrica de Sabão	Mata-douro-Frigorífico (Transf)	Frigorífico (atacadista)	Marchant	Consumidor	Matadouro-Frigorífico	Cortume	Marchant		Consumidor
Sistema Local	Campones	97	-	-	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96
	Fazendeiro	95	-	104	60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
	Matadouro-Açougue	-	39	-	-	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111
	Matadouro-Frigorífico	-	-	-	-	-	-	30	-	40	-	-	200	-	-	-	57
	Corretor	-	-	-	-	-	112	-	113	-	113	-	113	-	109	-	112
	Açougue	-	18	-	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116
Sistema Estadual	MatFrigorífico-Benefícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	-	-	-	153
	Fábrica de Sabão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	30
	MatFrigorífico - Transforma	0	-	-	-	-	-	-	-	-	163	-	-	-	-	-	163
	Frigorífico - Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	-	-	-	-	70
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151	-	-	-	-	-	151
	MatFrigorífico - Benefícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162	162
Sistema Nacional	Cortume	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	312	312
	Marchant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	163	163	
Total de compras		96%	19	104	80	197	112	30	113	40	113	147	113	200	109	175	118

Fonte: Pesquisa de campo.

As matrizes obtidas dessa maneira apresentam interesse próprio, dado que descrevem as condições particulares de estruturação dos fluxos de um dado produto e a respectiva formação de preços:

- Elas permitem uma leitura da posição e importância dos (tipos de) agentes na cadeia produtiva, dado que as colunas apresentam as estruturas de compras e as linhas as estruturas de vendas respectivas. Assim, se tomarmos, por exemplo, os agentes do tipo “Corretor” (comerciantes que compram gado no atacado no sistema local para pô-lo em mercados mais amplos), veremos que eles compram 83,1% do total da produção de Gado em Pé, compram exclusivamente de fazendeiros, vendem, disso, em torno de 83 pontos percentuais no mercado paraense: 45,7 pontos percentuais para Matadouros-Frigoríficos com capacidade, apenas para beneficiar, 12,8 pontos para Matadouros-Frigoríficos capazes de fazer a transformação do produto, 14,7 pontos vão diretos para Marchants, que atuam no varejo.

Em torno de 10 pontos percentuais são postos no mercado nacional, praticamente tudo para o varejo. Os Matadouros-Frigoríficos locais (em Marabá) adquirem 7,8% do Gado em Pé de açougues e matadouros e os vende 1,4 pontos para fábrica de sabão, 5,4 pontos para outros frigoríficos no mercado estadual e 0,9 pontos para cortumes do mercado nacional. Etc.

- Elas permitem, também, uma observação paralela do preço médio praticado em cada posição: o preço praticado pelo “Corretor” é equivalente a 104% do preço médio recebido pelos produtores; o preço médio praticado por esse agente com os “Matadouros-Frigoríficos” beneficiadores no Pará é 112% do preço médio recebido pelos produtores, etc.

Muito ensina sobre a economia local e seus arranjos produtivos, pois, a leitura dessas tabelas. Contudo, para as CS<sup>α</sup>, é importante que se ajustem tais fluxos a uma estrutura setorial de modo a compatibilizá-los na configuração de uma economia de base agrária que considera uma única região. Nesses

casos, como ensinam Considera et alii (1997, p. 7), “(...) consideram-se as informações estatísticas da região, de tal forma que suas transações externas sejam limitadas ao resto do mundo e ao conjunto de outras regiões, ou seja o resto do País, sem detalhar as regiões consumidoras e fornecedoras de bens e serviços”.

Para este trabalho, ajustando a abrangência para níveis nacional e estadual, alocamos os agentes nos seguintes setores:

Para produção e transações intermediárias:

1. Produção: Produtores rurais
2. Varejo Rural: Setor de intermediação entre a produção e os setores urbanos de comércio e indústria.
3. Indústria de Beneficiamento Local: Indústria urbana situada no centro do Pólo que apenas beneficia o produto – beneficiamento de arroz, corte e resfriamento de carne, etc.
4. Indústria de Transformação Local : Indústria situada no centro do Pólo que processa o produto – produz farinha de arroz, produz imbutidos, no caso da carne, etc.
5. Atacado Local: Instância situada no centro do Pólo, de comércio por atacado.
6. Varejo Urbano Local: Instância situada no centro do Pólo, de comércio por atacado – supermercados, etc..
7. Indústria de Beneficiamento Extra-Local-Estadual: Indústria urbana situada fora do Pólo, mas no interior do Estado que o abriga, que apenas beneficia o produto.
8. Indústria de Transformação Extra-Local-Estadual: Indústria urbana situada fora do Pólo, mas no interior do Estado que o abriga, que processa o produto.

9. Atacado Extra-Local-Estadual: Instância situada fora do Pólo, mas no interior do Estado que o abriga, de comércio por atacado.
10. Varejo Urbano Extra-Local-Estadual: Instância situada fora do Pólo, mas no interior do Estado que o abriga, de comércio varejista – supermercados, etc..
11. Indústria de Beneficiamento Extra-Local-Nacional: Indústria situada fora do Estado que abriga o Pólo, que apenas beneficia o produto.
12. Indústria de Transformação Extra-Local-Nacional: Indústria situada fora do Estado que abriga o Pólo, que processa produtos. Aqui incluem-se produtos industriais que entram na economia agrária como insumos.
13. Atacado Extra-Local-Nacional: Instância de comércio atacado situada fora do Estado que abriga o Pólo.
14. Varejo Urbano Extra-Local-Nacional: Instância de comércio de varejo situada fora do Estado que abriga o Pólo.

Para o Consumo Final:

15. Consumo Final Local: consumo no Pólo de sua própria produção.
16. Consumo Final Extra-Local-Estadual: consumo no Estado da produção oriunda do Pólo.
17. Consumo Final Extra-Local-Nacional: consumo no mercado nacional da produção oriunda do Pólo.

Assim, obtiveram-se tabelas Q para todos os produtos com estruturas fixadas de modo que as linhas i e colunas j são os 14 setores da produção e das transações intermediárias e mais três segmentos de consumo final. Para o produto Gado em Pé, do nosso exemplo, chegou-se à Tabela 6 e à Tabela 7.

**Tabela 6.** Matriz Estrutura da cadeia produtiva de Gado em Pé, para *i* sendo o setor vendedor e *e* o setor comprador (em % do total produzido)

Setor vendedor <i>i</i>		Setor comprador <i>j</i>						Sistema Local					Sistema Estadual					Sistema Nacional					Total
		Produção	Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Consumo Final	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Consumo Final	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Consumo Final					
				Beneficiamento	Transformação				Beneficiamento	Transformação				Beneficiamento	Transformação								
Sistema Local	Produção			2,2		83,1	14,8													100,0			
	Varejo Rural																			0,0			
	Ind. Benef.			0,5				1,7		1,4	5,4				0,9					9,9			
	Ind. Transf.																			0,0			
	Atacado							0,8	45,7	12,8	14,7				0,3		9,5			83,9			
	Varejo Urbano			7,3				7,5												14,8			
Sistema Estadual	Ind. Benef.													45,7						45,7			
	Ind. Transf.													14,3						14,3			
	Atacado													19,3						19,3			
	Varejo Urbano																			0,0			
Sistema Nacional	Ind. Benef.																		0,3	0,3			
	Ind. Transf.																		0,9	0,9			
	Atacado																		9,5	9,5			
	Varejo Urbano																			0,0			
Total		0,0		9,9		83,1	14,8	1	45,7	14,3	20,1		79,3	0,3	0,9	9,5		10,6					

Fonte: Pesquisa de campo.

**Tabela 7.** Matriz Formação dos preços na cadeia produtiva de bovino em pé, para *i* sendo o Setor vendedor e *e* o Setor comprador (em % do preço médio pago aos produtores)

Setor vendedor <i>i</i>		Setor comprador <i>j</i>															Total				
		Produção	Varejo Rural	Indústria			Varejo Urbano	Consumo Final	Indústria			Varejo Urbano	Consumo Final	Indústria							
				Beneficiamento	Transformação	Atacado			Beneficiamento	Transformação	Atacado			Beneficiamento	Transformação	Atacado					
Sistema Local	Produção	-	-	96	-	104	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
	Varejo Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ind. Benef.	-	-	39	-	-	-	130	-	30	40	-	-	-	200	-	-	-	-	-	68
	Ind. Transf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Atacado	-	-	-	-	-	-	96	112	113	113	-	-	113	-	114	-	-	-	-	112
	Varejo Urbano	-	-	18	-	-	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116
Sistema Estadual	Ind. Benef.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	-	-	-	-	-	153
	Ind. Transf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	-	149
	Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131	-	-	-	-	-	-	-	131
	Varejo Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema Nacional	Ind. Benef.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162	162
	Ind. Transf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	312	312
	Atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	163	163
	Varejo Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Para a descrição da distribuição das quantidades e da formação dos preços pelos setores, produziram-se, por pesquisa primária por nós feita, matrizes de coeficientes para as relações entre 14 setores e para o consumo final de 25 dos principais produtos do Pólo (para metodologia de construção dessas matrizes, ver Costa *et alii*, 2002b). Outras três matrizes foram construídas a partir de resultados de pesquisas primárias produzidas por terceiros. Juntos, os 28 produtos assim tratados representam acima de 90% do valor bruto da produção rural do Pólo.

Para os demais produtos, utilizaram-se matrizes-padrão. As matrizes-padrão são as que resultam de descrição dos fluxos dos produtos por de hipóteses razoáveis ou altamente prováveis.

Nesse caso encontram-se os hortigranjeiros: são poucas as informações sobre as relações associadas a esses produtos no Pólo Marabá e não fizemos pesquisa primária sobre eles. É razoável, contudo, pressupor que suas cadeias são muito simples, provavelmente constituindo fluxo direto entre os próprios produtores e os consumidores finais. Nesses casos estruturamos uma matriz-padrão em que 100% do produto é transacionado do produtor ao consumidor.

Para certos produtos, como pinto de um dia, entendemos razoável a suposição de que, mesmo quando o dado de base indica vendas, e não autoconsumo, o fluxo se deu para outros produtores que, com elevada probabilidade, estiveram entre os recenseados. Para esses casos, construiu-se a matriz-padrão produtor-produtor.

Matrizes-padrão são aplicadas, também, a todos os produtos no que se refere àquelas parcelas da produção claramente indicadas pelo Censo como não levadas a mercado. Quando se trata de retenção no estabelecimento para autoconsumo intermediário (produtivo), como o caso do milho, das sementes etc., considera-se que essas parcelas obedecem ao fluxo da matriz-padrão produtor-produtor; quando se trata de produtos com destinação final de consumo, como, por exemplo, animais abatidos ou frutas, considerou-se a matriz-padrão produtor-consumidor. Esta mesma matriz foi utilizada quando a destinação final é claramente para a formação de capital, como é o caso todos os animais de trabalho e das matrizes bovinas.

Ao final, dispusemos de matrizes Q e P para os 108 produtos levantados pelo Censo, cuja lista encontra-se na Tabela A-1, no Anexo.

#### 2.4 Obtenção dos valores dos *inputs* industriais

Dado que a matriz com os dados de produção utilizada pelo modelo não dispõe de informações das despesas associadas aos produtos e que estas informações estão disponíveis apenas na tabela dos atributos geográficos e estruturais, a obtenção do valor do cruzamento X<sub>12,1</sub> (Indústria de Transformação Extra-Local-Nacional com Produção) só é possível (e portanto incorporado) para as matrizes de insumo-transação-produto finais agregadas para os atributos geográficos e estruturais. Assim, dada uma matriz de insumo-produto já calculada para todos os produtos e todos os produtores de uma região s, que contemple a produção do atributo estrutural r

$$(14)$$

em que i seriam os valores em R\$ observados para o conjunto dos produtores com as características r em s, dos gastos totais nos seguintes itens: 1) Energia, 2) Adubos químicos, 3) Custo com máquinas (aluguel), 4) Combustíveis, 5) Corretivos, 6) Medicamentos veterinários, 7) Outros itens industriais, 8) Rações 9) Embalagens, 10) Sal.

#### 2.5 O Programa Netz – o cálculo da matrizes da CS<sup>α</sup>

A produção das matrizes da CS<sup>α</sup> envolve um grande número de cálculos. Para tanto desenvolveu-se o programa *Netz* em linguagem Visual Basic com 6 módulos principais:

- 1) Administração da matriz dos atributos estruturais e geográficos;
- 2) Administração da matriz de produção;
- 3) Administração das informações sobre as estruturas das cadeias insumo-transação-produto e da formação de preços;
- 4) Administração de indexadores;

- 5) Administração das interfaces entre todas as matrizes;
- 6) Processamento dos cálculos previstos na matemática do modelo CS<sup>α</sup>.

O Programa *Netz*, após designada uma base de dados na estrutura por ele requerida, oferece todas as possibilidades existentes no banco de estabelecer uma área de abrangência para os cálculos que se pretende e estabelecer que estruturas organizarão os sub-totais da matriz de insumo-produto global para a área escolhida. De posse dessas indicações, o programa busca cada um dos casos que cumpram as restrições estruturais e espaciais, examina para cada item da produção afeta àquele caso, seus dados de quantidade e preço implícito, procura as estruturas dos fluxos físicos e de formação de preços mais adequadas, aplicando-as aos dados empíricos já examinados. Da somatória de cada caso o programa gera as matrizes de sub-totais – atributos estruturais – e a matriz total.

## 2.6 Modelo para estimativas de VBP<sup>c</sup>, VAB<sup>c</sup> e PRB<sup>c</sup> para anos diferentes daquele em que se realizou o Censo

A metodologia permite, ademais, atualização para os anos seguintes da Contabilidade Social da Produção de Base Agrária (CS<sup>c</sup>) obtida com os dados do Censo de 1995-96. Para tanto se produzem indexadores de quantidade e preço baseados nas séries municipais da PAM. Há dois tipos de situação: aquela em que o produto em questão é levantado sistematicamente e faz parte da PAM e aquela em que o produto em tela não é levantado pela PAM.

Na primeira situação os indexadores de quantidade são os números índices do total das quantidades do produto  $v$  para o conjunto dos municípios que atendem à restrição  $s$ , tendo 1995 como ano base; e os indexadores de preço os números índices do preço médio do produto  $v$  para os municípios que atendem a restrição geográfica  $s$ , tendo 1995 como ano base. Assim, os números índices são:

$$I_{sva}^Q = \frac{q_{sva}}{q_{sv1995}} \quad (15)$$

e

$$I_{sva}^P = \frac{\bar{p}_{sva}}{\bar{p}_{sv1995}} \quad (16)$$

Se o produto não for levantado pela PAM então ele será indexado pela evolução do conjunto da produção em uma certa delimitação geográfica. A evolução do conjunto da produção é observada pelos números índices da evolução do *produto real* e dos *preços implícitos* para a restrição geográfica  $s$ .

O *Produto Real*, num ano  $a$  no espaço  $s$ , de um conjunto de produtos é a soma dos resultados da multiplicação das quantidades de cada produto no ano  $a$  pelo preço em um ano escolhido para fornecer o vetor de preços, no nosso caso, o ano de 1995.

O *Preço Implícito*, no ano  $a$  e atendendo à mesma restrição geográfica  $s$ , é a soma do produto dos preços de cada produto no ano  $a$  pela quantidade do mesmo produto no ano escolhido para fornecer o vetor de quantidade, no nosso caso, o ano de 1995.

De modo que os números índices para as duas grandezas são os seguintes:

$$I_{sa}^Q = \frac{\sum_{s=1}^g \sum_{a=1995}^{2000} \sum_{v=1}^k q_{sav} \cdot p_{s1995v}}{\sum_{s=1}^g \sum_{v=1}^k q_{s1995v} \cdot p_{s1995v}} \quad (17)$$

e

$$I_{sa}^P = \frac{\sum_{s=1}^g \sum_{a=1995}^{2000} \sum_{v=1}^k q_{s1995v} \cdot p_{sav}}{\sum_{s=1}^g \sum_{v=1}^k q_{s1995v} \cdot p_{s1995v}} \quad (18)$$

sendo  $I_{sa}^Q$  a série de números índices da *Produto Real* para cada ano do período de 1995 a 2000, com 1995 = 100 e  $I_{sa}^P$  a série equivalente para os *Preços Implícitos*.

Além desse método – que chamamos aqui de *direto*, ou *contábil* – utiliza-se um outro método: o *tendencial*. A obtenção das *taxas de incremento por estimação da tendência*

se faz a partir das regressões lineares para as funções

$$I_{sva}^Q = I_{sv1995}^Q \cdot (I_{sva}^{Qe})^{a-1995} \quad (19)$$

e

$$I_{sva}^P = I_{sv1995}^P \cdot (I_{sva}^{Pe})^{a-1995} \quad (20)$$

ou

$$I_{sa}^Q = I_{s1995}^Q \cdot (I_{sa}^{Qe})^{a-1995} \quad (21)$$

e

$$I_{sa}^P = I_{s1995}^P \cdot (I_{sa}^{Pe})^{a-1995} \quad (22)$$

logaritimizadas. De modo que sendo

$$\log I_{sva}^Q = \log I_{sv1995}^Q + (a-1995) \cdot \log I_{sva}^{Qe} \therefore \log I_{sva}^Q = (a-1995) \cdot \log I_{sva}^{Qe} \quad (23)$$

e

$$\log I_{sva}^P = \log I_{sv1995}^P + (a-1995) \cdot \log I_{sva}^{Pe} \therefore \log I_{sva}^P = (a-1995) \cdot \log I_{sva}^{Pe} \quad (24)$$

ou

$$\log I_{sa}^Q = \log I_{s1995}^Q + (a-1995) \cdot \log I_{sa}^{Qe} \therefore \log I_{sa}^Q = (a-1995) \cdot \log I_{sa}^{Qe} \quad (25)$$

e

$$\log I_{sa}^P = \log I_{s1995}^P + (a-1995) \cdot \log I_{sa}^{Pe} \therefore \log I_{sa}^P = (a-1995) \cdot \log I_{sa}^{Pe} \quad (26)$$

então o cologaritmo do coeficiente angular da regressão linear obtida para (a-1995) operando como variável independente e o logaritmo de  $I_{sva}^Q$  como variável dependente é o indexador de quantidade para o intervalo entre o ano a e 1995, para o produto v em s. Da mesma forma se obtém o indexador de preços quando a variável independente é o logaritmo de  $I_{sva}^P$ . E, operando as equações (25) e (26) obtém-se indexadores de quanti-

dade e preço derivados do conjunto de produtos (levantados pela PAM) de um atributo geográfico.

Finalmente, para a estimação das contas em qualquer ano no período 1995 a 2000 aplicam-se indexadores obtidos ou pelas fórmulas (15) e (16) ou (17) e (18); ou pelas fórmulas (23) e (24) ou (25) e (26) à fórmula (9). Os valores  $X_{ij}$  são, assim, obtidos como segue:

Pelo método direto ou contábil por

$$X_{asrij} = \sum_{a=1995}^{2000} \sum_{s=1}^g \sum_{r=1}^e \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^k (I_{avs}^Q \cdot q_{asrijv}) (I_{avs}^P \cdot p_{asrijv}) \quad (27)$$

ou, se o produto v não consta da PAM, por

$$X_{asrij} = \sum_{a=1995}^{2000} \sum_{s=1}^g \sum_{r=1}^e \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^k (I_{as}^Q \cdot q_{asrijv}) (I_{as}^P \cdot p_{asrijv}) \quad (28)$$

Pelo método tendencial, por

$$X_{asrij} = \sum_{a=1995}^{2000} \sum_{s=1}^g \sum_{r=1}^e \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^k (I_{avs}^{Qe} \cdot q_{asrijv}) (I_{avs}^{Pe} \cdot p_{asrijv}) \quad (29)$$

ou, se o produto  $v$  não consta da PAM, por

$$X_{asvij} = \sum_{a=1995}^{2000} \sum_{s=1}^g \sum_{r=1}^e \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^k (I_{as}^{Qe} \cdot Q_{asvijv}) (I_{as}^{Pe} \cdot P_{asvijv}) \quad (30)$$

As totalizações seguem, a partir daí, o que prescrevem as equações (9), (10) e (11). No caso da célula especial  $X_{as12,1}$ , considerou-se que as despesas industriais crescem impulsionadas pelo ritmo da produção da economia agrária do atributo geográfico em questão e pela elevação dos preços em geral. Desse modo, seus valores são incrementados pelos indexadores de quantidade  $I_{as}^Q$  ou  $I_{as}^{Qe}$ , conforme se utilize o método direto ou tendencial, para o atributo geográfico  $s$  no ano  $a$  – e pelo índice geral de preços.

### 3 Resultados da aplicação do modelo: Exemplo do Pólo Marabá

A Contabilidade Social da Produção de Base Agrária ( $CS^\alpha$ ) no Pólo Marabá foi inicialmente feita para cada ano do período 1995-2000, a projeção no tempo se fazendo pelos indexadores dinâmicos obtidos pelos métodos direto e tendencial obedecendo a uma restrição geográfica principal (pertencer a um dos 16 municípios do Pólo) e outra secundária (a que agrega os municípios por curvas de isopotências, as quais chamamos aqui de *anéis do pólo*); num primeiro processamento, considerou-se a condição estrutural da forma de produção (camponesa, empresarial ou fazenda); e num segundo processamento, uma tipologia da produção orientada pelas formas de uso da base natural da região – as atividades (culturas temporárias, culturas permanentes, pecuária de

corde, pecuária de leite, etc.).

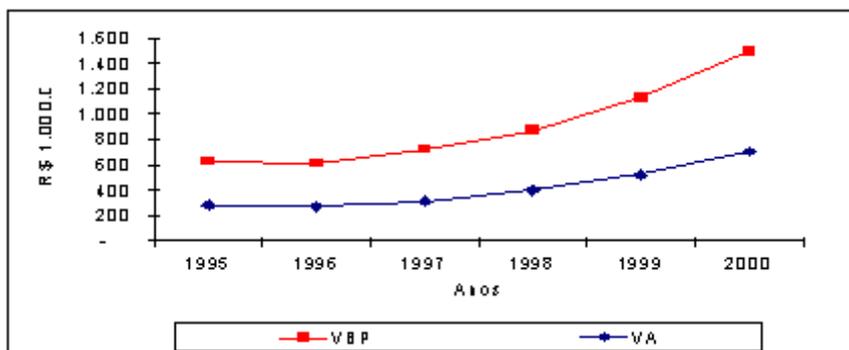
Os resultados básicos são apresentados em forma de Matrizes de Insumo-Produto. As Tabelas 1 e 2 expõe os valores para, respectivamente, 1995 e 2000 (por economia de espaço não se apresentarão aqui os demais anos). Destacam-se três conjuntos de resultados:

- A forte dinâmica da economia de base agrária do Pólo medida pelo crescimento do VBP e VA.
- A evolução claudicante dos multiplicadores da economia.
- A reconfiguração da distribuição do valor adicionado.

#### 3.1 A dinâmica da economia de base agrária do Pólo – Evolução do VBP $^\alpha$ e do VAB $^\alpha$

A preços correntes, o VBP $^\alpha$  do Pólo Marabá calculado pelo método tendencial alcançou em 2000 o montante de R\$ 1.481,7 (R\$ 2.337 pelo método contábil)<sup>6</sup> e um VAB $^\alpha$  de R\$ 695,3 milhões (R\$ 750, pelo método contábil)<sup>7</sup>. Em 1995, esses valores foram de R\$ 626 e R\$ 279 milhões, respectivamente. Corrigidos para preços constantes de 2000, a variação no VBP $^\alpha$  e no VAB $^\alpha$  ocorreu a uma taxa média muito elevada, em torno de 15% a.a. Esse crescimento não é homogêneo ao longo da série. No primeiro ano observa-se taxa negativa, nos anos seguintes taxas relativamente modestas e uma explosão no final da série (ver Gráfico 1 e Tabela 1 e Tabela 2).

**Gráfico 1.** Evolução do VBP $^\alpha$  e VAB $^\alpha$  do Pólo Marabá – Preços Coreente – Método Tendencial



Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. Processamento do autor.

**Tabela 8.** Formação do Valor Bruto da Produção de Base Agrária (VBP<sup>o</sup>), Matriz de Insumo-Transação-Produto do Pólo Marabá, 1995, em R\$ 1.000.000, a preços correntes (método tendencial)

	Produção Intermediária																Demanda Final					VBP
	Sistema Local							Sistema Estadual				Sistema Nacional					Total	Local	Estadual	Nacio- nal	Total	
	Produção			Varejo Rural	Indústria		Ataca- do	Varejo Urbano	Indústria		Ataca- do	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano						
	Campo- nesa	Em- presa	Fazen- da		Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			Benef.	Transf.								
1a.Produção Camponesa	18,41	-	-	3,62	2,04	9,49	11,89	3,57	-	-	0,12	-	-	-	0,88	-	50,01	34,10	-	-	34,10	84,11
1b.Produção Empresa	-	9,90	-	1,75	1,74	0,52	17,42	2,53	-	-	0,01	-	-	-	0,04	-	33,92	1,71	-	-	1,71	35,63
1c.Produção Fazenda	-	-	16,42	4,08	3,14	4,05	17,32	2,59	-	-	0,03	-	-	-	0,17	-	47,79	5,97	-	-	5,97	53,76
2.Varejo Rural	0,05	0,00	0,01	-	39,11	-	1,02	-	-	-	0,01	-	-	-	0,01	-	40,21	-	-	-	-	40,21
3.Ind. De Benef. Local	-	-	-	0,00	0,09	-	0,01	2,07	-	0,22	39,53	-	-	1,08	29,74	0,01	72,75	1,55	-	7,24	8,79	81,54
4.Ind. De Transf. Local	-	-	-	-	-	-	-	1,82	-	-	-	-	-	-	-	12,87	16,84	-	-	-	-	16,84
5.Atacado Local	0,98	0,08	0,23	0,01	0,32	-	2,13	1,83	25,76	7,31	11,91	0,01	0,18	-	7,65	-	58,40	0,91	-	-	0,91	59,31
6.Varejo Urbano Local	-	-	-	0,00	0,65	-	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,69	23,47	-	-	23,47	24,16
7.Ind. Benef. Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,34	-	35,34	35,34
8.Ind. Transf. Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,73	-	10,73	10,73
9.Atacado Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,49	54,80	71,29	71,29
10.Var. Urbano Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,19	-	3,19	3,19
11.Ind. Benef. Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25	0,25	0,25
12.Ind. Transf. Nacional	10,49	7,21	8,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,98	-	-	1,93	1,93	27,91
13.Atacado Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,99	-	59,70	62,69	62,69
14.Varejo Urbano Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,08	19,08	19,08
<b>Total de Insumos</b>	<b>29,93</b>	<b>17,20</b>	<b>24,94</b>	<b>9,45</b>	<b>47,09</b>	<b>14,06</b>	<b>49,83</b>	<b>14,42</b>	<b>25,76</b>	<b>7,53</b>	<b>51,60</b>	<b>2,16</b>	<b>0,18</b>	<b>1,08</b>	<b>38,48</b>	<b>12,87</b>	<b>346,59</b>	<b>70,70</b>	<b>65,75</b>	<b>143,00</b>	<b>279,45</b>	<b>626,04</b>
Camponeses <sup>1</sup>	54,18	-	-	10,33	11,76	1,87	5,21	6,07	2,07	0,69	6,58	0,70	0,02	10,93	8,75	4,19	123,35	-	-	-	-	-
Empresas <sup>3</sup>	-	18,43	-	6,20	7,12	0,10	1,82	1,49	3,81	1,27	4,52	0,04	0,03	7,42	5,03	0,23	57,49	-	-	-	-	-
Fazendas <sup>2</sup>	-	-	28,82	14,23	15,57	0,80	2,44	2,19	3,70	1,23	8,59	0,30	0,03	8,49	10,44	1,79	98,61	-	-	-	-	-
Valor Adicionado Bruto <sup>4</sup>	54,18	18,43	28,82	30,76	34,45	2,78	9,48	9,74	9,58	3,20	19,89	1,04	0,07	26,83	24,21	6,21	279,45	-	-	-	-	-
Renda Bruta	84,11	35,63	53,76	40,21	81,54	16,84	59,31	24,16	35,34	10,73	71,29	3,19	0,25	27,91	62,69	19,08	626,04	-	-	-	-	-

Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. Processamento do autor, sistema Netz.  
 Notas: <sup>1</sup> Casos em que a força de trabalho assalariada não ultrapassa 50% do total de força de trabalho aplicada. <sup>2</sup> Casos em que a força de trabalho assalariado é superior a 50% e inferior a 90% do total aplicado. <sup>3</sup> Casos em que a força de trabalho assalariada é superior a 90% do total aplicado. <sup>4</sup> Resultado da diferença entre Valor Vendido e Valor Comprado. Inclui portanto salários, lucros e despesas comerciais e administrativas, além da depreciação. <sup>5</sup> Inclui exportações para o resto do mundo.

**Tabela 9.** Formação do Valor Bruto da Produção de Base Agrária (VBP<sup>o</sup>), Matriz de Insumo-Transação-Produto do Pólo Marabá, 2000, em R\$ 1.000.000, a preços correntes (método tendencial)

	Produção Intermediária																Demanda Final					VBP
	Sistema Local							Sistema Estadual				Sistema Nacional					Total	Local	Estadual	Nacional	Total	
	Produção			Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano						
	Camponesa	Empresa	Fazenda		Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			Benef.	Transf.								
1a.Produção Camponesa	45,96	-	-	3,02	20,07	23,06	44,80	16,59	-	-	0,57	-	-	-	3,40	-	157,46	98,87	-	-	98,87	256,3
1b.Produção Empresa	-	23,72	-	0,18	22,60	1,26	66,09	9,90	-	-	0,05	-	-	-	0,16	-	123,97	7,03	-	-	7,03	131,0
1c.Produção Fazenda	-	-	39,84	0,64	43,38	9,84	65,82	10,14	-	-	0,17	-	-	-	0,65	-	170,46	30,91	-	-	30,91	201,4
2.Varejo Rural	0,14	0,01	0,03	-	0,59	-	3,93	-	-	-	0,02	-	-	-	0,01	-	4,73	-	-	-	-	4,7
3.Ind. De Benef. Local	-	-	-	0,00	0,34	-	0,06	5,50	-	0,83	4,71	-	-	3,66	0,49	0,01	15,59	5,89	-	115,80	121,69	137,3
4.Ind. De Transf. Local	-	-	-	-	-	-	-	4,43	-	-	-	5,22	-	-	-	31,26	40,91	-	-	-	-	40,9
5.Atacado Local	3,54	0,33	0,97	0,02	1,26	-	8,33	7,12	97,75	27,76	46,02	0,01	0,69	-	29,20	-	222,00	3,46	-	-	3,46	225,5
6.Varejo Urbano Local	-	-	-	0,00	2,48	-	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,60	92,81	-	-	92,81	95,4
7.Ind. Benef. Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134,11	-	134,11	134,1
8.Ind. Transf. Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,71	-	40,71	40,7
9.Atacado Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63,10	1,71	64,81	64,8
10.Var. Urbano Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,74	-	7,74	7,7
11.Ind. Benef. Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,96	0,96	1,0
12.Ind. Transf. Nacional	21,40	14,72	16,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53,02	-	-	6,03	6,03	59,1
13.Atacado Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,56	-	38,78	50,35	50,3
14.Varejo Urbano Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46,33	46,33	46,3
<b>Total de Insumos</b>	<b>71,05</b>	<b>38,78</b>	<b>57,73</b>	<b>3,86</b>	<b>90,72</b>	<b>34,16</b>	<b>189,13</b>	<b>53,69</b>	<b>97,75</b>	<b>28,58</b>	<b>50,54</b>	<b>5,23</b>	<b>0,69</b>	<b>3,66</b>	<b>33,90</b>	<b>31,27</b>	<b>790,74</b>	<b>250,54</b>	<b>245,66</b>	<b>209,62</b>	<b>705,82</b>	<b>1.496,6</b>
Camponeses <sup>1</sup>	185,29	-	-	0,48	12,74	4,55	20,02	26,86	7,86	2,62	4,07	1,70	0,06	22,25	7,92	10,17	306,40					
Empresas <sup>3</sup>	-	92,21	-	0,11	11,85	0,25	6,94	6,23	14,46	4,83	5,10	0,09	0,11	15,49	3,86	0,56	162,07					
Fazendas <sup>2</sup>	-	-	143,64	0,28	21,97	1,94	9,38	8,84	14,03	4,68	5,10	0,72	0,11	17,65	4,67	4,34	237,34					
Valor Adicionado Bruto <sup>4</sup>	185,29	92,21	143,64	0,87	46,56	6,75	36,33	41,72	36,35	12,13	14,27	2,51	0,27	55,39	16,45	15,06	705,82					
Renda Bruta	256,34	130,99	201,37	4,73	137,28	40,91	225,47	95,41	134,11	40,71	64,81	7,74	0,96	59,05	50,35	46,33	1.496,56					

Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. processamento do autor, sistema Netz.  
 Notas: <sup>1</sup> Casos em que a força de trabalho assalariada não ultrapassa 50% do total de força de trabalho aplicada. <sup>2</sup> Casos em que a força de trabalho assalariado é superior a 50% e inferior a 90% do total aplicado. <sup>3</sup> Casos em que a força de trabalho assalariada é superior a 90% do total aplicado. <sup>4</sup> Resultado da diferença entre Valor Vendido e Valor Comprado. Inclui portanto salários, lucros e despesas comerciais e administrativas, além da depreciação. <sup>5</sup> Inclui exportações para o resto do mundo.

### 3.2 Os multiplicadores globais e setoriais

Calcularam-se as matrizes inversas de Leontief para três situações diferentes quanto à Demanda Final.

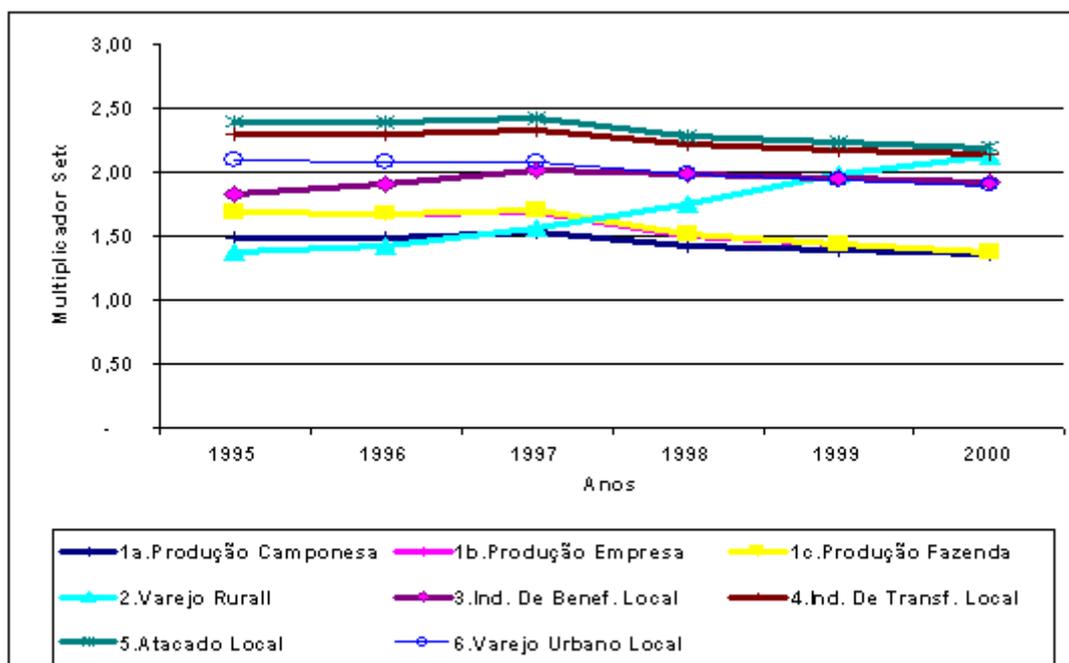
1. Na primeira, considerou-se toda Demanda Final exógena. Nesse caso, os valores da matriz inversa de Leontief significam os efeitos diretos e indiretos de uma variação qualquer da Demanda Final sobre o Valor Bruto da Produção dos setores. Nessa matriz obtém-se multiplicadores setoriais como a soma dos multiplicadores parciais que compõem a coluna de cada setor. Adicionalmente, uma vez conhecida uma certa distribuição do Valor Agregado (Renda) e aplicando-a à matriz de Leontief, se obtém os efeitos diretos e indiretos sobre as parcelas desagregadas da renda. (conf. Haddad, Ferreira, Boisier, Andrade, 1989, p. 303-317. Ver resultados nas Tabelas 10 e 11 para os anos de 1995 e 2000).
2. Esse procedimento não gera, porém, um multiplicador da renda, dado que os valores não incorporariam, além daqueles efeitos diretos e indiretos, os efeitos induzidos de uma variação na Demanda Final. Estes só são captados se tornarmos parte da Demanda Final endógena ao

modelo (conf. Tosta, Lirio, Silveira, 2004, p. 252-254; Santana, 2005, p. 163-182). As Tabela 12 e 13 apresentam os multiplicadores de impacto da variação da Demanda Final considerando exógena apenas a parcela referente ao mercado nacional nos anos de, respectivamente, 1995 e 2000.

3. Por fim, apresentam-se nas Tabelas 14 e 15 os multiplicadores de impacto da variação da Demanda Final considerando exógenas as parcelas referentes ao mercado estadual extra-local e ao mercado nacional nos mesmoa anos.

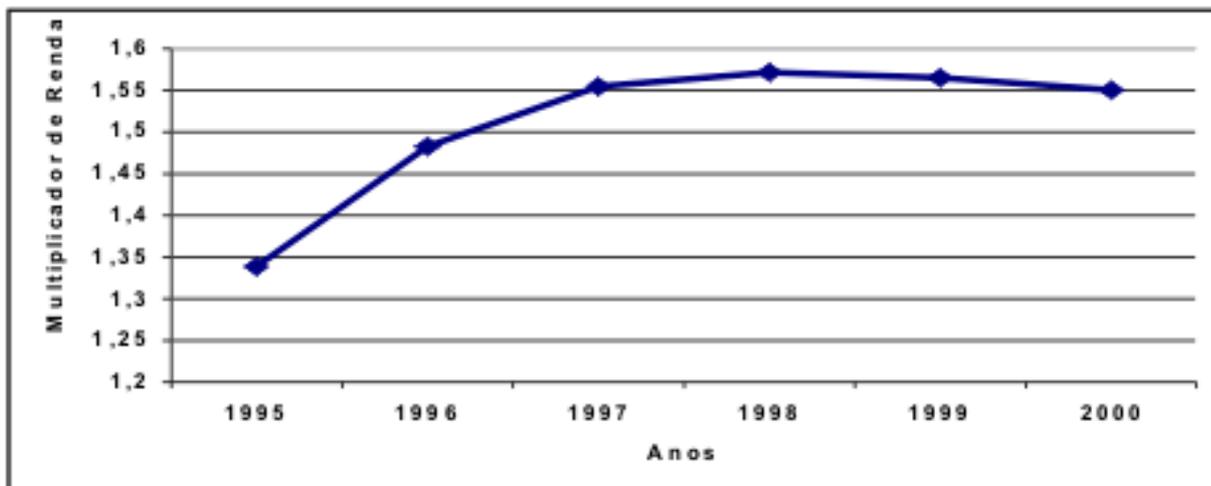
Destacam-se, de um modo geral, os baixos valores dos multiplicadores setoriais e de renda. Ademais, os resultados indicam que o forte crescimento da economia de base agrária no Pólo Marabá se fez acompanhar por movimentos declinantes nos multiplicadores setoriais e de renda. Os multiplicadores setoriais da economia local caíram todos, a partir de 1997, com exceção do varejo rural. Por seu turno, os multiplicadores de renda para variações da demanda nacional ou das demandas extra-local exógenas, em qualquer dos caso apresentou um elevação considerável até 1997, caindo sistematicamente a partir daí. (ver Gráfico 3 e 4).

**Gráfico 2.** Evolução dos Multiplicadores setoriais para variações na demanda final , toda ela considerada exógena, Pólo Marabá, 1995-2000



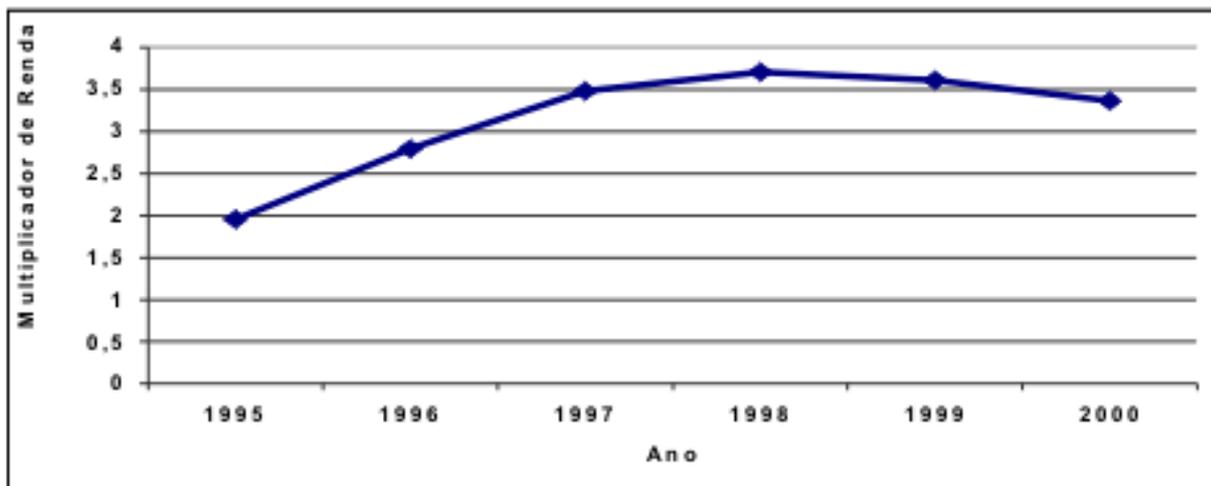
Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. Processamento do autor utilizando o Programa Netz.

**Gráfico 3.** Evolução do Multiplicador de Renda para demanda estadual e nacional exógena, Pólo Marabá, 1995-2000



Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. Processamento do autor utilizando o Programa Netz.

**Gráfico 4.** Evolução do Multiplicador de Renda para demanda nacional exógena, Pólo Marabá, 1995-2000



Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. Processamento do autor utilizando o Programa Netz.

### 3.3 Reconfiguração na estrutura de geração e distribuição de Valor Agregado do Pólo

Constata-se, uma reconfiguração na estrutura de geração e distribuição de Valor Agregado do Pólo como resultado do participação diferenciada das atividades na sua expansão<sup>8</sup>. A Tabela 16 apresenta a evolução da distribuição do VAB<sup>9</sup> pelos diversos setores e agentes no período em tela.

Ressalte-se o seguinte:

- A participação do Sistema Local elevou-se em 10 pontos de porcentagem. Essa elevação deveu-se à elevação da participação do segmento da produção, que cres-

ceu 23 pontos. Essa variação sofreu, contudo, forte influência dos preços do gado no período, apresentando assim um caráter conjuntural que não pode ser perdido de vista.

- O varejo rural e a indústria de beneficiamento tiveram fortes reduções.
- O atacado e o varejo urbano tiveram elevações importantes.
- A indústria de transformação, com uma participação em torno de 1%, não alterou sua posição.
- A formação de Valor Agregado no Sistema Estadual reduziu de 12 para 9% e no Sistema Nacional de 20 para 9%.

**Tabela 10.** Matriz de Leontief, índices de efeitos diretos e indiretos da expansão da demanda final e multiplicadores setoriais da economia de base agrícola do Pólo Marabá - 1995

	Sistema Local						Sistema Estadual						Sistema Nacional											
	Produção			Indústria			Varejo Urbano			Indústria			Varejo Urbano			Indústria			Varejo Urbano					
	Campo- nesa	Empresa	Fazenda	Varejo Rural	Benef.	Transf.	Atacado	Benef.	Transf.	Varejo Urbano	Benef.	Transf.	Atacado	Benef.	Transf.	Varejo Urbano	Benef.	Transf.	Atacado	Benef.	Transf.	Varejo Urbano		
1a. Produção Camponesa	1,28491	0,00189	0,00248	0,11607	0,09125	0,72492	0,27086	0,27329	0,19744	0,18652	0,09796	0,48659	0,19402	0,00352	0,09433	0,48884								
1b. Produção Empresa	0,00577	1,38686	0,00317	0,06133	0,06261	0,04737	0,42607	0,18803	0,31058	0,29177	0,10610	0,03308	0,30520	0,00242	0,08272	0,03197								
1c. Produção Fazenda	0,00750	0,00287	1,44369	0,14718	0,13011	0,35156	0,44244	0,22745	0,32251	0,30429	0,14675	0,23783	0,31692	0,00503	0,11968	0,23711								
2. Varejo Rural	0,00408	0,00544	0,00451	1,00108	0,48156	0,00356	0,02196	0,04487	0,01801	0,02474	0,27077	0,00245	0,01573	0,01860	0,23128	0,00261								
3. Ind. De Benef. Local	0,00630	0,01089	0,00664	0,00195	1,00352	0,00597	0,00759	0,09005	0,00553	0,02552	0,55770	0,00404	0,00544	0,03876	0,47707	0,00447								
4. Ind. De Transf. Local	0,00000	0,00001	0,00001	0,00001	0,00061	1,00000	0,00004	0,07553	0,00003	0,00004	0,00035	0,67293	0,00003	0,00002	0,00029	0,67429								
5. Ataca do Local	0,01557	0,00346	0,00648	0,00236	0,00664	0,01044	1,04366	0,08373	0,76076	0,71170	0,17806	0,00998	0,74758	0,00026	0,13071	0,00704								
6. Varejo Urbano Local	0,00006	0,00009	0,00007	0,00008	0,00808	0,00005	0,00058	1,00077	0,00043	0,00056	0,00458	0,00004	0,00042	0,00031	0,00390	0,00004								
7. Ind. Benef. Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000	-	-	-	-	-	-	-								
8. Ind. Transf. Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000	-	-	-	-	-	-								
9. Atacado Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000	-	-	-	-	-								
10. Var. Urbano Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000	-	-	-	-								
11. Ind. Benef. Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000	-	-								
12. Ind. Transf. Nacional	0,16275	0,28152	0,22326	0,04956	0,04409	0,15413	0,18819	0,10718	0,13718	0,12920	0,05630	0,10425	0,13480	1,00170	0,04694	0,10394								
13. Atacado Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000	-								
14. Varejo Urbano Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00000								
Multiplicador Setorial	1,48795	1,69302	1,69231	1,37961	1,82847	2,29799	2,40141	2,09090	2,75046	2,67435	2,41855	2,55318	2,72014	1,07062	2,18684	2,55031								
Camponeses	0,89479	0,11475	0,09202	0,35189	0,34717	0,64138	0,34679	0,50960	0,31141	0,30791	0,34423	0,65150	0,30861	0,40501	0,35943	0,85235								
Empresas	0,04841	0,79396	0,06262	0,19940	0,20661	0,07294	0,30653	0,20515	0,33128	0,33170	0,22941	0,06194	0,33047	0,27370	0,21687	0,06127								
Fazenda	0,05680	0,09129	0,84536	0,44871	0,44622	0,28568	0,34669	0,28525	0,35731	0,36039	0,42637	0,28656	0,36001	0,32129	0,42360	0,28638								
Valor Adicionado	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000								

Fonte: Tabela 8.

**Tabela 11.** Matriz de Leontief, índices de efeitos diretos e indiretos da expansão da demanda final e multiplicadores setoriais da economia de base agrária do Pólo Marabá - 2000

	Sistema Local								Sistema Estadual				Sistema Nacional			
	Produção			Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano
	Campo-nesa	Empresa	Fazenda		Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			Benef.	Transf.		
1a. Produção Camponesa	1,224729	0,002546	0,003002	0,784950	0,191719	0,691143	0,268742	0,276811	0,195894	0,187114	0,211594	0,466169	0,192707	0,011891	0,240511	0,466311
1b. Produção Empresa	0,007702	1,224065	0,003644	0,052493	0,211097	0,042985	0,376370	0,171003	0,274347	0,260888	0,277866	0,029529	0,269884	0,013093	0,224854	0,029049
1c. Produção Fazenda	0,009183	0,004678	1,251617	0,176186	0,406552	0,306366	0,386100	0,201571	0,281440	0,271484	0,301116	0,207039	0,276861	0,025216	0,244643	0,206779
2. Varejo Rural	0,001018	0,000199	0,000322	1,000767	0,004792	0,000658	0,018462	0,001917	0,013457	0,012684	0,013544	0,000471	0,013239	0,000297	0,010996	0,000445
3. Ind. De Benef. Local	0,006473	0,008602	0,006579	0,006199	1,008143	0,005496	0,006360	0,061550	0,004636	0,024776	0,077699	0,003714	0,004560	0,062530	0,013985	0,003946
4. Ind. De Transf. Local	0,000006	0,000007	0,000006	0,000044	0,000846	1,000005	0,000031	0,046482	0,000022	0,000038	0,000083	0,673913	0,000022	0,000052	0,000027	0,674634
5. Ataca do Local	0,017707	0,003388	0,006399	0,015804	0,016363	0,011625	1,045324	0,083651	0,761967	0,713030	0,727577	0,009393	0,749572	0,001015	0,607607	0,007846
6. Varejo Urbano Local	0,000127	0,000157	0,000122	0,000953	0,018221	0,000106	0,000663	1,001156	0,000483	0,000821	0,001785	0,000072	0,000475	0,001130	0,000571	0,000076
7. Ind. Benef. Estadual									1,000000							
8. Ind. Transf. Estadual										1,000000						
9. Atacado Estadual											1,000000					
10. Var. Urbano Estadual												1,000000				
11. Ind. Benef. Nacional													1,000000			
12. Ind. Transf. Nacional	0,103898	0,138175	0,105662	0,086222	0,073840	0,088242	0,097130	0,059242	0,070801	0,067720	0,074158	0,059612	0,069649	1,004580	0,065877	0,059548
13. Atacado Nacional															1,000000	
14. Varejo Urbano Nacional																1,000000
Multiplicador Setorial	1,370843	1,381817	1,377354	2,123618	1,931572	2,146625	2,199181	1,903385	2,603048	2,538556	2,685423	2,449911	2,576970	1,119805	2,409071	2,448633
Camponeses1	0,926746	0,055073	0,043233	0,703284	0,267086	0,645820	0,326311	0,520692	0,296484	0,292328	0,317432	0,654844	0,294924	0,393397	0,412515	0,655307
Empresas3	0,033808	0,898750	0,031058	0,084316	0,256816	0,060352	0,323613	0,209452	0,343733	0,344372	0,323227	0,053153	0,342583	0,278207	0,272374	0,052780
Fazenda	0,039446	0,046177	0,925709	0,212400	0,476098	0,293828	0,350075	0,269856	0,359783	0,363300	0,359341	0,292003	0,362492	0,328396	0,315111	0,291913
Valor Adicionado	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000
Renda Bruta	256,34	130,99	201,37	4,73	137,28	40,91	225,47	95,41	134,11	40,71	64,81	7,74	0,96	59,05	50,35	46,33

Fonte: Tabela 9.

**Tabela 12.** Matriz de Leontief, efeitos diretos, indiretos e induzidos e multiplicadores da renda resultante da expansão da demanda final do sistema nacional da economia de base agrária do Pólo Marabá - 1995

	Sistema Local								Sistema Estadual				Sistema Nacional				Demanda Final Total
	Propósito			Vantaja Social	Transfêrênci		Induzido	Vantaja Múltipla	Transfêrênci		Induzido	Vantaja Múltipla	Transfêrênci		Induzido		
	Emprego	Proposta	Exercício		Direto	Indireto			Direto	Indireto			Direto	Indireto			
1. Propósito Emprego	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
2. Propósito Proposta	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
3. Propósito Exercício	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
4. Vantaja Social	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
5. Dem. Direto Local	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
6. Dem. Direto Estadual	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
7. Dem. Direto Nacional	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
8. Vantaja Múltipla Local	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
9. Dem. Direto Estadual	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
10. Dem. Direto Nacional	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
11. Dem. Múltipla Estadual	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
12. Dem. Direto Municipal	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
13. Dem. Direto Nacional	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
14. Dem. Múltipla Municipal	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	0.00000	
15. Dem. Múltipla Nacional	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	0.00000	
16. Dem. Múltipla Municipal	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	0.00000	1.00000	0.00000	

Fonte: Tabela 8.

**Tabela 13.** Matriz de Leontief, efeitos diretos, indiretos e induzidos e multiplicadores da renda resultante da expansão da demanda final do sistema nacional da economia de base agrária do Pólo Marabá - 2000

	Sistema Local								Sistema Estadual				Sistema Nacional				Demanda Final Local e Estadual
	Produção			Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	
	Camponesa	Empresa	Fazenda		Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			
							Benef.	Transf.				Benef.			Transf.		
1a.Produção Camponesa	2,191184	0,969001	0,969457	1,751405	1,158174	1,657596	1,235197	1,243266	1,162349	1,153569	1,178049	1,432623	1,159162	0,978346	1,206966	1,432766	0,966455
1b.Produção Empresa	0,464101	1,680465	0,460043	0,508892	0,667496	0,499385	0,832769	0,627402	0,730746	0,717287	0,734265	0,485929	0,726283	0,469492	0,681253	0,485448	0,456399
1c.Produção Fazenda	0,649842	0,645337	1,892276	0,816845	1,047211	0,947025	1,026759	0,842230	0,922099	0,912143	0,941775	0,847698	0,917520	0,665875	0,885302	0,847438	0,640659
2.Varejo Rural	0,018615	0,017796	0,017919	1,018365	0,022389	0,018255	0,036059	0,019514	0,031055	0,030282	0,031141	0,018058	0,030836	0,017894	0,028594	0,018042	0,017597
3.Ind. De Benef. Local	0,098541	0,100670	0,098647	0,098268	1,100212	0,097565	0,098428	0,153618	0,096704	0,116844	0,169768	0,095782	0,096629	0,154598	0,106054	0,096014	0,092068
4.Ind. De Transf. Local	0,045561	0,045562	0,045560	0,045599	0,046401	1,045560	0,045585	0,092037	0,045577	0,045593	0,045638	0,719468	0,045577	0,045607	0,045581	0,720188	0,045555
5.Atacado Local	0,960726	0,946407	0,949418	0,958823	0,959382	0,954644	1,988343	1,026670	1,704987	1,656049	1,670596	0,952412	1,692591	0,944034	1,550626	0,950865	0,943019
6.Varejo Urbano Local	0,445044	0,445075	0,445040	0,445870	0,463139	0,445023	0,445580	1,446073	0,445401	0,445739	0,446703	0,444990	0,445393	0,446048	0,445489	0,444993	0,444918
7.Ind. Benef. Estadual	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	1,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772	0,639772
8.Ind. Transf. Estadual	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	1,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204	0,194204
9.Atacado Estadual	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	1,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019	0,301019
10.Var. Urbano Estadual	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945	0,036945
11.Ind. Benef. Nacional													1,000000				
12.Ind. Transf. Nacional	0,289635	0,239133	0,291400	0,271959	0,259577	0,273979	0,282867	0,244980	0,256538	0,253457	0,259895	0,245349	0,255387	1,190317	0,251614	0,245285	0,185737
13.Atacado Nacional	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	0,055166	1,055166	0,055166	0,055166
14.Varejo Urbano Nacional																1,000000	
Multiplicador de Renda	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154	3,367154

Fonte: Tabela 9.

**Tabela 14.** Matriz de Leontief, efeitos diretos, indiretos e induzidos e multiplicadores da renda resultante da expansão da demanda final dos sistemas estadual nacional da economia de base agrária do Pólo Marabá - 1995

	Sistema Local								Sistema Estadual				Sistema Nacional				Demanda Final Local
	Produção			Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	
	Campo-nesa	Empresa	Fazenda		Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			
1a.Produção Camponesa	1,528807	0,245786	0,246378	0,359971	0,335153	0,968817	0,514761	0,517190	0,441339	0,430422	0,341858	0,732486	0,437918	0,247424	0,338234	0,732739	0,243900
1b.Produção Empresa	0,043987	1,424073	0,040388	0,098543	0,099821	0,084586	0,463289	0,225248	0,347793	0,328980	0,143316	0,070297	0,342413	0,039633	0,119939	0,069184	0,037215
1c.Produção Fazenda	0,080217	0,075586	1,516405	0,219895	0,202830	0,424276	0,515161	0,300164	0,395227	0,377012	0,219462	0,310544	0,389640	0,077743	0,192400	0,309825	0,072717
2.Varejo Rural	0,016956	0,018307	0,017386	1,013950	0,494433	0,016427	0,034835	0,057743	0,028881	0,037609	0,283644	0,015326	0,028604	0,031470	0,244148	0,015483	0,012872
3.Ind. De Benef. Local	0,032113	0,036705	0,034451	0,027759	1,029328	0,031778	0,033400	0,115865	0,031343	0,051331	0,583511	0,029848	0,031247	0,064569	0,502881	0,030281	0,025811
4.Ind. De Transf. Local	0,008507	0,008509	0,008508	0,008509	0,009112	1,008506	0,008546	0,084034	0,008535	0,008545	0,00848	0,681437	0,008534	0,008526	0,008797	0,682788	0,008502
5.Atacado Local	0,034224	0,022121	0,025137	0,021015	0,025299	0,029097	1,062321	0,102385	0,779415	0,730359	0,196715	0,028634	0,766236	0,018914	0,149369	0,025700	0,018657
6.Varejo Urbano Local	0,112711	0,112742	0,112725	0,112735	0,120728	0,112706	0,113237	1,113419	0,113079	0,113215	0,117228	0,112690	0,113071	0,112965	0,116556	0,112692	0,112653
7.Ind. Benef. Estadual									1,000000								
8.Ind. Transf. Estadual										1,000000							
9.Atacado Estadual											1,000000						
10.Var. Urbano Estadual												1,000000					
11.Ind. Benef. Nacional													1,000000				
12.Ind. Transf. Nacional	0,211903	0,330665	0,272407	0,098704	0,093241	0,203273	0,237335	0,156328	0,186323	0,178347	0,105446	0,153396	0,183947	1,050851	0,096093	0,153092	0,049148
13.Atacado Nacional	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	0,014308	1,014308	0,014308	0,014308
14.Varejo Urbano Nacional																1,000000	
Multiplicador de Renda	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678	1,338678

Fonte: Tabela 8.

**Tabela 15.** Matriz de Leontief, efeitos diretos, indiretos e induzidos e multiplicadores da renda resultante da expansão da demanda final do sistema nacional da economia de base agrária do Pólo Marabá - 2000

	Sistema Local							Sistema Estadual				Sistema Nacional				Demanda Final Local e Estadual	
	Produção			Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Indústria		Atacado		Varejo Urbano
	Campo-nesa	Empresa	Fazenda		Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			Benef.	Transf.			
1a.Produção Camponesa	1,558013	0,335830	0,336296	1,118239	0,525009	1,024427	0,602026	0,610095	0,529178	0,520398	0,544878	0,799452	0,525991	0,345175	0,573795	0,799595	0,333294
1b.Produção Empresa	0,074684	1,291047	0,070625	0,119474	0,278078	0,108967	0,443352	0,237985	0,341329	0,327869	0,344848	0,096511	0,336866	0,080075	0,291835	0,096030	0,066982
1c.Produção Fazenda	0,151723	0,147217	1,394157	0,318726	0,549091	0,448905	0,528639	0,344111	0,423979	0,414024	0,443656	0,348578	0,419401	0,167756	0,387182	0,349319	0,142540
2.Varejo Rural	0,002137	0,001318	0,001441	1,001886	0,005910	0,001776	0,019581	0,003036	0,014576	0,013803	0,014663	0,001589	0,014857	0,001416	0,012115	0,001563	0,001119
3.Ind. De Benef. Local	0,034450	0,036579	0,034556	0,034177	1,036121	0,033474	0,034337	0,089527	0,032613	0,052753	0,105676	0,031691	0,032537	0,090507	0,041962	0,031923	0,027977
4.Ind. De Transf. Local	0,009495	0,009497	0,009495	0,009533	0,010335	1,009494	0,009520	0,055972	0,009512	0,009527	0,009572	0,683402	0,009511	0,009542	0,009516	0,684123	0,009499
5.Atacado Local	0,062689	0,048370	0,051381	0,060786	0,061345	0,056607	1,090306	0,129633	0,806950	0,758012	0,772559	0,054875	0,794654	0,045997	0,652589	0,052828	0,044982
6.Varejo Urbano Local	0,204510	0,204541	0,204506	0,205336	0,222605	0,204489	0,205046	1,205539	0,204867	0,205205	0,206189	0,204456	0,204859	0,205514	0,204955	0,204459	0,204883
7.Ind. Benef. Estadual									1,000000								
8.Ind. Transf. Estadual										1,000000							
9.Atacado Estadual											1,000000						
10.Var. Urbano Estadual												1,000000					
11.Ind. Benef. Nacional													1,000000				
12.Ind. Transf. Nacional	0,151212	0,185490	0,152977	0,133536	0,121154	0,135556	0,144444	0,106557	0,118115	0,115034	0,121472	0,108926	0,118954	1,051894	0,113191	0,106862	0,047314
13.Atacado Nacional	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	0,025399	1,025399	0,025399	0,025399
14.Varejo Urbano Nacional																1,000000	
Multiplicador de Renda	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297	1,550297

Fonte: Tabela 9.

**Tabela 16.** Evolução da Distribuição do Valor Agregado Bruto de Base Agrária (VAB<sup>a</sup>) do Pólo Marabá, 2000

	Sistema Local							Sistema Nacional						Total				
	Produção	Varejo Rural	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Total	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Total	Indústria		Atacado	Varejo Urbano	Total	
			Benef.	Transf.				Benef.	Transf.				Benef.					Transf.
1995	36,27 %	11,01 %	12,33 %	0,99 %	3,39 %	3,49 %	67,49 %	3,43 %	1,14 %	7,05 %	0,37 %	11,99 %	0,03 %	9,61 %	8,67 %	2,22 %	20,52 %	100 %
1996	45,27 %	5,00 %	7,61 %	1,24 %	4,63 %	4,79 %	68,54 %	4,67 %	1,56 %	4,44 %	0,46 %	11,13 %	0,03 %	12,24 %	5,29 %	2,77 %	20,33 %	100 %
1997	47,28 %	1,91 %	5,56 %	1,28 %	5,25 %	5,51 %	66,80 %	5,29 %	1,76 %	3,07 %	0,48 %	10,60 %	0,04 %	16,14 %	3,55 %	2,86 %	22,60 %	100 %
1998	55,58 %	0,70 %	5,25 %	1,21 %	5,44 %	5,85 %	74,04 %	5,47 %	1,83 %	2,49 %	0,45 %	10,24 %	0,04 %	10,13 %	2,84 %	2,71 %	15,73 %	100 %
1999	57,97 %	0,27 %	5,77 %	1,10 %	5,40 %	5,99 %	76,50 %	5,42 %	1,81 %	2,22 %	0,41 %	9,86 %	0,04 %	8,61 %	2,54 %	2,46 %	13,65 %	100 %
2000	59,57 %	0,13 %	6,70 %	0,97 %	5,23 %	6,00 %	78,59 %	5,23 %	1,74 %	2,05 %	0,36 %	9,39 %	0,04 %	7,45 %	2,37 %	2,17 %	12,02 %	100 %

Fonte: Dados básicos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1995 a 2000. Pesquisa de campo. Processamento do autor.

#### 4 Considerações Finais

Apresentamos uma metodologia de cálculo direto e ascendente das contas sociais para economias de base local e agrária. Trata-se de processo que permite diversas trajetórias de agregação, orientadas tanto em função de delimitações geográficas (microrregião, município, conjunto de municípios agrupados por qualquer critério, etc.), quanto em decorrência da consideração de atributos estruturais da produção: formas de produção, tipo de atividade, níveis tecnológicos, sistemas de produção, Arranjos Produtivos Locais, etc. Os dados são obtidos dos CD-ROM do IBGE para o Censo Agropecuário 1995-96, reorganizados, contudo, em um banco de dados próprio. Ademais, recorreu-se a pesquisa primária para obtenção das estruturas dos fluxos de produtos e da formação de preços. Utilizando indexadores produzidos a partir das estatísticas da PAM fornecidas pelo IBGE, a metodologia permite a atualização das Contas até 2000, último ano para o qual aquela série encontrava-se completa por ocasião da realização do trabalho.

As matrizes são obtidas no formato básico das matrizes de Insumo-Produto de Leontief. Com os valores assim estruturados fez-se, como ilustração das possibilidades do método, uma pequena demonstração da evolução da economia de base agrária do “Pólo Marabá” de que fez parte uma da evolução de alguns multiplicadores associados a hipóteses de *variação autônoma da Demanda Final*. Demonstrou-se que nessas análises se pode observar a posição de grupos de agentes específicos. No exemplo, trabalhou-se com a divisão por forma de produção, se familiar, se empresarial, se de fazendas. Poder-se-ia, entretanto, fazer outras delimitações (por sistemas de produção, por exemplo), demonstrando-se que o método pode acompanhar processos particulares, a posição relativa neles de agentes específicos em delimitações regionais a definir.

#### Notas

<sup>1</sup> Por sugestão de Considera et alii (1997) o PRB seria o equivalente regional do PIB. Isto posto, o VRB a preços de mercado seria igual ao VAB em nível regional subtraído das intermediações financeiras e adicionado dos impostos livres de subsídio (ver IBGE, 2001).

<sup>2</sup> A população constitui, nessa perspectiva, massa de atração porque se supõe que quanto maiores os aglomerados humanos maior deverá ser a comutação entre eles. Por outro lado, pressupõe-se que o custo e o sacrifício de deslocamento no espaço reduz aquela comutação na razão direta da distância entre os aglomerados (Ferreira, 1989, p. 528).

<sup>3</sup> Em outros trabalhos chamei este grupo de *grandes empresas latifundiárias* (Costa, 1992a, 1992b e 1996a). A designação excluía, entretanto, os estabelecimentos que são grandes extensões de terras improdutivas, cuja ociosidade, todavia, resulta de critérios empresariais. Quero chamar a atenção, aqui, para uma inversão na perspectiva de que latifúndio improdutivo está necessariamente associado a agentes por definição anacrônicos.

<sup>4</sup> Que não se confundam estas noções com o conceito de “empresário rural” estabelecido pelo Estatuto da Terra de 1974.

<sup>5</sup> A possibilidade de articular essas duas matrizes permite obter facilmente os elementos para calcular a formação de capital. Isto, todavia, não foi feito para o caso que se apresenta, estando os algoritmos sendo preparado para breve aplicação.

<sup>6</sup> As diferenças nos valores obtidos pelos dois métodos devem-se a que o método tendencial absorve, numa taxa tendencial, as flutuações. Quanto mais explosivas estas flutuações, tanto maiores as diferenças. O uso alternado dos métodos deve seguir à conveniência e aos propósitos da análise: análises conjunturais devem enfatizar os resultados contábeis; análise de maior alcance devem enfatizar as tendências.

<sup>7</sup> O PRB<sup>α</sup> gira em torno deste último valor, conforme já explicitado na Nota de Rodapé 3.

<sup>8</sup> Dadas as cadeias básicas e as estruturas de formação de preço para os produtos, o ritmo diferenciado de expansão produz uma ponderação diferente dessas estruturas na formação do VAB<sup>α</sup> da região. São as variações resultantes desses diferentes pesos que aí se manifestam.

#### Referências

- Arthur, W. B. (2000). *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. Michigan, The University of Michigan Press.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (1995) De la régulation des espaces aux espaces de régulation. In: BOYER, Robert, SAILLARD, Yves (dirs.). *Théorie de la régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995, p. 293-303.
- CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. (2003). O Foco em Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas. In: In: LASTRES, H.M.M., CASSIOLATO, J. E., MACIEL, M. L. (Orgs.). *Pequena Empresa: Cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. p. 21-34.
- COLEMAN, J. (1990) *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.
- CONSIDERA, C. M.; RAMOS, R. L. O.; FILGUEIRAS, H. V., SOBRAL, C. B. (1997). *Matrizes de Insumo-Produto Regionais (1985 e 1992) – Metodologia e resultados*. Rio de Janeiro, IPEA.
- COSTA, F. A. (2000a). *Formação agropecuária da Amazônia*:

- os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA.
- COSTA, F. A. (1997). Padrões de Reprodução e Dinâmica de Mudança de Camponeses na Amazônia: Os Casos de Capitão Poço e Irituia, no Pará. In: *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, n. 3, p. 239-366.
- COSTA, F. A. Investimento Camponês: considerações teóricas. In: *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 1, p. 83-100, jan.-mar, 1995.
- COSTA, F. A. (2004) Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – As Possibilidades do Conceito na Constituição de um Sistema de Planejamento para a Amazônia. In: *Anais do Seminário Perspectivas e Políticas para Arranjos e Sistemas de Inovação e Aprendizado na América Latina*, realizado pela RedeSist de 22 a 24 de setembro de 2004, no Rio de Janeiro. Disponível em <www.ufrj.ie/redesist>.
- COSTA, F.A. (2005a). Polaridades e desenvolvimento endógeno no sudeste paraense. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: Editora UCDB, v. 6, n. 10, p. 29-54, mar. 2005.
- COSTA, F. de A. (2005b). Questão Agrária e Macropolíticas na Amazônia: Novos momentos grandes desafios. In: *Revista do Centro de Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 53, jan.-mar. 2005. .
- COSTA, F. A., SAMPAIO, A. M., LOPES, A., INHETVIN, T. (2002a). *Conformação e Dinâmica da Economia de Base Agrária do “Pólo Marabá; Uma abordagem baseada em sistemas de produção e aglomerações*. Relatório de Consultoria para o PDA/MMA.
- CHIANG, A. C. (1982). *Matemática para Economistas*. São Paulo: MakronBooks/Edusp.
- SANTANA, A. C. e AMIN, M. (2002). *Cadeias Produtivas na Amazônia*. No Prelo.
- CROCOMO, F.; GUILHOTO, J. Relações inter-regionais e intersetoriais na economia brasileira: uma aplicação de insumo produto. In: *Economia Aplicada*. v. 2, n. 4, outubro, 1998.
- FIGUEIREDO, F. O. *Introdução à Contabilidade Nacional*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.
- FONSECA, M. G., LU, M. *Uma metodologia para a construção de matrizes de relações interindustriais*. ANPEC: Encontro Nacional. Anais... Atibaia: ANPEC, 1979.
- GHOSH, A. input-output analysis with substantially independent groups of industries. In: *Econometrica*, n. 28, 1960.
- GILLY, J., PECQUEUR, B. (1995). La dimension locale de la régulation. In: BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (dirs.). *Théorie de la régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995. p. 304-312.
- GUILHOTO, J.; SONIS, M.; HEWINGS, G. J. D. *Linkages and Multipliers in a Multiregional Framework: integrations of alternative approaches*. University of Illinois, Regional Economics Applications Laboratory. 1997. (Discussion Paper, 97-T-2).
- HADDAD, P. R. (1999). A concepção de desenvolvimento regional: A Competitividade do Agronegócio, Estudos de Clusters. In: HADDAD, P. R. (Org.). *A Competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: Estudos de clusters*. Brasília: Embrapa/CNPq. p. 9-36.
- HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. C. F.; BOISIER, S.; ANDRADE, T. A. (1989). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB-ETENE.
- HADLEY, G. *Linear Algebra*. New York: Addison-Wesley, 1965.
- HOEL, Paul. *Introduction to Mathematical Statistics*. New York: John Wiley & Sons, 1962.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para Economistas*. São Paulo: BPCS, 1991.
- IBGE (1998). *Censo Agropecuário 1996-96*. CD-ROM.
- IBGE. *Produção Agrícola Municipal*, vários anos.
- IBGE (2001). *Contas Regionais do Brasil*. CD-ROM.
- IEL/SEBRAE (2000). *Estudo Sobre a Eficiência Econômica e Competitividade da Cadeia Agroindustrial da Pecuária de Corte no Brasil*. Brasília: IEL/SEBRAE.
- INHETVIN, T. Produção Camponesa e Redes Mercantis. In: COSTA, F. A. *Agricultura Familiar em Transformação no Nordeste Paraense: O Caso de Capitão Poço*. Belém: NAEA, 2000.
- IPEA/ANPEC. *Opções Estratégicas do Banco da Amazônia S.A – Relatório Final*, 2001.
- ISARD, W. Interregional and regional input-output analysis: a model of a space – economy. In: *Review of Economics and Statistics*, n. 33, 1951.
- ISARD, W. (1956). *Location and Space-Economy: a general theory relating to spacial location, market areas, land use, trade and urban structure*. Cambridge: M.I.T.
- ISARD, W. (1996). *Methods of Regional Analysis*. Cambridge: Mass, cap. XI.
- JOHANSEN, L. *A Multi-Sectoral Study of Economic Growth*. New York: North-Holland, 1974.
- Krugman, P. *Development, Geography, and Economic Theory*. Cambridge: Teh MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Geography and Trade*. Cambridge: The MIT Press, 1991
- \_\_\_\_\_. *The Self-Organizing Economy*. Oxford, Blackwell, 1998.
- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E., MACIEL, M. L. Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidades da economia do conhecimento global. In: LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E., MACIEL, M. L. (Orgs.). *Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. p. 17-50.
- LEONTIEF, W (1951a). A economia de insumo-produto. In: LEONTIEF, W. *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. (1951b). A estrutura da economia norteamericana. In: LEONTIEF, W. *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. (1963). Análise multirregional de insumo-produto. In: LEONTIEF, W. *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. (1965). A análise de insumo-produto. In:

- LEONTIEF, W. *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Lins, H. N. (sd). *Regulação Local e Desenvolvimento: Problemática, Escopo e Possibilidades*. Mimeo.
- LIMA, J. F., PITAGUARI, S. O (2005). As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: Editora UCDB, v. 6, n. 10, mar. 2005, p. 11-20.
- MIERNYK, William H. *The Elements of Input-Output Analysis*. New York: Random House, 1965.
- MONASTÉRIO, L. M. (sd). *Capital Social e Grupos de Interesse: Uma reflexão no Âmbito da Economia Regional*. Mimeo, SL.
- MONTEIRO, M. A. Carvoejamento, Desmatamento e Concentração Fundiária: repercussões da siderurgia no agrário regional. In: Homma, A. K. O. *Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola*. Embrapa, 1998. p. 187-219.
- Porter, M. E. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- PUTMAN, R. ; HELLIWELL, J. Economic growth and social capital in Italy. In: *Eastern Economic Journal*, v. 21, n. 3, 1995.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RICHARDSON, H. *Input-Output and Regional Economics*. London: World University, 1972.
- SCHMITZ, H. (2005). Aglomerações Produtivas Locais e Cadeias de Valor: como a organização das relações entre empresas influencia o aprimoramento produtivo. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Contraponto. p. 321-346.
- SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Governança de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). *Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. p. 69-84, 2003.
- SANTANA, A. C. *Elementos de Economia, Agronegócio e Desenvolvimento Local*. Belém: UFPA, 2005.
- SYDSAETER, K.; HAMMOND, P. J. *Mathematics for Economic Analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.
- TOSTA, M. C. R.; LIRIO, V. S. L. ; SILVEIRA, F. R. Matrizes de Insumo-Produto: construção, uso e aplicações. In: SANTOS, M. L.; VIEIRA, W. C. *Métodos Quantitativos em Economia*. Viçosa: Ed. UFV, 2004.
- VERÍSSIMO, A ; BARRETO, P. ;MATTOS, M.; TARIFA, R.; UHL, C. Logging Impacts and Prospects for sustainable forest management in na old Amazonian Frontier: de case of Paragominas. In: *Forest Ecology and Management*, v. 55, p. 169-199, 1992.
- VERÍSSIMO, A ; BARRETO; TARIFA, R.;UHL, C. Extraction of high-value natural resource in Amazonia: the case of mahagony. In: *Forest ecology and Management*, v. 72, p. 39-60, 1995.
- UHL, C.; VERÍSSIMO, A ; BARRETO, P. MATTOS, M. M.; BRANDINO, Z.; VIEIRA, I. C. G. Social, economic and ecological consequences of selective logging in an Amazon frontier: the case of Tailândia. In: *Forest Ecology and Management*, v. 46, p. 243-273, 1991.
- VERGOLINO, J. R. de O. e MONTEIRO, A. A hipótese da convergência da renda: um teste para o nordeste do Brasil com dados microrregionais, 1970-1993. In: *Revista Econômica do Nordeste*. v. 27, n. 4, p. 701-724, out-dez 1996.
- WILLIAMSON, Oliver. *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.
- WOODS, J. E. *Mathematical Economics: topics in multi-sectoral economics*. London: Longman, 1978.

**Tabela A-1.** Produtos considerados nos cálculos e indicação do fundamento das suas matrizes de coeficientes dos fluxos de quantidade e formação de preços

N. de Ordem	Produto	Matriz	N. de Ordem	Produto	Matriz
1	Abacaxi	Pesquisa Própria, 1999	55	Borracha	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
2	Açaí	Pesquisa Própria, 1999	56	Alho	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
3	Acerola	Pesquisa Própria, 1999	57	Alface	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
4	Arroz	Pesquisa Própria, 1999	58	Açaí(palmito)	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
5	Banana	Pesquisa Própria, 1999	59	Amendoim	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
6	CajáManga	Pesquisa Própria, 1999	61	Cacau	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
7	Cajú	Pesquisa Própria, 1999	62	Abóbora	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
8	Carambola	Pesquisa Própria, 1999	63	Melão	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
9	Carvão	Monteiro, 1998	64	Limão	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
10	Castanha do Pará	Pesquisa Própria, 1999	65	Coentro	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
11	Cupuaçu	Pesquisa Própria, 1999	66	Macaúba	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
12	Mandioca	Pesquisa Própria, 1999	67	Malva(fibra)	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
13	Fava	Pesquisa Própria, 1999	68	Mamão	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
14	Feijão	Pesquisa Própria, 1999	69	Manga	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
15	Bovinos Matrizes	Pesquisa Própria, 2000	70	Maxixe	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
16	Bubalino em Pé	Pesquisa Própria, 2000-2001	71	Melancia	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
17	Bovinos em Pé	Pesquisa Própria, 2000-2001	72	Lima	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
18	Bovinos Abatidos	Pesquisa Própria, 2000-2001	73	Milho(verde)	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
19	Goíaba	Pesquisa Própria, 1999-2001	74	Outros Produtos	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
20	Leite	Pesquisa Própria, 2000-2001	75	Ovinos	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
21	Madeira emTora	Veríssimo et alii, 1991, 1992, 1995	76	Ovos(Dz)	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
22	Dormentes	Veríssimo et alii, 1991, 1992, 1995	77	Pepino	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
23	Maraçujá	Pesquisa Própria, 1999	78	Pimenta	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
24	Milho em Grão	Pesquisa Própria, 1999	79	Pimentão	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
25	Murici	Pesquisa Própria, 1999	80	Maxixe	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
26	Andiroba	Pesquisa Própria, 1999	81	FrangoAbatido	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
27	Copáiba(óleo)	Pesquisa Própria, 1999	82	Cogumelo	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
28	Salsa	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	83	Couve	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
29	Cana-de-açúcar	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	84	Cumarú(semente)	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
30	Capim-limão	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	85	Repolho	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
31	Caprinos	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	86	Maçaranduba	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
32	SuínoAbatido	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	87	Pupunha	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
33	Caruru	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	88	Laranja	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
34	Cauchó(goma)	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	89	FrangoVivo	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
35	Soja	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	90	Fruta-de-conde	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
36	CheiroVerde	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	91	Gergelim	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
37	SuínoEmPé	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	92	Graviola	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
38	Côco-da-baia	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	93	Inhame	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
39	Cebolinha	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	94	Jaca	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
40	Cenoura	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	95	Jambo	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
41	Chicória	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	96	Jenipapo	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
42	Ceriguela	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	97	Quiabo	Tabela Padrão - Produtor Consumidor
43	Chuchu	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	98	Assininos	Tabela Padrão - Produtor Produtor
44	Berinjela	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	99	Pinto	Tabela Padrão - Produtor Produtor
45	Tucum	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	100	Algodão	Tabela Padrão - Produtor Produtor
46	Bacaba	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	101	Lenha(m3)	Tabela Padrão - Produtor Produtor
47	Trigoemgrão	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	102	Buriti	Tabela Padrão - Produtor Produtor
48	Tomate	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	103	Equinos	Tabela Padrão - Produtor Produtor
49	Batata-doce	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	104	Poste	Tabela Padrão - Produtor Produtor
50	Batata-inglesa	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	105	Muares	Tabela Padrão - Produtor Produtor
51	Timbó	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	106	Mourões	Tabela Padrão - Produtor Produtor
52	Taperebá	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	107	Estaca	Tabela Padrão - Produtor Produtor
53	Abacate	Tabela Padrão - Produtor Consumidor	108	Urucum	Pesquisa Própria, 1999
54	Tangerina	Tabela Padrão - Produtor Consumidor			

**A integração local dos agregados familiares de seis pequenas e médias cidades portuguesas sedeadas em meio rural: Resultados de um estudo empírico**  
Household local integration in six small and medium Portuguese sized towns rural towns: Results of an empirical study  
**L'intégration locale des aggrégats familiaux de six petites et moyennes Municipalités portugueses localisées en milieu rural: résultats d'une recherche empirique**  
**La integración local de los agregados familiares de seis pequeñas y medianas ciudades portuguesas localizadas en medio rural: Resultados de un estudio empírico**

Francisco Diniz\*

Recebido em 12/11/2005; revisado e aprovado em 15/12/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** O futuro dos espaços rurais está cada vez mais ligado ao desenvolvimento das cidades. A criação de novas dinâmicas de integração económica mundial, bem distribuídas pelo espaço da UE, constituídas por áreas metropolitanas interligadas e de fácil acesso internacional, articuladas em torno de cidades e espaços rurais de diferentes dimensões, desempenhando um papel importante na melhoria de um equilíbrio territorial da Europa é um dos caminhos a seguir.

**Palavras-chave:** Pequenas e médias cidades; desenvolvimento regional; integração local.

**Abstract:** The future of rural spaces is becoming more and more related to the development of towns. It depends on the creation of new economic integration dynamics at a global level, well distributed within the European Union and consisting of interrelated metropolitan areas easily accessed from abroad and articulated around towns and rural spaces of different dimensions. Those areas will play an important role in helping improving European Unions' territorial balance.

**Key words:** Small and medium sized towns; regional development; local integration.

**Résumé:** Le futur des espaces ruraux est de plus en plus lié au développement des villes. La création de nouvelles dynamiques d'intégration économique mondiale, bien distribuée dans l'espace de l'UE, constituées de zones métropolitaines inter-religées et d'accès international facile, articulées autour de villes et espaces ruraux de différentes dimensions, jouant un rôle important dans l'amélioration d'un équilibre territorial de l'Europe et l'un des chemins à suivre.

**Mots-clefs:** Petites et moyennes municipalités; développement régional; intégration locale.

**Resumen:** El porvenir de los espacios rurales está cada vez más relacionado al desarrollo de las ciudades. La creación de nuevas dinámicas de integración económica mundial, bien distribuidas por el espacio de la UE, constituidas por áreas metropolitanas interconectadas y de fácil acceso internacional, articuladas en torno a ciudades y espacios rurales de diferentes dimensiones, desempeñando un papel importante en la mejoría de un equilibrio territorial de Europa, es uno de los caminos a seguir.

**Palabras claves:** Pequeñas y medianas ciudades; desarrollo regional; integración local.

## 1 Introdução

Este artigo procura sintetizar os resultados obtidos com uma inquirição feita no estudo piloto do projecto de investigação comunitário denominado "O papel das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural" - MARKETOWNS<sup>1</sup>.

Os objectivos do estudo são os seguintes:

- (i) Medir os fluxos de bens, serviços e trabalho entre as empresas e os agregados numa amostra de pequenas e médias cidades rurais, bem como a paisagem que as rodeia, seleccionadas para o efeito, de modo a estabelecer a natureza e a dimensão da sua integração na economia local;
- (ii) Comparar o grau de integração na economia local dos diferentes tipos e dimensões

\* Av. Almeida Lucena 1 – 5000-660 – Vila Real – Portugal – Tel: 00 351 259302200/00 351 59302210 – Fax: 00 351 259302249 - Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CETRAD (fdiniz@utad.pt).

O objectivo deste trabalho é apresentar os resultados de um projecto de investigação financiado pela Comissão Europeia, The Role of Small and Medium-sized Towns in Rural Development [EU RTD Project QLRT-2000-01923], é coordenado pela Universidade de Reading e Plymouth. A equipa portuguesa é coordenada por F. Diniz e é composta por A. Poeta, C. Silva, L. Pinto, P. António e S. Abreu, relativos a inquéritos realizados a agregados familiares de 6 pequenas e médias cidades de Portugal com vista a analisar o nível de integração das compras e tecer consideração sobre a centralidade dessas cidades em relação ao meio rural envolvente.

Este artigo foi apresentado ao XI Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Faro, 16 a 18 de Setembro de 2005.

das cidades, empresas e agregados encontrados nas áreas seleccionadas;

- (iii) Tirar conclusões e fazer recomendações a todos os que, a nível regional, nacional e europeu procuram estimular actividades económicas e oportunidades de emprego mais diversificadas em áreas rurais; e,
- (iv) Fornecer uma fonte acessível de dados microeconómicos espacialmente referenciados a todos os que trabalham para modelar o impacto de futuras políticas da União Europeia na economia rural.

De forma a atingir estes objectivos, admitiu-se como pressupostos que: (1) os agentes económicos relevantes para a análise são as famílias, as empresas e as explorações agrícolas; (2) que os fluxos económicos das famílias são feitos maioritariamente com as empresas e explorações agrícolas e que estas captam as influências sócio-económicas das dinâmicas rurais; (3) as áreas de influência das cidades podem ser distinguidas ao nível das freguesias urbanas, rurais e freguesias exteriores ao concelho, que encerra a cidade seleccionada; (4) é possível comparar os fluxos económicos que ocorrem numa área metropolitana com os que ocorrem entre as pequenas e médias cidades e as suas áreas de influência.

Em concordância com a metodologia do projecto MARKETOWNS, foram escolhidas seis pequenas e médias cidades para fazer parte da área em estudo:

Cidade / Concelho	Pequenas (5,000 – 20,000 Pop.)	Médias (20,000 – 40,000 Pop.)
Concelho em que o emprego na Agricultura está mais acima da média nacional (Portugal: 10.5%)	1 - MIRANDELA (11.1%)	2 - VILA REAL (20.1%)
Concelho em que o emprego no Turismo está mais acima da média nacional (Portugal: 0.5%)	3 - TAVIRA (21.9%)	4 - SILVES (28.6%)
Concelho periferia da "área metropolitana de Lisboa"	5 - LIXA	6 - ESPOSENDE

De facto, a tradicional dicotomia urbano/rural surge actualmente na União Europeia como parte de um tema mais geral de sustentabilidade urbana. A Comissão Europeia considera que o equilíbrio ambiental e a eficiência territorial das áreas rurais dependem do sucesso da produção urbana. Assim, os objectivos desta investigação, embora primordialmente focalizados numa preocupação de intervenção da política ao nível das áreas rurais, não deixam de transparecer a necessidade de considerar a envolvente territorial como factor fundamental para a sobrevivência das pequenas cidades mais ou menos urbanizadas no contexto de desenvolvimento regional.

Após a análise de cerca de 150 inquéritos realizados a agregados familiares não agrícolas, 30 a agregados familiares agrícolas no caso de Tavira, Silves, Lixa e Esposende e cerca de 70 no caso de Mirandela e Vila Real, obteve-se informação relevante para uma análise descritiva das compras mensais dos referidos agentes económicos com a área urbana do concelho e a área rural do mesmo e com as demais regiões do país.

O número de questionários válidos utilizados na análise dos resultados consta do quadro 1.

**Quadro 1.** Número de inquéritos considerados válidos

Concelhos	1 Mirandela		2 Vila Real		3 Tavira		4 Silves		5 Lixa		6 Esposende	
	Zona Urbana	Zona Rural										
Número de pessoas do agregado familiar não agrícola												
1 residente	7	5	16	5	16	6	17	7	7	4	7	4
2 residentes	27	10	23	13	30	13	24	13	16	9	18	8
3 residentes	26	12	26	14	25	17	27	14	30	15	26	16
4 residentes	31	17	24	13	21	8	25	12	34	14	33	18
5 ou + residentes	9	6	11	5	8	6	7	4	13	8	16	9
<b>Famílias não agrícolas</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>55</b>								
<b>Famílias agrícolas</b>		<b>72</b>		<b>65</b>		<b>30</b>		<b>30</b>		<b>30</b>		<b>30</b>

O papel das pequenas e médias cidades na criação de uma economia rural mais diversificada é cada vez mais uma preocupação da União Europeia. O presente artigo, de forma exploratória, discute o conceito de rede urbana e insere-o na evidência empírica desta investigação, analisando a integração dos agregados familiares na economia local e na economia local alargada aos concelhos limítrofes.

## **2 As pequenas e médias cidades e o conceito de rede urbana**

Com o processo de globalização verifica-se a tentação de se pensar que as populações das cidades, mesmo as mais pequenas, vêm o acesso aos mercados como algo de fácil e rápido com deslocações permanentes aos grandes centros urbanos nacionais ou até mesmo internacionais. Nesta lógica as barreiras de espaço parecem ser praticamente inexistentes. Os progressos tecnológicos nas formas de transporte e nas comunicações efectivamente permitiram que, independentemente da dimensão das cidades, todas pudessem ter acesso não só a um conjunto vasto de bens como ainda à possibilidade de os produzir localmente com matéria-prima proveniente dos mais diversos locais do mundo.

Do ponto de vista da oferta a máxima do “pensar globalmente e agir localmente” parece ter um forte impacto nas pequenas e médias cidades. Esta análise é contudo mais restrita do ponto de vista da procura, em particular relativamente aos consumidores finais que são as famílias. O comportamento das famílias, ainda que influenciadas pelo comportamento das empresas e logo pela sua capacidade de inter-acção com outras cidades, reveste-se, contudo, de um carácter de menor mobilidade e portanto mais dependentes da capacidade atrativa do seu espaço de “mercado” que é a cidade e a sua área envolvente.

As pequenas e médias cidades em áreas cuja envolvente é fundamentalmente rural começaram a ser objecto de análise por parte da Comissão Europeia, particularmente com o EDEC, produzido em 1999. A ligação das diferentes cidades europeias em rede, independentemente da sua dimensão é uma preocupação da política de desenvolvimento da União Europeia, que pretende ver uma melhoria no equilíbrio territorial do seu espaço.

Esta posição é de resto uma evolução das concepções de análise do território em geral e da formação dos sistemas urbanos em particular. Os trabalhos desenvolvidos por Lösch e Christaller que deram origem à teoria dos lugares centrais, por exemplo, consideravam as cidades como constituindo áreas mais ou menos estanques em que a mobilidade dos factores produtivos e dos consumidores era praticamente inexistente. Refira-se que a dimensão das cidades neste contexto adquiria particular relevância dado que, por razões de economias de aglomeração, a oferta localizava-se junto da procura alargando-se a uma área designada por “região complementar”, mas não ainda uma rede urbana.

Na análise da teoria dos lugares centrais duas condições mostram-se de fundamental relevância: a contiguidade e a dimensão. A condição de contiguidade exigia que a rede urbana fosse composta por centros urbanos fisicamente próximos por forma a garantir a viabilidade das actividades económicas. A dimensão destes centros era condição essencial para o seu dinamismo e a sua expansão económica.

A actual forte mobilidade dos factores de produção e dos bens e serviços libertou as cidades, e em especial as pequenas e médias, destas exigências de contiguidade e de dimensão como factores limitativos da sua afirmação num contexto de desenvolvimento local e regional. Nesta dissociação e na sua convivência com as muitas formas de organização tradicional, reside o principal elemento explicativo das novas recomposições urbanas que vemos acontecer, em que as hierarquias se estabelecem entre espaços não contíguos, não necessariamente pertencentes ao mesmo país, o que, se outras razões não existissem, seria suficiente para tornar indispensável uma abordagem das redes urbanas numa perspectiva, também, supra-nacional e internacional (Alves, 2002).

O objectivo deste estudo ainda que não preconize a análise das redes urbanas mas especificamente o papel que as pequenas e médias cidades têm no desenvolvimento das áreas rurais onde se inserem, acaba por sintetizar as relações que estas cidades têm com as demais áreas geográficas do país, Europa e o resto do mundo. Estas relações acabam por se inserir no actual conceito de rede urbana (Alves, 2002).

Esta nova visão de rede urbana não significa, contudo, que se deixe de ver a área de influência da cidade como condição de proximidade, de resto uma característica interessante ao seu desenvolvimento. Efectivamente a capacidade que as cidades têm de escoar os seus produtos e atrair populações vizinhas para a sua oferta de serviços e de emprego cria nas cidades atractivos de uma rede urbana dinâmica. Mas esta nova visão significa necessariamente um *trade-off* entre a satisfação dos consumidores locais e a especialização funcional das cidades que constituem a rede urbana. Não se trata necessariamente de uma hierarquização de cidades que compõem a rede urbana, mas sim da existência de relações de interdependência que no seu todo significam a manutenção do valor acrescentado das produções no interior da rede.

### 3 Resultados obtidos

Em termos das respostas obtidas dos respondentes, em todas as cidades estudadas, as **famílias não agrícolas** podem ser descritas, de acordo com o valor de cada uma das características mais frequente, do seguinte modo:

- É o dono da habitação onde reside, que sempre viveu na localidade e há pelo menos mais de 5 anos, que possui um veículo automóvel e que trabalha a tempo inteiro, que responde ao questionário;
- O número de pessoas que constituem o agregado familiar é de três. Duas excepções, as cidades agrícolas de Mirandela e Vila Real onde este valor sobe para quatro e a cidade de Tavira (pequena – turismo) em que número de pessoa do agregado familiar não agrícola desce para dois;
- A família não agrícola típica é constituída por adultos em idade de trabalhar;
- Em termos de classe social dominam as ocupações com profissão. Em Tavira, são as ocupações qualificadas e parcialmente qualificadas que são maioritárias e em Mirandela (pequena – agrícola) são as parcialmente qualificadas;
- O rendimento anual mais frequente é que está entre 10000 a 15000 •. Somente na cidade de Tavira o rendimento mais frequente está situado entre 15001 e 20000 •.

As **famílias agrícolas** podem ser descritas, de acordo com o valor de cada uma das características mais frequente, do seguinte modo:

- E dono da exploração agrícola que sempre viveu na localidade e há pelo menos mais de 5 anos, que possui um veículo automóvel e trabalha a tempo inteiro, que responde ao questionário;
- O número de pessoas que constituem o agregado familiar é de dois. Duas excepções, as cidades de Silves (média – turismo) e Mirandela (pequena – agrícola) onde este valor sobe para três e quatro, respectivamente;
- A família agrícola típica é constituída por adultos em idade de trabalhar;
- Em termos de classe social dominam as ocupações técnicas e de gestão. Tal fica a dever-se ao facto dos inquiridos desempenharem essa funções na exploração agrícola;
- O rendimento anual mais frequente é que está entre 6001 a 10000 •.

O Indicador de Integração Local (IIL) é uma medida descritiva simples que indica a proporção de uma actividade em particular (compras, vendas, etc.), de um grupo de entidades económicas em particular (todas as empresas, empresas de grande dimensão, da indústria transformadora, etc.) afectado à economia local. Por exemplo, as empresas localizadas na cidade X podem obter 25% das suas compras (em termos de valor) de outras empresas existentes na localidade, 50% de qualquer outro lugar dentro do país, 5% de qualquer outro lugar situado na U.E. e 20% de outros países fora da U.E. Neste caso, o  $IIL_{compras}$  desta cidade é de 0,25. Também podem vender apenas 10% da sua produção a empresas existentes na localidade, circunstância em que o  $IIL_{vendas}$  da cidade é de 0.1. As empresas da cidade podem obter apenas 40% do seu emprego (medido em número de trabalhadores a tempo inteiro equivalente) de agregados familiares da localidade. Neste caso, o  $IIL_{emprego}$  da cidade será de 0,4. Em conjunto, e calculadas para uma cidade em particular, estes indicadores mostram, de imediato, em que medida as compras dos agregados familiares ou o emprego estão mais integradas na localidade, do que propriamente na economia nacional, europeia ou global COURTNEY, P; ERRIGTON, A. J (2000).

As famílias agrícolas e não agrícolas têm um elevado grau de integração nas economias locais. Quando se analisa o comportamento nas compras de elevado valor e de baixo valor o grau de integração sobe para

as compras de baixo valor, excepto em Tavira para o caso das famílias agrícolas.

O emprego das famílias agrícolas e não agrícolas conhece um elevado nível de integração local com valores do IIL entre 0,9 a 1.

**Quadro 2.** Integração local das compras dos agregados familiares não agrícolas

Zona	Limite	1 Mirandela		2 Vila Real		3 Tavira		4 Silves		5 Lixa		6 Esposende	
		Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %
A	Na cidade	65,3	89,9	79,5	89,6	50,6	72,3	32,4	71,1	44,3	57,7	35,8	63,6
B	Até 7km da cidade	7,2	6,6	4,1	5,1	2,3	12,2	13,7	16,7	26,5	34,6	27,9	16,8
C	Entre 7-16 km da cidade	4,1	0,3	0,5	0,7	6,6	2,9	25,9	10,5	12,1	5,8	15,5	13,0
D	Alguns no país Nível NUTS III	1,5	0,7	1,0	0,2	20,4	5,1	7,6	0,6	5,1	0,3	4,7	1,4
E	Alguns na região Nível NUTS II	11,3	1,7	11,8	3,5	7,3	1,0	0,5	0,3	10,4	1,5	13,3	4,7
F	Alguns no país	8,0	0,7	3,0	0,5	11,8	1,5	19,6	0,8	1,5	0,1	0,8	0,5
G	União Europeia	1,6	0,0	0,2	0,5	1,1	0,8	0,3	0,0	0,0	0,0	1,1	0,1
H	Alguns no Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Todos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indicadores de Integração													
A + B	Indicador de Integração Local (IIL <sub>compra</sub> e IIL <sub>compra</sub> )	0,74	0,97	0,84	0,96	0,53	0,86	0,46	0,88	0,71	0,92	0,66	0,80
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado (IIL <sub>compra</sub> e IIL <sub>compra</sub> )	0,78	0,97	0,84	0,96	0,60	0,87	0,72	0,96	0,83	0,96	0,80	0,93

Fonte: Cálculos e laborados pelo autor.

**Quadro 3.** Integração local das compras dos agregados familiares agrícolas

Zona	Limite	1 Mirandela		2 Vila Real		3 Tavira		4 Silves		5 Lixa		6 Esposende	
		Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %
A	Na cidade	70,2	77,0	69,7	59,6	24,4	54,1	9,0	31,3	23,7	25,1	13,7	29,3
B	Até 7km da cidade	6,9	18,2	24,5	35,5	59,4	26,3	43,7	47,8	20,9	55,0	23,6	53,1
C	Entre 7-16 km da cidade	3,9	3,3	0,8	2,6	4,0	7,2	23,8	14,9	11,8	10,7	46,9	15,9
D	Alguns no país Nível NUTS III	1,2	0,6	0,0	0,1	10,6	11,8	3,0	0,6	4,5	0,0	0,7	1,1
E	Alguns na região Nível NUTS II	13,9	0,6	4,2	1,9	0,0	0,0	3,3	0,6	34,7	9,2	14,1	0,4
F	Alguns no país	3,2	0,4	0,8	0,2	1,5	0,7	15,4	4,8	4,4	0,0	0,9	0,1
G	União Europeia	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
H	Alguns no Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Todos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indicadores de integração													
A + B	Indicador de Integração Local (IIL <sub>compra</sub> e IIL <sub>compra</sub> )	0,71	0,77	0,94	0,95	0,84	0,80	0,53	0,79	0,45	0,80	0,37	0,82
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado (IIL <sub>compra</sub> e IIL <sub>compra</sub> )	0,81	0,99	0,95	0,98	0,88	0,88	0,77	0,94	0,56	0,91	0,84	0,98

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

**Quadro 4.** Emprego a tempo inteiro equivalente para os agregados familiares não-agrícolas

Zona	Limite	Emprego a tempo inteiro Equivalente (%)					
		1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
A	Na cidade	80,2	91,8	84,1	74,6	58,6	67,2
B	Até 7km da cidade	15,8	2,9	6,6	16,2	30,9	18,3
C	Entre 7-16 km da cidade	0,8	2,9	3,1	6,2	7,0	7,5
D	Alguns no país Nível NUTS III I	1,2	0,4	5,0	0,8	1,8	1,1
E	Alguns na região Nível NUTS II	1,6	1,6	0,9	0,5	1,2	3,4
F	Alguns no país	0,4	0,4	0,0	1,8	0,4	0,9
G	União Europeia	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	1,7
H	Alguns no Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A + B	Indicador de Integração Local (IIL <sub>emprego</sub> nas empresas pagadas e IIL <sub>emprego</sub> nas empresas não pagadas)	0,96	0,95	0,91	0,91	0,90	0,86
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado (IIL <sub>emprego</sub> nas empresas e IIL <sub>emprego</sub> nas empresas não pagadas)	0,97	0,98	0,94	0,97	0,97	0,93

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

**Quadro 5.** Emprego a tempo Inteiro equivalente para os agregados familiares agrícolas

Zona	Limite	Emprego a tempo Inteiro Equivalente (%)					
		1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
A	Na cidade	19,5	10,4	6,0	13,3	16,7	17,0
B	Até 7km da cidade	79,7	85,8	88,1	80,0	72,2	69,8
C	Entre 7-16 km da cidade	0,8	0,9	0,0	4,0	2,2	11,3
D	Alguns no país Nível NUTS III I	0,0	0,9	4,8	2,7	2,2	0,0
E	Alguns na região Nível NUTS II	0,0	0,9	0,0	0,0	6,7	1,9
F	Alguns no país	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
G	União Europeia	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0
H	Alguns no Estrangeiro	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
A + B	Indicador de Integração Local (IIEmprego nos empresaria Illegamento sob o dos empregos)	0,99	0,96	0,94	0,93	0,89	0,87
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado (IIEmprego nos empregos IIlegamento sob o dos empregos)	1,00	0,97	0,94	0,97	0,91	0,98

Fonte: Cálculos e elaborados pelo autor.

Ao contrário do que acontecia com a análise dos resultados económicos, neste caso, os valores absolutos das transacções não estão incorporados nas variáveis. A análise baseia-se diretamente na proporção das vendas e das compras de cada região.

As variáveis independentes derivam das já incorporadas na análise descritiva, relacionadas, por exemplo, com a dimensão e número de anos na localidade, ao nível de rendimento, à dimensão do agregado e à localização do emprego para citar alguns. Pode utilizar-se a análise bi-variada para comparar diferentes tipos de famílias relativamente a, cada uma das características anteriormente referidas.

A análise envolve a comparação das médias das respectivas variáveis dependentes para cada uma das características das variáveis independentes e terá de ser feita em duas etapas:

- Em primeiro lugar, deve calcular-se a média e o desvio padrão para cada uma

das comparações;

- Embora a comparação independente de médias seja feita, normalmente, com recurso ao teste t de Student, é provável que as variáveis dependentes não confirmem os pressupostos da distribuição normal e da igualdade de variâncias (Tal baseia-se em experiências anteriores com dados desta natureza. Caso os dados o permitam, será preferível usar o teste t de Student); nesse caso, a utilização do teste de Man Whitney U para duas amostras independentes e o de Kruskal-Wallis para mais do que duas amostras permitirá a obtenção de resultados mais consistentes. Isto constitui um equivalente não-paramétrico ao teste t de Student e implica a substituição de hierarquias para os valores reais. Diniz et al (2003).

Os resultados são apresentados nos quadros 6 e 7 para as famílias não agrícolas e agrícolas, respectivamente.

**Quadro 6.** Resultados da análise bi-variada para os agregados familiares não-agrícolas

Características das famílias não agrícolas	Concelhos					
	1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
Nº de anos na localidade						
Concelho	4,236	10,006 **	9,919 **	11,432 ***	1,835	2,843
Concelho+ concelhos limítrofes	4,099	10,650 **	12,992 ***	14,742 ***	3,601	5,138
Nível de rendimentos						
Concelho	17,185	11,788 ***	4,501	16,260 ***	5,827	14,504 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	26,662 ***	13,133 ***	5,702	12,007 ***	8,893 **	26,060 ***
Posse de viatura						
Concelho	24,078 ***	4,862	5,489	12,426 ***	4,670	11,931 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	21,313 ***	3,650	5,889	2,676	2,962	12,653 ***
Dimensão do agregado						
Concelho	7,685 *	3,677	1,207	3,729	1,985	1,680
Concelho+ concelhos limítrofes	4,628	4,865	3,945	2,618	1,159	2,756
Famílias com e sem filhos						
Concelho	2,844	3,335	1,441	1,585	9,428 ***	14,886 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	2,843	3,406	0,859	0,275	7,992 ***	11,660 ***
Origem da família						
Concelho	1830,000 ***	2378,000	2481,000	2108,000	2420,000	2374,000
Concelho+ concelhos limítrofes	1939,000 **	2372,000	2268,000	2243,000	2415,500	2600,000
Local do emprego						
Concelho	1,599	0,613	--	2,011	2,516	2,289
Concelho+ concelhos limítrofes	1,489	0,015	--	0,655	2,413	2,813 *
Estatuto social						
Concelho	23,290 ***	13,255 ***	11,996 ***	13,374 ***	24,846 ***	11,349 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	24,500 ***	14,544 ***	11,582 ***	9,320 **	20,768 ***	23,269 ***
Tipologia de compras (Baixa e elevada ordem)						
Concelho	1401,000 ***	1106,500 **	1603,500 ***	1447,000 ***	1504,000 ***	1869,500 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	1479,000 ***	1063,000 ***	1660,500 ***	1586,000 ***	1394,000 ***	1860,000 ***
(bens/serviços)						
Concelho	1193,000 ***	1166,000 ***	1458,500	1670,000	1758,000	1836,000
Concelho+ concelhos limítrofes	1299,000 ***	1250,000 ***	1488,500	1327,500 ***	1701,000	1696,000 *

Nível de significância: \* 90% (P<0.1) \*\* 5% (P<0.05) \*\*\* 99% (P<0,01)

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor

Sobre a influência que algumas variáveis têm no grau de integração local das compras das **famílias não agrícolas** a análise bi-variada permite-nos dizer o seguinte:

- As variáveis que têm a ver com a dimensão do agregado e a localização do emprego quase não influenciam o grau de integração das famílias não agrícolas;
- O estatuto social e o tipo de compras (baixo/elevado valor) influenciam a integração local das compras deste tipo de famílias, em todas as cidades;
- O facto das famílias terem ou não terem

filhos só influencia o nível de integração local das compras das famílias não agrícolas residentes em ambas as cidades peri-urbanas;

- A origem do agregado só em Mirandela tem influência;
- O nível de rendimentos ó não tem influência em Tavira;
- Para as famílias não agrícolas de Vila Real, Tavira e Lixa é que o facto de terem ou não veículo automóvel não tem influência na integração local das suas compras;
- O número de anos a residirem na localida-

de não tem qualquer influência em ambas as cidades peri-urbanas e na pequena cidade agrícola de Mirandela;

- Finalmente, relativamente ao tipo de compras ser em bens ou em serviços tem a sua influência em todas as cidades excepto em duas pequenas, uma turística, Tavira e, outra peri-urbana, a Lixa.

A derradeira série de comentários diz respeito à influência, exercida ou não pelo mesmo leque de variáveis anteriormente analisadas, no nível de integração local das compras dos **agregados familiares agrícolas**:

- A localização do emprego, o estatuto social, o tipo de compras em bens ou em serviços, o ciclo familiar o facto de terem ou não veículos automóveis não tem quase nenhuma influência no grau de integração local das compras das famílias agrícola em todas as cidades estudadas;
- O rendimento anual tem influência tanto em Tavira e Silves pequena e média cidade onde a actividade turística é relevante e na Lixa pequena cidade peri-urbana, mas só quando os concelhos limítrofes são tidos em consideração. Em todas as ou-

tras cidades não influencia em nada o nível de integração local das compras dos agregados familiares agrícolas;

- A origem do agregado e o número de anos na localidade tem um papel relevante em Tavira quando quer o concelho ou os concelhos limítrofes são tidos em consideração. Quando se considera a zona alargada aos concelhos limítrofes o número de anos residências em Tavira e a origem do agregado em Vila Real são também relevantes. A consideração somente do concelho faz com que a origem do agregado passe, de igual modo, a ser determinante em Tavira, Silves e Esposende;
- O número de elementos da família tem importância em ambas as cidades agrícolas quando o concelho é tido em consideração. Quando se alarga esta zona aos concelhos limítrofes esta variável torna-se importante só para o caso da cidade de Tavira;
- Finalmente, só na pequena cidade agrícola de Mirandela é que o tipo de compras em bens ou em serviços exerce a sua influência na integração local das compras das famílias agrícolas.

Quadro 7. Resultados da análise bi-variada para os agregados familiares agrícolas

Características das famílias agrícolas	Concelhos					
	1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
<b>Nº de anos na localidade</b>						
Concelho	4,953	0,755	5,074 *	5,954	--	--
Concelho+ concelhos limítrofes	4,525	0,480	5,254 *	6,865 *	--	--
<b>Nível de rendimentos</b>						
Concelho	2,271	2,639	6,901 ***	5,656	8,390 **	5,579
Concelho+ concelhos limítrofes	1,847	4,236	4,819 **	11,613 ***	12,733 ***	2,243
<b>Posse de viatura</b>						
Concelho	4,656	5,939	2,987	2,012	4,441	4,348
Concelho+ concelhos limítrofes	7,758	0,987	2,868	1,042	7,857 **	0,212
<b>Dimensão do agregado</b>						
Concelho	12,928 ***	6,426 *	5,531	4,790	3,105	3,249
Concelho+ concelhos limítrofes	5,985	1,958	6,576 *	4,255	6,178	2,224
<b>Famílias com e sem filhos</b>						
Concelho	3,399 *	1,667	0,239	0,397	1,873	0,574
Concelho+ concelhos limítrofes	0,508	2,918	0,293	2,810	3,405	0,709
<b>Origem da família</b>						
Concelho	272,500	48,000	6,000 *	15,000 *	22,000	8,000 *
Concelho+ concelhos limítrofes	319,000	38,000 ***	4,000 *	33,000	25,000	26,000
<b>Local do emprego</b>						
Concelho	--	--	--	--	2,488	0,969
Concelho+ concelhos limítrofes	--	--	--	--	3,012 *	2,972 *
<b>Estatuto social</b>						
Concelho	0,027	--	--	--	3,132 *	0,111
Concelho+ concelhos limítrofes	1,132	--	--	--	2,174	0,304
<b>Tipologia de compras (Baixa e elevada ordem)</b>						
Concelho	280,500	335,000	21,000	52,500	60,000	42,000 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	234,000	338,000	27,000	45,000 **	72,000	79,000
<b>(bens/serviços)</b>						
Concelho	222,000 ***	377,000	45,500	40,000	90,000	49,000
Concelho+ concelhos limítrofes	249,000 ***	374,000	55,000	43,000	86,000	62,000

Nível de significância: \* 90% (P<0.1) \*\*95% (P<0.05) \*\*\* 99% (P<0,01)

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor

#### 4 Considerações Finais

Uma visão integrada da rede urbana das pequenas e médias cidades depende de uma complexa teia de processos, que articule o núcleo urbano com a dinâmica dos espaços rurais, num contexto de complementaridade por forma, a equacionar fraquezas e potencialidades endógenas e exógenas. Isto é, se por um lado a dimensão e contiguidade não são fatores determinantes na constituição de uma rede dinâmica, já o papel do espaço rural, em particular para as pequenas e médias cidades, não pode ser negligenciado no contexto dos processos de desenvolvimento económico.

Neste sentido, a inquirição feita permitiu fazer uma análise preliminar das relações entre as freguesias rurais e as freguesias urbanas deste concelho, por um lado e do concelho com as restantes áreas do país por outro.

Uma análise das transacções das famílias pelo tipo de bens que consomem é reveladora da importância que área urbana do concelho tem. De facto, quer se trate de bens e serviços de ordem elevada (i.e. de menor frequência de consumo) ou de baixa ordem (i.e. maior frequência de consumo) estes são adquiridos primordialmente na cidade. A zona rural envolvendo as cidades adquire alguma importância para as famílias agrícolas (i.e. famílias que têm uma exploração agrícola), sendo esta tendência mais significativa no que concerne as compras de baixa ordem. A isto não é com certeza alheio a “resistência” às deslocações por parte dos agregados familiares.

Verifica-se claramente um maior número de deslocações das famílias que residem nas zonas urbanas aos locais de abastecimento. Do mesmo modo, a dispersão espacial dos locais de fornecimento de bens e serviços é menor para as famílias que residem nas zonas rurais. Efectivamente, estas satisfazem a quase totalidade das suas necessidades no concelho e nalguns concelhos limítrofes (ver Quadro 8).

Efectivamente parece existir uma distribuição policêntrica do espaço, perspectiva de resto defendida pelo EDEC como a actual evolução do espaço da União Europeia. Aliada a esta visão de um espaço policêntrico o EDEC afirma ainda a presença de uma nova parceria entre o espaço rural e o espaço urbano, onde é privilegiado o desenvolvimento de uma região funcionalmente integrada em detrimento da tradicional dicotomia urbano vs rural. Esta nova forma de perspectivar o espaço europeu prevê uma capacidade de desenvolvimento globalizadora das pequenas e médias cidades e da sua envolvente rural. A rede urbana neste contexto surge como o espaço de interacção de uma cidade com outras (independentemente da proximidade) mas também com a sua envolvente rural contígua. A esta nova perspectiva não é obviamente alheia a questão da melhoria de acessibilidades e a procura de regiões e áreas eficientes que propagam o desenvolvimento para as áreas rurais até agora muitas vezes descuradas e em declínio populacional e funcional crescente.

**Quadro 8.** Frequência mensal de compras

	1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
<b>Agregados rurais não agrícolas</b>						
Bens de baixa ordem (8)	6,92	6,86	5,91	5,83	2,74	3,70
Bens de elevada ordem (11)	0,30	0,37	0,37	0,34	0,27	0,34
Serviços de baixa ordem (10)	4,35	4,75	3,73	3,99	1,59	2,22
Serviços de elevada ordem (9)	0,46	0,60	0,57	0,47	0,38	0,49
<b>Agregados urbanos</b>						
Bens de baixa ordem (8)	5,96	5,83	5,68	6,33	3,93	4,12
Bens de elevada ordem (11)	0,42	0,40	0,39	0,31	0,29	0,36
Serviços de baixa ordem (10)	4,43	3,77	3,57	3,23	1,92	2,39
Serviços de elevada ordem (9)	0,66	0,45	0,54	0,52	0,46	0,51
<b>Agregados rurais agrícolas</b>						
Bens de baixa ordem (8)	5,17	5,03	4,58	6,26	5,74	5,17
Bens de elevada ordem (11)	0,22	0,22	0,11	0,29	0,30	0,26
Serviços de baixa ordem (10)	2,40	2,49	1,27	3,11	2,06	1,71
Serviços de elevada ordem (9)	0,39	0,35	0,30	0,54	0,51	0,68
<b>Número total de agregados</b>						
Bens de baixa ordem (8)	5,92	5,73	5,56	6,18	3,90	5,17
Bens de elevada ordem (11)	0,33	0,34	0,34	0,31	0,29	0,26
Serviços de baixa ordem (10)	5,56	3,81	3,23	3,42	1,85	1,71
Serviços de elevada ordem (9)	0,53	0,46	0,51	0,51	0,44	0,68

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor

A contestação a esta visão do espaço rural europeu, particularmente no que se refere aos países do sul da Europa, não tardou em se sentir das mais diversas formas. Hadjimichalis (2000, por exemplo, afirma que “In this powerful imaginary of spatially integrated Europe, rural space is conceived as a shrinking entity crossed by even faster communication infrastructure. (...) Concerns in the ESDP about “pump” effects and “tunnel” effects are only a pretext. And contrary to highly optimistic reports, new telecommunications and information technology illustrate how new trends can include and exclude places and people and this raises a more general issue of hoe processes of marginalization and exclusion operate in rural areas” e, ainda que “the new urban-rural partnership is an attempt to deal with the criticism of urban bias (...) but the principal focus is on large urban areas and “their” needs.”

O papel policêntrico pretendido para as pequenas e médias cidades, nomeadamente as que se localizam perto de meios, predominantemente, rurais pode ter diferentes leituras quando se analisam a intensidade da integração local dos diversos agentes económicos.

As famílias ligadas ao sector agrícola estão mais ligados a economia local do que os que desenvolvem a sua actividade económica fora do sector primário.

Tendo em linha de conta que os agentes que se encontram fora da agricultura desempenham um papel verdadeiramente relevante na diversificação das economias locais sediadas em meio rural verificamos que nem tudo o que luz é ouro.

## Nota

<sup>1</sup> The Role of Small and Medium-sized Towns in Rural Development [EU RTD Project QLRT-2000-01923], é coordenado pela Universidade de Reading e Plymouth. A equipe portuguesa é coordenada por F. Diniz e é composta por A. Poeta, C. Silva, L. Pinto, P. António e S. Abreu.

## 5 Referências

- ALVES, B. *A formação dos sistemas urbanos: Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Coleção APDR, 2002.
- CHRISTALLER, W. *Die Zentralen Orte in Süddeutschland*. Fena, 1933.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da EU*. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1999.
- COURTNEY, P. and Errigton A. Small towns as ‘sub-poles’ in European Rural Development: Policy, theory and methodology. In: AGRICULTURAL ECONOMICS SOCIETY ANNUAL CONFERENCE, University of Plymouth, 11-14 Abril, 2003.
- \_\_\_\_\_. The role of small towns in the local economy and some implications for development policy. In: *Local Econom*, n. 15, 2000.
- DINIZ, F.; Poeta, A.; Silva, C.; António, P.; Ribeiro, L.; Abreu, S. *Portuguese Report on Pilot Survey: Peso da Régua*. Vila Real: UTAD, 2002.
- \_\_\_\_\_. *National Report for Portugal – Deliverable Twelve*. Vila Real: Marketowns, 2003.
- HADJIMICHALIS, C. Imagining rurality in the new Europe and dilemmas for spatial policy. Actas do VIII ENCONTRO NACIONAL DA APDR. *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, 1, Coimbra, 2000.
- Keane, M.J. Rural and Local Development in Ireland: exploring the Theory-Practise Interface In: *Regional Studies*, n. 31, 1997.
- LÖSCH, A. *Die Raumliche Ordnungder Wirtschaft*. Fena, 1940.
- PARR, J.B. Growth-pole Strategies in Regional Economic Planning: A retrospective View. Part 1. Origins and Advocacy. In: *Urban Studies*, n. 36, v. 8, 1999.
- PERROUX, F. Note sur la notion de pole de croissance. In: *Economie Appliquee*, n. 8, 1955.
- WILLIAMS, C.C. *Consumer Services and Economic Development*, London: Routledge, 1997.



**Perspectivas de desenvolvimento local dos pequenos produtores de leite do município de Campo Grande-MS (ago/2001 - ago/2002)**  
Local development perspectives for milk small producers in Campo Grande City, Mato Grosso do Sul State – Brazil (Aug. 2001 - Aug. 2002)  
**Perspectives de développement local pour les petits producteurs de lait de la ville de Campo Grande, État du Mato Grosso do Sul – Brésil**  
**Perspectivas de desarrollo local de los pequeños productores de leche del municipio de Campo Grande-MS (ago/2001 - ago/2002)**

Rosirene Reggiori Pereira Caldas\*  
Antonia Railda Roel\*\*

Recebido em 14/06/2005; revisado e aprovado em 19/08/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** O presente trabalho teve como principal objetivo diagnosticar a pequena produção primária leiteira do município de Campo Grande, MS, da produção à comercialização, em face da regulamentação de novas normas para a captação, armazenamento, transporte e industrialização do produto sob o enfoque do desenvolvimento local. Consistiu na análise de dados de uma pesquisa desenvolvida na área rural do Município pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), durante o período de agosto de 2001 a agosto de 2002. O diagnóstico demonstra que a atividade leiteira para os pequenos produtores do Município é de extrema importância na composição da renda mensal, mesmo apresentando uma reduzida produtividade, qualidade e baixo poder de negociação. Na interação entre o perfil do pequeno produtor de leite e a nova legislação regulamentada pelo governo, constatou-se que, o segmento não dispõe de condições estruturais e financeiras propícias à adoção das inovações tecnológicas propostas.

**Palavras-chave:** Pequeno produtor de leite, legislação leiteira, desenvolvimento local.

**Abstract:** The main objective of this work is to diagnosis the milk small primary production at the city of Campo Grande, MS, from the production to the commercialization, in face of the regulation of new rules for capitation, storage, transport and industrialization of the product, under the approach of the local development. It's based on the research analysis of data, developed in the agricultural area of the City for the Municipal Department of Economic Development (SEDEC), during the period of August, 2001 to August, 2002. The diagnosis demonstrates that the milk activity for the small producers of the City is very important in the composition of the monthly income, in spite of the reduced productivity, quality and low power of negotiation. In the interaction between the profile of the small milk producer, and the new legislation regulated for the government, it is evideny that the segment does not make use of propitious structural and financial conditions to the adoption of the technological innovations proposals.

**Key words:** Small milk producer, milk legislation, local development.

**Resumé:** Le travail présenté dans cet article a pour objectif principal la réalisation d'un diagnostic sur la petite production laitière de la ville de Campo Grande, MS, en partant de la production jusqu'à la commercialisation, en fonction des nouvelles normes pour la collecte, stockage, transport e industrialisation du produit, sous la vision du développement local. La recherche a été réalisée à partir de données obtenues para le Secrétariat Municipal de Développement Economique (SEDEC), durant la période d'août 2001 à août 2002. Le diagnostique démontre, pour les petits producteurs de la ville, l'activité laitière est d'une très grande importante dans la formation de leurs revenus mensuels, même si la productivité et la qualité sont très faibles. L'interaction entre le profil du producteur laitier et les nouvelles normes adoptées par le Gouvernement, il a été constate que le segment ne dispose pas des conditions structurelles et financières suffisantes pour l'adoption des nouvelles technologies proposées.

**Mots-clés:** Petit producteur laitier; législation laitière; législation brésilienne; développement local.

**Resumen:** El presente trabajo tuvo como principal objetivo diagnosticar la pequeña producción primaria lechera del municipio de Campo Grande, MS, de la producción a la comercialización, en faz de la reglamentación de nuevas normas para la captación, acopiamiento, transporte e industrialización del producto bajo el enfoque del desarrollo local. Consistió del análisis de datos de una pesquisa desarrollada en el área rural del Municipio, por la Secretaría Municipal de Desarrollo Económico (SEDEC), durante el período de agosto de 2001 a agosto de 2002. El diagnóstico demuestra que la actividad lechera para los pequeños productores del Municipio es de extrema importancia en la composición de la renta mensual, aún presentando una reducida productividad, calidad y bajo poder de negociación. En la interacción entre el perfil del pequeño productor de leche y la nueva legislación reglamentada por el gobierno, se constató que, el segmento no dispone de condiciones estructurales y financieras propicias a la adopción de las innovaciones tecnológicas propuestas.

**Palabras-claves:** Pequeño productor de leche; legislación Lechera; desarrollo local.

\* Mestre em Desenvolvimento Local. (rosirenereggiore@aol.com)

\*\* Doutora em Engenharia Agrônômica, Professora do Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Av. Tamandaré 6000, CEP 79117900, Tel.: 673312-3596. Campo Grande-MS. (arroel@ucdb.br).

No Brasil a política de modernização da agricultura, que teve seu auge na década de 1970, esteve associada à implantação e expansão do complexo agro-industrial favorecendo no aumento da produção e da produtividade agrícola, porém, o uso inadequado da mecanização e dos insumos químicos e biotecnológicos aliados à má distribuição do crédito rural provocaram impactos negativos tanto ao meio ambiente quanto à sociedade e, principalmente, à pequena propriedade familiar. Dessa forma, a produção e a produtividade do setor agrícola passaram a apresentar desigualdades regionais, sendo que, no caso do setor produtivo leiteiro, observa-se que a atividade concentrou-se nas propriedades especializadas das regiões Sul e Sudeste do país.

Dados recentes da pecuária brasileira demonstram a eficácia econômica do agonegócio do leite no ano de 2000, que medida pelo valor bruto da produção pecuária correspondeu a 19%, ficando atrás somente do valor da produção da carne bovina. Além disso, destacam-se outros fatores relacionados à grande importância da atividade leiteira e seus derivados como o aspecto social decorrente da geração de emprego e renda, principalmente, aos agricultores familiares e o valor nutricional do alimento. Entretanto, do ponto de vista organizacional, tecnológico e gerencial, a pecuária de leite, no Brasil, ainda é muito frágil, apresentando reduzida competitividade e lucratividade da produção primária.

Conforme dados do FIBGE (1999), o estado de Mato Grosso do Sul possui 433.524 cabeças de vacas e produz 409 milhões de litros de leite/ano, sendo que as três maiores bacias leiteiras em volume de produção são: Bolsão, Campo Grande e Glória de Dourados. A produção média de litros/vaca/ano nestas bacias leiteiras perfaz 970,23 litros/vaca/ano, enquanto que as demais cinco regiões de Mato Grosso do Sul somam 914,57 litros/vaca/ano.

Uma pesquisa realizada pela EMPAER/MS (2000), constatou que quase 50% da produção de leite sob inspeção no Estado é exportada, principalmente, para os estados de São Paulo e Paraná de forma *in natura*, ou seja, sem passar por processos industriais que angariariam lucros e rentabilidade ao segmento produtivo.

Além disso, os produtos industrializados derivados do leite consumidos no Estado são em grande parte oriundos de outros mercados produtores vizinhos, isto, devido à insuficiente competitividade da produção industrial que não possui capacidade para atender o mercado interno e exportar. Mas as indústrias de lácteos em Mato Grosso do Sul exportam, principalmente, queijos para outros Estados (DFA/MS, 2001).

Particularmente, o município de Campo Grande apresenta-se como a segunda maior bacia leiteira em volume de produção e a quinta em produtividade de litro/vaca/ano (FIBGE/1999). Segundo dados da EMPAER/MS (2000), a produção *in natura* ou industrializada está voltada a suprir, basicamente, as necessidades de abastecimento interno do Município, sendo que nos períodos de seca responde por 89,64% do total comercializado e, nos períodos das águas, corresponde a 87,89%.

Entretanto, vale ressaltar que, observa-se que os preços pagos pelas indústrias de laticínios à produção local são baixos, o que leva muitos produtores a praticarem o comércio clandestino ou “de canequinha” como forma de obtenção de maiores lucros e alternativa de se manterem na atividade.

Neste sentido, a partir do início da década de 1990, o segmento da cadeia produtiva do leite, no Brasil, vem passando por transformações com o propósito de desenvolver um ambiente competitivo frente à concorrência externa e interna, e foram estimuladas pela liberação do preço do leite em 1991, abertura comercial ao mercado internacional e ao Mercosul, estabilidade da economia com o Plano Real, aumento da demanda dos mercados por produtos de alta qualidade e mudança do ponto de referência do preço do leite para o leite longa vida (UHT).

Frente às atuais condições mercadológicas e ao fato do recente avanço da atividade leiteira para o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta-se como uma região de considerável potencial de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, necessitando de uma reestruturação do setor com enfoque nas características e cultura dos segmentos de produtores visando tornar a atividade atrativa economicamente e em padrão de qualidade dos produtos lácteos.

A baixa competitividade apresentada pela produção leiteira de Campo Grande e a necessidade de adequação do setor ao Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do leite - PNMQL, que prevê novas normas para captação, armazenamento, transporte e industrialização do produto, torna-se alvo de discussão dos órgãos competentes em torno dos obstáculos para a modernização do setor.

Desta forma, ao longo do texto, pretende-se diagnosticar a pequena produção primária leiteira do município de Campo Grande-MS, da produção à comercialização, em face da nova legislação sob o enfoque do desenvolvimento local. Diante dos dados coletados, objetiva-se localizar os empecilhos bem como as potencialidades da comunidade local propondo alternativas de solução aos problemas específicos dos pequenos produtores com vistas a ampliar a capacidade produtiva do rebanho leiteiro e a lucratividade da produção a partir do aproveitamento dos recursos disponíveis possibilitando a permanência do homem no campo e o desencadeamento de ações inovadoras em busca do desenvolvimento do meio rural.

### **Desenvolvimento local**

A necessidade de novas formas de organização do planejamento para o desenvolvimento econômico frente ao novo cenário mundial, que clama pela necessidade de aumento da remuneração do produto, orienta-se por uma descentralização político-administrativa e busca por meio da cooperação entre o setor público e a sociedade civil desenvolver meios alternativos inovadores para a promoção do desenvolvimento territorial.

Segundo Albuquerque (1998), somente a partir dos anos setenta e oitenta, na Europa, com a crise do modelo de desenvolvimento fordista foi que se intensificou a busca de informações referentes às iniciativas do processo de desenvolvimento econômico local. No caso brasileiro, a história é mais recente e data a partir da última década.

Porém, é fato que das definições, até o momento, delineadas para o desenvolvimento local constata-se a convergência num único objetivo que é o da melhoria nos níveis de bem-estar social e de qualidade de vida por

intervenção da mobilização e valorização dos recursos endógenos (humano, institucional, econômico, ambiental e cultural).

O processo de desenvolvimento local de forma antagônica aos modelos de desenvolvimento, até então, propostos baseia-se pelo mecanismo de democracia participativa celebrada entre o setor público, o setor privado e a comunidade para a identificação dos problemas e das potencialidades locais, bem como, no planejamento e execução das atividades.

Franco (1999, p.183) argumenta que na ausência de interação e consenso por parte da sociedade o desenvolvimento local se inviabiliza e desconstitui:

O desenvolvimento local integrado e sustentável pressupõe a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não-governamentais, públicos e privados. Não haverá desenvolvimento local integrado e sustentável sem a participação da sociedade. Sem essa participação, o próprio conceito se desconstitui.

O acesso ao conhecimento por intermédio da educação, capacitação e informação constitui-se num fator estratégico para o alcance do desenvolvimento local na medida em que promove o desenvolvimento do capital humano. A fragilidade e a incipiência dos atores locais, públicos e privados, em relação à sua articulação e ao planejamento, execução e acompanhamento das iniciativas para a criação de atividades produtivas inovadoras carece da atuação de um agente externo que atue como agenciador/intermediador da formação e educação da comunidade com vistas ao desenvolvimento.

### **Agricultura familiar e desenvolvimento rural**

Segundo Abramovay (1997), a agricultura familiar refere-se àquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são oriundos de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Nos estabelecimentos familiares as decisões sobre o que e como produzir não são determinadas apenas pela lógica do mercado, mas, também, por outras lógicas, que visam atender as variadas necessidades e objetivos da família, nem todas vinculadas à renda da unidade produtiva (PASSINI, 1999).

No cenário econômico nacional, verifica-se que o Brasil apostou exclusivamente no desenvolvimento baseado nas capacidades produtivas de exploração individual e na concentração dos meios de produção da agricultura patronal, não vislumbrando a importância e as vantagens da agricultura familiar na produção agropecuária pela sua acentuada diversificação e flexibilidade do processo decisório.

Soares (2001), em seu trabalho sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar, destaca a importância do segmento na produção de alimentos, distribuição de renda e geração de empregos para a garantia da segurança alimentar. Com base nos dados do Censo de 1995/96 (FIBGE) demonstra que os agricultores familiares produzem 24% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VPB) da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café.

Entretanto, ressalta que grande parte da insegurança alimentar do Brasil decorre da inviabilização da agricultura familiar pela falta de linhas de crédito adequadas, falta de infra-estrutura de produção e comercialização e, inexistência de políticas públicas de saúde e educação o que vem provocando o empobrecimento e a expulsão dos agricultores familiares do campo.

Segundo Paschoal (1994), com o passar do tempo e o evoluir da crise econômica mundial, os custos da produção agrícola tornaram-se impraticáveis, diminuindo a margem de lucro dos produtores e elevando excessivamente o preço dos alimentos aos consumidores, comprovando que o modelo de agricultura industrializada é ecológica, social e economicamente inviável. Neste modelo industrializado da agricultura, a distribuição da renda agrícola se processa de maneira desigual, na qual 66% dos lucros são para as indústrias de insumos e máquinas, 19% para o comércio e somente 11% dos lucros destinam-se aos produtores rurais, de acordo com Ari de David citado por Roel (2002).

Desta forma, coloca-se a importância da elaboração de um plano de desenvolvimento rural ajustado às vocações econômi-

cas, sociais, culturais e ambientais específicas das distintas regiões e propriedades.

O processo de desenvolvimento sustentável deve partir do potencial ambiental, cultural, econômico e social local. Para isto, a mobilização, a organização e o comprometimento dos indivíduos da agricultura familiar em articulação com a esfera governamental e entidades não governamentais afins é imprescindível para a formulação, implementação, efetivação e continuidade de políticas de desenvolvimento rural, pois este segmento apresenta uma identificação com o território a que pertence e possui características, problemas e aspirações comuns que se asseguradas propiciarão o desenvolvimento do conjunto da população.

Neste sentido Dowbor (1995), argumenta que é necessário desenvolver a produtividade social promovendo o uso racional dos recursos de uma determinada comunidade, que na ótica do desenvolvimento local refere-se à melhora da produtividade conjunta. Para isso, são necessárias ações articuladas entre as classes sociais dos segmentos econômicos urbanos e rurais.

### **Cooperativismo e associativismo**

O cooperativismo e o associativismo são formas de organização social diferenciadas que tem como objetivo principal a melhoria na qualidade de vida da coletividade, a partir do engajamento e participação dos indivíduos associados.

No meio rural as diversas associações de produtores rurais são organizadas para a realização de trabalhos de produção e comercialização de mercadorias, enquanto que as cooperativas de produtores rurais organizam-se em busca do aperfeiçoamento do processo de produção e da maior rentabilidade do produto pela venda direta ao consumidor (SEBRAE, 1997).

Estes instrumentos de integração e parceria, desde que bem geridos, são apontados aos produtores rurais da agricultura familiar como formas de organização administrativa para obterem poder representativo de participação em conselhos, comissões, comitês, entre outros, e de reivindicação junto aos mercados para vencerem dificuldades que não conseguiriam isoladamente.

## Mudanças na legislação da pecuária leiteira

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento com vistas à “modernização da atividade leiteira” propõe a implantação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNMQL, através da Portaria n° 56 de 07 de dezembro de 1999, que prevê mudanças nas normas de coleta, armazenamento, transporte e industrialização da produção; a capacitação da mão-de-obra e a disponibilização de recursos de infra-estrutura e financeiros com prazos e juros compatíveis com a atividade.

As principais inovações e mudanças propostas pela Portaria referem-se a obrigatoriedade do resfriamento do leite nas propriedades, o transporte a granel até a plataforma da indústria de laticínios e o estabelecimento de novos critérios para o controle da qualidade a partir da realização de testes de alizarol, crioscopia, microorganismos, teor mínimo de proteínas, contagem padrão em placas e contagem de células somáticas.

A nova legislação visa, também, a gradativa substituição do leite tipo C, que representa 95% da produção nacional, pelo chamado leite cru refrigerado, quando no estado de cru, e leite pasteurizado quando envasado após tratamento térmico o qual terá as mesmas exigências do atual leite tipo B. Assim sendo, haverá uma redução na tipificação do leite pela fusão do leite pasteurizado com o leite tipo B.

Conforme definido pela Instrução Normativa n° 51 de 18 de setembro de 2002, essa nova legislação deverá vigorar a partir de julho de 2005, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e em julho de 2007, nas regiões Nordeste e Norte, o que representará um marco a todos os elos da cadeia produtiva.

Entretanto, a referida Portaria n° 56 não vem ao encontro às diretrizes do desenvolvimento local, pois assim como as políticas públicas, até então, vigentes, esta é mais uma lei imposta de cima para baixo a todo o segmento, sem respeitar as características específicas das distintas regiões e propriedades.

As novas exigências previstas e os prazos para a sua adoção ameaçam a exclusão dos produtores familiares do mercado, em face da inexistência de medidas e recursos

condizentes ao perfil do segmento para a adequação às novas normas, e favorece exclusivamente aos grandes empreendimentos produtores e agroindustriais relacionados à cadeia produtiva do leite.

## Metodologia

Definido que a comunidade alvo seria os pequenos produtores de leite do município de Campo Grande e apoiando-se numa pesquisa executada em parceria pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/PMCG, Sindicato Rural de Campo Grande e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, na área rural do Município, a qual utilizou-se de um formulário estruturado que apurou informações referentes à identificação do produtor e do entrevistado, identificação da propriedade, caracterização da produção e comercialização de leite, alimentação do gado leiteiro, rebanho e manejo, composição da propriedade, atividades exercidas na propriedade, caracterização da pecuária, estrutura física da propriedade, expectativas e dificuldades em relação à atividade e perfil do entrevistado, foram separados os dados referentes à produção total de leite, e, destes, foram classificadas e extraídas as propriedades e produtores alvo de acordo com a sua produção média diária na época das águas. Para a separação dos 771 (setecentos e setenta e um) pequenos produtores utilizou-se a classificação segundo Silva (1996, p.8), que os agrupa entre os produtores de leite com produção média diária até 55 (cinquenta e cinco) litros/dia; os médios produtores de 56 (cinquenta e seis) a 270 (duzentos e setenta) litros/dia e os grandes produtores com média diária de extração acima de 270 (duzentos e setenta) litros/dia.

Os dados foram separados e analisados em função de produção e produtividade, tipo de alimentação e mineralização, utilização de vacinas e tratamento sanitário de endo e ectoparasitas, grau de informação e assistência técnica e comercialização.

Desta forma, foram delineadas informações que possibilitaram o confronto da situação geral dos pequenos produtores de leite do Município em relação ao enfoque teórico do desenvolvimento local frente à

implantação da nova legislação, tendo em vista a apresentação de empecilhos, potencialidades e oportunidades da comunidade-localidade.

### **Caracterização geral dos estabelecimentos produtores de leite de Campo Grande**

Segundo dados do levantamento o município de Campo Grande possui 954 propriedades produtoras de leite, o que equivale a 56,72% do total dos estabelecimentos entrevistados. Observa-se que no período das águas a produção média de litros de leite/dia é maior se comparado ao período de seca, isto, em função da melhoria das pastagens naturais e artificiais ocasionada pelos fatores climáticos favoráveis da época chuvosa. Considerando-se a metodologia de Silva e o total da produção média diária na época das águas, constatou-se que os produtores de leite se classificam como médios produtores em razão da média diária verificada de 64,32 litros.

Os estabelecimentos são geridos por pessoas, normalmente um capataz, desqualificadas e sem treinamento adequado para a tomada de decisões que visem o aumento da produtividade dos animais, pois 60,23% dos proprietários não residem em suas propriedades rurais.

As pastagens artificiais como a *Brachiaria decumbens*, a *B. humidicola* e a *B. brizantha* são predominantes (73,60%) e, somente em 1,08% da área se verifica a presença de pastagens naturais com o capim jaraguá e a grama mato grosso. O cultivo de capineiras como a cana-de-açúcar e o napier é reduzido e representa 1,06% da área total das propriedades.

O rebanho leiteiro é composto de animais cruzados ou enraçados (96,17%), e as principais raças verificadas no cruzamento foram a holandesa, gir, caracu, nelore, simental, pardo suíço e Jersey. Os animais enraçados caracterizam-se pela maior resistência as mudanças climáticas, menor custo de alimentação animal e garantia no abastecimento de carne e leite.

No geral, as propriedades não dispõem de instalações físicas adequadas para o manejo adequado do gado leiteiro e não empregam a segunda ordenha e nem a or-

denha mecânica para aumento da produtividade do leite.

Quanto a mão-de-obra empregada, observa-se que o trabalho remunerado representa 64,94% do total, entretanto, constata-se que a utilização da mão-de-obra familiar nas atividades rurais, principalmente, pelos pequenos estabelecimentos, complementa e até mesmo substitui a assalariada. Dessa forma, e referindo-se a definição de Abramovay (1997) a respeito da agricultura familiar, ou seja, aquela em que se utiliza a força de trabalho de indivíduos que possuem laços de sangue ou de casamento, conclui-se que os pequenos produtores de leite do Município classificam-se como produtores familiares.

O baixo acesso a crédito bancário também foi apontado pelos estabelecimentos entrevistados, o que conforme Burke e Molina Filho (1988) é característico da unidade produtiva camponesa.

### **Situação geral dos pequenos produtores de leite de Campo Grande**

Ao procedermos a separação dos dados referentes aos pequenos produtores de leite procurou-se identificar, quantitativa e qualitativamente, as características peculiares à produção no intuito de se traçar um perfil geral para este segmento.

Conforme o levantamento, o montante de vacas leiteiras dos pequenos produtores é de 15.241 cabeças e equivale a 78,70% do total apresentado por todas as propriedades que exploram a pecuária de leite, atingindo um volume médio de produção, na seca e nas águas, de 11.729 litros/dia. Os setores que apresentam maior produção diária de litros de leite são: o setor 1 localizado entre as rodovias BR 163 e MS 010, o setor 2 entre a MS 010 e CG 040, e o setor 7 referente às propriedades que se localizam entre a BR 163 e BR 262, setores estes que ficam próximos do centro consumidor.

A produtividade animal média é inferior a 1 litro de leite/vaca/dia. Isto permite-nos comprovar que o maior volume de leite produzido no Município dá-se com o manejo de gado de baixo grau de especialização e enfatiza a necessidade de cursos de capacitação de órgãos de extensão rural e de acesso a financiamentos adequados.

## **Alimentação e suplementação do rebanho**

Com relação à alimentação do gado leiteiro os pequenos produtores adotam uma dieta durante o ano todo à base de pastagem/campo. O suplemento concentrado mineral aparece como um segundo item da dieta alimentar animal, sendo empregada por 96,61% dos estabelecimentos. Durante o período da seca verifica-se o emprego de volumosos e concentrados no cocho como suplementação à dieta alimentar.

Dentre os volumosos, a forragem verde que se refere às variadas espécies capineiras e, especialmente, a cana-de-açúcar e o napier, foram apontadas como a principal forma de suplementação implementada nas fazendas, sendo seguida, em menor proporção pela silagem e o feno.

A adoção de outros concentrados na alimentação suplementar dos animais é pouco relevante e baseia-se no sal comum, nas rações formuladas no comércio e nas rações com fórmulas especiais preparadas nas propriedades leiteiras.

Observa-se que os cuidados para o abastecimento de suplementação mineral nos cochos não atende às exigências nutricionais dos animais e, que em aproximadamente 51% (um terço) das propriedades a frequência na reposição é semanal.

Os métodos alimentares praticados na maioria dos estabelecimentos (68,97%) foram escolhidos pelos próprios proprietários que justificaram terem conhecimentos e ou vivência na área rural para a adoção de iniciativas.

## **Vacinas e tratos sanitários do rebanho**

Considerando que o sistema de criação de gado no município de Campo Grande é, predominantemente, o extensivo, as medidas de precaução sanitária e higiênica do rebanho leiteiro foram apuradas com vistas a avaliarmos a incidência da utilização de produtos químicos e utensílios adequados para a extração do leite.

Os resultados obtidos quanto à vacinação contra a febre aftosa e o carbúnculo demonstram que a maioria dos pequenos produtores adota estas práticas, e que, também, realizam testes para o diagnóstico da brucelose.

Conforme os dados a prevenção da aftosa é realizada por 99,48% dos proprietários, a do carbúnculo por 75,59% destes, e, o índice na adoção de testes para diagnóstico da brucelose foi de 60,05%. Além das vacinações contra a aftosa e o carbúnculo foi verificado que o controle da raiva herbívora é praticado em 33,03% dos estabelecimentos.

A vermifugação e o controle de ectoparasitas como o carrapato, o berne e a mosca do chifre são práticas de sanidade animal predominante nas fazendas leiteiras, conforme disposto.

Verifica-se que a técnica da vermifugação é adotada por 89,40% dos estabelecimentos e vem sendo realizada na maioria dos casos duas vezes ao ano. O controle de carrapato e berne é quase que absoluto (97,65%) nas propriedades, assim como, a prevenção contra a mosca do chifre (97,52%).

Também, em se tratando de saúde animal do rebanho leiteiro, o registro de casos de mastite não foi apontado entre as vacas leiteiras, no qual 74,74% dos proprietários afirmaram nunca terem sofrido com o problema.

Nas fazendas dos pequenos produtores de leite foi constatado que ao menos um método de prevenção higiênica é adotado na ordenha. Entretanto, revela que as práticas de higiene mais comuns são insatisfatórias.

Em relação aos utensílios utilizados para a coadura do leite tem-se que a peneira é empregada em 55,50% dos estabelecimentos, enquanto que, em 51,70% é utilizado o pano como filtro. A limpeza do úbere da vaca na hora da ordenha é verificada em apenas 41,75% das fazendas e, a limpeza adequada dos utensílios envolvidos na extração de leite, antes e após serem utilizados, é realizada por 62,30% dos produtores.

Resumidamente, os dados referentes à prevenção sanitária do rebanho leiteiro dos pequenos produtores apresentam índices gerais satisfatórios, enquanto que os resultados da adoção de métodos para a higiene na ordenha ainda são precários.

## **Assistência técnica**

Dispondo o Município de órgãos, governamentais e não-governamentais, relacionados às atividades rurais e que prestam assistência técnica, observou-se que, os ser-

viços são insuficientes e não atingem a maioria dos produtores de leite.

Os dados demonstram que o acompanhamento da sanidade animal do rebanho é realizado pelos próprios proprietários ou empregados em 61,20% das fazendas; a assistência técnica privada é disponibilizada por 30,67% dos proprietários e, somente 8,13% dos entrevistados utilizam a assistência técnica governamental.

Dentre as entidades governamentais que disponibilizam assistência técnica aos entrevistados as mais atuantes a nível estadual foram o IAGRO e o IDATERRA, e, a nível municipal a SEDEC.

### Comercialização do leite

A atividade leiteira, no Brasil, sempre representou uma fonte de renda segura aos pequenos produtores que comercializam sua produção. Entretanto, a prática comercial do leite produzido nas fazendas leiteiras de Campo Grande demonstra um baixo índice.

Conforme os resultados, a grande maioria dos pequenos produtores, ou seja, o equivalente a 64,07% do total, não vende o leite extraído em suas fazendas e, daqueles que praticam o comércio da produção verifica-se que 93,50% entregam o leite na sua forma *in natura* ou cru.

Os baixos níveis verificados na adoção de mecanismos para a agregação de valor ao comércio do leite *in natura*, como o resfriamento e a pasteurização, limitam o aumento da rentabilidade ao produtor que não pode armazenar o produto por não possuir equipamentos adequados de tratamento térmico para a sua conservação.

Entretanto, verifica-se que a maior parte dos produtores emprega o leite na fabricação de produtos derivados que apresentam maior resistência aos fatores climáticos e maiores preços para a comercialização, dentre os quais o queijo possui produção em larga escala (95,82%).

Os potenciais compradores do leite *in natura* comercializado pelos pequenos produtores foram apontados como sendo as indústrias de laticínios e os consumidores domiciliares.

Face ao exposto, se as regras para a produção do leite forem alteradas e manti-

das conforme o estipulado pela Portaria 56, os pequenos produtores tenderão a desaparecer, pois suas condições de competir no mercado são limitadas.

### Empecilhos, potencialidades e oportunidades

A pecuária leiteira para os agricultores familiares é uma atividade que sempre esteve presente em seu contexto histórico, nunca deixando de existir, mesmo com as adversidades das propostas de políticas agrícolas de desenvolvimento que lhe conferiram uma interpretação de estratégia econômica declinante. Isto se justifica porque os pequenos produtores de base familiar exploram suas culturas não apenas com vistas à obtenção de lucros, mas, também, e principalmente, pela necessidade de suprir as distintas carências para a subsistência da família.

Do ponto de vista do desenvolvimento local, conforme assinalado por Dowbor (1993), as decisões que se tomam longe do cidadão correspondem muito pouco às suas necessidades e aspirações. Neste estudo, se observa o mencionado acima, quando consideramos que a imposição da nova legislação à pecuária leiteira não foi pautada nos interesses coletivos dos diferentes segmentos de produtores e das diversas regiões do país. O Programa Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite - PNMQL foi elaborado e redigido, particularmente, sob a ótica dos grandes empreendimentos produtores e industriais relacionados à cadeia produtiva do leite não prevendo medidas ajustadas ao perfil dos pequenos produtores consistindo num fator de exclusão econômica e social deste segmento.

Desta forma, serão apresentados, inicialmente, os obstáculos para o desenvolvimento da comunidade-localidade alvo deste estudo, conforme o exposto abaixo:

- ✓ Observa-se que a Portaria 56 não prevê a disponibilização de linhas de crédito específicas aos pequenos produtores, com juros e prazos de carência favoráveis, para que os mesmos possam investir e custear as tecnologias que tornem competitivos os seus sistemas de produção.
- ✓ Outra questão da nova lei que reforça a necessidade de financiamentos adequa-

dos às especificidades do pequeno produtor local, para a adequação da atividade aos padrões de qualidade e competitividade, é a exigência da adoção de equipamento para acondicionamento térmico do leite nas fazendas. A proibição imposta ao armazenamento da produção em tanques de expansão comunitários se estabelece como um impedimento ao desenvolvimento local, pois restringe a aptidão para iniciativas associativas/cooperativistas e aumenta a tendência de exclusão econômica e social dos pequenos produtores que terão poucas condições de competir no mercado.

- ✓ A reduzida exploração da atividade leiteira pelos estabelecimentos rurais que se localizam em áreas longínquas do centro urbano do Município devido à dificuldade no escoamento da produção.
- ✓ O baixo nível de qualificação da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos de pequena produção leiteira do município compromete as iniciativas para a evolução da localidade na medida em que os trabalhadores desconhecem e não estão capacitados para fazerem um bom emprego das inovações que lhes estão sendo estabelecidas visando a garantia da melhoria da qualidade do produto.
- ✓ A insuficiente oferta de trabalhos efetivos e adequados de extensão rural, de pesquisas e assistência técnica de órgãos governamentais locais, acarretada pela desativação do órgão de pesquisa e extensão rural (EMPAER-MS) e inexistência de uma secretaria municipal de agricultura e pecuária. Atualmente, o pequeno produtor rural do Município dispõe apenas de dois órgãos que prestam assistência técnica governamental: o IDATERRA (estadual) e a SEDEC (municipal), através do departamento de agropecuária.
- ✓ A falta de informações mercadológicas favorecendo a produção voltada apenas para a subsistência e a comercialização de maneira pouco satisfatória do excedente.
- ✓ A inexistência de pontos de venda da produção *in natura* e industrializada artesanalmente pela pequena propriedade em centros consumidores de outras localidades, estimulando a competitividade

de dos mercados e possibilitando maior poder de negociação e remuneração aos produtores.

- ✓ Baixa qualificação e aplicabilidade de métodos higiênicos corriqueiros na ordenha das vacas leiteiras, comprometendo a qualidade da produção.
- ✓ A escassa tradição associativista existente na área rural de Campo Grande somada às dificuldades na formação de gestores e à dinamização dos associados são evidentes limitadores de iniciativas que tenham sua centralidade no âmbito exclusivamente local.

A partir do levantamento dos dados e com base no referencial teórico, foram identificadas, também, as potencialidades e oportunidades para o desenvolvimento local dos pequenos produtores de leite que são sugeridas a seguir:

- ✓ Capital social – o fomento ao fortalecimento do capital social responsável pela pequena produção de leite antes de se promover o crescimento da atividade da pecuária leiteira; ou seja, dotar as populações rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção do desenvolvimento local sustentável.
- ✓ Sistema integrado de produção – o predomínio do sistema extensivo de criação a pasto e a utilização de gado mestiço são fatores que determinam a interação na produção de carne e leite dos estabelecimentos familiares do município e proporcionam a competitividade da atividade sob o ponto de vista de custo e qualidade. A ênfase para a exploração de gado de dupla aptidão (leite e corte) aliada a outras atividades agropecuárias como a agricultura, horticultura, avicultura, dentre outras, implicando na diversificação produtiva de criação de animais e alimentos de qualidade pelos pequenos produtores e na garantia da segurança alimentar da sociedade local.
- ✓ Tecnologias de baixo custo – a difusão do emprego de estratégias de natureza técnica de baixo custo, como, por exemplo, a melhoria dos sistemas de produção de forragens para a solvência da sazonalidade na produção de leite na época seca do ano, conforme averiguado pelo levantamento.

- ✓ Vacinas e tratamento de endo e ecto parasitas – a conscientização do pequeno produtor em relação à adoção de métodos para a garantia do controle da sanidade animal, devido à constatação de elevada aplicabilidade de vacinas e tratamentos
- ✓ Pequena indústria rural – o estímulo aos empreendimentos industriais artesanais de pequeno porte existentes e a maior mobilização dos atores locais na agregação de valor à produção primária do leite na fabricação de derivados lácteos como queijos, doces, rapaduras, entre outros, podem se constituir em fatores de dinamização do desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores possibilitando uma melhor remuneração pela comercialização de produtos diferenciados de qualidade e a prestação de serviços no mercado formal.
- ✓ Associativismo e cooperativismo – o fortalecimento da livre organização associativa ou comunitária existente visando a otimização dos lucros provenientes da compra de insumos e da comercialização da produção de maneira coletiva. Dessa forma, os pequenos produtores poderão aprimorar e/ou organizar novos sistemas condominiais de coleta e transporte de leite resfriado que garantirá a redução do custo do frete e, cooperativas de produtores e associações comunitárias ou de produtores possibilitando maior poder de reivindicação para a obtenção de serviços públicos e privados, para a melhoria dos preços na comercialização da produção e a formação de nichos de mercado.
- ✓ Associação do trabalho e da gestão – a ênfase na interação entre o trabalho e a gestão administrativa por membros da família nos estabelecimentos rurais de pequena produção de leite possibilitando a maior flexibilidade nas decisões do processo produtivo, o que é característico da empresa familiar.
- ✓ Demanda por produtos lácteos – a produção de leite e de derivados lácteos dos pequenos produtores possui uma procura constante por empresas de laticínios, intermediários e consumidores via direta no âmbito do Município. Promovendo a melhoria na qualidade da produção estimula-se a possibilidade de conquista de novos mercados.

Neste sentido, para que estas potencialidades sejam efetivadas é imprescindível uma redefinição da atuação governamental e dos órgãos competentes envolvidos pela nova legislação referente à melhoria da qualidade do leite, contemplando as reais necessidades e aspirações dos pequenos produtores com relação ao acesso a linhas de crédito diferenciadas, capacitação do trabalhador rural, difusão de informações, garantia à pesquisa agropecuária e assistência técnica local, controle e garantia de preços mínimos dos produtos e estímulo à pequena agroindústria rural tendo em vista à manutenção do homem no campo e à melhoria na qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Também, coloca-se que a coibição na comercialização dos produtos lácteos que não atenderem as especificações de qualidade e sanidade previstas pela Portaria 56, somente ocorrerá desde que não se estabeleça uma maior organização e articulação dos produtores em associações e cooperativas visando a obtenção de poder reivindicatório para tornarem seus sistemas de produção e comercialização competitivos e, assim, vencerem dificuldades que não conseguiriam isoladamente.

Desde que sejam asseguradas essas oportunidades, as condições favoráveis da pequena produção primária de leite serão estimuladas e promoverão ganhos na produtividade do leite, aumento da rentabilidade na atividade, menores riscos e maiores opções de negócios.

### **Considerações finais**

O território rural brasileiro, no decorrer dos últimos anos, vem sofrendo o impacto das políticas de desenvolvimento a partir da inserção de inovações tecnológicas que objetivam o aumento da eficiência e competitividade das atividades agrícolas e pecuárias frente ao mercado globalizado.

Nesse processo de modernização os pequenos produtores de base familiar foram, e continuam sendo, os menos favorecidos e os maiores prejudicados porque não contaram com o apoio político e financeiro das instituições governamentais e de crédito. Entretanto, mesmo tendo sido observada uma considerável expulsão social e econômica de

pequenos produtores rurais do campo para a cidade, muitos ainda sobrevive em condições de extrema pobreza e precariedade.

O apontamento das potencialidades associadas às características da comunidade-localidade e a proposição de oportunidades intentaram subsidiar a orientação para a atuação da esfera governamental e dos atores sociais na elaboração de políticas públicas que favoreçam o desencadeamento do desenvolvimento sustentado do território.

Neste sentido, observou-se a necessidade de mudanças no tratamento das limitações do setor e que deverão ser tomadas pelos órgãos competentes visando proporcionar aos pequenos produtores de leite do Município condições e apoio para tornarem seus sistemas de produção e seus produtos competitivos. Entre as alterações está o acesso a linhas de crédito diferenciadas, com juros e prazos compatíveis ao setor; o controle e a garantia de preços mínimos dos produtos; a garantia de pesquisa e assistência técnica; a difusão de informações; a capacitação do trabalhador rural; o estímulo à pequena agroindústria rural e o fortalecimento da livre organização social.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: *Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural*. Brasília: PNUD, 1997. 222 p.
- ALBUQUERQUE, F. *Desenvolvimento econômico local e redistribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998. 151 p.
- BNDES. *Mudanças estruturais nas atividades agrárias: uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 1988.
- BURKE, Thomas Joseph, MOLINA FILHO, José. *Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência técnica a agricultura*. 2. ed. Piracicaba: ESALQ/USP, 1988. 88 p.
- ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, (1), p.63-76, setembro 2000.
- \_\_\_\_\_. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000. 100 p.
- AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 7. ed. Piracicaba: Unimep, 1999. 208 p.
- CAMPOS, J. M. Nogueira de. Preços crescem na compra e descem na venda. *DBO Rural – Anuário de Pecuária de Corte*, São Paulo, (256), p. 88-90, março de 2002.
- CERRI, Cláudio. Eficiência sem preço; quando mais é sinal de menos. *Revista Globo Rural*, São Paulo, (196), p. 35-39, fevereiro de 2002.
- \_\_\_\_\_. *Demonstrativo da produção de leite e derivados*. Ministério da Agricultura e do Abastecimento – DFA. Campo Grande, 2001.
- DOWBOR, L. *Governabilidade e descentralização*. In: <http://www.ppbr.com.br>. Agosto 1994.
- \_\_\_\_\_. *O que é poder local*. In: <http://www.ppbr.com.br>. Versão julho 1993.
- \_\_\_\_\_. *Requisitos para um projeto de desenvolvimento local*. In: <http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas/D053>. 1995
- FRANCO, Augusto. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: DEGENZAJN, Raquel Raichelis; RICO, Elizabeth de Melo (Orgs.). *Gestão social: uma questão de debate*. São Paulo: EDUC/IEE, 1999. p. 175-190.
- FELLET, Vanessa Kraide. Breve histórico da pecuária leiteira nacional. *Boletim do leite*, São Paulo, (85), p. 1-2, abril de 2001.
- FIBGE. *Censo demográfico 2000*. In: <http://www.ibge.gov.br>.
- \_\_\_\_\_. *Produção da pecuária municipal*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000, p. 7-9. v. 28.
- FONSECA, Luís Fernando Laranja da. *Balanço parcial do setor lácteo em 2001*. In: <http://www.milkpoint.com.br/artigo>. [05/02/02]
- FORTES, Gitâneo. “Efeito gangorra” volta a ameaçar lácteos. *DBO Rural – Anuário de Pecuária de Corte*, São Paulo, (256), p. 78-80, março de 2002.
- \_\_\_\_\_. Disputa com outras bebidas segue acirrada. *DBO Rural – Anuário de Pecuária de Corte*, São Paulo, (256), p. 84-86, março de 2002.
- GOMES, Sebastião Teixeira. Diagnóstico e perspectivas da produção de leite no Brasil. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus, CUNHA, Aécio S. (Eds.). *Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento*. Brasília: MCT/CNPq; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p 21-37.
- GONZÁLEZ, Román Rodríguez. La escala de desarrollo: definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, (1), p. 5-15, novembro de 1998.
- MARTINS, Gabriela Isla Villar; MARTINS, Cid Isidoro Demarco. Desenvolvimento local: da teoria à prática. In: MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto de; CARPIO MARTÍN, José (orgs.). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande: UCDB, 2001. p.153-180.
- MARTINS, Paulo do Carmo; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Emprego e renda no sistema agroindustrial do leite no Brasil. *Boletim do leite*, São Paulo, (86), p. 1-2, maio de 2001.
- Ministério da Agricultura e reforma Agrária – FAO/PNUD. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Projeto BRA 87/022, janeiro de 1992.

- Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução normativa n° 51*. Disponível em: <http://www.leitebrasil.org.br/normas.htm> [25/08/02]
- \_\_\_\_\_. *Leite tipo C será extinto*. Disponível em: <http://www.portalarural.com.br/agroartigos/news.html> [12/08/02]
- \_\_\_\_\_. *Leite brasileiro terá padrão de qualidade internacional, diz Pratini de Moraes*. Disponível em: [http://www.extranet.agricultura.gov.br/pls/pubacs\\_cons](http://www.extranet.agricultura.gov.br/pls/pubacs_cons) [13/09/02]
- \_\_\_\_\_. *Portaria n° 56*. Disponível em: <http://www.milknet.com.br/downloads/> Portaria56.doc [13/07/02]
- PASSINI, João José. *Geração e comunicação de inovações tecnológicas para a agricultura familiar*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, Curitiba.
- PLANURB, Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Perfil Sócio Econômico de Campo Grande*. 9. ed. Campo Grande, 2002. 150 p.
- Rios Estudos e Projetos. *O consumo de leite informal no Brasil*, fev. 2000. Disponível em: <http://www.bebaleite.com.br/materias/tecnica/2000/leiteinformal>. [08/10/01]
- SANTOS, Geraldo Tadeu dos; VILELA, Duarte. Produção leiteira – analisando o passado, entendendo o presente e planejando o futuro. *XXXVII Reunião Anual da SBZ*, Viçosa, p. 231- 249, 24 a 27 de julho de 2000.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. In: *Cooperativismo e associativismo – instrumentos de integração, parceria e realização*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1997. 84 p.
- SILVA, Sebastião. Relatório de pesquisa no complexo produtivo de bacias leiteiras do estado de Mato Grosso do Sul. *Projeto Novas Fronteiras do Cooperativismo*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária – MAARA. Brasília, 1996, 49 p.
- SOARES, Adriano Campolina. *A multifuncionalidade da agricultura familiar*, dez/fev de 2000/2001. Disponível em: <http://www.grupochochovi.org/php/doc/documentos/multifuncionalidad.pdf>. [10/01/03]
- VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aécio S. (Eds.). *Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento*. Brasília: MCT/CNPq; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p 9-14.
- XAVIER, Antônio José. Modernização do setor produtivo de leite e derivados. *Boletim do leite*, São Paulo, (65), p. 1-2, agosto de 1999.
- ZOCCAL, Rosângela; FERNANDES, Elizabeth N. Mudanças na pecuária de leite. *Informe Econômico do Leite*, Juiz de Fora, (1), 4 p., dezembro de 2001.

**Biorregionalismo: desenvolvimento rural respeitando as diferenças**  
**Bioregionalism: rural development respecting the differences**  
**Biorégionalisme: développement rural respectant les différences**  
**Biorregionalismo: desarrollo rural respetando las diferencias**

Ricardo Serra Borsatto\*  
Michelle Melissa Althaus Ottmann\*\*  
Nilce Nazareno da Fonte\*\*\*

Recebido em 17/11/2005; revisado e aprovado em 28/11/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** Este artigo é um ensaio que objetiva a realização de reflexões e questionamentos, para que se possam encontrar caminhos mais sustentáveis para o meio rural brasileiro, que propiciem efeitos econômicos, sociais e ecológicos positivos em longo prazo. Para tanto foi analisada a política agrícola europeia e constatou-se que esta segue por caminhos contrastantes do modelo brasileiro. Foi utilizada como base para as reflexões a teoria da complexidade e proposto o biorregionalismo como um possível caminho a ser seguido.

**Palavras chave:** Biorregionalismo; complexidade; sustentabilidade.

**Abstract:** This article is an essay aiming reflections about the Brazilian rural development model, looking for sustainable paths for its future providing economic, social and ecological positives effects in long term. European Common Agriculture Policy was analyzed and realized that it is following different paths compared to the Brazilian model. As a base for the reflections was used the complexity theory and was purposed the bioregionalism as a possible way to follow.

**Key words:** Bioregionalism; complexity theory; sustainability.

**Résumé:** Cet article a pour objectif la mise en place de réflexions et questions destinées à l'identification de voies viables pour le milieu rural brésilien, qui permettent des effets économiques, sociaux et écologiques positifs sur le long terme. Pour cela, la Politique Agricole Commune Européenne a été analysée et il a été conclu que ce model est différent de celui suivi par le Brésil. Comme base à la réflexion, la théorie de la complexité a été utilisée et le biorégionalisme a été proposé comme une voie possible a suivre.

**Mots clés:** Biorégionalisme; complexité; sustentabilité.

**Resumen:** Este artículo es un ensayo que objetiva la realización de ponderaciones y cuestionamientos, para que se puedan encontrar caminos más sustentables para el medio rural brasileño, que propicien efectos económicos, sociales y ecológicos positivos en: biorregionalismo, complejidad, sustentación a largo plazo. Para tanto fue analizada la política agrícola europea y se constató que ésta sigue por caminos contrastantes del modelo brasileño. Fue utilizada como base para las ponderaciones la teoría de la complejidad y propuesto el biorregionalismo como un posible camino a ser seguido.

**Palabras claves:** Biorregionalismo; complejidad; sustentación.

## 1. Introdução

Nos últimos anos o agronegócio brasileiro vem chamando a atenção tanto da sociedade brasileira quanto dos demais países do mundo. Este crescimento em importância deve-se a diversos fatores, tais como; aumento de produtividade, importância na balança comercial, aumento da área cultivada, desenvolvimento tecnológico e competitividade internacional. Atualmente o Brasil se encontra entre os maiores produtores e exportadores mundiais de algumas das mais importantes "commodities" agrícolas consumidas, como:

soja, café, carnes, laranjas, açúcar e tabaco.

O agronegócio brasileiro é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. O PIB do setor chegou a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano de 2003. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. Em 2004, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões (MAPA, 2004).

Sem dúvida é impressionante o desempenho do agronegócio brasileiro nos últimos

\* Eng. Agrônomo, Mestrando em Agronomia - Produção Vegetal, Depto. Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná. (rsborsat@ig.com.br).

\*\* Eng. Florestal, Mestranda em Agronomia - Produção Vegetal, Depto. Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná. (michellealthaus@hotmail.com).

\*\*\* Profa. Dra., Curso de Pós-Graduação em Produção Vegetal, Depto. Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Caixa Postal 19061, 80035-05 - Curitiba-PR (nilce@ufpr.br).

anos, porém analisá-lo somente pelo seu aspecto econômico pode levar ao cometimento de erros de grandes proporções.

Faz-se necessária a busca de novos caminhos para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, caminhos estes que deveriam abordar, também, de forma integrada, questões como os impactos sociais e ecológicos, e não somente o âmbito econômico. Um dos caminhos possíveis, que aborda e integra todas estas questões, é o Biorregionalismo, movimento iniciado na década de 1970, nos EUA, o qual prega o conhecimento e respeito regional, valorizando as características intrínsecas de cada região, sua história, suas tradições e a partir disto busca o desenvolvimento do potencial local. A não consideração da importância dos aspectos antropológicos, sociais e ecológicos presentes no setor agrário, acarreta em um sério desequilíbrio, com dimensões ecológicas, demográficas, econômicas e sociais.

O meio agrário brasileiro é extremamente complexo, onde é possível verificar a coexistência de diversas realidades diferentes e interdependentes, que interferem e são interferidas por fatores econômicos, políticos, sociológicos, psicológicos, naturais, ecológicos, antropológicos, entre outros.

Morin (2001b), o grande preconizador da teoria do pensamento complexo, alerta para a importância de se ter uma visão e consciência mais holística e totalizadora dos acontecimentos e não somente uma visão simplista que não consegue enxergar as diferenças nem as conseqüências das atitudes tomadas.

Para o real desenvolvimento do meio rural brasileiro, temas como poluição, biodiversidade, exploração de recursos naturais e efeitos climáticos, devem ser relacionados, tanto para análise quanto para a implementação de soluções ao desemprego, pobreza e riqueza, inovações tecnológicas, valores culturais, organização política e organização social. Ou seja, as dimensões do social e do ecológico estão imbricadas de tal forma, que o modo de apreensão desses eventos é de fundamental importância (CAPRA, 1997).

Portanto, este trabalho objetiva a realização de reflexões e questionamentos, para que se possam encontrar caminhos para o desenvolvimento rural brasileiro que propi-

ciem efeitos econômicos, sociais e ecológicos positivos em longo prazo.

## **2. Teoria da complexidade como “pano de fundo”**

Devido ao grande desenvolvimento econômico do agronegócio nos últimos anos, predomina atualmente no meio rural brasileiro o “mito do progresso”, no qual por meio da ciência e da técnica o homem consegue aumentar o seu controle sobre a natureza e sociedade, parecendo válido pensar que uma ação cada vez mais eficaz leve o desenvolvimento na direção de um mundo cada vez melhor (ARANHA E MARTINS, 1993). Ou seja, o progresso justifica as ações humanas. Porém é necessário atentar para as suas conseqüências nocivas que começam a se revelar, de forma contundente: as monoculturas expurgam os pequenos produtores do meio rural, levando-os a morar em favelas nas grandes cidades; a utilização de agrotóxicos polui os solos, as águas; a especulação imobiliária destrói a natureza; a forte mecanização da agricultura compacta os solos, cria erosão, destrói os mananciais; a opulência não expulsa a miséria, mas convive com ela lado a lado.

Concordamos com Edgar Morin (2001a), o grande preconizador da teoria da complexidade, quando este coloca que vivemos no “paradigma da simplificação” em que imperam os princípios de disjunção, de redução e de abstração. No qual, como afirmam Almeida e Carvalho (2002), a tradição do pensamento que forma o nosso ideário ordena, que se reduza o complexo ao simples, que se separe o que está ligado, que se unifique o que é múltiplo, que se elimine tudo que traz desordens ou contradições para o nosso entendimento. A inteligência, que só sabe separar, rompe o caráter complexo do mundo em fragmentos desunidos, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional.

A teoria da complexidade/pensamento complexo não é algo concreto ou palpável, não traz uma fórmula e muito menos propõe uma técnica. Fonte (2004) cita que o pensamento complexo trata-se de um processo mental, um modo de pensar que nos leva a uma tomada de consciência e conseqüentemente a modos de ver e sentir diferentes.

A palavra *complexus* significa o que está tecido junto, deste modo há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (MORIN, 2001a). O pensamento complexo tenta dar conta daquilo que o pensamento simplificador desfaz ou é incapaz. Como bem coloca Pascal (1976) Apud Morin (2001c) é impossível conhecer o todo sem conhecer as partes, tampouco não se conhece as partes se não conhecer o todo.

Utilizaremos um ecossistema local para exemplificar a importância de uma abordagem complexa. Na química aprendemos que este é composto por carbono e nitrogênio e mais alguns átomos, que se ligam e desligam incessantemente, e que estes átomos possuem ciclos como os do nitrogênio, do fósforo, do potássio, da água, do carbono, mas pouco se sabe do ciclo do magnésio, constituinte da estrutura elementar para a realização da fotossíntese, fonte de toda a vida. Para a biologia os constituintes vivos do ecossistema são amontoados de células especializadas, que devido à configuração do código genético, nascem, se diferenciam e morrem, mas também pouco se sabe como, milhões de microorganismos diferentes, convivem e se relacionam em cada centímetro quadrado de solo. Para a física o ecossistema pode ser compreendido pelo fluxo de energia e suas relações tróficas. Para a economia um ecossistema é considerado como um provedor de recursos naturais intangíveis e tangíveis, necessários para a sobrevivência da espécie humana. Sem contar que a importância cultural e social de um ecossistema é diferente para quem mora na cidade e para quem mora no campo.

Na verdade um ecossistema é tudo isto e muito mais, ele é, ao mesmo tempo, provedor dos insumos que proporcionam a nossa existência, e também o lugar onde habitamos. Nossas vidas são interferidas por ele ao mesmo tempo em que interferimos nele, e isto ocorre quimicamente, biologicamente, economicamente, socialmente, psicologicamente, miticamente, ou seja, em todas as dimensões ao mesmo tempo! Como pode então ser possível entender um ecossistema analisando separadamente suas partes, se ele é composto por um número infinito de partes, que estão em dimensões diferentes, que mudam e se

modificam a cada segundo e que possuem uma percepção diferente por cada pessoa?

Morin (2001c) propõe que, para a formulação de propostas que utilizem a teoria da complexidade como um novo paradigma, se faz necessário evidenciar algumas dimensões que possam gerar informações e soluções mais próximas da realidade e que possuam veracidade, coerência e maior sustentabilidade, tais como:

Compreender o contexto – o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente para a compreensão da realidade. É preponderante situar as informações e dados em seu contexto para que eles ganhem significado e acrescentem conhecimento.

Entender as relações globais (entre o todo e as partes) - a dimensão global é maior que a contextual, ela é composta pelo conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. É como a comunidade em que vivemos, que ao mesmo tempo em que nos modela também é modelada por nós. O todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes se estas estiverem isoladas umas das outras. Ao mesmo tempo certas propriedades podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo.

Ter uma abordagem multidimensional - unidades complexas como o ser humano, a natureza ou a sociedade são multidimensionais: desta forma o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. E estas dimensões se inter-relacionam permanentemente modificando-se constantemente.

Entender a complexidade - onde todos os fatores constituintes e constituídos pelo estudo possuem grande relevância, influenciando de maneira significativa o seu sucesso ou fracasso em longo prazo.

Por isso se faz necessária uma abordagem mais complexa e integrada do meio rural, abrindo espaço para a formulação de novas propostas de desenvolvimento para o segmento. Propostas estas que sejam mais abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas e aptas a se auto-reformarem.

Compreender o meio rural brasileiro utilizando como “pano de fundo” a teoria da complexidade é fundamental para que se encontrem caminhos que nos levem ao seu desenvolvimento no mais amplo sentido da

palavra, e que este desenvolvimento traga resultados positivos para a sociedade local, regional, nacional e mundial.

### 3. Biorregionalismo: um caminho possível

Dentre as diversas abordagens que buscam um desenvolvimento rural mais sustentável, o biorregionalismo desponta como uma alternativa, que respeita a complexidade existente no meio rural brasileiro, podendo ajudar no processo de mitigação de suas desigualdades sociais.

O Movimento Biorregionalista valoriza o respeito às características e potenciais regionais, considerando que as regiões são definidas pelas barreiras naturais da vegetação, clima e água. É um culto ao sítio, ou ao lugar onde se vive, promovendo assim uma cidadania ecológica, na qual os indivíduos aprendem a respeitar a zona ecológica e optam por um estilo de vida ecológico (REVISTA MEXICANA DE ESTUDOS CANADENSES, 2004).

Para o biorregionalismo, o espaço geográfico se entende como uma força produtiva estratégica que não apenas inclui o espaço geográfico, mas também o espaço social (NUNEZ, 2005). O atual modelo de crescimento econômico foi criado sem considerar as restrições ecológicas e as diferenças culturais e naturais presentes em nosso planeta, atuando como se este fosse ilimitado e uniforme, propiciando conforto e uma vida saudável somente a uma minoria que dispõe de recursos financeiros (EVANOFF, 1999). Quanto mais o mundo desenvolve uma superestrutura tecnológica, tão logo a humanidade se afasta de suas raízes. E por isso os pilares do biorregionalismo sustentam-se no conhecimento do local onde se vive, conhecimento das tradições, desenvolvimento do potencial local e individual (SALE, 1991).

Segundo Gonçalves (2005) biorregionalismo é uma atividade humana político-cultural onde confluem temas práticos como a ecologia científica, biogeografia, descentralismo, ecodesenvolvimento, agroecologia, permacultura, ecotecnologia, medicina preventiva, eco-defesa, reivindicação dos direitos dos povos indígenas e outras minorias, assim como a ecologia profunda, teoria dos sistemas, teoria crítica, modelo holístico de

saúde, pensamento e mitologia dos índios, eco-feminismo entre outros, com a noção central de biorregião, usando esta como marco para a organização política.

O movimento biorregionalista nasceu no início dos anos 1970 no oeste dos Estados Unidos. Os primeiros defensores do conceito foram o escritor Peter Berg e o ecólogo Raymond Dasmann, que trabalhavam para a organização *Planet Drum* (Tambor do Planeta). Basicamente o biorregionalismo se desenvolveu pelo interesse popular sobre como se pode efetuar uma troca social que resulte em ações locais para proteger e restaurar o meio ambiente e sua diversidade. A diversidade da vida na Terra esta contida nas mais diversas e distintas formas de viver e na biodiversidade de cada uma das biorregiões do mundo. Todos dependem desta diversidade para sobreviver (WHAL, 2005).

Sale (1991) estabeleceu uma comparação entre o paradigma capitalista e o paradigma biorregionalista no campo econômico, político e social:

1. Na economia: enquanto o paradigma capitalista promove a exploração, progresso, economia globalizada e competição, o paradigma biorregionalista promove a conservação dos recursos naturais, estabilidade econômica, auto-suficiência das economias locais e cooperação entre os povos;

2. Na política: para o capitalismo são importantes pilares, a centralização, a hierarquia e a uniformidade, já para o biorregionalismo são importantes a descentralização e a diversidade;

3. Na sociedade: o capitalismo ocasiona a polarização, o crescimento acompanhado de violência e monoculturas, já o biorregionalismo ocasiona simbioses, evolução e policulturas.

Sale (1991) frisa ainda, que nestes campos sob a luz da visão biorregionalista existe uma grande complexidade, com inúmeras interconexões e ligações entre os mesmos, não podendo nunca serem separados.

O cuidado com o meio ambiente é uma das características mais eminentes do paradigma biorregionalista. Para isto, os projetos biorregionalistas se baseiam na integridade natural (água, oceanos, flora, fauna e ecossistemas) e nas unidades sócio-culturais (culturas nativas, história da região).

Já existem grandes projetos com características biorregionalistas em funcionamento, por exemplo, a PAC (Política Agrícola Comum Européia), a qual será discutida mais detalhadamente no próximo item, e o projeto Cascadia, localizado na costa do Pacífico entre os Estados Unidos e Canadá, que nasceu de uma coalizão de governos, organizações empresariais, associações de negócios e ONGs, dedicadas ao desenvolvimento transfronteiriço, visando favorecer as estratégias de sustentabilidade nas diversas comunidades, estudar os fenômenos de mobilidade fronteiriça e melhorar o transporte regional, assim como também promover o comércio e turismo. O movimento biorregionalista se preocupa, no projeto Cascadia, com a postura ambiental e política, afirmando a necessidade do cuidado com a natureza, com a paisagem local, com a vida selvagem, e uma harmonia permanente com as atividades humanas. A natureza é o eixo de análise, seu cuidado e proteção se voltam para o centro das decisões políticas de desenvolvimento (REVISTA MEXICANA DE ESTUDOS CANADENSES, 2004).

No Brasil projetos com uma perspectiva biorregionalista poderiam ser muito úteis, onde o modelo vigente de desenvolvimento agrícola só trouxe mais pobreza e miséria, especialmente às regiões essencialmente agrícolas e com baixo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano), as quais poderiam caminhar para um desenvolvimento local, buscando e resgatando suas tradições culturais, os modos de produção agrícola de seus antepassados, hábitos alimentares dos seus antepassados, artesanato e principalmente reconhecimento do potencial natural de cada região.

Como exemplo pode-se citar a região do Vale do Ribeira Paranaense, região mais pobre do estado do Paraná, e que também se encontra entre as regiões mais pobres do país. Onde, durante a década de 1970, tentou-se implementar o modelo de desenvolvimento agrícola preconizado pelo “pacote tecnológico” da Revolução Verde, baseado em monoculturas, mecanização e utilização de agrotóxicos, mas a região não era “adequada” ao pacote e como resultado prático aumentou-se a miséria e a desigualdade. Desde então, a região entrou num processo de mar-

ginalização, tornando-se isolada. Seus indicadores econômicos e sociais vêm piorando com o decorrer do tempo, evidenciando as precárias condições em que vivem as comunidades desses municípios (SILVA, 2003).

A situação atual do Vale do Ribeira Paranaense reflete a visão fragmentada na busca de soluções para o desenvolvimento da região. Na ótica do biorregionalismo, um projeto que se proponha a melhorar as condições de vida da população, deverá levar em conta o potencial natural da região, bem como as tradições culturais e históricas do local e das comunidades que ali vivem, para que não haja uma exploração e deterioração ambiental e piore a condição social destas comunidades. Nos últimos anos o modelo de desenvolvimento agrícola baseado em monocultura (produção de *Pinus*) encontrou um caminho para adentrar no Vale do Ribeira Paranaense, que é caracterizado pela alta declividade de suas terras. Porém este modelo de desenvolvimento tem aumentado ainda mais a desigualdade social da região, além de degradar de forma contundente os seus recursos naturais.

É preciso adaptar a maneira como se vive, produz, constrói e trabalha às condições especiais da região local onde se vive, do seu clima, da sua geologia, de seus ecossistemas. Somente assim será possível aproveitar os recursos naturais de uma região concretamente, e ao mesmo tempo resguardar sua biodiversidade e proteger o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (WHAL, 2005).

Os habitantes do Vale do Ribeira deveriam inspirar-se nos habitantes da região da Cascadia, que já estão conscientes e de acordo com a necessidade de alianças estratégicas, pois na Cascadia o cuidado com o salmão, a flora, os ursos e a água serão convertidos na chave de suas economias (REVISTA MEXICANA DE ESTUDOS CANADENSES, 2004).

O biorregionalismo não é apenas uma teoria, mas um movimento com um plano de ação muito prático, o qual propõe uma estratégia bem simples para efetuar a transformação cultural: deve ser mantida a comunicação, o intercâmbio de conhecimento e a cooperação entre comunidades, enfocando a proteção e restauração de ecossistemas locais e da biodiversidade autóctone das regiões. As

biorregiões precisam satisfazer suas próprias necessidades com recursos locais e renováveis. Deve-se promover a economia regional bem diversificada, o que irá reduzir a dependência de recursos importados. As redes de troca e de desenvolvimento de meios de intercâmbios econômicos regionais são ferramentas muito importantes para a criação das economias biorregionais (WHAL, 2005).

A agenda biorregional propõe a criação de novas formas de sobrevivência adaptadas às riquezas, limitações e ciclos das biorregiões. Isto significa a descentralização das economias nacionais e o renascimento das economias regionais. A dinâmica que impulsiona a economia regional provém da autogestão, democracia de base e uma política fiscal consistente que reinveste localmente (GONÇALVES, 2005).

O biorregionalismo se transforma em movimento político quando os habitantes das regiões tomam consciência de sua história local, celebrando uma nova afiliação de ascendência geográfica com as comunidades humanas que as antecederam. Também estudam e revalorizam os detalhes ecológicos do lugar, como os ciclos do clima, vegetação, animais e como viver e alimentar-se dentro das limitações locais (GONÇALVES, 2005).

#### 4. PAC – Valorizando o biorregionalismo europeu

Segundo dados publicados pela *European Commission* (2004) percebe-se que o desenvolvimento rural europeu segue por rumos diferentes dos seguidos pelo Brasil, buscando enaltecer e respeitar as características intrínsecas de cada região.

Inicialmente, a Política Agrícola Comum Européia (PAC), concebida na década de 1950, foi um mecanismo criado pelos países da Europa ocidental que ofereciam subsídios e preços garantidos, com o objetivo principal de aumentar a produtividade dos agricultores e garantir para a sociedade alimentos a preços estáveis e acessíveis.

Durante a década de 1990, a PAC ampliou o campo de visão do projeto inicial, promovendo importantes mudanças com o objetivo de atender as novas demandas da sociedade européia como um todo. Estas mudanças enfatizaram um novo elemento –

a política de desenvolvimento rural regional - a qual incentiva os produtores a diversificar sua produção, realizar o marketing de seus produtos, reestruturando o seu negócio visando o respeito ao meio ambiente, segurança alimentar e bem estar animal.

A nova PAC leva em consideração que a Europa é constituída por diversas regiões diferentes, variando desde a cultura até condições edafoclimáticas. Considera ainda, que as diferentes regiões têm métodos de produção específicos e tradições culinárias únicas.

Ao perceber que os consumidores ao redor do mundo estão cada vez mais dispostos a pagar por produtos com garantias de procedência e qualidade, desde que recebam um valor agregado como retorno, a PAC disponibiliza pagamentos de incentivos a produtores que aderirem a programas que visem o aumento da qualidade e conseqüentemente do valor agregado dos seus produtos, como exemplo os selos de “proteção de designação de origem” e de “indicação geográfica protegida”. Estes selos garantem que um determinado produto procede de certa região com características únicas como, por exemplo: Queijo Serra da Estrela, *Shetland Lamb* ou *Dortmunder Bier*. Em outras palavras queijo proveniente da região da Serra da Estrela em Portugal, carneiro das ilhas Shetland na Grã-Bretanha e cerveja de Dortmund na Alemanha. Outro selo criado e incentivado pela PAC é o “garantia de especialidade tradicional” que é conferido a produtos que possuem características distintas e são produzidos utilizando unicamente ingredientes e/ou métodos tradicionais. (EUROPEAN COMMISSION, 2004)

A PAC também oferece incentivos para produtores que adotem o manejo orgânico de produção. Após o estabelecimento deste tipo de subsídio, no ano de 2002, a área destinada à produção orgânica dentro da União Européia já tinha atingido 4,4 milhões de hectares (3,3% da área agricultável) e mais de 150.000 propriedades.

Programas agro-ambientais são subsidiados pela União Européia, que disponibilizam ajuda financeira a produtores que aderem voluntariamente a estes programas. Estes programas encorajam os produtores a prover serviços ao meio ambiente que vão além das boas práticas de manejo e

das normas legais. A União Européia tenta ajudar o meio ambiente provendo incentivos financeiros a produtores que, por exemplo, diminuam a quantidade de animais criados por hectare, deixarem as bordas de suas propriedades sem cultivar além de ajudar nos custos da conservação da natureza.

A reforma da PAC em 2003 fortaleceu a política de desenvolvimento rural regional, reduzindo os incentivos pagos aos grandes produtores e transferindo fundos para medidas de desenvolvimento rural local.

## 5. Considerações finais

O último século produziu enormes avanços em todas as áreas do conhecimento científico, assim como em todos os campos da técnica, mas concomitantemente produziu uma gigantesca cegueira para os problemas globais, fundamentais e complexos, fato este que leva a sociedade a cometer inúmeros erros e perseguir algumas grandes ilusões.

Existe na história da agricultura, um número muito grande de ações tomadas a priori como benéficas, que por não respeitarem a complexidade existente em nosso planeta, produziram e produzem grandes consequências negativas para a sociedade, dentre elas, os custos sociais, ambientais e econômicos. Desta forma, a sociedade afetada pelos prejuízos, e na posição de consumidora, deveria ser estimulada a entrar em estado de alerta, no sentido de quebrar paradigmas vigentes e impostos pelo poder econômico.

Vide o caso dos agrotóxicos desenvolvidos para solucionar os problemas fitossanitários. Segundo Sartori (2003), Sanhueza (1997) e Friguetto (1997), estes produtos podem, pelos impactos físicos, químicos e/ou biológicos, interferir no ecossistema, por ações direta e indireta, sobre as populações de organismos existentes não só no local de aplicação do agrotóxico como também em populações a centenas de quilômetros de distância.

Também existem casos clássicos na história nacional, onde a sociedade e a classe política levando em consideração somente os aspectos econômicos, desconsiderando as características e potenciais regionais, quando analisavam e definiam as políticas referentes à agropecuária brasileira, seguiram por caminhos que levaram a situações de

grandes crises sociais. Como exemplo pode-se citar a política da borracha no início do século XX, onde o foco exclusivo na produção e exportação da borracha levou ao declínio socioeconômico de toda a região Norte do Brasil (MACIEL, 2003). Outro exemplo, que demonstra a falta de uma análise mais complexa e regionalizada, foi a política agrícola para o café durante o início da década de 1930, focada exclusivamente em produção e exportação, que, após a quebra da bolsa de Nova York e com somatória de outros fatores internos, fez o preço do café despencar e acabou causando uma enorme crise na economia nacional, causando inclusive uma revolução política no país (LAPA, 1998).

A continuidade da abordagem do agronegócio brasileiro somente pela ótica técnico-econômica conduzirá este a um ponto insustentável no sentido original da palavra, a qual se constitui no âmbito sócio-cultural, político-econômico e ecológico (ALTIERI, 1994). Portanto, se faz necessário uma visão mais ampla e complexa, que compreenda a diversidade do meio rural brasileiro, superando as barreiras do nível econômico, atingindo dimensões da cognição do afetivo e moral.

A Europa, com a revisão da PAC, vem tentando encontrar um caminho que não seja tão fragmentado para definir o futuro de sua população rural. Busca caminhos que considerem e valorizem toda a complexidade de cada região produtora.

A discussão suscitada por este artigo, leva a compreensão que o enaltecimento e continuação somente da visão fragmentada na formulação das políticas agrícolas e agrárias, e a conseqüente não consideração de toda a agrocomplexidade brasileira, incluindo a valorização de suas biorregiões, estará suscetibilizando a agropecuária nacional ao abalo das suas próprias fundações.

Pode-se de forma metafórica comparar o agronegócio brasileiro a uma máquina, como um motor de um carro, que é formado por elementos sem flexibilidade, capaz de entrar em colapso na falha de qualquer um dos seus componentes, exatamente como ocorre neste momento, onde somente um animal contaminado pelo vírus causador da febre aftosa pode prejudicar toda a economia nacional.

## Referências

- ALMEIDA, M. C.; CARVALHO, E. A. (Org.). *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002. 104p.
- ALTIERI, M.A. Sustainable agriculture. In: *Encyclopedia of agricultural science*. Berkeley: Academic Press, v. 4, p. 239-247, 1994.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993. 395p.
- CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997. 256p.
- EUROPEAN COMMISSION. *The common agricultural policy explained*. Germany. 2004. 33p. Disponível em: <[http://europa.eu.int/comm/agriculture/publi/cap\\_en.pdf](http://europa.eu.int/comm/agriculture/publi/cap_en.pdf)>. Acesso em 19 jan. 2005.
- EVANOFF, R. A Bioregional Perspective on Global Ethics. *Eubios Journal of Asian and International Bioethics* 9 (1999), p. 60-62. Disponível em: <<http://www2.unescobkk.org/eubios/EJ92/ej92r.htm>>. Acesso em: 10 de out. 2005.
- FONTE, N.N. *A complexidade das plantas medicinais: algumas questões de sua produção e comercialização*. 2004. 183p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- FRIGHETTO, R.T.S. Impacto ambiental decorrente do uso de pesticidas agrícolas. In: MELO, I.S.; AZEVEDO, J.L. de (eds.). *Microbiologia ambiental*. Jaguariúna: Embrapa CNPMA, 1997. 440 p.
- GONÇALVES, L. C. C. Biorregionalismo... Que novo ISMO é esse? *Jornal Cultura Permanente*, 11<sup>a</sup> ed., p.11, 2005.
- LAPA, J.R.do A. *A economia cafeeira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 120p.
- LA REGIÓN de Cascadia: Homogeneidad Ambiental? *Revista Mexicana de Estudios Canadenses*, Dez, 2004. Disponível em: <[http://revista.amec.com.mx/num\\_7\\_2004/Alfie\\_Miriam2.htm](http://revista.amec.com.mx/num_7_2004/Alfie_Miriam2.htm)> Acesso em: 10 de out. 2005.
- MACIEL, R.C.G. *Ilhas de alta produtividade: Inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas*. 2003. 88p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos (Mapa)*. Disponível em: <[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>. Acesso em 19 jan. 2005.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. 344p.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001b. 177 p.
- \_\_\_\_\_. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001c. 116p.
- NUNES, S.R. *Biorregionalismo: una discusión desde el desarrollo territorial sustentable*. 2005. Monografia. Universidad de Los Lagos. Osorno, Chile. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos16/biorregionalismo/biorregionalismo.shtml>> Acesso em: 10 de out. 2005.
- SALE, K. *Dwellers in the land – The Bioregional Vision*. [S.l.]: New Society Publishers, 1991. 216p.
- SANHUEZA, R.M.V. Efeito de pesticidas sobre a microflora da parte aérea de plantas. In: MELO, I.S.; AZEVEDO, J.L. de (eds.). *Microbiologia ambiental*. Jaguariúna: Embrapa CNPMA, 1997. 440 p.
- SARTORI, V.C. *Dinâmica das populações de fungos endofíticos e epifíticos, impacto ecológico em diferentes sistemas de produção de macieira (Malus domestica) e seu potencial biotecnológico*. 2003. 109p. Tese (Doutorado em Processos Biotecnológicos – Setor de Tecnologias) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SILVA, J. M. *Vale do Ribeira no Estado do Paraná: a importância da infra-estrutura para o seu desenvolvimento*. 2003. Monografia (apresentada ao Curso de Economia) – Universidade Federal do Paraná.
- WHAL, D. Biorregionalismo, ecohabitar nuestras comarcas de una manera sostenible. *Revista Ecohabitar*. Disponível em: <[http://www.ecohabitar.org/articulos/permacultura/temas\\_permacultura.html](http://www.ecohabitar.org/articulos/permacultura/temas_permacultura.html)>. Acesso em: 10 de out. 2005.

**O resgate da identidade cultural: Meio para uma sustentabilidade local**  
**Restoration of cultural identity: a way for a local sustainability**  
**Récupération de l'identité culturelle, moyen d'atteindre la sustentabilité au**  
**niveau local**

*El rescate de la identidad cultural, medio para una sustentación local*

Fernanda Beraldo Maciel Leme\*  
Salvador D. P. Trevizan\*\*

Recebido em 15-04/2005; revisado e aprovado 03-05/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** Analisa-se a importância do resgate da identidade cultural para o desenvolvimento social, econômico e cultural de grupos étnicos. Utiliza-se da técnica do estudo de caso, focalizando grupos indígenas. As observações empíricas não permitem refutar a hipótese inicial. Argumenta-se que essa possibilidade se concretiza porque, através do resgate da identidade, o grupo minoritário e excluído expressa os desejos e anseios específicos de uma comunidade local. Essa mesma abordagem poderia ser aplicada para o estudo de outros grupos sociais minoritários e excluídos.

**Palavras chave:** Identidade; grupos étnicos; sustentabilidade.

**Abstract:** This paper aims to analyze the importance of restoring the cultural identity of specific ethnic groups for their social, economic and cultural development. The case study technique is used, focusing on ethnical minorities such as indigenous groups. Based on empirical observations, one cannot refuse the initial hypothesis. One can argue that such a possibility becomes a reality because of the minority social group can express desires of the local community through their identity. That same approach can work to the analysis of other minority and dispossessed social groups as well.

**Key words:** Identity; ethnic groups; sustainable.

**Résumé:** Est faite l'analyse de l'importance de la récupération de l'identité culturelle pour le développement social, économique e culturel des groupes ethniques. Pour ce travail sont utilisées des études de cas, en se concentrant sur les groupes indigènes. Les observations empiriques ne permettent pas de repousser l'hypothèse de départ. Le travail conclu que cette possibilité se concrétise parce que, au travers de la récupération de l'identité, le groupe minoritaire et exclu exprime les désirs et anxiétés spécifiques d'une communauté locale. Cette même approche pourrait être appliquée à l'étude d'autres groupes sociaux minoritaires et exclus.

**Mots-clés:** Identité, groupes ethniques, sustentabilité.

**Resumen:** Se analiza la importancia del rescate de la identidad cultural para el desarrollo social, económico y cultural de grupos étnicos. Se utiliza de la técnica de estudio de caso, enfocando grupos indígenas. Las observaciones empíricas no permiten refutar la hipótesis inicial. Se argumenta que esa posibilidad se concreta porque, a través del rescate de la identidad, el grupo minoritario y excluido expresa los deseos y anhelos específicos de una comunidad local. Ese mismo enfoque podría ser aplicado al estudio de otros grupos sociales minoritarios y excluidos.

**Palabras claves:** Identidad; grupos étnicos; sustentación.

## Introdução

Analisa-se como a identidade cultural e, em especial, o resgate desta, pode tornar-se um importante meio para se chegar à sustentabilidade de uma comunidade local.

O termo sustentabilidade, aqui utilizado, se refere ao plano de atender às necessidades e anseios da geração atual sem comprometer a possibilidade de gerações futuras também terem condições de saciar as suas. Já o conceito de identidade cultural e a ação de resgate desta entrariam como ferramen-

tas para se chegar a uma sustentabilidade local pelo fato de que, ao se ter uma preocupação em traçar as características específicas de um grupo através de sua cultura (englobando sua história, os valores, os modos de produção, os costumes e as dificuldades daquela comunidade) poder-se-ia ter o emergir das necessidades e anseios específicos daquele grupo, facilitando aos planejadores e tomadores de decisão uma melhor visualização das metas específicas orientadas para propostas de sustentabilidade. O resgate cultural também proporcionaria aos

\* Turismóloga pela PUC-Campinas, especialista em Educação pelo SENAC – SP e mestranda em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA. (fermaciel@ig.com.br).

\*\* Sociólogo, Ph.D., professor pesquisador da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, nos programas de Mestrado em Cultura & Turismo – programa UESC/UFBA e em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PRODEMA, e no curso de graduação em Geografia. Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 16, Salobrinho, Ilhéus – BA. (salvador@uesc.br).

integrantes do grupo, o sentimento de união através de uma identidade em comum e fazendo com que junte forças para reivindicar melhorias para a geração atual e para as futuras. As gerações futuras, por sua vez, poderiam perpetuar essa identidade, mantendo a diferença cultural, tão importante em uma época em que, com a globalização, tudo tende à homogeneização.

Para melhor entendimento do papel da identidade cultural para a sustentabilidade de uma comunidade culturalmente definida e espacialmente localizada, relacionaram-se seis argumentos que orientarão as discussões e observações de campo: 1) O resgate da identidade seria um meio pelo qual a comunidade pode conhecer a história de seu povo, seus costumes, sua crença, sua ideologia e avaliar o que mudou através dos tempos; 2) Forma-se, então, o sentimento de pertencimento àquela cultura e a comunidade se torna, assim, mais unida, podendo desenvolver bases de poder comunitário paralelo aos poderes políticos da região; 3) Com a afirmação da identidade, os tomadores de decisão poderão ajustar seus projetos às especificidades do grupo; 4) Movimentos identitários podem manifestar-se, onde a comunidade, ciente de sua cultura, passa a rejeitar ou aceitar o que vem da cultura do outro; 5) Com o resgate cultural, a comunidade também passa a reivindicar seu espaço físico e passa a defendê-lo de interesses prejudiciais a seus membros; 6) Com o espaço físico respeitado, o grupo pode difundir suas técnicas e habilidades para outras culturas e assim apresentar soluções alternativas de exploração ambiental.

O estudo desenvolvido por Sales (2000), entre índios Tembé, do Alto Rio Guamá (PA), relatou que a tentativa de órgãos governamentais em organizar a ocupação dos índios no território impôs que diversos grupos familiares de distintas aldeias fossem comprimidas em "Postos", impedindo também a criação de novas aldeias. No entanto, os índios resistiram a essa forma de concentração, por não condizer à prática cultural do grupo que acabaram ficando em áreas adjacentes à Reserva. O movimento de resistência expressou-se objetivamente através do recrutamento de parentes que migraram para as cidades adjacentes de Capitão

Poço, Ourém e Belém, de renominação das aldeias, que passaram a receber designações da língua tupy como substitutos às da língua portuguesa; da reinstitucionalização das chefias, com a retomada da tradição e criação de novas funções de comando; e finalmente do desalojamento dos invasores.

Hernandez (1981), em seu estudo sobre os índios Mapuche, no Chile, narra a trajetória de como um programa com base também na afirmação da identidade cultural desse grupo reivindicou um sistema de ensino adequado às necessidades sentidas. Os métodos de ensino praticados desconheciam, até então, a realidade étnica do povo indígena e estavam longe de compreender as necessidades do educando as formas de manifestações culturais eram menosprezadas e reprimidas constantemente. Criou-se então o Programa de Mobilização do Povo Mapuche em 1972 que tinha como base e meta primordial, as mudanças na educação dada ao seu povo e a formação de base necessária para que outras metas fossem atingidas, como: luta contra a degradação étnica, redefinição da consciência social e da cultura do grupo, conhecimento e tomada de consciência da situação dos seus membros, resolução de sua crise de lealdade para com a sociedade nacional e auto-afirmação socializada da personalidade étnica do povo indígena. Com o trabalho de cronograma baseado em metas específicas para que a mudança ocorresse, foi possível desenvolver uma educação adequada, válida e imprescindível.

Além de estimular a capacidade para definir sua própria organização social e espacial, como observado entre os índios Tembé, no Pará, e de desenvolver a capacidade de reivindicar políticas públicas que respeitem as diferenças e atendam as necessidades e anseios sentidos pelo grupo, outras conquistas podem ser obtidas através do resgate da identidade étnica, como as embutidas nos seis argumentos acima relacionados.

A análise dos movimentos identitários se justifica porque contribui para a realização do que Sachs (1993) define como o "outro desenvolvimento" que, segundo ele, teria cinco características: deve ser endógeno, contar com suas próprias forças, levar em conta a lógica das necessidades, promover a simbiose entre as sociedades humanas e a

natureza, permanecer aberto à mudança institucional.

Para verificação empírica do objeto em estudo, utiliza-se da técnica do estudo de caso, tomando-se, para isso, a comunidade dos índios Tupinambá de Olivença, município de Ilhéus (BA), que se vêm fortalecendo através do movimento de resgate da sua identidade cultural como grupo indígena, e o movimento dos Pataxó, de Coroa Vermelha, Porto Seguro (BA). Analisa-se como o movimento de um grupo étnico, suas dificuldades e conquistas estariam compatíveis ou não com os seis argumentos acima relacionados sobre o papel do resgate da identidade de um grupo minoritário e socialmente excluído, no seu desenvolvimento social, econômico e cultural e, conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável de uma comunidade espacialmente localizada. No caso dos Tupinambá, entrevistou-se a cacique Jamopoty de Olivença em junho de 2005. Entre os Pataxó, entrevistou-se o índio Taquari (agora integrante do movimento tupinambá) e a índia Jandaia, presidente da Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR), também em junho de 2005.

### **A identidade em questão ou questão de identidade? Reflexões na atualidade**

Uma análise do que vem a ser a identidade de uma cultura requer que se leve em consideração as atuais discussões em torno desse assunto. Autores como Hall (2004) questionam a concepção de uma cultura nacional que anula e subordina a diferença cultural existente dentro de um mesmo país. Sabe-se que a maioria das nações são compostas de diferentes culturas, de diferentes grupos étnicos, muitas vezes unificados por um longo processo de conquista violenta. Sendo assim, ao invés de se pensar as culturas nacionais como unificadas, deve-se pensá-las como atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder.

Outra forma de identidade discutida atualmente é o regionalismo. Segundo Markusen (1981), diferenças regionais atuam na construção de identidades próprias que passam a ser forças culturais atuantes.

Mas, segundo Oliven (1992), assim como o nacionalismo, o regionalismo também abarca diferentes facetas, expressando frequentemente posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares até os interesses disfarçados das classes dominantes.

Já que tanto a idéia de identidade nacional quanto a de identidade regional esconde grandes diferenças “costuradas”, deve-se então minimizar o foco e tentar entender como a identidade é construída e qual sua importância em grupos minoritários, em especial os étnicos.

A ligação étnica, como mencionado por Rex (1987), diferente da ligação racial que se baseia em características físicas, se constitui nas formas de comportamento culturalmente moldadas e parece ser a mais adequada para estudos sobre como o resgate e a afirmação dessa identidade podem contribuir para a sustentabilidade de um grupo. Isso, partindo do princípio de que, nesse tipo de identidade, há maior possibilidade de que as necessidades e os anseios do grupo sejam correspondentes aos da maioria dos membros, ao contrário do que ocorre nas identidades nacional e regional. Segundo Poutignat e Streiff-Fernart (1998), os vínculos étnicos, atualmente também são percebidos como fontes potenciais de lealdade que chegam a concorrer em suas lutas com as de vínculo de classe, ou seja, as que englobam indivíduos definidos por sua posição em comum dentro do circuito de produção. Segundo eles, as comunidades étnicas parecem tão importantes para se entenderem os fenômenos atuais, quanto as categorias de classe foram para o século XIX. A comunidade étnica seria uma forma alternativa da organização social de classe e a etnicidade uma forma de identificação alternativa da consciência de classe.

A identidade pode assim ser vista como meio para atingir um objetivo. O indivíduo, enquanto ator social, é provido de certa margem de manobra social e, em função de sua avaliação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Assim, “[...] na medida em que a identidade é um motivo de lutas sociais de classificação que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores

sociais” (CUCHE, 2002, p.196). Daí também a dimensão mutável da identidade.

Ao enfatizar o caráter estratégico da identidade, pode-se ultrapassar, segundo Cuche o falso problema da veracidade científica das afirmações de identidade. O autor dá o exemplo do movimento dos anos 1960 na América do Sul, do “despertar do índio” que não pode ser considerado como a ressurreição pura e simples de uma identidade que teria ficado escondida e permanecida invariável. Trata-se da reinvenção estratégica de uma identidade coletiva em um contexto do aumento dos movimentos de reivindicação das minorias étnicas nos Estados-Nação contemporâneos. Neste pensamento não teria maior relevância saber quem são verdadeiramente os Tupinambá, por exemplo, mas sim o que significa recorrer à identificação Tupinambá. Admitindo-se que a identidade é uma construção social, a única questão pertinente seria para “como, por que e por quem, em que momento e em que contexto e é produzida, mantida ou questionada certa identidade particular?” (CUCHE, 2002, p.202).

### **O caso Tupinambá, quando o resgate cultural vem para o resgate de todos**

A Nação tupinambá de Olivença se situa a 15 quilômetros de Ilhéus e tem cerca de 4.300 índios em 23 comunidades. Segundo Gerlic (2002), a luta dessa Nação começou desde 1560 com a Batalha dos Nadadores onde, numa disputa entre índios e não-índios, foi quase que dizimada a população indígena, principalmente os homens guerreiros. Essa batalha comandada pelo então governador intendente da Bahia, Mem de Sá, transformou a região numa missão jesuítica com o propósito de catequização e escravização dos índios, que acabaram por fugir para a mata ou tiveram que se subordinar à mudança cultural imposta pelos colonizadores da área, além de perderem aos poucos a terra que a eles pertencia.

Em 1922, o chamado caboclo Marcelino deu início à articulação de um movimento contrário aos interesses dos grandes coronéis de cacau estabelecidos em Olivença que, por sua vez, decidiram perseguir-lo. Veio então a batalha dos índios para que não construíssem a ponte do rio

Cururupi, que facilitaria a chegada de mais brancos a Olivença e, mais uma vez, os índios foram massacrados. Marcelino, após ser preso diversas vezes, em 1938 teve sua vida tirada por seus inimigos. O Olivença era tão visada pelos coronéis em função do desejo destes de construir suas casas de veraneio em uma área de grande beleza natural. O impacto causado pode ser percebido, hoje, no desabafo da cacique Jamopoty:

[...] sofreram demais as famílias por aqui, tiveram que fugir para não morrer por problemas de terra por que diziam que aqui era a galinha dos ovos de ouro, porque era a coisa mais linda aqui... e aqui então eles achavam que tinha que fazer uma zona urbana mesmo para as casas de veraneio dos coronéis. E foi assim que fizeram... fizeram várias casas e aí foi afastando, inclusive a minha mãe mora na casa de Olivença que era da minha bisavó, para a minha mãe morar hoje lá na praça a minha bisavó teve que dizer “daqui ninguém me tira!”. Quando eles chegaram aqui eles disseram: “olhe, de hoje em diante aqui não se faz mais casa de barro e palha, só tijolo e telha” mas mesmo assim ninguém tinha condição, quem não tinha foi saindo, foi saindo e ela disse: daqui eu não saio!

Com a vinda do comércio na aldeia, foi oferecido produtos aos quais os índios, que então tinham que se autodenominar caboclos, não estavam habituados, como a bebida alcoólica. Estes acabaram por contrair dívidas e tinham suas terras tiradas para o pagamento destas. A falta de documentos também constituía um entrave para que os índios defendessem suas propriedades.

Em 1985, segundo Jamopoty, dois integrantes da comunidade de Olivença foram até o Rio de Janeiro, na FUNAI, até então SPI, a convite de Mário Juruna, com o intuito de fazer relatos sobre a comunidade. Mesmo passando necessidades por falta de recursos para a viagem, conseguiram alguns medicamentos e novas idéias para as famílias indígenas de Olivença. Quando retornaram, no entanto, suas famílias haviam sido massacradas e estes foram torturados para que não levassem em frente o movimento. Em 1999, como relatado por Jamopoty, começou o processo de alfabetização de jovens e adultos pela Pastoral da Criança e com ele houve um agrupamento dos membros. Nesta mesma circunstância, vieram representantes dos índios Pataxó que incentivaram a criação de um movimento dos Tupinambá, como estes já haviam feito.

Uma das primeiras ações do movimento foi a mudança da denominação do grupo de caboclos para índios Tupinambá. Independente do enunciado: “somos tupinambá”, estes já eram Tupinambá por sua cultura e parentesco em comum, antes mesmo que o discurso formado para que a sociedade tomasse maior conhecimento fosse utilizado. Mas criou-se, a partir desse enunciado, uma palavra de ordem: “somos Tupinambá e temos que reivindicar nossos direitos”. A palavra de ordem, como sugerido por Deleuze (1997), expressa uma transformação incorpórea que está ocorrendo naquela sociedade, como no caso, a consciência do que é ser um Tupinambá, ato este que transcende cada corpo (físico, mental, moral) daquele grupo, mas que é atribuído a todos eles por alguns indivíduos, e acaba por ecoar por todo o grupo. A partir dessa palavra de ordem, ainda se potencializaram as transformações naquele grupo. Como descreve Deleuze (1997, p.21), “[...] a instantaneidade da palavra de ordem, sua imediatidade lhe confere uma potência de variação em relação aos corpos aos quais se atribui a transformação”.

A situação relacional em que se encontram os índios Tupinambá de Olivença, hoje faz com que se identifiquem pelo parentesco, pelo passado em comum e pelo desejo de terem seus direitos reconhecidos e problemas solucionados, e não mais por características físicas. O que ocorreu, no entanto, é que o enunciado “somos Tupinambá” ecoou também para o resto da sociedade e esta, que tinha como referencial para designar um membro indígena uma pessoa portadora de características físicas específicas da etnia indígena, não aceitou de imediato como legítimo que se denominassem índios Tupinambá membros quem não tivessem características físicas daquela etnia.

A sociedade não estava, portanto, preparada para o fato de que, mesmo sendo um enunciado, tratava-se de uma enunciação, pois o termo “tupinambá”, assim como sua cultura, não deve ser designado dentro de um processo de enunciado concluído, mas de enunciação, já que a cultura, assim como as características de seu grupo, são dinâmicas. Cuche (2002, p.183) prefere o termo “identificação”, quando a identidade resulta de um processo que se dá “no interior de uma

situação relacional”, e na medida em que pode evoluir “se a situação relacional mudar”.

Assim, parece se que deveria mudar da idéia de enunciado para a idéia de enunciação, e de identidade para identificação. Segundo Bhabha (1998, p. 64), o processo enunciativo introduz

...uma quebra entre a exigência culturalista tradicional de um modelo, uma tradição, uma comunidade, um sistema estável de referência, e a negação necessária da certeza na articulação de novas exigências, significados e estratégias culturais no presente político como prática de dominação ou resistência.

Na história dos Tupinambá de Olivença, essa enunciação do grupo como índios, tentou ser barrada por alguns membros da sociedade como os coronéis, como mencionado anteriormente, pois sabiam que tal enunciação poderia trazer palavras de ordem reivindicando direitos e terras, como de fato acabou acontecendo. Como descrito por Cuche (2002), a identidade é o que está em jogo nas lutas sociais, mas nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação ou podem expressar essa identificação, pois esse poder depende, muitas vezes, da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos. Assim, todo o esforço principal dos Tupinambá consistiu em se reapropriar dos meios de definir sua identidade, segundo seus próprios critérios, e não apenas em reaver uma identidade, concedida pelo grupo dominante.

## Identidade e união

No início do movimento Tupinambá, é possível sustentar a hipótese de que, o resgate da identidade foi o meio pelo qual a comunidade pode conhecer a história de seu povo, seus costumes, sua crença, sua ideologia, analisar o que mudou através dos tempos e assim avaliar o quanto benéfica ou maléfica foram as transformações (argumento 1).

No extenso trabalho de resgate da história do povo Tupinambá, foram levantadas histórias e relatos como a do caboclo Marcelino, pioneiro na luta de sua comunidade e a do antigo proprietário da piscina natural Tororomba, um índio que teve que deixar suas terras por pressão e ir morar em Santana, a 30 quilômetros de onde residia. Essas histórias fizeram com que os descendentes refletissem sobre as transformações

vindas com os não-índios, em sua busca por um bom local para seu turismo de veraneio, como a expulsão, por exemplo, dos até então denominados “caboclos” de suas terras. Também começou-se a analisar, além das transformações sociais, as transformações de hábitos introduzidas pelos brancos como o uso de sal em sua alimentação e de meios de produção, como o extrativismo exagerado na mata da região, o que acabou comprometendo várias espécies antes utilizadas pelos índios em sua medicina, como o *buraem*.

Os rituais também foram resgatados por via da memória oral dos mais antigos do grupo, e neles agregados características de rituais de outras tribos. O *Porancim*, por exemplo, é para os membros da comunidade, como descrito por Jamopoty, um ritual em que as pessoas se assumem na prática como índios, um ritual de dança que acreditam fortalecer o grupo, enquanto povo e espiritualmente. Segundo Siqueira (2000), os rituais têm sua eficácia simbólica pois seus gestos e ditos são carregados de significados de forma cadenciada, ordenada e ritmada. Se o que ocorre nos rituais tem sempre seu momento obrigatório, e estes são respeitados, é porque o indivíduo que o está praticando tem o outro em mente, estabelecendo relações e cumprindo expectativas de reciprocidade. Esse comprometimento, essa preocupação com o outro é que faz dos rituais um importante elemento da cultura étnica, pois fortalece os laços de união e de identidade de seus membros, como acontece no caso dos Tupinambá de Olivença.

Assim, o resgate dos relatos do passado e as lembranças, puderam ser trabalhados de forma a focalizar o presente. Esse resgate da memória permitiu a construção de um sentimento coletivo de busca por uma condição melhor. Nessa busca coletiva, a principal motivação foi esse resgate que gerou nos moradores da comunidade o sentimento de união por uma identidade em comum (como defendido no argumento 2), de uma história em comum, e de sofrimentos igualmente vivenciados. Como relatado por Jamopoty, em relação ao sentimento de união que se formou a partir deste:

[...] isso tudo é você nascer de novo, mas com vontade de crescer, de poder ter uma terra e dizer que é uma aldeia, que aqui mora índio e nós vamos reivindicar nossos direitos. A gente

junta nossos parentes que nos ajudam muito nessa nova história porque eu acho que é uma nova história para nós, porque é um novo povo, embora descendente de um povo guerreiro, um povo que morreu consciente de que alguém hoje ia lutar por essa terra de novo. Eu acho que é isso que nos valoriza e nos fortalece ainda mais... esse resgate, essa vontade de se afirmar. [...] hoje é um grupo grande que se assume, que vai lá, que briga, que está junto. E eu como cacique, eu vejo isso nos meus parentes, que não só eu puxo a caminhada, a frente, mas que eles também estão junto comigo para me proteger, e isso para a gente é bom porque tá todo mundo junto na mesma briga.

Isso também confirma que o resgate da identidade de um grupo também se torna um importante meio para se desenvolver bases de poder comunitário paralelos aos poderes políticos da região. Os tupinambá nomearam uma cacique para a comunidade, caso raro onde uma mulher ocupa este cargo. Frente ao poder público, a comunidade com sua cacique já conquistou espaço na Secretaria Municipal de Saúde, do Meio Ambiente, além de terem podido exercer pressão para a instauração de uma lei municipal que afirma a existência de índios tupinambá em Olivença. Mas para Jamopoty (2005), a principal conquista é:

Não é o ressurgimento que eu falo não, é essa volta que a gente deu, esses massacres que teve, essa discriminação e que hoje a gente se assume como etnia, com nome, com conhecimento, eu acho que isso tudo é uma conquista da gente.

Os Tupinambá, assim como os índios Mapuche do Chile, reivindicam uma escola apropriada à sua cultura. Jamopoty faz referências também à saúde. Pelo seu depoimento, ainda há muito que ser adequado às exigências específicas do grupo Tupinambá.

Quando você vai brigar pela saúde diferenciada você sente na pele porque ninguém sabe qual a diferença. Não sabe que tem que valorizar a cultura dos índios, o pessoal que benze os índios, as ervas, tudo isso tem que ser valorizado e ninguém valoriza. Querem trazer aqui um médico só para dar a receita e dizer se você tá com dor de barriga, para tomar tal remédio.

A intenção do grupo, com a implantação da escola indígena já conquistada e que será entregue brevemente à comunidade, é firmar território e, a partir disso, realizar novas conquistas como a da saúde adequada, com o apoio dos planejadores sociais. Mas como os planejadores estão vendo os movimentos identitários? Eis uma questão a ser discutida.

### Planejadores: planos para quem? O caso Pataxó de Coroa Vermelha

Seguindo a lógica de que, se o resgate e a afirmação da identidade do grupo levou seus membros a identificar suas necessidades específicas e reivindicá-las, os planejadores também poderiam perceber as especificidades do grupo e adequar seu planejamento (argumento 3). No entanto, tal não se observou no caso dos índios Tupinambá e Pataxós de Coroa Vermelha, em Porto Seguro (BA).

O projeto Jaqueira implantado na gleba B da terra indígena de Coroa Vermelha foi proposto pela Associação Pataxó de Ecoturismo, uma associação comunitária sem fins lucrativos, com o principal objetivo de desenvolver atividades de ecoturismo, turismo cultural e educação ambiental na Reserva Jaqueira. O projeto visa, assim, fornecer meios necessários para a geração sustentável de renda e preservação permanente da mata. Com o relato do índio Pataxó, Taquari, nascido em Coroa Vermelha, nota-se que o projeto alcançou, em muitos aspectos, os objetivos propostos:

o índio que vive na Jaqueira, ele não precisa ficar na praia vendendo arco e flecha, lança, ele não precisa não... Porque o turista que chega até eles, o turista é obrigado a comprar na mão deles por obrigação... aquele passeio é obrigatório no pacote, então ele não precisa ficar dizendo – compra aqui meu amigo – e o cara dizer ‘não’... se humilhando na praia, vendendo colar para poder comprar comida.

No entanto, Taquari afirma que os que elaboraram o projeto e seus gestores não levaram em conta uma questão primordial na cultura indígena atual: a solidariedade para com os outros “parentes” que são os membros das comunidades vizinhas. Se nos tempos anteriores à colonização do Brasil tribos indígenas entravam em conflitos e disputas, hoje estas criaram forte vínculo entre si, pois todas em maior ou menor grau ainda estão em processo de reivindicação de espaço na sociedade que se formou até então. Para muitos Pataxós, a inclusão no projeto de apenas algumas famílias é um erro grave que acarretou em brigas entre os próprios índios.

Neste resgate de nossa cultura, todos nós temos que participar e deixar os outros de fora, não; porque nós estamos juntos na história, nós estamos juntos na luta. [...] se eu puder viver

bem, eu quero que todos vivam bem. Se eu vir a minha comunidade sofrendo, eu também vou sofrer junto. Se eu tiver que dividir um pão para não ver meu povo dormir com fome, ou se tiver um pão e não der para todo mundo, eu vou dormir com fome com eles.

Com a implantação do Projeto Jaqueira, mesmo sendo uma proposta para os índios e pelos índios, Taquari afirma que na reserva de Coroa Vermelha ficou o sentimento de incômodo pelas diferenças de oportunidades geradas. De forma semelhante, no caso dos Tupinambá de Olivença, também ocorreu, com os programas de ONG's o beneficiamento de algumas famílias e outras não. Segundo relato de Jamopoty, uma organização não governamental disponibilizou recursos financeiros à comunidade. Os Tupinambá, entusiasmados com a proposta, começaram planejar o uso dos recursos:

[...] então bora sonhar e botamo no papel o que é que agente queria com a ONG, já que tinha esse dinheiro disponível, né?! Fez um trabalho no fim do mês 1, no fim do mês 2 e no fim do mês 3 e deixou lá o trabalho que não terminou, que não concluiu certo. Aí deixou famílias, tudo família, brigando porque beneficiou uma família e não beneficiou outra. Quer dizer, então não veio para todo mundo, né?! Não veio para beneficiar os índios tupinambá, porque teria que beneficiar uma comunidade, aí, todo mundo tá beneficiado: dali tirava a produção, a metade seria para doar para outra comunidade. Esse era o projeto e nada aconteceu na prática.

Os Tupinambá também relatam experiências mal sucedidas com planejadores na área de educação, onde a ONG, que muito ajudou no início do movimento, hoje, por divergências de objetivos, acabou sendo desvinculada da comunidade. Essa rejeição por parte da comunidade a alguns planejadores se deve principalmente ao fato de que hoje esse grupo étnico tenta focalizar suas ações e apoios para o benefício da comunidade como um todo. Jamopoty argumenta que

[...] às vezes, a gente fala que o governo é responsável por essa comunidade indígena, então o governo tem que fazer: tem que capacitar as pessoas para que elas saibam como trabalhar com a gente, não é chegar e impor. Não. Nós vamos dizer para eles que nós não queremos desse jeito e que queremos daquele.

Essas experiências mostram que, em muitos casos, os planejadores não atentam para as especificidades da comunidade em questão, mas fortalecem o argumento 4, referente à identidade como meio pelo qual a comunidade pode reivindicar mais espaço e

tempo, mais especificamente: espaço social para que as necessidades de acordo com sua comunidade sejam atendidas; e tempo de escolha para que a comunidade, ciente de sua cultura, possa rejeitar ou aceitar o que vem da cultura do outro. Segundo Jamopoty, essa atitude de saber o que quer, de estar ciente de sua condição, é fruto dessa afirmação enquanto grupo.

Eu sempre digo: aqui na nossa comunidade não tem analfabeto, tem gente de capacidade. Tem índio por aí com poder para assumir a administração até regional. O que eu vejo aqui, na comunidade de Olivença, é que existem muitas pessoas capacitadas que podem ocupar o lugar de um não-índio que está ocupando um espaço nessa comunidade. Aqui mesmo tem pessoas que não são índios e que trabalham aqui para os brancos e não vem olhar o lado do índio. Ora, se o governo está pagando ele para trabalhar com índio, ele tem que ver os interesses do índio.

O apoio de grupos de fora da comunidade é de grande validade em alguns casos, mas a autogestão da comunidade parece ser a melhor maneira de se ter um efetivo alcance de metas, sem ferir a ideologia do grupo, já que muitos planejadores não atentam para este aspecto.

### O meio cultural e o cultivo do meio

Com a evolução de um movimento identitário, o que se percebe é que, estabelecida a união do grupo e a luta por melhorias específicas, o passo seguinte é a reivindicação do grupo por seu espaço, e a defesa deste de interesses prejudiciais a seus membros (argumento 5).

Essa reivindicação surgiu no movimento Tupinambá desde o momento em que o grupo, fazendo uma retrospectiva histórica, percebeu que a expropriação dos Tupinambá se deu por pressão de grupos majoritários, como a dos antigos coronéis de cacau. Posteriormente, a necessidade de ter a terra reconhecida como aldeamento indígena mostrou-se fundamental para que o grupo de membros remanescentes pudesse dar continuidade a seus projetos de melhoria social. Jamopoty reclama que:

Antes do povo ser reconhecido, falavam que não podia fazer isso, não podia construir, não podia fazer saneamento básico, porque os índios não eram reconhecidos. Aí, agora falam que não pode construir nada, que casa não pode

melhorar, nem a condição de vida dos parentes porque os índios não têm a terra reconhecida.

Atualmente, com a escola que está em fase de construção, em uma terra cedida a um dos índios por indenização, e que tem a proposta de melhorar a educação indígena, Jamopoty acredita que as autoridades irão perceber o quanto o espaço físico representa um espaço social para a comunidade.

Referente à identidade como meio pelo qual a comunidade pode difundir suas técnicas e habilidades para outras culturas e, assim, apresentar soluções alternativas de exploração ambiental (argumento 6), deve-se considerar a condição de que a comunidade tenha seu espaço físico respeitado. Sales (2000), em seu estudo sobre os índios Tembê, conclui que os movimentos de reivindicação de terra pelos grupos minoritários devem ser legitimados pelo fato de que um grupo que possui uma identidade em comum, e uma cultura diferente das que o cercam, deve ter a chance de reprodução social sobre a base territorial para a reafirmação de sua identidade. Com seu espaço respeitado, tal grupo teria a chance de reproduzir suas formas específicas de manejo desenvolvidas pela inter-relação entre cultura e meio ambiente.

Segundo Viertler (1999), a cultura exerce um papel fundamental no modo como se dá essa dinâmica entre o ser humano e a natureza. Através de sua cultura, o ser humano cria, em parte, seu ambiente. Por sua vez, o meio físico força os habitantes a desenvolver meios para sobreviver. Forma-se então um forte vínculo entre cultura e meio ambiente. Esses modos de produção desenvolvidos para a sobrevivência do grupo nem sempre, são feitos de forma que este respeite os ciclos da fauna e flora local, mas a partir do momento em que o grupo viva em contato direto com os ciclos, ele faz com que as técnicas de produção estejam de acordo com aquele meio ambiente com maior sucesso do que se fossem desenvolvidas por outra cultura. Assim, é necessário estudar a relação homem - natureza, nas suas transformações através do tempo e lugar.

Para os Tupinambá, sua relação com o meio ambiente está nas ervas medicinais como o *buraem*, na culinária onde utilizam mandioca para fazer farinha, *chimanca* (bolacha), *beju* (doce e salgado) e *puba* (mingau e pamonha). Está também na palha para

fazer artesanatos, na *manipûera* para fazer preparados para combater formigas e carapatos, na *piçava* (tipo de palmeira) para fazer vassouras e cabanas. O seu manejo com o meio ambiente também é diferenciado com a utilização de ganhos e cipós amarrados, formando o chamado *suru*, uma espécie de armadilha para a pesca de peixes. Existe também a pesca com *cevas*, um tipo de isca feito com mandioca que atrai os peixes. A relação com os animais de estimação também é dada com respeito à liberdade do animal, tendo muitas vezes pássaros que não vivem em gaiolas, mas que “visitam” as casas em busca de alimento e companhia. Enquanto isto, na região, são as moto-serras e redes utilizadas pelos não-índios.

Essas técnicas e habilidades dos tupinambá poderiam ser difundidas para outras culturas, como ocorre no Projeto Jaqueira, em Porto Seguro, para os turistas. Ali, segundo Jandaia, os índios fazem passeios de educação ambiental e, conseqüentemente, difundem como sua cultura percebe o meio ambiente de forma harmônica. Além disso, as trilhas existentes na reserva têm vários pontos de interpretação e parada, onde são contadas histórias do povo Pataxó, são mostradas as plantas medicinais utilizadas e apresentados exemplos de armadilhas usadas pelos antepassados para caça. É um exemplo nesse aspecto, de como o turismo pode funcionar em terras indígenas, em termos de valorização cultural e ambiental.

Atualmente o turismo pode melhorar seu papel de intercambiar culturas, através da tendência dos turistas em se interessar mais sobre outras culturas, como ocorre com os chamados “turistas cosmopolitas”, termo que Hannerz (1999) utiliza para definir pessoas que, acima de tudo, se orientam a fim de saciar sua vontade de se envolver com o outro. A maioria dos turistas, particularmente os que praticam o chamado “turismo de massa”, em locais já bastante explorados pela atividade e onde terá preços reduzidos, não tem ainda uma visão tão ampla de quão interessante pode ser a cultura do outro, como tem os cosmopolitas. No entanto, há indícios de que isto já está mudando. Testemunha disso são os passeios do Projeto Jaqueira onde os turistas, em um destino onde é realizado o turismo de massa (Porto

Seguro), pagam uma quantia não tão pequena para entrar na reserva indígena, mesmo que, segundo Jandaia, 90% sejam estrangeiros. Essa visitação acaba por provocar também o sentimento de orgulho nos índios pelo interesse do outro em sua cultura e gera renda para manter o movimento. “[...] A gente trabalha com o turista, pois para a gente chegar aos nossos objetivos que é a preservação da cultura e do meio ambiente, a gente resolveu abrir para a visita e o turista estar ajudando a gente”, diz Jandaia. Se bem planejado, o turismo poderia ser uma oportunidade de se culminar no processo de resgate cultural de uma etnia indígena, através do contato e intercâmbio com o outro, contato este que outrora sufocou e adormeceu uma identidade e que agora pode ajudar a fortalecê-la.

## Conclusão

O estudo dos movimentos e lutas das comunidades indígenas Tupinambá, em Olivença, Ilhéus, BA, e Pataxós, em Porto Seguro, BA, permite sustentar, quase sempre, o argumento de que o resgate da sua identidade étnica exerce relevante papel para desencadear um processo de desenvolvimento social, econômico e cultural e, por extensão, de desenvolvimento sustentável na comunidade local, como já se registrou entre índios Tembê no Pará, e Mapuche no Chile. Não se observou, entretanto, o que seria desejável, o reconhecimento das especificidades culturais do grupo étnico, por parte de agentes externos ao grupo, conforme previsto no argumento 3.

O processo de resgate da identidade étnica dos grupos estudados revela uma trajetória com perfil bem definido. Primeiro vem o conhecimento da própria história que permite ao grupo avaliar-se em termos das mudanças ocorridas através do tempo (perdas e ganhos, avanços e recuos). A partir desse conhecimento, tem início a construção de um sentimento de unidade, fundamento indispensável para se definirem mecanismos de força e de poder. Sentir-se diferente, com necessidades e anseios específicos fortalecem a unidade e atuam para nortear a definição de rumos, objetivos e metas do grupo. À medida em que a sensação de força se mani-

festa, começa a se delinear o sentimento de poder fazer frente a outras forças, no caso, as forças sociais dominantes. Este enfrentamento se expressa na reivindicação e conquista de espaços físico, temporal, social e cultural que, por sua vez, abrem possibilidades para o grupo viver dignamente suas diferenças, ou seja, desencadear endogenamente o 'outro desenvolvimento', para usar a expressão de Sachs.

Há de se considerar ainda que a idéia de sustentabilidade, como o atendimento das necessidades e dos anseios da geração atual sem comprometer os das gerações futuras, passa atualmente por um questionamento pelo fato de que, ao se estudar as culturas, percebe-se que o que é necessidade num determinado momento ou contexto, pode ser apenas desejo ou supérfluo noutra. Isso é agravado pelo fato de que a modernidade e a globalização parecem dinamizar ainda mais essas mudanças culturais, fazendo com que se acelere também as mudanças do que são necessidades e anseios das sociedades. Diante dessa realidade, Marques (1999, p.45) faz a seguinte pergunta: "Como fazer então para planejar a satisfação de necessidades futuras, quando os parâmetros do passado são absolutamente inseguros e quando se vive um presente da mais absoluta fugacidade?"

Ao que parece, dever-se-á ter sempre os olhos, mente e questionamentos dirigidos para a cultura. Se observada a cultura como a teia de significados em que o homem tece e na qual ele mesmo se amarra, como defendida por Max Weber e seguidores (*Apud* GEERTZ, 1989), estar-se-ia também observando as necessidades e anseios latentes nessa teia, sempre em construção, ora desmanchada, ora complementada. O resgate e a afirmação cultural aparece como meio para a sustentabilidade de minorias socialmente excluídas, para que o grupo saiba o que necessita, o que anseia, o que já não é mais fundamental, o que se tornou fundamental, o que é ser de uma cultura e o que é não ser de uma cultura e o que é preciso ter, como condições, voz, para poder continuar sendo. No caso das minorias indígenas, ao que tudo

indica, para que continuem sendo portadores de uma cultura específica, é fundamental ter. Ter espaço social, ter respeito da sociedade em relação a como o grupo se percebe, ter meios de se unir e de reivindicar.

## Referências

- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34 editora, 1997. Vol 2.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GERLIC, Sebastian. *Índio na visão dos índios*. Salvador: Thidêwá, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.
- HANNEZ, Ulf. Cosmopolitas e locais na cultura global. In: *Cultura global – nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HERNANDEZ, Isabel. *Educação e sociedade indígena - uma aplicação do método Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MARQUES, José Geraldo W. Dinâmica Cultural e planejamento ambiental: sustentar não é congelar. In: Jenner Filho; Nádia F. M. Amorim e Vinícius Nobre Lages (Org.). *Cultura e desenvolvimento – a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: UFPE, 1999.
- MARKUSEN, A R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. In: *Espaço e debates*, p.83, 1981.
- OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade – seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- REX, Jonh. *Raça e etnia*. Lisboa: Estampa, 1997.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento*. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SALES, Noêmia P. *Pressão e resistência – os índios tembé-tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território*. Belém: UNAMA, 2000.
- SIQUEIRA, Euler. O homem total na sociologia de Manuel Mauss. *Revista Humanas*, Londrina, v. 2, n. 1, 2000.
- VIERTLER, Renate B. A idéia de "sustentabilidade cultural": algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: Jenner Filho; Nádia F. M. Amorim e Vinícius Nobre Lages (Org.). *Cultura e desenvolvimento – a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: UFPE, 1999.

## **Enlaces entre cultura e turismo: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado na área da cultura (Bahia - 1995-2002)\***

Links between culture and tourism: an approach of the conceptions and ways of intervention in the State, in the culture department (Bahia State, Brazil, 1995 – 2002)

***Relations entre la culture et le tourisme: une approche sur les concepts e moyens d'intervention de l'État dans le domaine de la culture (État de Bahia, Brésil, 1995-2002)***

*Enlaces entre cultura y turismo: un enfoque sobre concepciones y modos de intervención del estado en el área de la cultura (Bahía - 1995-2002)*

Mariella Pitombo Vieira\*\*

Recebido em 02/05/2005; revisado e aprovado em 01/06/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** O texto pretende analisar, num primeiro momento, as principais concepções que vêm norteando o modo de intervenção do governo estadual baiano na área da cultura desde o ano de 1995, momento em que é criada a Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. Em seguida, à luz do debate contemporâneo sobre políticas culturais, especula sobre o papel do Estado na conformação do campo cultural, tomando como heurístico o exemplo do modelo de gestão adotado do executivo baiano.

**Palavras-chave:** Cultura; turismo; políticas públicas.

**Abstract:** This paper intends to analyze, in a first moment, the main conceptions that inform the intervention of the Bahia government in the culture area since the year of 1995, period in which it is created the General office of the Culture and Tourism. Afterwards, to the light of the contemporary debate on cultural policies, the paper speculates on the role of the State in the configuration of the cultural field, taking as heuristic the example of the administration model adopted by the Bahia government.

**Key Words:** Culture; tourism; public policies.

**Résumé:** L'article prétend analyser, dans un premier temps, les principaux concepts qui accompagnent les interventions du Gouvernement de l'État de Bahia dans le domaine culturel depuis 1995, année de la création du Secrétariat de la Culture et du Tourisme. Ensuite, à la lumière du débat contemporain sur les politiques culturelles, l'article spéculé sur le rôle de l'Etat dans la conformation de l'espace culturel, en prenant comme heuristique l'exemple du modèle d'administration adopté par le pouvoir exécutif de l'Etat de Bahia.

**Mots-clés:** Culture; tourisme; politiques publiques.

**Resumen:** El texto pretende analizar, primeramente, las principales concepciones que vienen norteando el modo de intervención del gobierno estadual baiano en el área de la cultura desde el año de 1995, momento en que es creada la Secretaría de Cultura y Turismo del Estado. Enseguida, a la luz del debate contemporáneo sobre políticas culturales, se especula sobre el papel del Estado en la conformación del campo cultural, tomando como heurístico el ejemplo del modelo de gestión adoptado del ejecutivo baiano.

**Palabras claves:** Cultura; turismo; políticas públicas.

Desde o início da década de 1990, quando mais uma vez se conforma um período de hegemonia política liderado por Antonio Carlos Magalhães, momento em que assume pela terceira vez o cargo de governador do estado (1991-1994), a Bahia vai conhecer um novo ciclo de administração pública marcado, sobretudo, pela desregulamentação das funções do Estado e uma concomitante abertura para o mercado internacional, em que o processo de modernização cultural e

turística passa a ser uma das agendas de destaque da gestão que ora se reiniciava. O entrecruzamento das elites políticas tradicionais com novos grupos sociais emergentes atuantes nos setores imobiliário, de entretenimento e comunicação vai contribuir para a ênfase no desenvolvimento de políticas voltadas para as atividades ligadas ao consumo cultural e turístico, estratégia que vai favorecer o delineamento de uma imagem da Bahia como lugar de entretenimento e

\* Esse artigo é fruto da dissertação "Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura" defendida por mim em 2004, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Faculdade de Comunicação/Universidade Federal da Bahia).

\*\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA). Pesquisadora do grupo "Memória, Cultura e Desenvolvimento" (FFCH/UFBA) e do "Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - CULT" (FACOM/UFBA). Rua Barão de Geremoabo s/nº Campus de Ondina, CEP 40170-290, Salvador-BA.

turismo. O remapeamento do espaço urbano de Salvador engendrado por este governo no início da década de 1990, tendo na restauração do Parque Histórico do Pelourinho seu marco principal, sinaliza para as transformações imputadas pelo poder local à paisagem da cidade com fins de conceder-lhe uma imagem consensual (apesar das sonantes desigualdades que compõem o tecido sócio-urbano), típica de um projeto político hegemônico.

No bojo da tendência contemporânea da busca pela afirmação das identidades locais em meio ao trânsito incessante de signos e imagens que marcam o ambiente da globalidade, o governo estadual baiano, sintonizado a esta corrente, passa a atrelar a implementação de suas políticas culturais e turísticas a uma estratégia que lança mão da apropriação de elementos simbólicos da cultura baiana. Desse modo, tradições e identidades coletivas são potencializadas e “reinventadas” de modo a tornar a Bahia um “produto” diferenciado em meio à homogeneidade da cultura “internacional-popular”, para usar uma expressão de Renato Ortiz (2000), que transita pelo elástico mercado global de bens e serviços da informação e da cultura. Nesse sentido, cultura e turismo são, por excelência, a saída rumo à inserção do Estado no mercado nacional e também internacional de bens simbólicos. E é por este caminho que reside a aposta das últimas gestões do executivo baiano, liderado por Antonio Carlos Magalhães – um ciclo político iniciado no começo da década de noventa e em vigência até os dias atuais.

### **Política estadual de cultura: uma trama de concepções**

O advento da criação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado – SCT, em 1995, é o momento de expressão máxima da consolidação institucional de uma política de modernização turística e também cultural que vinha sendo adotada por este mesmo grupo desde a década de 1970<sup>1</sup>. Em uma ação inédita no país, cultura e turismo, os principais setores de promoção e divulgação do Estado em nível nacional e internacional, são amalgamados em uma única secretaria revelando-se aí a estratégia e o modo de condução

peculiar para a gestão da cultura. Este longo ciclo de hegemonia política, liderado pela frente carlista, torna-se significativo, pois concentra em seu lapso notáveis transformações no modo de condução das políticas públicas voltadas para a cultura e o turismo, já que as referidas agendas serão compreendidas como vetores de desenvolvimento para o Estado, num processo em que a tônica das ações governamentais para estes setores volta-se para a dimensão econômica.

Após a análise de fontes documentais tais como: programas de governo, relatórios, leis e decretos referentes aos dois últimos ciclos de gestão da Secretaria de Cultura e Turismo, sob o comando de Paulo Gaudenzi<sup>2</sup> (1995-1998/1999-2002), foi possível identificar algumas temas constitutivos do mosaico de idéias do governo que orientou o seu modo de intervenção na cultura. Selecionamos aqui, dois dos seus principais eixos:

#### **a) Cultura e desenvolvimento:**

A orientação da política estadual de cultura vai estar pautada num discurso que enfatiza um “novo modelo” de gestão cultural, no qual a cultura será entendida como um importante vetor para o desenvolvimento do Estado. Nessa narrativa, explicitamente amparada em princípios da agenda internacional para o desenvolvimento, encampada por organismos internacionais como a Unesco, o modelo de intervenção defendido estabelece entre suas prioridades aliar a cultura ao desenvolvimento.

Essa linha de pensamento está orientada pelas transformações ocorridas mais intensamente desde a década de 80, sobre o enfoque do papel da cultura para o desenvolvimento global das sociedades. Essa temática ganhou relevância e passou a ser foco de interesse privilegiado para diversos Estados e organismos intergovernamentais – destaque-se a Unesco – fato que promoveu a realização de numerosos fóruns, congressos e estudos sobre política cultural, elevando-a a uma categoria de assunto estratégico na agenda internacional do desenvolvimento das sociedades.

Aos moldes das narrativas internacionais em torno da importância da cultura para o desenvolvimento, no nível local, estratégias discursivas semelhantes são utili-

zadas pelo governo estadual baiano – inclusive com citações expressas de documentos da Unesco – para justificar sua aposta no fomento aos processos de criação cultural, bem como para definir seu papel diante desse novo contexto. Esse fato aponta para a tendência contemporânea de tal apropriação constar freqüentemente nos discursos políticos como forma de legitimidade de sua intervenção, pois, nessa direção, valores mais “nobres”, como a diversidade cultural ou a inclusão social passam a ser priorizados em detrimento de uma concepção economicista que orientou por décadas o desenvolvimento das sociedades. Vale a pena reproduzir um trecho de um documento programático oficial que exprime o conceito de cultura do “pensamento governamental”, refletindo o alinhamento aos pressupostos da agenda internacional do desenvolvimento, apontados acima. Vejamos:

A cultura é que dá identidade e sentido à vida de um povo, formando simbólica e materialmente, as características que o diferenciam de outros povos, de outros agentes, de outras nações(...) A atividade cultural permeia tudo: turismo, educação, economia, o meio ambiente. É, portanto, importante agente para o desenvolvimento econômico e social de um povo (...) O enfoque da política de desenvolvimento deve considerar, por conseguinte, o setor cultural como um sistema que requer uma ação específica do Estado como base ou marco referencial, com interface com todos os demais setores da atividade humana (BAHIA, 2003, p.7).

## b) Cultura e economia

O ideário em voga movido pelas cifras astronômicas que movimentam setores específicos da produção cultural (a portentosa indústria cultural é o mito maior) comparece como pressuposto que justifica a aposta na dimensão econômica da atividade cultural. Desse modo, o governo estadual toma como um dos seus objetivos impulsionar a atividade cultural rumo à sua “auto-sustentabilidade”. A cultura passa a ser entendida como um “fato econômico”, constituindo-se numa atividade capaz de gerar dividendos, “enquanto importante vetor na geração de trabalho, emprego e renda” (GAUDENZI, 2000, p.15). Podemos supor que, colocada dessa forma, essa relevância responde, à significativa influência que hoje alguns mecanismos institucionais, inerentes à sociedade

de consumidores(as indústrias do lúdico, sobremodo), exercem na condição social contemporânea.

Ressaltar a expressividade econômica da atividade cultural, talvez seja, hoje, uma das bases de sustentação mais evidentes para as justificativas oficiais dos governos ao investir o erário público em atividades mais voltadas ao “engrandecimento do espírito” e que não têm apelo direto às necessidades mais essenciais da população como educação, saúde, previdência social etc. Nesse sentido, a máxima proferida pelo ex-ministro da Cultura, Francisco Weffort – “Cultura é um bom negócio” – sintoniza-se perfeitamente com essa interpretação sobre o papel da cultura na contemporaneidade. Não é à toa que hoje os números e estatísticas que envolvem a economia da cultura passaram a ser tão alardeados e se tornaram uma rica fonte de convencimento para aqueles mais resistentes e céticos em relação à premência de estímulo à cultura – considerada uma atividade de natureza predominantemente “desinteressada”. Mesmo que se ressalte os benefícios sociais que a atividade cultural pode gerar, não restam dúvidas de que são as cifras vigorosas que movimentam o mercado cultural (seja no que se refere aos números de empregos gerados, seja em torno da movimentação financeira decorrente de sua produção, circulação e consumo) o grande trunfo dos governos para justificar os gastos públicos nesse setor.

A notável produtividade do setor cultural na contemporaneidade constitui-se em uma espécie de esteio que ampara e dá suporte à tendência atual de os Estados conduzirem um modelo de gestão que tem como premissa o afastamento gradual de sua intervenção e a constante ênfase de um discurso que comemora a auto-sustentabilidade da cultura – uma área cada vez mais produtiva e menos “desinteressada”. Apesar de o Ministério da Cultura ser a pasta contemplada com o menor orçamento da Federação – irrisórios 0,26% dos R\$ 400 bilhões do orçamento total da União (HERNANDES, 2003) – hoje, no Brasil, a produção cultural gira em torno de 1% do PIB e gera meio milhão de empregos (BRASIL, 1998).

### Remanejamentos na gestão e organização do campo cultural: um novo papel para o Estado?

Após especular acerca dos pressupostos conceituais que urdiram a formulação dos princípios que orientam a intervenção do governo estadual baiano na área da cultura, pode-se concluir que não é num vácuo político no plano nacional, e mesmo transnacional, que o poder local começa a ajustar seus esforços e a definir sua atuação em relação ao fomento da atividade cultural no Estado. No rastro da consolidação de um mercado de bens culturais, e pavimentando-se na história pretérita da Bahia como cenário de movimentos culturais vigorosos, o poder local assumiu em seus programas tomar a cultura como área prioritária para o desenvolvimento global do Estado. Assim, entendendo a atividade cultural como um “fato econômico”, o governo estadual baiano cunha sua modalidade de intervenção, denominado-a de um “novo marco” – “um processo contemporâneo que se caracteriza por um conceito inovador de sustentabilidade e popularização, e vincula a cultura ao processo de desenvolvimento do Estado” (GAUDENZI, 2000, p.37) – por pretender, justamente, exortar uma faceta mais identificada com a possibilidade de tornar o segmento cultural como uma atividade que pode gerar recursos e dividendos, rumo à sua sustentabilidade econômica e maior independência do clássico paternalismo estatal. É sob essa óptica que se permite entrever, portanto, o papel que o executivo baiano arroga para si no modo de conduzir a política de cultura do Estado. Vejamos:

(...) ao Estado cabe, fundamentalmente, *os papéis de agente facilitador e indutor de desenvolvimento*; de promotor das condições básicas necessárias à abertura de canais de participação e oportunidades que estimulem os procedimentos produtivos e as relações de convivência e de mercado (GAUDENZI, 2000, p. 19-20) (grifo da autora).

Neste sentido, a atuação que o governo estadual delineia e toma como meta a ser perseguida parece estar bem próxima da discussão que Canclini propõe ao analisar o papel da intervenção do Estado contemporâneo na esfera da cultura. Diz o autor: “A diferencia de la oposición realizada en otro

tiempo entre el estado y las empresas, hoy concebimos al Estado como lugar de articulación de los gobiernos con las iniciativas empresariales y con las de otros sectores de la sociedad civil” (CANCLINI, 1999, p.189). Essa situação exprime uma tendência que parece ser já irreversível: a interseção entre organismos estatais e os conglomerados econômicos como manifestação do novo ordenamento da esfera cultural, indicando no interior das suas práticas a irrupção de um fenômeno que lhe é decorrente, qual seja: a redistribuição de poder na linha de comando da gestão do campo da cultura, fato que propicia um gradual afastamento do Estado em áreas em foi tradicionalmente provedor ao passo que adensa e estende a atuação da iniciativa privada no âmbito da esfera cultural.

No Brasil, a gestão e organização do campo cultural ficaram sob guarda quase que exclusiva do Estado por um longo período, sendo inclusive considerada como área politicamente estratégica, principalmente pelos governos autoritários (destaque-se a era Vargas e o período da ditadura militar), por constituir-se como o *locus* privilegiado para a promoção e deslanche do projeto hegemônico de construção da nação e da afirmação da identidade nacional. No entanto, numa época em que parece ter sido decretada a crise de legitimidade e soberania dos Estados-nação em meio ao delineamento de uma nova cartografia do mundo, agora essencialmente pós-nacional, o papel do Estado é redefinido, sua natureza e suas esferas de operação se alteram. Agora, cabe aos Estados muito mais uma atuação revestida de um caráter eminentemente empresarial, enquanto agente articulador, regulador e indutor de desenvolvimento – já que entraram definitivamente numa era de delegação, privatização e desregulamentação – do que o clássico papel de provedor e interventor principal das várias esferas da vida social. Aliás, esse é um papel previsto no texto da própria Constituição de 1988. Diante da crise de governabilidade que o governo brasileiro enfrentou no fim da década de 80, em meio à explosão de demandas da sociedade civil não atendidas pelo poder local, a Carta Magna estabeleceu três atuações distintas do Estado na ordem econômica nacional, a saber: o de fiscaliza-

dor, de incentivador e planejador. Delineia-se, desse modo, um modelo baseado na livre iniciativa, em que suas funções voltam-se para o incentivo à iniciativa privada, de modo que o Estado comparece muito mais num plano da multilateralidade do que da unilateralidade que marcou, por exemplo, os tempos do Estado totalitário (CESNIK, 2003).

No rastro dessas transformações, esse modelo de intervenção estatal é perseguido muito particularmente pelo poder local, desde que a liderança do grupo carlista assume a hegemonia no início da década de 1990 – mesmo considerando que na Bahia o setor público ainda seja o principal agente dinamizador da economia. A Secretaria da Cultura e Turismo talvez seja uma das instâncias mais emblemáticas desse novo modo de atuação que pouco a pouco o governo de corrente carlista vem requerendo para si.

Desse modo, a gestão da cultura e do turismo passou a ser orientada por essa lógica de caráter empresarial, em que a tendência à desregulamentação das funções do Estado e a gradativa privatização dessas atividades econômicas deram o tom desse ciclo administrativo. No setor turístico o mais exemplar, como foi dito, foi o Programa Prodetur<sup>3</sup>, já na área da cultura, o Programa Fazcultura<sup>4</sup> é sua síntese mais notória. Cabe mencionar ainda projetos como o *Cluster* de Entretenimento<sup>5</sup>, que embora ainda não tenha sido implementado, vem a ser um das propostas que melhor espelha a atual concepção que norteia a administração pública sobre o papel a desempenhar na sociedade.

Por outro lado, na área mais específica da produção e difusão cultural, em que pese a orientação dessa conduta que começa a prevalecer nos moldes da gestão pública atual, cabe reconhecer que a presença do executivo baiano ainda é muito forte, constituindo-se como um dos principais agentes que dinamizam o campo cultural na Bahia. Embora a produção musical tenha sido o segmento artístico que mais ganhou projeção na cena cultural baiana na última década, em virtude da eclosão do fenômeno da *axé music* e com o advento do empresariamento do carnaval, as demais atividades culturais acabaram por estabelecer uma vinculação muito forte com o governo do Estado para que pudessem ser efetivamente realizadas.

Hoje, direta ou indiretamente, boa parte dos eventos culturais realizados em Salvador, inscritos principalmente fora do eixo das indústrias culturais, é beneficiada com algum apoio do Estado. Esse apoio se materializa seja pela ocupação nos principais equipamentos culturais da cidade, seja pelo subsídio direto através de financiamento à produção e circulação dos bens culturais, ou indireto através da isenção de impostos à iniciativa privada, viabilizada através da lei estadual de incentivo à cultura ou ainda pelas ações de preservação do patrimônio histórico-arquitetônico.

Não se pode negar que a longevidade da administração estadual na área da cultura sob o signo do carlismo proporcionou uma maior consolidação do mercado de bens simbólicos na Bahia, bem como garantiu o fortalecimento do campo cultural baiano, conferindo-lhe uma maior dinamicidade<sup>6</sup>. No entanto, ao analisarmos o perfil da política cultural implementada nesse período, pode-se perceber que a linha que orienta a ingerência do Estado na cultura está pautada em um modelo tradicional de intervenção, por assim dizer, aos moldes do *script* que vem sendo adotado em nível federal ao longo da história da relação entre Estado e cultura no Brasil. Qual seja: incentivar ações ora voltadas para aquele circuito mais identificado com o que comumente tem se chamado de “cultura de elite”, fomentando produções voltadas para linguagens artísticas mais restritas como o teatro, a dança e as artes plásticas, ou então através do incentivo à produções de cunho mais popular, voltadas à preservação do patrimônio material e imaterial como o folclore, festas e tradições populares. Como indicador dessa tendência tem-se o fato de que grande parte dos recursos investidos pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado se concentraram no setor de preservação patrimonial – ainda que, em grande medida, esses recursos advenham de fontes internacionais de financiamento. Contexto que favorece a corroboração da prevalência do caráter ‘preservacionista’ das políticas culturais ao longo da trajetória da intervenção do Estado no domínio da produção cultural brasileira.

Ainda que o perfil da política cultural implementada pelo governo estadual baiano

consERVE esse teor tradicional, sua especificidade reside precisamente no fato de conjugar essa sua intervenção mais “clássica”, ao tempo em que a potencializa, aos mecanismos institucionais da sociedade de consumidores – o turismo e as indústrias de lazer e de diversão são os instrumentos privilegiados –, como que buscando se alinhar à lógica que concede lugar de destaque à esfera cultural no ordenamento social contemporâneo.

Diante desse panorama, ao analisar os principais aspectos que conformam o perfil da política estadual de cultura, somos levados a formular a hipótese de que aquela dimensão antropológica exortada nos documentos da Unesco, sustentada na reivindicação de um conceito mais amplo de cultura, “que abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores” (BRANT, 2003, p.3), parece não estar totalmente contemplada nos programas oficiais implementados pelo governo baiano. Apropriando-se aqui de duas categorias trabalhadas por Botelho (2004), a partir da formulação proposta pelo sociólogo chileno José Joaquín Brunner — a dimensão antropológica e a dimensão sociológica da cultura —, procuraremos fundamentar a hipótese ora levantada. Começando pela dimensão antropológica a autora formula:

A cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (BOTELHO, 2004, p.2).

Mesmo considerando que os modos de vida, os saberes e fazeres, as tradições e crenças, comuns à cultura baiana sejam indiretamente suscitados, no plano do discurso, pelos programas de ação do governo do Estado, em sua práxis a efetividade dessas ações privilegia apenas determinadas práticas e grupos específicos, não implicando na abrangência política que reside na acepção antropológica da cultura. A apropriação e reformulação do “texto identitário” da baianidade pelo discurso oficial talvez seja uma das estratégias que possam ser utilizadas como justificativa para a atenção que é dedicada pelo poder local aos modos de vida e ao jeito baiano de ser. No entanto, ele é acionado como moeda simbóli-

ca que confere gradientes de poder aos diferentes agentes que transitam no circuito da produção cultural baiana, implicando assim tanto a sua integração à aludida rede de negociações quanto a sua exclusão. Portanto, é uma estratégia de intervenção que se estabelece num universo institucionalizado. Neste sentido, a política cultural implementada pelo governo tem maior abrangência sobre a dimensão sociológica da cultura, em detrimento da dimensão antropológica.

Essa é uma assertiva que se sustenta na tese proposta por Botelho, ao considerar que as políticas culturais, via de regra, privilegiam em sua prática a dimensão sociológica da cultura, enquanto que a dimensão antropológica acaba por ser uma recorrência que ganha terreno apenas no nível do discurso. Para melhor compreensão do argumento vejamos como a autora define a dimensão sociológica da cultura: “Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso” (BOTELHO, 2004, p.4).

Decerto, por se constituir enquanto uma instância socialmente institucionalizada, a dimensão sociológica da cultura, por ser mais palpável, acaba sendo o espectro que mais efetivamente sofre ações concretas das políticas culturais oficiais. Por outro lado, a implementação de ações que contemplem a dimensão antropológica da cultura, na prática, parece ser um projeto de difícil realização, isso porque reside nessa opção de política cultural uma certa radicalidade política, em seu sentido mais abrangente, que rompe estruturas de poder fortemente arraigadas e cristalizadas. Embora sejam alardeados nos programas oficiais de ação para a área da cultura – nas instâncias federal, estadual ou municipal –, as políticas públicas parecem não ter conseguido efetivar em seus projetos tal orientação conceitual, que abarquem ações que promovam a redução das desigualdades e dos direitos humanos.

Já pode ser considerado um truísmo o fato de que ao Estado não cabe mais a função outrora desempenhada como ente onipresente e único na definição de políticas culturais, como assim se comportou em perío-

dos autoritários na história recente desse país. No entanto, o que os agentes (intelectuais, artistas, intermediários) implicados no circuito da produção cultural agora reclamam é uma atuação estatal mais patente na tarefa de regular, sobretudo, a hegemonia alcançada pela lógica mercantilista que prevalece na dinâmica da produção, disseminação e consumo dos bens simbólicos ao tempo em que reivindicam para o Estado o papel de principal agente na missão de democratizar a cultura e garantir a diversidade da sua produção em tempos de acelerado processo de globalização. A reflexão do ator Sérgio Mamberti, agora burocrata do aparelho da administração da cultura em nível federal, ilustra essa corrente de pensamento:

Redefinir formas de convívio social, explodir as matrizes do pensamento excludente e embrutecedor que sedimenta o secular pacto das elites no Brasil, garantir direitos constitucionais, criar novos direitos e eliminar privilégios são compromissos essenciais para uma gestão democrática da cultura, assumindo o cidadão como prioridade. É necessário refundar as bases das relações de troca e criação, provocá-las, dar-lhes condições de existência concreta. Contra a implantação de programas unilaterais de cultura, propõe-se dar caminho à produção cultural do cidadão em todas as suas formas, em todo o país, sem confundi-la com práticas corporativistas. Redescobrir o sentido da ação coletiva, o sentimento de pertencimento e participação (MAMBERTI, 2003, p.16).

Ora, como se vê, essas são reivindicações que colocam no centro da discussão o papel das políticas culturais na atualidade. Em seu teor, tais proposições reclamam uma compreensão mais abrangente do papel das políticas públicas de cultura, de modo a escapar às limitações que até então têm sido encapsuladas, qual seja, a de enquadrá-las como meros programas voltados prioritariamente para o fomento de atividades de caráter mais artístico restringendo, assim, a dimensão política latente na sua complexidade. De acordo com a categorização que Canclini (1987) propôs para refletir sobre as concepções e os modelos que organizam as políticas culturais na América Latina, esse modo de intervenção, hoje reivindicado por agentes diretamente envolvidos no cenário da produção cultural brasileira, parece confluir para a categoria que o sociólogo argentino cunhou de “democratização participativa”. Segundo sua definição:

Esta concepción defiende la coexistencia de múltiples culturas en una misma sociedad, propicia su desarrollo autónomo y relaciones igualitarias de participación de cada individuo en cada cultura y de cada cultura respecto de las demás. Puesto que no hay una sola cultura legítima, la política cultural no debe dedicarse a difundir sólo la hegemonía sino a promover el desarrollo de todas las que sean representativas de los grupos que componen una sociedad (...) no se limita a acciones puntuales, sino que se ocupa de la acción cultural con un sentido continuo (a través de toda la vida y en todos los espacios sociales), y no reduce la cultura a lo discursivo o lo estético, pues busca estimular la acción colectiva a través de una participación organizada, autogestionaria reuniendo las iniciativas más diversas (de todos los grupos, en lo político, lo social, lo recreativo, etc.). Además de transmitir conocimientos y desarrollar la sensibilidad, procurar mejorar las condiciones sociales para desenvolver la creatividad colectiva. Se intenta que los propios sujetos produzcan el arte y a cultura necesarios para resolver sus problemas y afirmar o renovar su identidad (CANCLINI, 1987, p.50-51).

Conforme ainda anota o autor, esse é um projeto que nasce, sobretudo, em meio aos movimentos e à irrupção de grupos alternativos na cena política da América Latina pós-ditadura, que descobrem o significado da potencialidade política das pequenas redes de solidariedade. Reconhecendo que esses movimentos lograram o êxito de socializar a ideologia democrática entre as classes populares, Canclini (p.53) conclui que, por outro lado, esses grupos não conseguiram “construir alternativas culturales, ni mesmo formular políticas, a escala da sociedad global, para disputar efectivamente la hegemonia a los grupos dominantes”. Se analisada sinteticamente, tal concepção de política cultural reveste-se de um certo caráter utópico, enquanto projeto ainda a ser conquistado, porém, é necessário admitir, difícil de ser realizado na prática, dada a complexa contextura política, econômica e social que reveste a realidade brasileira.

Assumimos aqui o risco de considerar que raras foram as iniciativas estatais que conseguiram realizar tal façanha. É claro que experiências inovadoras brotam aqui e ali, nos diferentes quadrantes desse país continental. No entanto, numa perspectiva mais ampla e generalista, a concepção e a prática comum às políticas culturais hoje em vigor no país não se amoldam a esses projetos mais visionários. Mesmo porque esses empreendi-

mentos de caráter mais inovador, por essência, desafiam o poder institucionalizado, as hierarquias cristalizadas, e conseqüentemente, a hegemonia dos grupos dominantes.

Na história da gestão pública brasileira, uma das experiências que talvez tenha se aproximado desses propósitos — mas que malogrou em curto espaço de tempo frente aos conflitos de interesses políticos que comumente rondam projetos de teor mais revolucionário — foi a lendária gestão de Aloísio Magalhães à frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em meados da década de 1970<sup>7</sup>. Após essa experiência, no plano da gestão pública para a área da cultura, são raros os programas propostos por ministérios e secretarias que contemplem em seu espectro um conceito mais amplo de cultura, que extrapole a implementação de políticas de caráter preservacionista ou voltadas ao estímulo de linguagens artísticas circunscritas no circuito da produção restrita.

Dessa forma, o que se tem constatado em termos do papel das políticas oficiais de cultura é uma espécie de regularidade do modelo de atuação do Estado na esfera cultural, desde que essas políticas passaram a ser objeto de sistematização pelos governos ainda no regime getulista. Pode mesmo parecer redutora tal assertiva. Mesmo considerando as vicissitudes das diferentes gestões na área cultural, que envolviam outros cenários e outras motivações políticas, sociais e econômicas, o que se percebe, em essência, é uma intervenção do Estado — seja ela nos planos federal, estadual ou municipal — muito similar ao que já tem sido praticado no decorrer da história recente do país. Ou seja: a presença do Estado na área da cultura dedica-se prioritariamente a políticas de teor mais “conservacionista”, voltadas à preservação do patrimônio cultural — seja ele material ou imaterial —, ou ao fomento de atividades artístico-culturais que têm dificuldade de manter-se de forma autônoma na dinâmica do mercado, sem o subsídio direto do Estado.

Para efeitos de comparação, cabe, aqui, tomar uma citação extraída de um texto do sociólogo Sérgio Miceli enquanto se dedicava à análise das políticas culturais vigentes na década de 1970, durante o regime militar. Diz o autor: “o fato de a intervenção do Estado ocorrer precisamente naquelas ati-

vidades culturais que vêm encontrando dificuldades crescentes de sobrevivência em função de critérios estritos de mercado (público, rentabilidade, etc.) contribui para a tônica marcadamente ‘conservacionista’ da política cultural oficial (MICELI, 1984, p.100). Como se vê, é uma tese ainda bastante atual e que cabe como lente de análise para a averiguação do papel, sobretudo, defensivo que o Estado vem assumindo desde há muito na área cultural.

No entanto, diferentemente daquele período, o que hoje se revela emblemático é a presença cada vez mais intensa da iniciativa privada no setor cultural, não somente para a exploração de atividades vinculadas ao setor mais lucrativo das indústrias culturais, mas também através do seu sistemático apoio, em sua grande maioria subsidiada por incentivos fiscais governamentais, às atividades que tradicionalmente o Estado vinha apoiando quase que exclusivamente como, por exemplo, ações voltadas para a preservação patrimonial, fomento a linguagens artísticas identificadas com a “cultura de elite”.

Pode-se concluir, então, que as prioridades das políticas públicas na área cultural praticamente não se modificam. O que sofre remanejamento é precisamente o modo de conduzi-las. Se antes as intervenções do Estado na seara da cultura eram motivadas pela construção de projetos políticos hegemônicos, no encalço de uma identidade abrangente para o país, a partir da década de 1980 o élan que move o poder público a fomentar a cultura se referenda na sua dimensão econômica e mercadológica. Uma tendência exacerbada ao longo das décadas seguintes e que chega à década de 1990 em sua versão mais acirrada, porque, mais do que qualquer outro momento, o Estado também orienta suas políticas culturais pela lógica mercantilista que sustenta a poderosa indústria do entretenimento.

Tomando-se como referência o quadro idiossincrático engendrado pela prevalência das leis de incentivo fiscal na conformação do cenário da produção cultural nacional, é possível inferir que a prática de tal modelo de política cultural se apresenta como heurística para se pensar a reformulação que o Estado vem sofrendo em suas funções. Em última instância, ao estimular uma política de

renúncia fiscal, o Estado acaba por abdicar de um clássico pressuposto que lhe coube no processo de unificação territorial e, por conseqüência na conquista do seu status de instância soberana, qual seja: a instauração de um sistema de fisco (BOURDIEU, 1996). Ao tomar como prerrogativa a cobrança de impostos como fonte de financiamento das despesas públicas, o aparelho estatal durante longo período garantiu a legitimidade do sistema fiscal como justificativa de uma condição que lhe era inerente, a saber: a promoção do bem público, de interesse coletivo. No entanto, quando se toma por referência o alcance que a produção cultural viabilizada pela política de estímulos fiscais propicia, beneficiando um espectro bastante reduzido de um público consumidor desses bens, o que se coloca em suspeição é justamente a possibilidade de se ainda pensar o Estado como agente promotor por excelência da virtude pública no contexto social contemporâneo.

Ora, as especificidades que caracterizam a atual configuração da esfera cultural no Brasil evidenciam os sintomas dessas metamorfoses institucionais, chamando a atenção para os remanejamentos no equilíbrio de forças que se estabelece entre os conglomerados econômicos e o Estado na definição do modo de organização e gestão do campo cultural. Este cenário revela o papel central que a iniciativa privada vem adquirindo na oferta de bens culturais na contraface à crescente desregulamentação das funções do Estado no trato com os 'negócios' da cultura. Uma tendência que parece desde já inevitável frente ao reordenamento social provocado pelos atravessamentos de fluxos globais de capital, de informação e bens culturais, processo esse que restabelece hierarquias e redefine os papéis dos diversos agentes implicados na dinâmica do circuito da produção de bens simbólicos e que, no Brasil, ganha contornos reveladores através da especificidade do mecanismo das leis de incentivo à cultura.

### Considerações finais

Após a análise das práticas e dos discursos encampados pela Secretaria da Cultura e Turismo foi possível perceber que o executivo baiano compareceu como agente

fundamental na dinamização e organização do campo cultural na última década. No entanto, essa sua atuação vem se dando de forma paradoxal, a saber: simultaneamente, ao tempo em que o governo assume um lugar crucial nessa dinâmica, é também o momento no qual se efetiva de forma significativa o processo de desregulamentação de suas funções, quando assume, sobretudo, um papel de negociador, de gerente ocupado em catalisar investimentos de outras fontes de recursos (internacionais, sobretudo), para serem repassados à sociedade.

Vimos que a diminuição da intervenção estatal é um sintoma contemporâneo, reflexo das profundas transformações políticas econômicas e sociais que o fenômeno da globalização vem provocando no atual arranjo societal. Essa reconfiguração afetou a autonomia dos Estados, exigindo-lhes um novo modo de ingerência nas diferentes esferas da vida social, sendo a cultura uma delas. E esse é o perfil de atuação que o governo estadual baiano vem avocando para si quando declara em seus programas de ação a intenção de constituir-se em agente "facilitador" e "indutor" dos processos de produção cultural. Nesse sentido, a responsabilidade que ele se incumbiu está circunscrita ao seu papel de intermediador, enquanto ator que promove condições necessárias (principalmente relativas à infra-estrutura) para que o setor cultural se torne uma atividade produtiva auto-sustentável, não exclusivamente dependente do mecenato da máquina pública.

### Notas:

<sup>1</sup> As relações entre turismo e cultura configuradas como áreas afins, no que se refere à formulação de políticas, vem desde há muito tempo na história política da Bahia. Desde os anos 1970, quando Antonio Carlos Magalhães assume pela primeira vez o cargo de governador do Estado para o quadriênio 1971-1975, medidas emblemáticas foram tomadas no sentido de conceder a Salvador um delineamento de lugar de entretenimento e turismo. A saber: fortalecimento da malha institucional voltada para a gestão do turismo (criação e reestruturação de órgãos públicos), fomento à indústria de serviços, atraindo investidores nacionais e estrangeiros para a construção de equipamentos do ramo hoteleiro de alto luxo, ampliação da malha rodoviária e aeroviária e o desenvolvimento, desde então, de uma agressiva estratégia de divulgação dos "dotes" turísticos e culturais do Estado.

<sup>2</sup> Paulo Gaudenzi é secretário de Cultura e Turismo do

Estado desde que foi criada a pasta, em 1995. Homem público, atuante na gestão do turismo, é ligado ao grupo carlista desde a década de 1970.

<sup>3</sup> O Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – Prodetur-Ba começou a ser implantado na Bahia em 1992, como parte integrante de um programa mais abrangente (Prodetur-Nordeste) que começava a ganhar consistência à época, voltado para desenvolvimento turístico da região Nordeste do país. A Bahia, foi o Estado mais beneficiado com os recursos vultuosos que envolviam o seu financiamento – em torno de 35%. Seus investimentos destinam-se prioritariamente à capacitação de recursos humanos, marketing e melhoria de infra-estrutura (saneamento básico, rede rodoviária, construção de aeroportos, comunicação, recuperação do patrimônio histórico etc.) da capital e de localidades do Estado com potencialidades turísticas. O Prodetur, tornou-se o principal suporte financeiro que permitiu o governo do Estado realizar o vigoroso plano de modernização turística para o Estado da Bahia.

<sup>4</sup> Lei estadual de incentivo à cultura, em vigor desde 1997. Esse instrumento de política cultural foi um dos alvos de minha análise quando da pesquisa realizada durante o curso de mestrado. Ver: Vieira, 2004.

<sup>5</sup> O *Cluster* de Entretenimento foi concebido para se constituir num novo modelo de gestão para a atividade turística, tendo nas atividades de lazer e cultura os principais diferenciais para potencializar a competitividade do turismo na Bahia e atrair turistas de maior poder aquisitivo. O projeto, apesar de ainda não ter sido posto plenamente em execução, já indica de qualquer sorte, uma tendência que parece ser irreversível e que o governo estadual vem assumindo paulatinamente: a de abrir espaço para uma maior intervenção da iniciativa privada e gradualmente restringir suas iniciativas nas atividades econômicas de modo a constituir-se cada vez mais como instância reguladora e de articulação entre os vários agentes no desenvolvimento dos setores produtivos da economia.

<sup>6</sup> Em quase 15 anos de governo, é factível reconhecer que uma diversidade de ações foi implementada pelo executivo local, tendo a política pública de cultura se desenvolvido amparada no seguinte tripé: “Equipamentos/Infra-estrutura”, “Preservação” e “Dinamização”. A expressividade dos números não nega a atuação sistemática por parte do governo nessa área. Segundo dados da Secretaria da Cultura e Turismo, entre 1995 e 1999 foram investidos R\$ 211,6 milhões na dinamização do setor cultural no Estado. Desse montante, R\$ 171,8 milhões foram provenientes da SCT (cabe destacar aqui que parte majoritária desses recursos foi aplicada em ações de preservação patrimonial, tendo como fonte principal o Programa Prodetur), R\$ 32,8 milhões referem-se à cota e renúncia fiscal destinada pelo governo ao Programa Fazcultura no triênio 1997-1999 e os R\$ 7 milhões restantes originam-se na contrapartida da iniciativa privada ao patrocinar projetos culturais aprovados pelo Fazcultura no período referido (GAUDENZI, 2000).

<sup>7</sup> O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi criado em 1975 e se constituiu numa espécie de embrião para uma nova política patrimonial que ora se deslindava em meio às transformações institucionais e conceituais da vertente patrimonial, de caráter

mais conservador, que até então predominava nas políticas de preservação do MEC. Sob a batuta de Aloísio Magalhães, as ações do CNRC foram embasadas em doutrinas inovadoras sobre a concepção de cultura brasileira. Iluminada pela proposta inicial de Mário de Andrade sobre a questão do patrimônio cultural, elaborada durante o governo de Getúlio Vargas, a equipe do CNRC passou a centrar suas atenções no imenso acervo de atividades econômicas, artesanais e manufatureiras, representante de práticas e grupos sociais que até então não tinham sido alvo de intervenção por parte das políticas públicas oficiais (Fonseca, 1997).

## Referências

BAHIA (Estado). Secretaria da Cultura e Turismo. *Política Cultural*. Salvador, 2003, (mimeografado).

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. São Paulo: Papirus, 1996.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas*. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 06 de março de 2004.

BRANT, Leonardo. Diversidade cultural e desenvolvimento social. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, [s.d.], v. I, p. 3-14.

BRASIL. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. Belo Horizonte: MinC/Fundação João Pinheiro, 1998. v. 3.

CANCLINI, Nestor Garcia. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia (org.). *Políticas culturales en América Latina*. México: Editorial Grijalbo, 1987. p. 13-59.

CESNIK, Fábio Sá. Incentivo público à cultura. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, [s.d.], v. I, p. 99-102.

FONSECA, Maria Cecília. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GAUDENZI, Paulo. *Cultura, de neófito a operário*. Salvador: Omar G Editora, 2000.

HERNANDEZ, Assunção. *É hora de ver a cultura como petróleo renovável*. Disponível em: <[www.culturaemercado.com.br/opinao.htm](http://www.culturaemercado.com.br/opinao.htm)> Acesso em: 17 de out. de 2003.

MAMBERTI, Sérgio. Por uma cultura democrática. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, [s.d.], v. I, p. 15-18.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984b. p.97-112.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. 4. reimpr da 1. ed. de 1994. Paulo: Brasiliense, 2000.

VIEIRA, Mariella Pitombo. Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura. 2004. 240f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Salvador, FACOM/UFBA.

**O consumo e as estratégias de caça utilizadas pelas populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes**

Consumption and hunting strategies used by traditional populations from the Extractive Reserve "Chico Mendes"

***La consommation et les stratégies de chasse utilisées par les populations traditionnelles de la Réserve Extractiviste "Chico Mendes"***

***El consumo y las estrategias de caza utilizadas por las poblaciones tradicionales de la Reserva Extractivista Chico Mendes***

Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros\*  
Loreley Garcia\*\*

Recebido em 31/07/2005; revisado e aprovado em 05/12/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** A caça de subsistência e as estratégias usadas nas caçadas pelos extrativistas são informações valiosas que contribuem para a definição de medidas a serem implementadas para o manejo comunitário do recurso fauna, inserido em um processo de auto-gestão. O presente estudo buscou caracterizar o uso da caça de subsistência de algumas espécies de mamíferos e aves com 54 famílias extrativistas, relacionando a obtenção de fonte de proteína animal e a influência de tabus, crenças e costumes, entre outros parâmetros, sendo realizado em 10 seringais da Reserva Extrativista Chico Mendes, Município de Xapuri, no Estado do Acre.

**Palavras chaves:** Caça de subsistência; reserva extrativista; tabu alimentar.

**Abstract:** The present study evaluates the social and economic aspects of hunting strategies of some mammals and birds. The research includes 10 "seringais", on the Chico Mendes Extractive Reserve, located in Xapuri County, in the State of Acre at the Amazonian Jungle in Brazil. The paper is the result of interviews with 54 extractive families, whose source of protein are hunted animals, and the influence of taboos, beliefs, and culture, among other parameters

**Key Words:** Hunting strategies, conservation area, food taboos.

**Résumé:** La chasse pour la survie et les stratégies utilisées lors de la chasse par les groupes extractivistes sont des informations de grande valeur qui contribuent pour la définition de mesures à être implantées pour l'organisation communautaire des ressources de la faune, en insertion dans un projet d'autogestion. Cette étude cherche à caractériser l'utilisation de la chasse de subsistance, au travers de l'entretien avec 54 familles d'extractivistes et met en relation l'obtention de source de protéine animale et l'influence de tabous, croyances et coutumes, entre autres. L'étude a été réalisée dans 10 plantations de caoutchouc (*seringais*) de la réserve extractiviste Chico Mendes, dans la ville de Xapuri, dans l'État de l'Acre - Brésil.

**Mots clés:** Chasse de subsistance; réserve extractiviste, tabou alimentaire.

**Resumen:** La caza de subsistencia y las estrategias usadas en las cacerías por los extractivistas son informaciones valiosas que aportan para la definición de medidas a ser implementadas para el manejo comunitario del recurso fauna, inserto en un proceso de auto-gestión. El presente estudio buscó caracterizar el uso de la caza de subsistencia de algunas especies de mamíferos y aves, con 54 familias extractivistas, relacionando la obtención de fuente de proteína animal y la influencia de tabúes, creencias y costumbres, entre otros parámetros, siendo realizado en diez plantaciones de caucho de la Reserva Extractivista Chico Mendes, Municipio de Xapuri, en Estado de Acre.

**Palabras claves:** Caza de subsistencia; reserva extractivista; tabú alimentar.

## Agradecimentos

Aos mateiros pelo compromisso e seriedade nos trabalhos de campo; às famílias extrativistas e Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes que pacientemente me acolheram e colaboraram para a realização do estudo. Espero que a

pesquisa contribua para o uso sustentável do recurso faunístico na Reserva Extrativista; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA / CNPT - Centro Nacional das Populações Tradicionais, pela ajuda financeira e apoio logístico para viabilização do estudo.

\* Bióloga, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento - PRODEMA UFPB. Diretora do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, Rio Branco - Acre.

\*\* Doutora em Sociologia - USP; Pós Doutorado Universidade da Califórnia - Berkeley. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Cidade Universitária, CP 5122, CEP 58051970, Joao Pessoa-PB. (loreleygarcia@terra.com.br).

## 1. Introdução

Na Amazônia, o manejo do estoque natural, feito por índios e extrativistas utilizando-se de alguns tabus e rituais na caça para subsistência, têm contribuído para a conservação do habitat, diferentemente do processo de ocupação por milhares de colonos que realizam desmatamentos e fragmentação do habitat, com reflexos na perda da biodiversidade.

O consumo da caça para subsistência está diretamente vinculado à densidade das espécies caçadas, disponibilidade de fonte de proteína, diferentes estratégias utilizadas nas caçadas, tabus alimentares e alterações ambientais (Redford & Robinson, 1987). A disponibilidade da proteína animal já foi, inclusive, debatida entre pesquisadores como sendo um fator limitante na distribuição demográfica na Amazônia (Lathrap, 1968; Chagnon & Hames, 1979; Hill & Hawkes, 1983).

Hoje, discutem-se os efeitos indiretos causados pelo aumento da exploração florestal e do crescimento da população humana, em comparação às atividades chamadas de sustentáveis, como a extração da borracha, na qual a caça de subsistência é considerada um subsídio da natureza servindo como uma importantíssima fonte de nutrição para estes habitantes da floresta (Redford, 1992). Há um interesse crescente em dimensionar a sustentabilidade da caça. Esta questão tem sido tratada com rigor crescente do ponto de vista técnico, teórico e político, dentro do debate acadêmico com um acúmulo considerável de dados empíricos, após o desenvolvimento sustentável haver sido considerado uma alternativa viável para as graves questões ambientais e sido incluído na Agenda 21 como um objetivo a ser alcançado (Rebelo, 1999).

A caça deve ser compreendida nas avaliações de sustentabilidade dos recursos, como tem sido feito através da etnobiologia<sup>1</sup> e dos estudos etnozoológicos, revelando sofisticadas relações entre animais, seus *habitats* e outras associações ecológicas já que a sociedade de caçadores, geralmente, conhece bastante sobre anatomia animal e dão atenção especial aos ingredientes encontrados no estômago (Posey, 1996). Posey (1987) acres-

centa ainda que, os índios observam todos os aspectos do comportamento animal: acasalamento, nidificação, alimentação, caça, relacionamento presa/predador, hábitos diurnos e noturnos e, transmitem esses ensinamentos às novas gerações, criando bichos de estimação nas aldeias e, para isso, a criança é estimulada a aprender os padrões de comportamento e de dieta de cada espécie, até mesmo de um indivíduo em particular. Conhecem, também, detalhes importantes a respeito do comportamento dos animais, dentre os quais seus urros, os alimentos de que preferencialmente se nutrem características de excrementos, marcas de dentes nas frutas (McDonald, 1977; Ross, 1978; Balée, 1984).

Castro (1992) acrescenta que as relações com a natureza devem ser consideradas como relações sociais e pressupõem dispositivos simbólicos específicos, isto é, instrumentos conceituais de “apropriação do real”. E ainda, de acordo com Porto-Gonçalves (1996), toda sociedade cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza, através da qual erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Segundo Sahlins (1990), a sociedade ocidental não pode escapar dessa constituição cultural e tratar a produção como um sistema lógico dos objetos e relações sociais, sedimentada na lógica objetiva de suas situações materiais (consumo, utilitário, mercado). O autor reforça que há uma explicação cultural da produção visto que a utilidade é uma significação que os homens lhe atribuem, pois, se analisarmos a preferência de comida e tabus nos animais, a comestibilidade entre categorias de carne mais e menos preferida está inversamente relacionada com a humanidade, ou seja, divisível em (1) status de objeto para os sujeitos humanos, vivendo suas vidas à parte (o boi e o porco) ou como instrumento de trabalho das atividades humanas (o burro e o cavalo) e (2) condições de sujeito com nome próprio, recebendo afeto, enfim, mais próximos do homem (animais de estimação).

Leach (1983) considera que alguns animais são focos de atitudes rituais, outros não. A intensidade do envolvimento ritual de certas espécies individuais varia ampla-

mente e está ligado, de modo ainda indeterminado, com os tabus e as regras relativas à matança e consumo destes e de outros animais. O autor classifica a parte comestível em três categorias principais: (1) substâncias comestíveis que são reconhecidas como alimento e consumidas como parte da dieta animal; (2) substâncias comestíveis que são reconhecidas como alimentos possíveis, mas que são proibidas ou então que se permite comer somente em condições especiais (rituais) e.; (3) substâncias comestíveis que, por cultura e linguagem, não são reconhecidas de modo algum como alimento, ou seja, não por serem consideradas sujas e sim “poderosas”. Para o autor, as regras de uma dieta se relacionam por rituais de separação, as quais estão aliadas a fatores como digestão e mesmo manutenção da espécie, enquanto que os tabus alimentares estão relacionados com o puro/impuro, sujo/limpo, abominável/saboroso, considera como objetos ligados a crenças religiosas com a discriminação entre os vivos e os mortos, santidade dos sobrenaturais.

Para Douglas (1966), por mais ilógicas e absurdas que possam parecer, as interdições podem demonstrar um papel de mecanismo social regulador do consumo de alimentos ou ainda, a manutenção do equilíbrio ecológico. A autora observa ainda que todas as interpretações alinham-se em um de dois grupos, ou seja, (i) as leis religiosas negativas determinam os objetivos e propósitos educacionais, como a proibição de comer carne de certos animais, classificados como impuros. Se ser santo é ser total, uno; santidade é unidade, integridade, perfeição do indivíduo e da espécie; alguns animais podem ter sido proibidos por sua aparência repulsiva ou hábitos sujos, outros por motivos sanitários.

Nas Reservas Extrativistas<sup>2</sup> determinados animais são largamente utilizados pelos extrativistas para consumo familiar e fazem a distribuição da caça segundo padrões sociais de parentesco e vizinhança (Moran, 1977). As regras para uso deste recurso estão estabelecidas em um Plano de Utilização, elaborado com a participação de muitos moradores, onde estão registradas as regras de uso dos recursos naturais, os direitos e os deveres de todos os que nela e dela

vivem (BRASIL/MMA, 1995). Essas regras manifestam ao IBAMA o compromisso dos moradores de respeito à legislação ambiental e, ao mesmo tempo, oferecem ao órgão um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos, servindo de guia para que os moradores exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos (UICN, 1995).

## 2. Materiais e métodos

### 2.1 Localização e características da área

A caracterização do consumo e estratégias da caça utilizada na Reserva Extrativista Chico Mendes, Município de Xapuri, compreendeu os Seringais Nazaré, São Pedro, Palmarzinho, Floresta, São João do Iracema, São José, Dois Irmãos, Boa Vista, Venezuela e Filipinas. Esta Unidade de Conservação de Uso Sustentável foi criada através do Decreto nº 99.144, em 12 de março de 1990, compreendida entre as coordenadas 10º 04' 46" a 10º 58' 30" latitude sul e 67º 56' 22" a 69º 08' 25" de longitude ao Oeste de Greenwich, abrangendo os municípios de Assis Brasil (1,82%), Brasília (14,49%), Xapuri (34,37%), Sena Madureira (22,31%), Capixaba (0,63%) e Rio Branco (26,65%), com uma área de 931.639 ha.

A região apresenta clima quente e úmido, com temperatura média anual em torno de 24,5°C, precipitação média anual de, aproximadamente, 1.800 mm., altitude variando de 100 a 200m. e duas estações, seca e chuvosa. A estação seca estende-se de maio a outubro e a chuvosa caracteriza-se por chuvas constantes no período de novembro a abril (ACRE, 2000). Na estação seca são comuns as “friagens”<sup>3</sup> com queda de temperatura até 10 C. O relevo da área, segundo a classificação do RADAMBRASIL, é do tipo planalto rebaixado da Amazônia ocidental e depressão Rio Acre e Rio Javari, caracterizada por uma plataforma regular sem nenhuma formação rochosa como montanhas e/ou serras.

No Município de Xapuri a vegetação é de floresta tropical aberta, com ocorrência de três tipos de Sub-bosques diferenciados: Floresta Aberta com Bambu Dominante, Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta

com Palmeira, Floresta Aberta com Palmeira em Áreas Aluviais, sendo o seringal S. Pedro, dentre os seringais estudados, o único que apresenta todas as tipologias florestais. As vias de acesso para chegar às áreas selecionadas variam de acordo com a estação seca e chuvosa.

## 2.2 Material e métodos

O período de coleta de dados estendeu-se de abril de 1997 a março de 1998. A caracterização familiar foi realizada no ano de 1997 e envolveu 54 famílias nas entrevistas realizadas, cerca de 10% das famílias de cada seringal selecionado. Os questionários estruturados tiveram como base modelos de outros estudos já realizados por Martins (1992) e Calouro (1995). As entrevistas tiveram como finalidade obter informações sobre as famílias que vivem na RESEX, as atividades praticadas e a relação com o ambiente, o consumo de caça e as estratégias utilizadas no uso da fauna silvestre para subsistência. Foram levantados dados de número de pessoas por família, escolaridade, tempo residente na localidade, tamanho da localidade e as atividades desenvolvidas. Quanto às espécies, foram levantados os nomes dos animais utilizados para consumo e a preferência alimentar, os tipos de caçadas realizadas, a quantidade de cartuchos utilizados, as zonas preferenciais de caça e os tabus alimentares.

O consumo da fauna silvestre para subsistência foi levantado no ano de 1998 por 54 famílias, através de pesquisa participante. Foi utilizado um instrumento educativo denominado "Calendário da Floresta" (Medeiros, 1997) contendo um formulário destacável com desenhos das 18 espécies mais consumidas e das estratégias de caçadas utilizadas, além de informações diversas sobre meio ambiente e saúde, utilizando-se uma linguagem popular e desenhos em pictogramas para facilitar a compreensão da mensagem, devido ao alto índice de analfabetismo e da maioria das crianças se encontrarem em fase de alfabetização. Os dados de biomassa da fauna retirada para consumo foram obtidos com a multiplicação da média do peso corporal de cada espécie com a quantidade dos animais consumidos/ano.

Os calendários foram distribuídos em reuniões realizadas nas comunidades, convocadas anteriormente pela Diretoria da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista, especificamente, nos seringais S. Pedro, Floresta, Filipinas, Dois Irmãos e Palmari, sendo o trabalho apresentado a todos para aceitação e tomada de decisão quanto à participação. Os extrativistas participantes do trabalho ficaram responsáveis de assinalar as caças que foram obtidas e o tipo de caçada utilizada, obtendo-se estes dados nos seringais selecionados mensalmente. Os "Professores-Seringueiros" os "Paraflorestais" foram envolvidos nas atividades de orientação e acompanhamento às famílias de sua comunidade para o uso do calendário. Para tanto, foram capacitados durante os Cursos de Formação realizados pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA sobre "Conservação e Manejo de Fauna de Uso por Populações Tradicionais", distribuídos em três módulos. Para a capacitação destes, foi elaborado um "Manual do Professor" e implementado um Jogo educativo denominado "Jogo da Caça" (Medeiros, 1997), para o repasse dos conceitos do manejo. Além de participarem no acompanhamento do preenchimento do calendário, alguns professores abordaram o tema em forma de redação e, na matemática. Houve também uma relação direta com as famílias dos alunos, propiciando uma mudança de atitudes.

Para o levantamento de ocorrência e abundância de aves e mamíferos usados para subsistência foi selecionado o Seringal S. Pedro, a partir do mapa de vegetação - escala 1:1.000.000, tendo como critérios adotados para a seleção desta área a presença das três tipologias florestais, características comuns a outros seringais, acesso no inverno e verão, e apoio logístico das famílias residentes. O número de animais passíveis de caça, distribuídos entre mamíferos (ungulados, roedores e edentados), aves e répteis foram obtidos por observações noturnas e diurnas realizadas no período entre 1997 e 1998, percorrendo-se três transectos, de 2.500 m de extensão e 10 m de largura de cada, com marcação de 50 em 50 m, em período de lua nova, no inverno e verão, com esforço de 2.500 mx 10 dias. Os dados coletados foram transformados em formato

ordenando-os por período de registro (inverno/verão), data e ocorrência, de forma a obter escala de tempo e número de indivíduos para cada área de ocorrência.

### 3. Resultados

#### 3.1 Caracterização familiar e organização comunitária

A Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes é caracterizada por extrativistas com família constituída, em média, por 06 indivíduos, dos quais 70% encontram-se na faixa etária entre 0 e 60 anos, representada por 53,2% de homens e 46,8% de mulheres. A distribuição dos indivíduos apresentou uma alta taxa de natalidade, indicando uma população jovem com predominância entre 0 – 30 anos, a população ativa é alta apresentando 57% dos indivíduos com idade entre 16 anos e 60 anos e uma taxa de mortalidade baixa, evidenciando que, após a implantação da Resex, houve uma melhoria na qualidade de vida da população em relação ao padrão existente anteriormente. Estudo realizado por Rueda (1995) demonstra a densidade demográfica de 1,2 habitante por km<sup>2</sup> na Reserva e, número de casais superior ao número de solteiros e viúvos. Do total de indivíduos entrevistados, 44% nasceram no município de Xapuri e 56% são de origem de outros municípios do Estado do Acre, não tendo sido constatados migrantes de outros estados. O tempo de permanência destas famílias nas colocações visitadas variou de 02 meses a 46 anos. O índice de analfabetismo é alto, apresentando somente 53% alfabetizados, entendendo-se por alfabetizado quem lê e escreve. Destes, apenas 1% concluiu o 1º grau e fazem parte do quadro de professores-leigos da Reserva.

Cada colocação<sup>4</sup> o tem em média 672 ha e as estradas de seringa têm aproximadamente 100 ha com cerca de 100 a 150 seringueiras e, totalizam, aproximadamente, 13 estradas<sup>5</sup>. A colocação abrange também a casa, um pequeno roçado de 1 ha/ano a 3 ha/ano em sistema de produção familiar, onde se cultiva principalmente a “macaxeira” para a produção de farinha artesanal e outros produtos como feijão, milho e arroz, para consumo próprio, além de um pomar

com variedade de fruteiras. Os principais animais de criação são: galinha (95%), porco (71%), vaca (55%) e, em algumas colocações há criação de pato, ovelha, cabra.

As principais atividades são extrativistas e contribuem com 62% da receita, seguidas da agricultura e agropecuária com 29% e 9% da receita respectivamente. A produção familiar extrativista é prioritariamente a castanha (coleta do ouriço da castanha), praticada por 74% das famílias, com produção média de 132 latas/ano/família, e a borracha (extração do látex da seringueira) praticada por 57% das famílias, com produção média de 379 kg/ano/família. A importância destas atividades é confirmada por Castello (1999) como as principais na área da reserva, contribuindo a castanha com 52% e a borracha com 86% da renda familiar, este último mais acentuado devido ao subsídio da borracha pelo Governo do Estado no ano 2000.

A comercialização e o abastecimento são problemáticos devido às distâncias e condições de acesso até as colocações (UICN, 1995). A produção geralmente é vendida à vista, podendo ser a dinheiro ou pelo sistema de troca por produtos de primeira necessidade e, é comercializada (88%) na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX, pelos seringueiros que, também, fazem parte da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes – AMOREX e do Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri – STR/X. A agricultura praticada é de subsistência, embora o excedente das culturas produzidas no roçado, também faça parte do orçamento familiar, em uma porcentagem ínfima.

A mão de obra empregada nas unidades de produção dos entrevistados é familiar, envolvendo homem, mulher e crianças. Os equipamentos são rudimentares e a utilização de tecnologias limitada. Há uma união em torno de mulheres e crianças para garantir a sobrevivência da família e uma intensa cooperação entre homens e mulheres, resultando em uma parceria matrimonial no cotidiano, afirmado por Rueda (1995) que a organização familiar é importante e determinante para a divisão social do trabalho.

### 3.2 Caracterização do uso da fauna silvestre

A principal atividade de subsistência é a caça, seguida pela pesca. O esforço de caça leva de 30 minutos até 12 horas, sendo o tempo médio de 3,6 horas, de acordo com os depoimentos. Muitas vezes a carne é dividida entre os parentes e vizinhos, estabelecendo relação de confiança e parceria nesse ato e, em diversas outras atividades realizadas em mutirão. As mulheres não participam das caçadas, contudo a participação feminina e das crianças ocorrem na pescaria realizada em família. De acordo com as entrevistas realizadas, a zona de caça dos extrativistas situa-se entre 10 minutos até 01 hora de distância da moradia do caçador e diferentes estratégias são realizadas para obter uma caça.

Os animais caçados que revelaram uma maior contribuição nas refeições foram o porquinho (11,6%), o veado (11,6%) e a paca (10,1%). Embora, a guariba (ou capeião), o jacu, o quati-puru, o queixada, o veado, o jabuti, a cutiara, o macaco prego, o mutum, o macaco cairara, o macaco parauacu, o jacamin e os Tinamídeos também tenham contribuído. Das entrevistas realizadas 40% dos caçadores não caçaram por motivos diversos como saída para cidade, doença entre outros fatores.

As caçadas são realizadas em diferentes tipos de vegetação, sendo adotado um sistema de classificação da vegetação distinto baseado na inundação ou não da floresta, densidade de sub-bosque e presença de taboca (Martins, 1992). A restinga foi o único habitat onde ocorreram todas as estratégias de caçada sendo as mais utilizadas a caçada a ponto, também chamada a curso, seguida da caçada de espera. O *habitat* que apresentou maior diversidade de animais foi a “restinga”<sup>6</sup> ocorrendo porquinho, veado, paca, guariba, cutiara, jacu, quati-puru, inhambu, coati, tamanduá bandeira, comparando-se com os demais *habitats*. Estudo realizado por Martins (1992) reforça que isto se deve pela maior distância de detecção visual nesta tipologia e maior facilidade de locomoção. Nos *habitats* tabocal<sup>7</sup>, taboca+cipoal<sup>8</sup>, várzea<sup>9</sup> a estratégia usada foi, principalmente, à ponto, enquanto que, no roçado<sup>10</sup>, o caçador realiza a caçada de espera.

Determinadas espécies animais como Macaco preto (*Ateles chamek*), Anta (*Tapirus terrestris*), Mutum (*Crax mitu*), Queixada (*Tayassu pecari*), Veado roxo (*Mazama gouazoubira*), Inhambu azul (*Tinamus tao*), Tatu canastra (*Priodontes maximus*), Gato maracajá (*Felis pardalis*) não foram avistados ou ocorreram somente em áreas de baixa densidade demográfica e de baixa perturbação do ambiente, podendo ser consideradas em declínio na RESEX Chico Mendes. O macaco preto não foi avistado por nenhum morador nos últimos anos atrás, embora os moradores mais antigos tenham afirmado sua ocorrência no passado, em áreas sem perturbação. Os moradores confirmaram a ocorrência de antas (12) e mutuns (2), em áreas específicas, de baixa densidade demográfica e de ambiente menos perturbado. Os queixadas foram avistados e caçados no ano de 1997, mas não ocorria com frequência. O veado roxo, nambu azul e tatu canastra também não foram avistados com frequência na RESEX Chico Mendes, apesar de não serem animais muito apreciados pelos extrativistas, por restrições alimentares. Quanto ao gato maracajá, ocorre em áreas específicas, próximo às áreas de fazenda com criação de gado, pela oferta de alimentos.

### 3.3 O consumo de caça e as estratégias utilizadas

O consumo da caça, de acordo com as anotações do “Calendário da Floresta”, totalizou 1092 animais/ano. Das espécies consideradas comestíveis as principais espécies consumidas foram a paca (18%), o jabuti (13%), o porquinho (12%) e o veado (12%). As estratégias comumente utilizadas são a caçada a ponto (ou a curso), de espera, com cachorro, com armadilha.

A caçada a ponto, é uma estratégia oportunista, caracterizada por caminhadas diurnas na mata em sua colocação à procura de uma caça, através da identificação de pegadas, fezes, vestígios deixados ou mesmo sons que são emitidos pelos animais. O caçador normalmente leva uma espingarda, atirando em caso de avistamento de uma caça de sua preferência alimentar. Na maioria das vezes é efetuada solitariamente pelo caçador podendo, eventualmente, ter a com-

panhia de um parente, vizinho ou filho.

A caçada com cachorro consiste no auxílio de cães para farejar a caça e perseguir até seu esconderijo, comumente chamado pelos caçadores de “acuar” a caça. Os latidos servem para indicar ao caçador o sentido para onde a caça está fugindo, permitindo a preparação para o tiro. Esta estratégia não é bem vista pelos seringueiros, que costumam dizer que os latidos “espantam a caça”, ou seja, alertam a caça e estas acabam se afastando para locais mais distantes. Necessariamente o caçador não sai com seus cachorros para caçar, os cães muitas vezes acompanham seus donos durante a coleta de borracha ou trabalho no roçado, alertando a presença de algum outro animal e desencadeando a caçada (Calouro, 1995).

A caçada de espera não envolve grande locomoção, está baseada na ocorrência de frutos na floresta que servem de alimento para as caças, na presença de “barreiros”, locais lamacentos que alguns animais frequentam em busca de sal e, na disponibilidade de alimentos no roçado, atraindo principalmente as pacas e as cutias. A escolha de uma espera é feita durante o dia quando o caçador detecta sinais recentes das espécies caçadas, geralmente rastros, embaixo de árvores em frutificação ou em barreiros. O caçador normalmente escolhe um ponto a uma altura onde possa amarrar sua rede ou construir um assento e aguardar a chegada da presa, quando foca a lanterna para cegar o animal e atirar com espingarda.

A caçada com armadilha é praticada geralmente à noite, a escolha do local é definida quando um animal deixa um caminho com rastros durante o dia. O caçador examina diariamente os sinais de uso nas trilhas mais próximas de sua moradia, se houve atividade nas noites anteriores e a qual animal está andando no local. As espingardas são ajustadas na altura dos animais apoiada em duas forquilhas com uma linha cruzando a “vereda”, trilha dos animais, ligada ao gatilho. O animal ao passar estica a linha e a arma dispara.

A caçada à ponto respondeu por 55% das estratégias utilizadas, seguida pela caçada de espera com 40%. A caçada com cachorro foi pouco utilizada (4%) e a caçada com armadilha respondeu por apenas 1%. A caçada a ponto é a estratégia que apresenta maior diversidade de espécies e maior abundância de animais abatidos, principalmente para guariba, jabuti, porquinho e inhambu. Na espera os principais animais abatidos foram a paca, o veado, a cutia e o porquinho. Os principais animais abatidos utilizando o cachorro nas caçadas foram a paca e o quatipuru e, a armadilha foi a mais seletiva das estratégias, obtendo somente a paca e o tatu.

Analisando as estratégias de caçada ao longo do ano, percebem-se variações entre inverno (chuva) e verão (seca). A caçada a ponto ocorre ao longo do ano, com predominância no início e final das chuvas (setembro e maio). Já a caçada de espera ocorre no verão com o pico entre abril e junho. A caçada com cachorro e com armadilha se deu no verão, nos meses de abril a julho.

Da caça consumida na RESEX Chico Mendes, de acordo com as categorias taxonômicas dos animais, os roedores (33%) foram os grupos de animais mais consumidos seguidos pelos ungulados (25%). Porém, a principal contribuição para a dieta protéica é do grupo dos ungulados, especificamente, o porquinho, a anta e o veado, com maior ênfase para o porquinho de todos os animais com a contribuição de 2211 kg/ano. É importante ressaltar que o consumo da anta se deu somente em um seringal dos 10 seringais estudados, sendo uma área de difícil acesso, baixa densidade demográfica e sem grandes perturbações do habitat.

A preferência alimentar verificada a partir do consumo de paca e capivara entre os roedores, também influencia na biomassa retirada. Entre as espécies consideradas comestíveis, particularmente são apreciadas a nambu e o porquinho, devido à semelhança do sabor e na aparência com os animais domésticos.

Tabela 1: Números de mamíferos e aves caçados e biomassa retirada na Reserva Extrativista Chico Mendes/AC, de acordo com as anotações do calendário, em 1997.

Nome científico	Nome comum	Quantidade e caçada	Biomassa retirada (kg/ano)
Primatas			
<i>Alouatta seniculus</i>	Guariba	112	728
Edentatas			
<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu	51	204
Roedores			
<i>Dasyprocta sp.</i>	Cutia	70	175
<i>Agouti paca</i>	Paca	201	1206
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Capivara	11	330
<i>Sciurus sp.</i>	Quatipuru	52	26
Ungulados			
<i>Tayassu tajacu</i>	Porquinho	134	2211
<i>Mazama americana</i>	Veado	128	1600
<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	12	1800
Repteis			
<i>Geochelone denticulata</i>	Jabutí	140	700
Aves			
Tinamídeos	Nambu	95	47,5
<i>Ara spp.</i>	Arara	8	8
<i>Amazona spp.</i>	Papagaio	13	10,4
<i>Penelope jacquacu</i>	Jacu	39	58,5
<i>Psophia leucoptera</i>	Jacamin	16	16
<i>Ortalis motmot</i>	Aracuaã	8	4
<i>Crax mitu</i>	mutum	2	1

### 3.4 Ocorrência e abundância de espécies de uso para subsistência do extrativista

A ocorrência de espécies passíveis de caça, mamíferos e aves, obtidos por observações noturnas e diurnas, detectou semelhanças para as 03 trilhas instaladas. As espécies avistadas nas trilhas foram as nambus (Tinamídeos); jacu (*Penelope jacquacu*); papagaio (*Amazona sp.*); guariba (*Alouatta seniculus*); macaco da noite (*Aotus sp.*); macaco zogue (*Callicebus moloch*); macaco cairara (*Cebus albifrons*); macaco prego (*Cebus apella*); soim da costa vermelha (*Saguinus fuscicolor*); soim bigodeiro (*Saguinus imperator*); macaco parauacu (*Pithecia sp.*); tatu verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*); aracuaã (*Ortalis motmot*); jacamin (*Psophia leucoptera*); tucano (*Ramphastus sp.*); veado vermelho (*Mazama americana*), porquinho

(*Tayassu tajacu*); quati (*Nasua nasua*); cutia (*Dasyprocta sp.*), cutiara (*Myoprocta sp.*), quatipuru (*Sciurus sp.*); paca (*Agouti paca*), com exceção dos jabutis (*Geochelone denticulata*) que ocorreu somente na trilha 2. Em relação à abundância das espécies, os pequenos primatas e aves foram os grupos taxonômicos com maior frequência em todas as trilhas, havendo uma predominância significativa de pequenos primatas e aves na trilha 1 em relação às trilhas 2 e 3.

### 3.5 A influência da cultura no uso da fauna silvestre

O consumo de caça está relacionado com a preferência alimentar na dieta do extrativista, bem como os tabus alimentares e restrições alimentares a determinados tipos de carne. Os animais considerados comestíveis

veis são aqueles reconhecidos como alimento e consumidos como fazendo parte da dieta normal. Se analisarmos a comestibilidade e sua preferência conforme significações atribuídas por Sahlins (1990), ou seja, na lógica de sujeito e objeto, podemos observar que aves, como nambu e jacu, têm sabor e semelhança à galinha e que mamíferos, como porquinho e queixada, se assemelham ao porco doméstico, sendo considerados objetos vivendo vida à parte para servir de alimento aos sujeitos humanos. Os extrativistas estabelecem critérios de classificação quanto às restrições e tabus alimentares (Martins, 1992), sendo eles:

- *repugnância* - espécies que causam nojo, seja devido ao cheiro, gosto ou dieta;
- *panema* - espécies que dão azar ao caçador, seja para atividade de caça ou para sua família.
- *reimoso* - carnes que são facilitadoras do surgimento de outras doenças quando ingeridas.
- *embiara* - espécies de pouco peso que não compensam pelo rendimento da carne;

Os animais considerados não comestíveis ou com restrições alimentares pelos extrativistas são o boto vermelho, o boto tucuxi, a paca de rabo, o quati-puru roxo, o jacaré, o macaco prego, o gato açu, o gato maracajá, a onça pintada, a onça vermelha, o tamanduá bandeira, o mambira, a preguiça, o tatu canastra, o macaco parauacu, o macaco da noite, o macaco de cheiro, o rato coro, o coendu, o macaco leãozinho, o soim bigodeiro, o soim da costa vermelha, o soim preto, o macaco cairara, o tatu rabo de couro.

Analisando a não comestibilidade e a preferência entre categorias de carne pela condição de sujeito ou afetividade (Sahlins, 1990) temos os macacos pequenos que são considerados “embiaras” e, alguns, criados como animais de estimação. A carne de alguns macacos como o parauacu, o macaco da noite e o macaco de cheiro não é apreciada por ser considerada “doce”. Há que se considerar que esses animais têm o comportamento observado e copiado pelos homens, que aprendem muito com eles, adquirem conhecimentos sobre o meio ambiente em que vivem, na prática da observação. O quati-puru roxo, não está relacionado como comestível porque, além de ser muito pequeno, é considerado *reimoso*, de acordo com a

classificação dos caçadores. Já o jabuti, o veado roxo e a nambu azul são considerados animais comestíveis, mas com restrições alimentares: as mulheres não comem por terem inflamações no útero, os caçadores e as crianças não comem quando têm alguma ferida ou machucado.

Os tabus alimentares estão relacionados ao puro/impuro, sujo/limpo, abominável/saboroso. São considerados *repugnantes* (*impuro, abominável*), os felinos (gato açu, gato maracajá, onça pintada, onça vermelha), referindo-se a estes animais com as palavras como “fedorento”, “come imundície”, “não é comida de gente”. Outros animais como a paca de rabo, o mambira, a preguiça, também são classificados como *repugnantes* e, referem-se a eles, como “bicho feio”, ou seja, criaturas abomináveis e, portanto, não é considerada “comida de gente”. Animais como o mambira, a preguiça e o coendu, além de muito feios, são também, bichos que “fedem” e, a paca de rabo “tem pus nos olhos”. Quanto ao jacaré, é considerado impuro para o consumo por ser um animal carnívoro e aquático “come outros bichos, vive na água e não é considerado um peixe”. Já o tatu rabo de couro é um animal impuro porque “come defunto”. São interpretações que Douglas (1966) alinha como não comestíveis por aparência repulsiva, hábitos sujos e motivos sanitários.

Os animais não comestíveis podem ser classificados também como poderosos, conforme classificação referida por Leach (1964), ou seja, animais com poder ou superstição, ligado ao mítico, à santidade, ao sobrenatural. Na classificação dos extrativistas estão relacionados o tatu canastra porque é o maior de todos os animais e não tem caminho certo, se o caçador matá-lo fica aberto para acontecimentos ruins na família; o tamanduá bandeira porque é o “dono de todos os animais”, sendo considerado como o bicho mais poderoso da floresta, o único que enfrenta onça e, portanto, não pode servir de alimento; o jabuti de 14 malhas pois é um bicho que dá sorte nas caçadas; o boto é um exemplo de santidade porque “parece gente”, é o significado de integridade, perfeição do indivíduo e da espécie, onde existe crença em torno do animal que na noite de lua cheia ele vira ser humano, um homem que enfeitiça as mulheres.

## Discussões

O consumo de caça na Reserva Extrativista Chico Mendes é alto (1092 espécies/ano) e os extrativistas utilizam determinado tempo do dia para exercer a atividade de caça para a sua própria sobrevivência. Além da munição que ele necessita comprar para poder caçar, o uso e as estratégias de caça utilizadas para sua obtenção contrapõem-se a uma série de outras atividades que ele poderia estar se dedicando para a melhoria de sua fonte de renda, ou mesmo na produção de modo a fazer uso dos animais e culturas por ele desenvolvidas.

O processo migratório natural de um seringal para outro, dentro da Reserva (Rueda, 1995), geralmente ocorre pela procura de melhores condições de vida, sendo um dos fatores a escassez da caça, além de outros como a baixa produtividade das seringueiras, conflitos com vizinhos, familiares, fazendeiros e marreteiros, morte de um familiar e/ou a mudança de um membro da família para outro seringal. É evidente, porém, uma maior concentração de população próxima ao Município de Xapuri, bem como, a tendência a expansão agrícola e pequena pecuária, com impactos diretos e indiretos para a ocorrência e abundância de animais silvestres.

A organização social, as diferenças em condições do habitat e o impacto diferencial das populações humanas sobre o ambiente como densidade demográfica, duração de ocupação, estratégia de caçada, degradação ambiental, influenciam na disponibilidade de biomassa animal (Vickers, 1984). Para Redford (1992), determinadas atividades humanas com impactos diretos e indiretos na redução da fauna em relação aos ecossistemas florestais não estão sendo avaliadas e, implicam na diminuição da caça, que é a fonte de proteína para populações que habitam as florestas neotropicais e que exercem atividades sustentáveis, como a extração da borracha. Segundo Reboratti (1995) estudos realizados sobre a produção alimentar "campesina" indicam um risco fundamental de multiplicação de produtos e lugares e essa taxa de crescimento demográfico pode determinar o impacto da população sobre o meio ambiente. Os efeitos do cresci-

mento demográfico para a conservação dos ecossistemas e a oferta de alimento (caça de subsistência) é evidente, apresentando uma relação direta com o tempo utilizado nas caçadas realizadas e escassez de animais de grande porte. Setz (1989) relaciona o tempo curto à oferta de alimentos em maior abundância e, à medida que o indivíduo aumenta seu ganho de energia por unidade de tempo tem êxito para outras aptidões.

Muitos pesquisadores observaram que antigas áreas de plantio são mais favoráveis à caça e estes locais, onde antigas capoeiras são manejadas, a população de animais silvestres pode, certamente, ser maior em número e diversidades (Posey, 1996). Essa teoria contraria pensamentos estabelecidos que caracterizam povos tradicionais como destruidores natos de populações de animais silvestre. Existem alguns exemplos, como a Reserva Comunal de Tamshiyacu-Tahuayo (RCTT) e a Reserva Comunal de Tamshiyacu-Tahuayo (RCTT) na Amazônia peruana, onde a conversão da caça excessiva foi substituída por um sistema mais sustentável através do manejo comunitário (Bodmer & PENN, 1997). Entretanto, para usar sustentavelmente a fauna silvestre, a população rural deve reconhecer a importância das zonas completamente protegidas como fontes de fauna silvestre para as áreas com pressão de caça (Bodmer Y Ayres, 1991).

Calouro (1995) observou em outras áreas do Acre que, muitas, vezes as caçadas são realizadas nos próprios roçados e, portanto, o aparecimento de espécies como o porquinho, o veado (ungulados), a cutia e a paca (roedores), pode estar sendo influenciado pela maior oferta de alimentos com a produção de milho e mandioca nos roçados. O incentivo à criação de animais domésticos, culturas no roçado, hortas e pomares pode ser uma alternativa para o aumento e diversificação da dieta alimentar embora poucos extrativistas desenvolvam estas atividades.

Os extrativistas da RESEX Chico Mendes, em entrevista realizada, confirmaram uma maior abundância de caça em áreas de plantio, como também, a diminuição em áreas onde ocorrem queimadas ou desmatamento para implantação de pasto para gado.

Em relação à ocorrência de ungulados, a anta não é avistada nas áreas de fácil aces-

so e de maior densidade demográfica, confirmando os resultados obtidos com as entrevistas realizadas, onde foi registrada sua presença em seringais mais distantes. As antas são importantes predadores de sementes, principalmente de palmeiras e, provavelmente, são elementos importantes na composição e estrutura da floresta (Bodmer, 1989). As fêmeas apresentam baixa taxa reprodutiva, com cria a cada dois anos, sua gestação leva de 385 à 412 dias e os filhotes atingem a maturidade sexual a partir de 3 a 4 anos (Leeuwenberg, 1998). Já os queixadas (*Tayassu pecari*) foram observados em diferentes seringais, principalmente no ano de 1997, em bandos de 60 a 100 animais. São animais que andam em grandes grupos isolados e necessitam de grandes áreas de vida, sendo dizimados quando encontrados (Vickers, 1991; Peres, 1996) por andar em grupo, mas, de forma geral tendem a responder melhor à pressão de caça pelo fato de apresentarem taxas intrínsecas de crescimento maiores (Bodmer *et al*, 1988).

Em relação aos mutuns, aves dispersoras de sementes, apresentam uma reprodução lenta, sendo necessário no mínimo 06 anos para substituição de cada indivíduo na população (Silva & Strahl, 1991). Os resultados obtidos de ocorrência de anta (12) e mutum (2) em área de baixa densidade demográfica e ambiente menos alterado, contrapõem-se a abundância de apenas pequenos roedores nas áreas de concentração humana, comparando-se com outros estudos realizados no Estado do Acre, onde o consumo da caça no Rio Iaco, RESEX do Alto Juruá e Floresta Estadual do Antimari - FEA, em que os grupos mais consumidos foram os roedores (32,7%, 33% e 25,9%) seguidos de aves (26,3%, 31% e 28,5%) respectivamente e, semelhante aos resultados obtidos em São Luís do Remanso em que os grupos mais consumidos foram os roedores (29%) seguidos de ungulados (23%).

O macaco preto não foi avistado por nenhum morador nos últimos anos, embora os moradores mais antigos tenham afirmado sua ocorrência no passado, em áreas de baixa densidade demográfica e em ambiente sem perturbação. O provável desaparecimento do macaco preto, avistado pela última vez em 1991, deve-se às alterações do

habitat aliado ao complexo comportamento social deste grupo e baixa taxa reprodutiva (Peres, 1990). Von Roosmalen (1985), alerta que estes animais são os únicos agentes dispersores de sementes para algumas espécies de árvores e que na ausência destes primatas, muitas espécies de plantas podem ter seu padrão de dispersão de sementes profundamente alterado. Peres (1990) ressalta ainda que, os macacos pretos são animais muito visados pelos caçadores e rapidamente eliminados da floresta.

Já a baixa densidade do gato maracajá pode estar relacionada com a pressão de caça comercial para comércio de pele no passado, cuja exploração foi intensa e, a consequente redução da espécie.

A seletividade de espécies ocorre diferentemente para cada estratégia de caçada. Na caçada à ponto, o caçador persegue a presa que pode ser de pequeno ou grande porte, sendo analisados pelo extrativista a quantidade de munição e o rendimento de carne na hora de atirar em animais juntamente com o esforço (tempo) utilizado para obter determinada espécie-alvo de forma que possa garantir a refeição da família, enquanto que, a caçada de espera é mais seletiva, uma vez que o extrativista aguarda o aparecimento ou não de animais de maior porte, identificados pelo rastro deixado na árvore em frutificação. Apesar da capivara ser uma espécie de maior porte, a paca é normalmente a carne preferida pelos extrativistas representando uma maior proporção de biomassa retirada.

Segundo Moran (1990) a questão da biomassa animal e produtividade da caça nos ecossistemas amazônicos ainda é pouco conhecida, apesar da importância da fauna como fonte de recurso alimentar. Os caçadores preferem mamíferos e aves grandes, sendo os animais mais comumente caçados, ou seja, os animais mais visados geralmente são os maiores de cada grupo e, embora representados por poucas espécies são os maiores contribuintes da totalidade da biomassa (Redford, 1997).

Redford & Robinson (1987) alegam que vários fatores influenciam no consumo de determinadas espécies tais como, densidade das espécies caçadas, disponibilidade de fonte de proteína, alterações ambientais

e tabus alimentares. Há de se ressaltar que a preferência da carne na dieta alimentar dessas populações e o uso de diferentes técnicas na busca de proteína animal estão relacionados a comportamentos sócio-culturais que dizem respeito à condição de sujeito ou afetividade (Sahlins, 1990), à repugnância (Douglas, 1966) ou mesmo por superstição ou santidade (Leach, 1964). Portanto, o histórico da ocupação das colocações, a densidade demográfica no seringal e a forma de uso da terra, aliadas à comestibilidade, devem estar privilegiando determinadas espécies.

Schimink (1995) enfatiza que propostas promissoras do manejo de recursos naturais capazes de conservar a biodiversidade merecem um esforço sério no sentido de enfrentar desafios, pois existe um grande perigo de desmoralização e fracasso em trabalhos que excluem o contexto social e político. Considera, ainda, a situação no Acre um exemplo propício da complexidade de propostas para um desenvolvimento sustentável baseadas nas práticas tradicionais das populações locais, especificamente, nas Reservas Extrativistas onde os seringueiros culturalmente nos últimos cem anos construíram uma cultura acreana, combinação de tradições européias, negras e indígenas e que guardam mais semelhança com a cultura nordestina, porém, adaptada ao meio ambiente da região amazônica.

Uma aproximação de desenvolvimento sustentável talvez seja alcançada se forem combinados usos da terra que contemplem desde sua utilização intensiva até zonas totalmente protegidas. Para isso, (1) avaliar o uso sustentável da fauna silvestre com informações sobre a biologia das populações animais, os requisitos de habitat dos animais e a influência no uso da fauna silvestre pela comunidade; (2) definir as zonas de caça pela comunidade e a área para refúgio da caça; (3) ter o envolvimento comunitário em todo o processo do manejo para as tomadas de decisão devem ser as bases para a implementação do manejo de caça.

Os principais argumentos a favor do manejo de caça é relatado por Rebelo & Gallati (1995) ressaltando que (1) gera renda e/ou produz alimento sem destruir a floresta; (2) pode até começar a aumentar em número de indivíduos e; (3) com a legaliza-

ção da atividade saberemos o que está acontecendo com as populações de animais de caça considerados polêmicos, uma vez que favorece a normatização e monitoramento, para se ter um acompanhamento sistemático do manejo da fauna, com calendários para a caça de cada espécie, limitação do número de animais caçados de cada espécie por caçador e por época. Entretanto, o extrativista deve reconhecer a importância das zonas completamente protegidas como fontes de fauna silvestre para as áreas com pressão de caça (Bodmer & Ayres, 1991).

A implementação do instrumento educativo "Calendário da Floresta", pelos Paraflorestais e pelos "Professores - Seringueiros" nas comunidades envolvidas e escolas da RESEX Chico Mendes foi fundamental para os resultados obtidos e demonstrou a viabilidade de um Programa de Educação Ambiental para a implementação do Plano de Manejo de Fauna.

Stapp (1974) considera que o emprego de estratégias influencia nos valores e pode favorecer "a formação de cidadãos com uma visão global do meio ambiente e seus problemas, tornando-os conscientes, capacitados em como se envolver na busca da solução para esses problemas e se motivar a trabalhar para a sua solução". Para Pádua (1997) áreas naturais como parques e reservas oferecem uma oportunidade de aprendizado com uma combinação de técnicas formais e informais, e tem sido considerada eficaz para conscientizar indivíduos para a importância da conservação e da qualidade do meio ambiente (Swan, 1974; Iozzi, 1989; Ramsey & Hungerford, 1989; Hungerford & Volk, 1990).

## Conclusão

A implementação do Plano de Manejo na Reserva Extrativista Chico Mendes requer a integração de informações sobre a biologia das espécies de caça e a economia do uso sustentável com as aspirações das comunidades locais. Portanto, fortes vínculos devem ser criados entre cientistas, extensionistas, representantes da comunidade local, para se implantar um verdadeiro sistema sustentável.

Os extrativistas estão cientes de que as normas de gestão da fauna definidas no Pla-

no de Utilização da RESEX Chico Mendes e o Plano de Desenvolvimento poderão garantir a viabilidade de sobrevivência à longo prazo das principais espécies caçadas, se houver a construção de conhecimentos de forma conjunta, pesquisadores e comunidade.

O Plano de Manejo deverá considerar os tabus alimentares. A origem das restrições alimentares deve ser avaliada, diferenciando-se na questão de gênero, pois estudo desse tipo pode conter elementos importantes para o manejo de caça. No que concerne à criação de animais silvestres, a comestibilidade também deverá ser avaliada.

Um Programa de Educação Ambiental deverá ser considerado no Plano de Manejo de Fauna, bem como nas políticas públicas do estado, estando a sociedade civil à frente do processo para que não haja descontinuidade das ações estratégicas.

Animais considerados em declínio na Reserva ou que não ocorrem há alguns anos merecem maiores estudos sobre as espécies, especificamente, quanto ao seu status, tamanho necessário da área de vida, produtividade e história natural nesta área.

A caça comercial necessita ser controlada de forma que a caça de subsistência não seja tida como a responsável pelo ônus proveniente desta atividade ilegal. Conhecimento, tecnologia e ação social deverão estar apoiados numa metodologia de trabalho em relação às atividades predatórias e ao mau uso dos recursos naturais.

Considerando-se que a pressão de caça influencia na densidade das espécies, a participação do grupo dos ungulados na dieta dos extrativistas merece um estudo da taxa de desfrute por serem espécies de grande porte que apresentam uma baixa densidade em relação aos outros grupos. Especificamente, o consumo do *Tapirus terrestris* (anta) na RESEX Chico Mendes deixa dúvidas quanto ao nível positivo de biomassa desta espécie.

## Notas

<sup>1</sup> Estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia, do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes (Posey, 1996).

<sup>2</sup> As Reservas Extrativistas foram criadas no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo regulamentadas através do Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro

de 1990, tendo como instituição responsável o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (BRASIL/MMA, 1995).

<sup>3</sup> Friagens são massas de ar frio que vem do sul do país e chega até o Acre, ocorrendo a queda brusca de temperatura.

<sup>4</sup> Espaço de ocupação do extrativista onde se localizam as áreas de exploração, local de moradia e pequena produção familiar (ZEE, 2000).

<sup>5</sup> Caminhos em forma de “rosa” onde o extrativista percorre extraíndo o látex da seringueira.

<sup>6</sup> Floresta densa com vegetação de sub-bosque ralo e ocorrência de taboca (bambu) rara ou tufo esparsos.

<sup>7</sup> Florestas que possuem alta densidade de taboca (bambu), sub-bosque fechado e raramente são inundados.

<sup>8</sup> Florestas que possuem alta densidade de taboca (bambu), sub-bosque fechado e raramente são inundados e ocorrência de cipós.

<sup>9</sup> Florestas inundadas pelo rio.

<sup>10</sup> Área utilizada para a agricultura familiar

## Referências

BALÉE, William. *The Persistence of Ka'apor Culture*. 1984. Ph.D. dissertation. Columbia University. Ann Arbor: Microfilms International.

BODMER R. E. et al. Primates and Ungulates: a comparison in susceptibility to hunting. In: *Primate Conservation*, 9:79-83, 1988.

BODMER, R. E. & AYRES, J. M. Sustainable Development and Species Diversity in Amazonian Forest. In: *Species 16*: 22-24, 1991.

BODMER, R.E. Managing wildlife with local communities in the Peruvian Amazon: the case of the Reserva Comunal Tamshyacu-Tahuayo. In: *Natural Connections: perspectives, in community-based conservation*, 1994.

BODMER, R.E. & J.W. Penn Jr. Manejo da vida silvestre em comunidades na Amazônia In: *Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil*. Brasília-DF: CNPq/Belém-PA: Sociedade Civil Mamirauá, 1997.

CALOURO, A. M. *A Caça de subsistência: sustentabilidade e padrões de uso entre seringueiros ribeirinhos e não-ribeirinhos do estado do Acre*. 1995. 82p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.

CASTELO, C.E.F. Avaliação econômica de produção familiar na Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre. Porto Velho-RO: UNIR. In: *Zoneamento Ecológico Econômico do Acre*, 1999.

CASTRO, E. V. Sociedades Indígenas e Natureza na Amazônia. In: *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: Koinonia, n.216, ano 14, 1992.

CHAGNON N. & HAMES, R. Protein deficiency and tribal warfare in Amazônia: New data. In: *Science*. 203 (4383): 910013, 1979.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre*. Rio Branco: SECTMA, 2000. vol. 1.

- HILL K. & HAWES K. Neotropical hunting among the Ache of eastern Paraguay. In: *Adaptative Responses of native Amazonians*. New York: Academic Press, 139-188, 1983.
- HUNGERFORD H. e VOLK T. Changing learner behavior through environmental education. *Journal of Environmental Education*, 21(3):8-21, 1990.
- IOZZI, L.A. What research says to educator: Environmental Education and the affective domain. *Journal of Environmental Education*, 20(3): 3-9, 1989.
- IUCN. *Red List of Threatened Animals*. Washington, DC. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, 1995, 448 p.
- LATHRAP, D. W. "The 'hunting' economies of the tropical forest zone of South America: an attempt at historical perspective". In: LEE, R. B. & DE VORE, I. (orgs.). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968. p. 23-9.
- LEACH, E. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DA MATTA (org). *Leach*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- LEEUWENBERG, F. Manejo de fauna cinegética na Reserva Indígena Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: *Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil*. Brasília: CNPq/Belém-PA, 1997. p.233-238.
- MARTINS, E. S. *A caça de subsistência de extrativistas na Amazônia: sustentabilidade, Biodiversidade e extinção de espécies*. 1992. 116p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de Brasília, Brasília.
- MCDONALD, David R. Food Taboos: A Primitive Environmental Protection Agency (South America). *Anthropos* 72:734-748, 1977.
- MEDEIROS, M. F. S. T. Instrumentos educativos: estratégia de educação ambiental para o manejo sustentável da fauna silvestre por populações tradicionais em Reserva Extrativista. In: *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPÊ, 1997. p. 157-169.
- MORAN, E. F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- PÁDUA, Maria T. Jorge. Sistema brasileiro unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: IAP (Instituto Ambiental do Paraná) & UNILIVRE (Universidade Livre do Meio Ambiente) (eds.): *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. 15 a 23 de novembro de 1997. Vol. I: Conferências, palestras, resumos, relatórios, workshops e moções aprovadas. Curitiba (IAP / UNILIVRE), p. 214-236, 1997.
- PERES, C. A. Effects of hunting on western Amazonian primates communities. *Biological Conservation*, 54: 47-59 p., 1990.
- \_\_\_\_\_. Population status of white-lipped Tayassu peccari and collared peccaries T. tajacu in hunted and un hunted amazonian forests. *Biological Conservation*, 77: 115-123 p., 1996.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1996.
- POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. (ed.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987. vol. 1., p. 15-25.
- \_\_\_\_\_. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: *Uma estratégia Latino-Americana para a Amazônia*. São Paulo: Unesp, 1996.
- RAMSEY, R. & H. HUNGERFORD. So... you want to teach issues? In: *Contemporary Education*, 60(3): 137-142, 1989.
- REBELO, G. & GALLATI, U. *Manejo de fauna em Reservas Extrativistas*. Rio Branco: Poronga, 1995.
- REBORATTI, C. & SCHIMINK, M. Poblacion, biodiversidad y uso de la tierra en Argentina In: *Abordagens interdisciplinares para a conservação da biodiversidade e dinâmica do uso da terra no novo mundo*. [S.l.]: Universidade Federal de Minas Gerais/University of Florida/Conservation International do Brasil, 1995.
- REDFORD, K.H. A Floresta Vazia. In: C. VALLARES-PÁDUA & BODMER, R.E. (Eds.). *Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil*. Belém: MCT/CNPq/Sociedade Civil Mamirauá, 1997. p. 1-22.
- REDFORD, K. H. The Empty Forest. *BioScience*, 42(6): 412-422, 1992.
- REDFORD, K. H. & ROBINSON, J.G. The Game of Choice: Patterns of Indian and Colonist Hunting in the Neotropics. In: *American Anthropologist*, 89(3) : 650-667, 1987.
- ROSS, E. B. "Food Taboos, Diet, and Hunting Strategy: the adaptation to animals in Amazon cultural ecology". *Current Anthropology*. 19 (1): 1 - 36, 1978.
- RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: *Reservas Extrativistas*, União Mundial para a Conservação – UICN, 1995.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SETZ, E.Z.F. *Estratégias de forrageio em populações indígenas de florestas neotropicais*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1989. (Coleção Eduardo Galvão).
- STAPP, W. Historical setting of Environmental Education. In: *Environmental Education: Strategies Toward a livable future*. Beverly Hills: Sage Publications, 1974.
- SWAM, J. Some human objectives for Environmental Education. In: *Environmental Education: Strategies Toward a livable future*. Beverly Hills: Sage Publications, 1974.
- UICN. *Reservas Extrativistas*. MURRIETA, J.R. & RUEDA, R.P. (ed.). Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 1995.
- VICKERS, W. T. The faunal components of low land South American hunting kills. *Interciencia*, Caracas, 9: 366-376, 1984.
- \_\_\_\_\_. Hunting Yields and Game Composition Over Ten Years in an Amazon Indian Territory. In: ROBINSON, J.G.; REDFORD, K.H. (editors). *Neotropical Wildlife Use and Conservation*, 1991.
- VON ROOSMALEN, M.G.M. *Fruits of the guianan flora*. Utrecht: Institute of Systematic Botany, Utrecht University, 1985.

**Estrategias de desarrollo local en el espacio hortícola de General Danierl Cerri,  
Bahía Blanca, Argentina**

Local development strategies in the horticulture space of General Danierl Cerro,  
Bahía Blanca, Argentine

***Stratégies de développement local dans l'espace horticole de Général Danierl Cerri,  
Bahía Branca, Argentine***

*Estratégias de desenvolvimento local no espaço hortícola de General Danierl Cerri, Bahía  
Blanca, Argentina*

María Amalia Lorda\*

Recebido em 25/11/2005; revisado e aprovado em 20/01/2006; aceito em 31/01/2006.

**Resumen:** La horticultura atraviesa una serie de problemas, los cuales se manifiestan a través de una recesión creciente, degradación de los recursos y a una disminución de la calidad de vida de los productores. Diferentes experiencias intentan revertir la situación de debilidad de los pequeños productores, las cuales se transforman en instancias de aprendizaje necesarias para el fortalecimiento de una sociedad local que busca un espacio concreto de realización.

**Palabras claves:** Agricultura periurbana; desarrollo local; investigación-acción.

**Abstract:** The horticulture crosses a series of problems, which are manifested through a growing recession, degradation of the resources and to a decrease of the quality of life of the producers. Different experiences try to revert the situation of weakness of the small producers, which become necessary learning instances for the invigoration of a local society that looks for a concrete space of realization.

**Key Words:** Periurbana agriculture; local development; investigation-action.

**Résumé:** L'horticulture traverse une série de problèmes, lesquels se manifestent au travers d'une récession croissante, dégradation des ressources et diminution de la qualité de vie des producteurs. Différentes expériences tentent inverser la situation de fragilité des petits producteurs, lesquels se transforment en instance d'apprentissage nécessaires pour le renforcement de la société locale qui recherche un espace concret de réalisations.

**Mots-clefs:** Agriculture péri-urbaine; développement rural; recherche-action.

**Resumo:** A horticultura atravessa uma série de problemas, os quais se manifestam através de uma recessão crescente, degradação dos recursos e a uma diminuição da qualidade de vida dos produtores. Diferentes experiências tentam reverter a situação de debilidade dos pequenos produtores, as quais se transformam em instâncias de aprendizagem necessárias para o fortalecimento de uma sociedade local que busca um espaço concreto de realização.

**Palavras chaves:** Agricultura periurbana; desenvolvimento local; investigação-ação.

## 1. Introducción

En la interpretación de las transformaciones de los espacios rurales la atención de la investigación se ha centrado principalmente en lo macro o lo global, dejando de lado las transformaciones a las escalas de acción de los actores concernidos de estos espacios. Los procesos de retirada del Estado del plano del desarrollo, sin embargo, otorgan una gran importancia a la posibilidad de articular la acción pública y la planificación sobre estas capacidades locales de acción. Estos temas cobran mayor relevancia todavía en los espacios periurbanos donde la ciudad parece imponer sus dinámicas y donde, sin embargo, los actores locales inventan continuamente formas de

vida y de trabajo contingentes más o menos bien articuladas con estas dinámicas.

En una situación contextual, en la que el enfoque de "modernización" enfatiza el modelo de urbanización e industrialización, que trae como consecuencia el aumento de la brecha económica y social entre el mundo urbano y rural, el escenario del espacio periurbano de la ciudad Bahía Blanca constituye una oportunidad para analizar la esencia de los problemas del desarrollo. Sujeto a una marcada transformación, el periurbano materializa procesos complejos en función de las distintas lógicas socioeconómicas, cuyos emergentes (visibles y no visibles), son el resultado de diversas instancias que interactúan en esta área caracterizada por una gran heterogeneidad.

\* Departamento de Geografía y Turismo - Universidad Nacional del Sur, Calle 12 de Octubre y San Juan, 8.000 - 4º piso- Bahía Blanca - Argentina (malorda@criba.edu.ar).

En conjunto, originan un territorio fragmentado, con profundos desequilibrios en la relación sociedad-naturaleza, con un tejido social debilitado, en donde se manifiesta la desarticulación entre las áreas hortícolas y el espacio urbano. Frente a una situación contextual adversa cabe preguntarse: Existen posibilidades para estos espacios desde la concepción del desarrollo local?

Desde esta realidad, signada por fuertes contrastes e incertidumbres, es necesario indagar sobre la posibilidad de reconstruir un nuevo territorio. Y en el mismo sentido, en qué aspectos esta situación podría articularse con las nuevas modalidades de acción pública de desarrollo, de modo de acompañar una relación sociedad-naturaleza con mayor grado de equidad.

Esta problemática planteada es posible estudiarla a través de una situación específica en la localidad de General Daniel Cerri y el área hortícola de la cuenca inferior del río Sauce Chico, porque constituye un espacio referencial para abordar estas cuestiones. Cerri es una localidad que forma parte del espacio periurbano de Bahía Blanca, por lo tanto el análisis de la nueva articulación posible entre ambas, a través de las transformaciones espaciales y sociales, permitirá explicar la factibilidad del desarrollo de una agricultura en proximidad a la metrópoli regional.

El presente trabajo analiza una serie de intervenciones y prácticas sociales entre actores diferentes resultado de una inmersión en el terreno realizada desde el año 1999 hasta la actualidad. Las mismas son presentadas en Febrero del año 2005 en el documento final de tesis doctoral "El desarrollo local, estrategia de gestión ambiental de la actividad agrícola en espacios próximos a la ciudad de Bahía Blanca", recientemente sometida a defensa oral en la Universidad Nacional del Sur (1/7/2005).

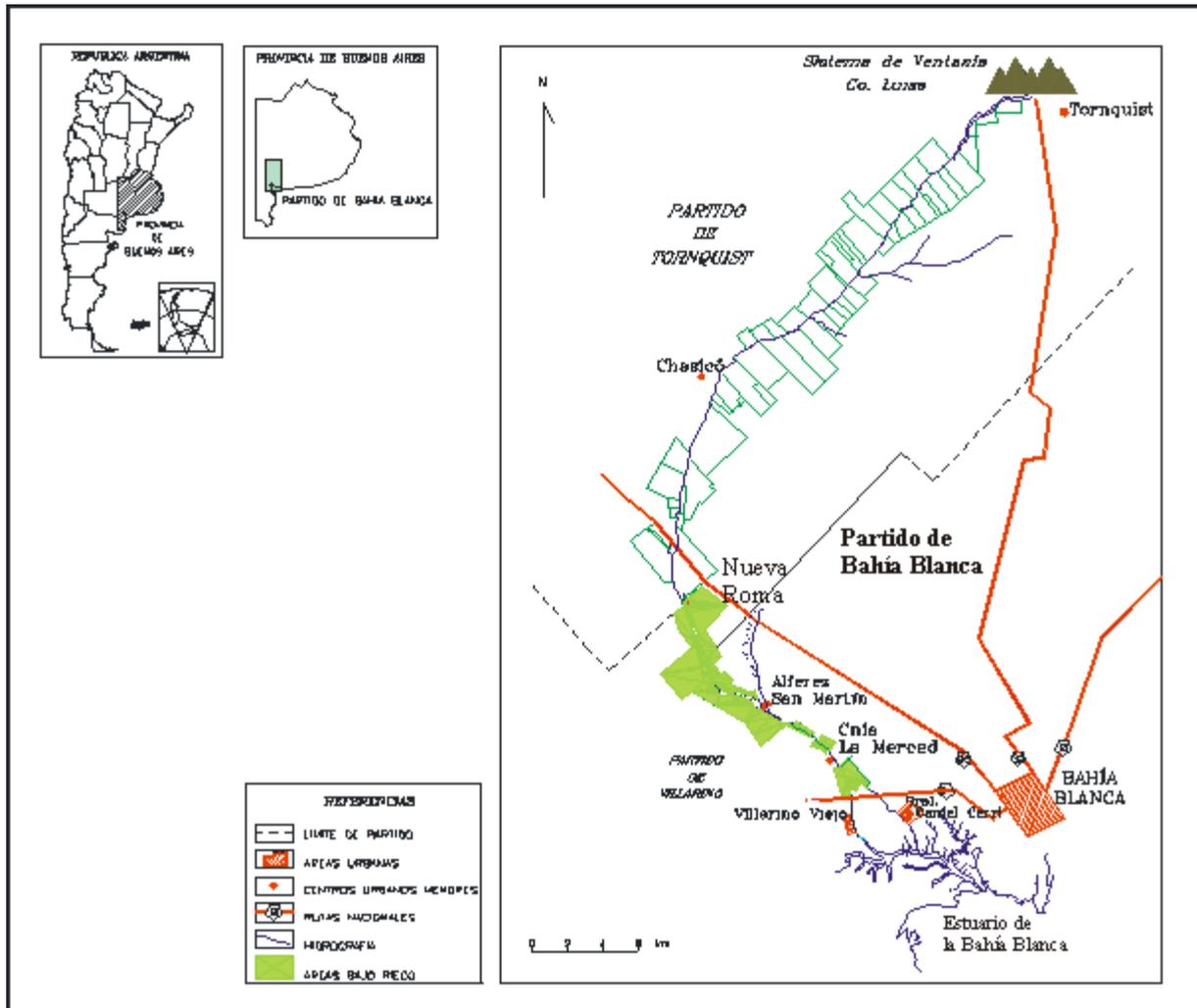
## 2. Una situación contextual compleja

Pueden identificarse dos premisas que sintetizarían la situación contextual que atraviesa el lugar donde ocurre la experiencia. Una de ellas es la expansión de las ciudades sobre espacios anteriormente considerados rurales de manera conjunta con una generalización espacial de un modelo urbano de gestión ambiental. Sobre este contexto, se plantea la cuestión de cómo incorporar a la actividad agropecuaria. La otra, es la crisis del modelo de ocupación de los espacios rurales, debido a un modelo de "modernización" que provoca un despoblamiento, una concentración de las tierras, un traslado de las personas además de los decisores a las ciudades, la desaparición de las explotaciones agropecuarias familiares, y provoca una crisis de la acción del Estado en el desarrollo agropecuario el cual aparece como diferente del desarrollo rural, e inclusive en numerosas ocasiones como contradictorio con éste.

Desde esta perspectiva, es conveniente revisar los criterios de planificación tradicional puesto que una mirada innovadora y enriquecida debe ir acompañada de una dinámica participativa que permita llevar a la práctica diferentes estrategias de crecimiento armónico a partir del enfoque del desarrollo local (Teisserenc, 1994; García Delgado, 1997; Coraggio, 1999; Madoery, 1997). Este abordaje permitiría rearticular el "viejo" con el "nuevo" territorio, como un proceso de re-territorialización (Raffestin, 1977, 1982).

La problemática planteada permite ser abordada en la localidad de General Daniel Cerri. Ubicada en el área del Gran Bahía Blanca en el suroeste bonaerense (Figura 1), distante a 15 km aproximadamente del centro de Bahía Blanca, es uno de los tres núcleos urbanos que integra el partido de Bahía Blanca y tiene una población de 5.789 habitantes, según datos censales de 1991.

Figura 1: Área de quintas de la cuenca del río Sauce



Fuente: M.A. Lorda, sobre la base de las cartas topográficas 1:100.000 y 1:50.000

Surgida en 1876 como un avance de la frontera agrícola en las tierras aborígenes, desempeña la función de constituir una línea de avanzada como fortín y comienza a organizar un espacio inmediato en el cual desde el año 1879 las actividades hortícolas ya están presentes a partir de la actividad de inmigrantes italianos.

Hasta hace unos diez años los tres pilares sobre los cuales la localidad de General Cerri sustenta su economía eran el frigorífico, la lanera y la actividad hortícola. Sin embargo, ante la situación hiperinflacionaria de la década de 1980, la pérdida de valor de la lana en el mercado mundial y los problemas administrativos del frigorífico, las dos fábricas interrumpen su actividad, lo cual provoca una crisis económica y social sin precedentes en la evolución de la misma.

Esta situación se agrava aún más, a mediados de la década de 1990, cuando la

modernización irrumpe en el territorio, a través de la llegada de los Hipermercados, la producción bajo invernáculos en otras cuencas de producción. La organización social de ese momento, lograda por los horticultores en una sociedad bahiense también organizada se desvanece. Se produce, entonces, el quiebre del "viejo territorio".

La transformación profunda y vertiginosa del sistema agrícola quiebra las relaciones con anterioridad establecidas, el sistema corporativista se ve invadido por nuevas formas comerciales, con diferentes lógicas territoriales. En este ámbito, sin embargo, existen diferentes reacciones que constituyen la esencia de las "innovaciones discretas" (Albaladejo, 2001, 2002), donde a pesar de la inercia que genera el nuevo modelo, desde el interior del espacio local-rural se producen determinadas sinergias que, a modo de reacciones individuales, muy

frágiles, y recientes, inventan nuevas formas de vivir y morar en el ámbito rural en un contexto socioeconómico adverso.

En el marco de las nuevas reglas de la economía global, los horticultores agudizan la crisis que atraviesan desde las últimas décadas. A su vez, a nivel nacional el desarrollo agrícola afronta una situación de debilidad puesto que desde, 1990 disminuyeron en gran medida los recursos destinados al INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria), instituto que se dedica a la investigación agronómica e impulsa programas nacionales de desarrollo, apoyados financieramente por organismos internacionales (Duvernoy y Albaladejo, 2003).

En la actualidad, la horticultura atraviesa una serie de problemas, los cuales se manifiestan a través de una recesión creciente, escaso nivel de inserción en el mercado local, regional y en el exterior, que conlleven, en numerosos casos, un abandono paulatino de la actividad, a la degradación de los recursos y a una disminución de la calidad de vida de los productores.

Sin embargo, en los últimos años se han puesto en marcha diferentes experiencias que intentan revertir la situación de debilidad de los pequeños productores, las cuales se transforman en instancias de aprendizaje necesarias para el fortalecimiento de una sociedad local que busca un espacio concreto de realización. Estas acciones provocan pequeñas transformaciones en el territorio, donde nuevas prácticas e identidades desde los productores y agentes de desarrollo se ensayan.

### **3. Un programa que aumenta a la producción y el aprendizaje: el Programa de Apoyo Mecanizado (PAM)**

Una propuesta positiva de formación de grupos movilizadora a partir de los técnicos del Programa de Promoción y Desarrollo del Cinturón Hortícola, fue la concreción en noviembre de 2001, del Programa de Apoyo Mecanizado (PAM). El mismo, tiene como finalidad agrupar a pequeños productores con escasos recursos, y aprender compartir el uso de maquinarias hortícolas. Este proyecto nació dentro del marco del programa hortícola municipal, con el apoyo económico del PSA/PROINDER. Los beneficiarios

son diecinueve productores, seleccionados según el criterio de los organismos antes mencionados, que consistía en que el grupo familiar tuviera alguna necesidad básica insatisfecha (Lorda y Gaído, 2003 b).

El funcionamiento del grupo a través de diferentes momentos, cuya evolución es posible analizarla a través de cuatro instancias: conformación del grupo de productores; adquisición del equipamiento necesario para realizar las labores; capacitación; dinámica de grupo.

El planteo inicial fue colaborar en forma activa con los productores, no sólo a través de la información-formación sobre manejos hortícolas actuales, sino mediante instrumentos que les permitiera obtener los medios necesarios para trabajar. Por lo tanto se elaboró un proyecto orientado a la adquisición de herramientas y un tractor, para uso compartido entre los horticultores, base a partir de la cual se cimienta la introducción de prácticas ambientalmente sustentables.

Aprobada la propuesta, se otorgó un subsidio para la compra del equipo de laboreo, situación que permitió avanzar a la instancia siguiente, a través de la convocatoria a todos los productores de la región que podían reunir las condiciones del "perfil" solicitado por el PSA (Programa Social Agropecuario) / PROINDER, entre los cuales estaban: la precariedad en las condiciones de vida; la falta de herramientas o posesión de un equipo de labranza en malas condiciones de operatividad.

Sobre el análisis de la situación socioeconómica, surgieron los productores que atraviesan una situación de mayor deterioro en sus economías familiares, debido a que sus rendimientos productivos son bajos en unos casos, mientras que en otros directamente no pueden cultivar. La característica común que los agrupó fue la falta de herramientas, concretamente de tractor.

Es importante resaltar la escasa movilización de los productores ante la convocatoria, que tiene las siguientes posibles causas: no asumirse en una situación tan crítica o sentir cierta incomodidad al reconocerse entre los productores que viven en situaciones de gran precariedad; desconfianza de que el proyecto llegara a funcionar, por la suspensión del envío del subsidio; las complicaciones de actuar como grupo.

A esta situación, se agregó la conjunción de las dos poblaciones con orígenes étnicos distintos, “los unos y los otros”: los descendientes de Italianos, antiguos pobladores de la zona, y la nueva migración proveniente del Norte argentino y Bolivia, llegados más recientemente. Entre ambos, se perciben profundas diferencias culturales que despiertan rivalidades, manifestadas a lo largo del trabajo de entrevistas. Por lo tanto en las primeras reuniones la desconfianza entre sus miembros, así como la escasa participación fueron las características sobresalientes.

La ejecución del proyecto se coordina desde el equipo técnico del Programa de Promoción y Desarrollo del Cinturón Hortícola, donde se inicia verdaderamente una etapa de aprendizaje como grupo. Se diagraman las diversas tareas que debe realizar el tractor, empiezan a resolverse los primeros problemas relacionales y depositan paulatinamente mayor seguridad en el grupo. Del mismo modo, reconocen las nuevas posibilidades y beneficios que obtienen a partir del servicio de laboreo del suelo. Como contraprestación, una vez por semana estos productores deben entregar productos obtenidos en la quinta para ser destinados en distintos comedores escolares del área.

A partir de este momento se interrumpió la coordinación del grupo, con la finalidad de beneficiar la emergencia de productores con actitudes de liderazgo. Esto favorecería en el mediano y largo plazo un proceso de autogestión, a partir del reconocimiento de las capacidades individuales para el trabajo grupal con expectativas de iniciar nuevos proyectos.

Es importante destacar que, en este período, esta modalidad particular de “tomar distancia”, involucra un compás de espera para que los horticultores tengan la oportunidad de desarrollar cierto compromiso con la organización del proyecto en todos sus aspectos, atentos a la situación de evitar la instalación de una relación de dependencia que no les permita desarrollar sus propias capacidades. Sin embargo, surgió un cambio en la conducta de los integrantes del grupo, quienes demostraron mayor intolerancia a partir del desacuerdo en las funciones desarrolladas por cada uno de sus miembros.

Lamentablemente, durante ese lapso, se evidenció escasa voluntad de dirigencia,

quizás porque entre pares aún no reconocen la posibilidad de ejercer esta facultad. De este modo, resulta más cómodo y seguro al interior del grupo, adoptar la coordinación externa, de alguien ya legitimado social e institucionalmente. Por este motivo, se cambió la actitud y se retomó nuevamente la orientación del grupo desde el equipo técnico del Programa.

En el mismo sentido, cabe una reflexión relacionada con la forma de trabajo. Los tiempos de aprendizaje al interior de un grupo, como miembros y ante la posibilidad de adquirir un rol directivo, son distintos a los tiempos exigidos por organismos que financian este tipo de proyectos. Además, persiste aún cierta inercia en las expectativas de los productores, acerca de la antigua función que el Estado benefactor cumplía. La consecuencia de esto, recae en la identificación del Programa con esa extensión asistencialista, por lo tanto su elaboración insumiría otros tiempos para el aprendizaje de nuevas destrezas que les permitiera pensarse como “actores” -o sea, con capacidad de “hacer”- en un nuevo modelo de gestión.

Esto permite afirmar que, por el momento, los proyectos necesitan de personas que participen activamente en el mismo como animadores, particularmente donde la intervención de los actores locales debe ser motivada porque es escasa o está ausente. La orientación, contención y asistencia permanente de los técnicos, transfieren al grupo a una postura diferente a la anterior que en la actualidad es prioritaria: aprender a trabajar juntos, valorar el trabajo de cada uno y descubrir que es posible la acción colectiva. Sin embargo, en otra instancia, conviene que lo anterior sea retomado, debido a que constituyen los basamentos fundamentales para la continuidad del proyecto y el futuro de iniciativas autogestionadas.

Los resultados comenzaron a ser percibidos a partir de estos últimos meses. Los miembros del grupo -19 productores- manifestaron un compromiso real; expresaron el valor que posee la colaboración y trabajo en equipo; reconocieron un mejoramiento sustancial de sus producciones, a partir del incremento de la superficie bajo cultivo, la modificación en el manejo por la incorporación de tecnología adecuada que, en conjunto, se traducen en un aumento de

los rendimientos obtenidos.

Es importante destacar que, si bien las herramientas fueron adquiridas a la vez, no pudieron ser usadas en forma inmediata debido a que no estaban habituados a su uso, e incluso algunas eran totalmente desconocidas. En el transcurso de los distintos circuitos realizados por el tractor, comenzó un período de aprendizaje en el uso de las herramientas. De este modo, sintieron que un posicionamiento diferente con respecto a los otros productores -los que no pertenecen al PAM- quienes observan con atención el uso de máquinas novedosas para la zona, como la sembradora de bandeja, el surcador, zanjeador, lo cual provocó una situación positiva, en estos productores ya que elevó su autoestima frente a una situación anterior de extrema fragilidad, sintiéndose innovadores.

Entre las lecciones aprendidas pueden destacarse las siguientes:

La fortaleza adquirida les generó entusiasmo y actitudes positivas, así como un mayor interés para asumir nuevos desafíos. A su vez, contribuyó al aprendizaje de nuevos conceptos relacionados con el manejo de los cultivos, que abren nuevas perspectivas en el manejo integrado de sus producciones.

### La incorporación de alumnos universitarios en una experiencia de investigación-acción

En el marco del desarrollo de la investigación, la formación es fundamental porque implica el “desarrollo personal que consiste en tener aprendizajes, hacer descubrimientos, encontrar gente, desarrollar a la vez sus capacidades de razonamiento y también la riqueza de las imágenes que uno tiene del mundo. Es también descubrir sus propias capacidades, sus recursos” (Ferry, G., 1997, 96).

Además, la formación universitaria adolece de prácticas concretas en el terreno. Como sostiene Paulo Freire “El respeto a esos saberes -en referencia a la experiencia vivida- se inserta en el horizonte mayor en que se generan, el horizonte del contexto cultural, que no se puede entender fuera de su corte de clase (...) Así pues, el respeto al saber popular implica necesariamente el respeto al contexto cultural. La localidad (...) es el punto de partida para el conocimiento que se van creando del mundo. “Su” mundo, en

última instancia, es el primer e inevitable rostro del mundo mismo” (Freire, 1998, 82).

Desde esta perspectiva, con el objeto de lograr una inmersión en el terreno desde una problemática concreta, se organiza con alumnos de quinto año de la Licenciatura en Geografía, con Orientación “Recursos Naturales y Medio Ambiente” (Curso “Gestión Ambiental”, período dictado por M.A. Lorda), una experiencia de investigación-acción en la unidad hortícola del río Sauce Chico. Se trata de alumnos que culminan su etapa universitaria, instancia previa a la realización de la tesina final de grado (Lorda, Campos, Espejo y Bróndolo, 2004).

Una vez entendido el problema de investigación, se procede con los alumnos a formular las hipótesis de trabajo en gabinete, para diseñar tres entrevistas diferentes:

- A dos agentes de desarrollo: uno a nivel provincial (el Ingeniero a cargo de Hidráulica de la Provincia de Buenos Aires); y otro a nivel municipal (la Ingeniera Agrónoma, Coordinadora del Programa de Promoción y Desarrollo del Cinturón Hortícola).
- Un productor hortícola, participante de la experiencia PAM.

A su vez se presencia una reunión de los horticultores con uno de los técnicos del Programa de Promoción y Desarrollo del Cinturón Hortícola, en el marco del PAM, donde se efectúa una “observación participante”, en el Salón de Usos Múltiples de Colonia La Merced, situado en el área de explotación hortícola. En dicha oportunidad, concurren alrededor de 18 productores, uno de los técnicos del Programa, y el grupo perteneciente al curso Gestión Ambiental, previa autorización solicitada a las personas antes mencionadas.

Posteriormente, en una nueva etapa de gabinete, cada alumno procede a desgrabar las entrevistas, a reelaborar los distintos materiales y percepciones obtenidos, y la producción de un trabajo de síntesis. En conjunto, permiten estructurar los contenidos teóricos, su aplicación a una problemática concreta y las nuevas perspectivas a partir de los elementos recogidos en el trabajo de campo. En este sentido, el trabajo abordó cuatro ejes principales: a) El rol de los técnicos en general y el de los Geógrafos en particular y su inmersión en problemáticas concretas que afectan a la sociedad. b) La relación Universi-

dad-Comunidad y Medio en el que está inserta. c) Nuevas metodologías de investigación: el desafío de hacer, ser y seguir aprendiendo. d) Nuevas formas de organización y saberes en relación con la gestión ambiental y a la construcción del territorio.

De esta experiencia realizada resulta enriquecedor transcribir, a modo de lecciones aprendidas, algunas expresiones de los estudiantes (hoy graduados), dado que a partir de sus opiniones es posible reconstruir el proceso de internalización generado en un trabajo de campo particular, vivido desde uno de los problemas que atraviesa a la horticultura en el escenario local:

Pudimos obtener datos relevantes y significativos de la problemática abordada; pudimos tomar contacto directo con los distintos actores, lo que nos permitió captar el "sabor" de las respuestas, apreciar sus motivaciones y opiniones, y en el caso particular del productor hortícola entrevistado, apreciar su modo de vida y algunos aspectos de su entorno más cercano. La entrevista realizada al productor, nos muestra la visión de los mismos respecto a este rol del técnico, a quienes quieren atribuirle la totalidad de la responsabilidad del proyecto y la guía permanente de sus acciones. Es sin lugar a dudas este tema digno de análisis, máxime teniendo en cuenta las nuevas formas de organización que la complejidad ambiental genera. (...) Es precisamente en este nuevo ámbito de participación, de diversidad de actores, intereses, recursos y formas de ver las cosas, donde el técnico debe actuar y transmitir su opinión, sin olvidar que no es el único que posee conocimientos, que su preparación le permite establecer hipótesis, pero que las mismas también pueden ser perfectamente discutibles y refutables, aceptando la idea de interactuar con los diferentes actores en busca de estrategias consensuadas (SA, 2002).

Del mismo modo, en otro de los trabajos finales realizados se expresa:

A través de proyectos como el PAM se implementa una visión de futuro que favorezca la construcción de un nuevo orden social, guiado por principios de sustentabilidad ecológica, democracia participativa y racionalidad ambiental. (...) Esta participación de los horticultores de Bahía Blanca, los actores locales de la problemática de desarticulación de sus actividades del resto de las actividades de la ciudad, demanda el manejo de determinadas metodologías, que permitan articular la expresión de estos actores con los demás actores (especialistas, técnicos, gobernantes).

El rol de los técnicos partícipes de este proyecto y el nuestro como actores de la sociedad y como futuros profesionales, es generar posibilidades de participación, actividades que lleguen de una manera más próxima a los actores locales, reales

constructores de la ciudad y su entorno, que apunten al logro de un desarrollo local y a través de él a la recuperación de la identidad y mejoras en la calidad de vida de los actores involucrados. Lograr la comunicación, como profesionales no tener una actitud soberbia ante el otro, sino buscar la comunicación y el aporte de los demás actores y saber aprovechar los conocimientos basados en otros saberes, en la experiencia, e introducirlos como elementos importantes, porque es a sus poseedores a quienes va dirigido los resultados del proceso del cual estamos formando parte (AMF, 2002).

#### 4. Conclusión y reflexiones finales

Las ciudades adquieren un protagonismo singular, y es a partir del gobierno local, el comercio en gran escala y la industria, desde donde parten las nuevas directivas y crean un escenario desde el cual se configura el territorio.

La construcción de un espacio para el estudio de problemáticas que afectan la realidad es sumamente difícil. Sin embargo, se destaca la necesidad de trabajar en forma conjunta con distintas disciplinas, a fin de lograr la comprensión y el tratamiento integral de la realidad, que es tan dinámica y compleja. Esto permite la incorporación de las distintas percepciones, de acuerdo a la preparación profesional que cada uno posee, experiencia que a su vez merece ser transferida a los futuros egresados de las carreras terciarias y universitarias, de modo que una mayor apertura permita construir equipos con mayor solidez en el terreno de la gestión.

La desarticulación que existe entre la actividad hortícola local con el resto de las actividades económicas, expresa una falta de conexión entre el sistema urbano, periurbano y rural, ámbitos por los cuales circulan los actores y los productos de la cadena agroalimentaria del sistema hortícola. Partir de un conocimiento cabal del escenario de los horticultores y de la actividad hortícola a partir de los saberes locales, resulta de una importancia trascendental donde se consideren ambos de manera integral, a través de la identificación de las redes sociales del sistema, así como de la creación de nuevas redes.

Desde las instituciones locales es posible sostener que existe "margen de manobra" en este sentido. Las nuevas alianzas que se constatan, las prácticas sociales en el espacio hortícola aunque aisladas, constituyen

claros ejemplos de las “*innovaciones discretas*”, que permiten interpretar el territorio de manera distinta, donde los actores no son representativos de la “*región trasera*”, en el sentido dado por A. Giddens (1998), desde donde actuaban en el orden dominante anterior que aún persiste, sino que forman parte de la “*región delantera*” del nuevo territorio que emerge, y bajo formas diferentes de realizar la horticultura, buscan articularse de manera distinta con la ciudad, desde el nuevo orden territorial (Albaladejo, 2002).

En el escenario analizado cobra singular importancia la interpretación de las acciones que conforman las “*innovaciones discretas*” desde las prácticas de los distintos actores, tanto los productores, los comerciantes, los investigadores, los técnicos, como la de los agentes de desarrollo, a partir de la Delegación Municipal de General Daniel Cerri, porque permiten vislumbrar que *existe un futuro esperanzador para el desarrollo de la horticultura en proximidad de la ciudad.*

## Referências

ALBALADEJO Christophe. *Les fonctionnaires et le développement rural en Argentine depuis 1991 : Entre la profession et le territoire, entre l'Etat et la ville.* Autrepart (submitted), 2001.

\_\_\_\_\_. “Una Argentina ‘discreta’... La integración social y territorial de las innovaciones de las familias rurales en el partido de Saavedra”. En *Revista Universitaria de Geografía*. Volumen 10, Números 1 y 2. Departamento de Geografía. UNS. Bahía Blanca: Ediuns, p. 131-148, 2002.

ALBALADEJO, Christophe., LORDA, María. Amalia y DUVERNOY, Isabelle. “Proximidad a la ciudad y/o proximidad a los mercados: dos contextos de oportunidades muy diferentes para la pequeña agricultura. El caso de los horticultores del sw bonaerense, argentina”. En *Revista Universitaria de Geografía*. Volumen 10, Números 1 y 2. Departamento de Geografía. UNS. Bahía Blanca: Ediuns, p. 131-148, 2002.

CORAGGIO, José Luis. *Políticas de desarrollo local en Argentina: posibilidades, limitaciones y nuevos enfoques.* Ciclo de Conferencias “La Planificación estratégica, un instrumento integral e integrador de desarrollo. Plan estratégico de Bahía Blanca. Municipalidad de Bahía Blanca, 1999. p. 57-74.

DEMAZIÈRE, Didier y DUBAR, Claude. *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récit d'insertion.* Collection Essais&Recherches. Série “Sciences Humaines” dirige par François de Singly. Paris: Ed Nathan, 1997. p. 350.

DI MÉO, Guy. *Géographie social et territoires.* Fac. Géographie. Paris: Nathan Université, 1998. p. 317.

DUBAR, Claude. *La crise des identités.* Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p. 239.

DUVERNOY, Isabelle y ALBALADEJO, Christophe. “La réinvention du développement rural par la ville? Le cas de Bahía Blanca et de Pigüé en Argentine”. *Économie rurale*, N° 276, Juillet-Août, p. 37-52, 2003.

FERRY, Gilles. *Pedagogía de la Formación. Formación de Formadores.* Serie Los Documentos. UBA. Buenos Aires: Ed. Novedades Educativas, 1997. p. 127.

FREIRE, Paulo. *Pedagogía de la esperanza. Un reencuentro con la pedagogía del oprimido.* México: Siglo XXI Editores, 1998. p. 226.

GARCÍA DELGADO, Daniel. (Compil) *Hacia un nuevo modelo de gestión local.* Municipio y sociedad civil en Argentina. FLACSO. Universidad de Buenos Aires. Universidad Católica de Córdoba. Buenos Aires: Oficinas de publicaciones del CBC-UBA., 1997.

GIDDENS, Anthony. *La constitución de la sociedad. Bases para la teoría de la estructuración.* Avellaneda, Argentina: Amorrortu editores, 1998. p. 412.

KAYSER Bernard. *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental.* Paris: Armand Colin, 1990. p. 316.

LEFF, Enrique (Coord). *La complejidad ambiental.* México – España: Ed. Siglo XXI – PNUMA, 2000. p. 314.

LORDA, María Amalia. *Revalorización del patrimonio cultural y natural en la gestión ambiental urbana.* Tesis de Magister Scientiae en Gestión Ambiental del Desarrollo Urbano. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Universidad de Mar del Plata, p. 172, 1998.

LORDA, María Amalia y GAÍDO, Eloisa. “Actores y escenarios posibles en la actividad hortícola en el marco del desarrollo local. Cuenca del Sauce Chico”. En *3 eras. Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales.* Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires. ISBN 950-29-0747-7. Ciudad de Buenos Aires, p. 25, 2003 b.

LORDA, María; CAMPOS, Marta; BRÓNDOLO, Margarita y ESPEJO, Natalia. “Procesos e interacciones en el espacio geográfico. Unidades geoespaciales en el suroeste bonaerense: escenarios posibles para experiencias de enseñanza-aprendizaje”. Aceptado para su exposición y publicación por el Comité científico del *10º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, San Pablo, Brasil, p. 26, 2005.

MADOERY, Oscar. “La gestión estratégica del desarrollo en el área del Gran Rosario”. En García Delgado, D. (Compil.), *Hacia un nuevo modelo de gestión local.* FLACSO. Universidad de Buenos Aires. Universidad Católica de Córdoba. Buenos Aires: Oficinas de publicaciones del CBC-UBA, 1997.

RAFFESTIN, Claude. “Paysage et territorialité”. In *Cahiers de Géographie de Québec.* Vol. 21, nos 53-54, septembre-décembre 1977. p. 123-134, 1977.

\_\_\_\_\_. “Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité”. In *Espaces et Sociétés*, N° 41, juin-décembre. Pp. 167-171, 1982.

ROBIROSA, Mario. *La participación en los procesos de gestión ambiental.* En *Proyección Ambiental. Teoría y Metodología de la Cátedra UNESCO/FLACAM para el Desarrollo Sustentable.* Pesci, R. Y Pérez, J. (Comps.), 1995. Documentos Ambiente, Nro.2, Serie “Desarrollo Sustentable”. LA Plata: Fundación CEPA, 1995.

## Hortas Comunitárias de Teresina na perspectiva do desenvolvimento local sustentável

Community garden of Teresina, Piauí State – Brazil, looking for a sustainable local development

*Jardins potagers communautaires à Teresina, État du Piauí – Brésil, dans la perspective d'un développement local sustentable*

*Huertas Comunitarias de Teresina en la perspectiva del desarrollo local sustentable*

Juliana Portela do Rego Monteiro\*

Maria do Socorro Lira Monteiro\*\*

Recebido em 07/04/2005; revisado e aprovado em 22/06/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** A precária situação do trabalhador rural incentiva a migração de grande quantidade de famílias do interior para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho. Assim, esse artigo analisa as Hortas Comunitárias de Teresina como alternativa de geração de trabalho, renda e de melhoria sócio-econômica, sem degradação ambiental, contribuindo, portanto, para a promoção do desenvolvimento sustentável local.

**Palavras-chave:** Geração de emprego e renda; meio ambiente; desenvolvimento local.

**Abstract:** The precarious situation of the countryside workers incentivates the great number of families migration from the countryside to the urban centers searching for better life and jobs. Then, this article analyses the Community Gardens of Teresina as alternative source of job, incomes, if can improve the social economical status, not degradating the environment around it and contributing, therefore, to the local sustainable development promotion.

**Key words:** Jobs and incomes generation; environment; local development

**Résumé:** La situation précaire du travailleur rural incite à la migration d'un grand nombre de familles de l'intérieur des terres vers les centres urbains, à la recherche de meilleures conditions de vie et de travail. Cet article analyse l'implantation de potagers communautaires de Teresina, État du Piauí, Brésil, comme une alternative à la création de travail, revenu e améliorations socio-économiques, sans dégradation de l'environnement e contribuant ainsi à la promotion du développement sustentable local.

**Mots-clés:** création d'emplois et de revenus; environnement; développement local.

**Resumen:** La precaria situación del trabajador rural incentiva la emigración de gran cantidad de familias del interior para los centros urbanos en busca de mejores condiciones de vida y trabajo. Así, ese artículo analiza las Huertas Comunitarias de Teresina como una alternativa de crear trabajo, renta y de mejoría socio económico, sin degradación ambiental, aportando, por lo tanto, para la promoción del desarrollo sostenible local.

**Palabras claves:** Creación de empleo y renta; medio ambiente; desarrollo local.

### 1. Introdução

O agravamento do êxodo rural no Piauí, assim como em todo o Brasil, conduziu à procura de alternativas de ocupação para as famílias recém chegadas à capital, as quais não são absorvidas no mercado de trabalho formal. Sendo assim, faz-se necessário a implementação de políticas públicas a fim de reverter o efeito negativo produzido pelas altas taxas de crescimento populacional, pelo fluxo migratório campo/cidade e pela baixa oferta de trabalho.

Nesse contexto, em Teresina, destacam-

se as Hortas Comunitárias, como uma política pública da Prefeitura Municipal, objetivando gerar trabalho e renda, a melhoria do padrão alimentar das famílias carentes da periferia e o aumento da oferta de hortaliças no município.

Dada a relevância da política pública, este artigo objetiva analisar se o Programa de Hortas Comunitárias de Teresina tem contribuído para a melhoria das condições sócio-econômicas da população participe sem danificar ao meio ambiente, em conformidade com os preceitos do Desenvolvimento Sustentável.

\* Graduada em economia pela UFPI e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede PRODEMA/TROPEN/UFPI. (j.portela.monteiro@uol.com.br).

\*\* Dra. em Economia Aplicada na área de concentração Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UNICAMP Professora do departamento de economia da UFPI e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/TROPEN/UFPI). Av. Universitária, 1310. CEP: 64049550. Teresina – PI. (socorrolira@uol.com.br).

## 2. Desenvolvimento sustentável, agricultura orgânica e agricultura familiar

Segundo Brüseke (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo construído ao longo das diversas conferências mundiais, da elaboração de relatórios, a partir da constituição de equipes de estudo, tais como o clube de Roma, o Relatório de Brundtland, a Rio 92, e por fim, a conferência de Johannesburgo, ou Rio + 10.

Assim, em conformidade com Merico (2001), faz-se mister reativar o debate em âmbito internacional sobre a construção de um novo tipo de desenvolvimento que não seja igualado ao conceito de crescimento e sim voltado para o alcance da sustentabilidade sócioambiental, haja vista não existir ainda uma definição precisa entre cientistas ou entidades sobre o termo desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas se constituem, pois, em um importante mecanismo na construção efetiva do desenvolvimento sustentável. Portanto, deve haver sempre uma ação por parte do Estado, comandando pela devida aplicação de leis ambientais, controlando, por intermédio da fiscalização e do monitoramento, quando nos programas de educação ambiental e de certificação, e coordenando os processos de elaboração das Agendas 21 locais.

Deste modo, a sociedade civil, os agentes sociais ganham grande relevância no processo de construção desse desenvolvimento, e, com eles, o ressurgimento da localidade, das parcerias baseadas na situação cultural, econômica, social e ambiental de cada espaço. A solução dos problemas ambientais em âmbitos local, nacional ou global poderá vir de ações coletivas por parte de indivíduos motivados, com participação em atividades e projetos organizados para este fim.

Dessa forma, a busca pela construção do desenvolvimento sustentável perpassa a adoção de uma agricultura alternativa, isenta do uso de agrotóxicos, com mínimo gasto energético, bem como com a busca dos saberes locais, arraigados de forma mais consistente na concepção dos agricultores familiares, focado na melhoria do bem-estar da população rural (reproduzindo as famílias do meio rural e seus sistemas de produção)

e com o estímulo à organização social (fomentando iniciativas de associativismo e cooperativismo).

## 3. Procedimentos metodológicos

Os dados secundários foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina (SDR), e em pesquisas realizadas em bibliotecas e na Internet.

A pesquisa direta foi realizada no mês de julho de 2004, através da aplicação de questionários junto aos produtores cadastrados no Programa de Hortas Comunitárias de Teresina, objetivando avaliar a efetividade do Programa como gerador de trabalho e renda, a relação dos horticultores com o meio ambiente, assim como seu conhecimento sobre o sistema orgânico de produção. Portanto, de um universo de 2.430 horticultores extraiu-se uma amostra aleatória de 10% para a realização da pesquisa nas quarenta e três (43) Hortas Convencionais Urbanas do Programa.

## 4. Caracterização da área de estudo: Teresina, vilas e favelas

### 4.1 Condições edafo-climáticas de Teresina

De acordo com o estudo **Teresina: aspectos e características** (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 1993), o município possui 1.672,50 Km<sup>2</sup>, correspondendo a 0,69% da área total do Estado, se localiza à margem direita do Rio Parnaíba, na microrregião homogênea de Teresina. Ademais, tem clima tropical chuvoso (megatérmico) de savana, com inverno seco e verão chuvoso e precipitação média anual de 1.339 mm, caracterizada por uma distribuição temporal concentrada e irregular. A temperatura média anual é de 26,8°C, podendo chegar a 38,7°C, enquanto que a umidade relativa do ar média anual é de 70%.

As características físicas dos principais tipos de solo de Teresina, com a predominância de solos rasos, relevantes para o cultivo de plantas de raízes pouco profundas, apresentam condições favoráveis para a realização da horticultura, sendo necessárias

apenas medidas simples de correção do solo e utilização de mecanismos de irrigação. Além disso, a cidade conta com boa precipitação média anual, terrenos planos, dois rios perenes e potencial hídrico subterrâneo.

#### 4.2 Estrutura fundiária, utilização das terras e demografia

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996 em Teresina predomina a pequena produção (estabelecimentos de até 10 hectares), que representa 86,13% do total das unidades produtivas. Além disso, de acordo com o referido Censo, a lavoura (permanente ou temporária) destacou-se como atividade mais desenvolvida, representando 39,45% do total. Em 1985 existiam 50 estabelecimentos desenvolvendo horticultura ou floricultura. Já em 1995 o ramo horticultura e produtos de viveiro contava com 840 unidades produtivas, evidenciando o grande crescimento dessas atividades em Teresina.

A cidade de Teresina, em consonância com o Censo Demográfico de 2000, possui uma população de 715.360 habitantes, sendo que pequena maioria, 53,13%, é do sexo feminino, correspondendo a 380.190 mulheres.

De acordo com os Censos Demográficos de 1991 e 2000 e a Contagem da População de 1996, Teresina apresenta um progressivo processo de urbanização, haja vista que, no período em estudo, a população residente na região urbana cresceu 10,30% e a da zona rural decresceu em 5,42%, implicando em aumento da demanda de políticas públicas para setores como educação, habitação, saúde e geração de trabalho e renda.

#### 4.3 Aspectos socioeconômicos

Segundo o **Diagnóstico do mercado de trabalho em Teresina** (TERESINA AGENDA 2015, 2002), em 1999 existiam 566.177 pessoas em idade ativa (81% da população do município) sendo que somente 163.231 estavam empregadas formalmente. Observa-se, então, que 71,16% do total de pessoas em idade ativa encontram-se desempregadas ou na informalidade.

Considerando-se a distribuição por setores de atividades, constatou-se que qua-

se 85% das pessoas empregadas formalmente na capital piauiense permaneciam no setor serviços, espelhando a falta de políticas nacional, estadual e municipal destinadas ao setor industrial (o qual concentrava apenas 14,23% das ocupações) e ao setor agrícola (que absorvia somente 0,72% dos trabalhadores formais).

Em relação aos rendimentos auferidos, percebe-se que 51,3% dos empregados formais de Teresina recebiam em 2001 de um a dois salários mínimos. Por outro lado, somente 3,7% do total de 61.991 trabalhadores auferiam renda acima de 10 salários mínimos, expressando o baixo nível e alta concentração de rendimentos na cidade.

Desse modo, evidencia-se, por um lado, a debilidade do município na geração de trabalho e renda, e, por outro, não obstante o setor de serviços pagar os melhores rendimentos, estes são baixos. A indústria, por seu turno, oferece salários inferiores ao ramo de serviços, com poucas unidades locais, que empregam ínfima parcela de mão-de-obra.

Nesse sentido, estudam-se as condições sócio-econômicas das vilas e favelas da cidade, nas quais está a população empobrecida oriunda tanto do êxodo rural intenso até a década de 1980, quanto do fluxo migratório no interior de Teresina, decorrente da deterioração do poder aquisitivo de muitos habitantes dos bairros do município.

#### 4.4 A favelização da cidade: influência do êxodo rural

O inchaço populacional na capital piauiense se comprova na medida em que, em 1991, segundo a Prefeitura Municipal de Teresina, havia 56 vilas e favelas cadastradas, ao passo que em 1993, ano de realização do primeiro Censo de Vilas e Favelas, constatou-se a existência de 141 unidades, representando um incremento 151,79%. Já em 1999, no terceiro Censo de Vilas e Favelas, a cidade contava com 150 vilas e favelas nas quais residia uma população de 133.857 (38.852 famílias), representando assim 18,71% da população teresinense.

Além disso, ainda em conformidade com o Censo de Vilas e Favelas, em 1996, existiam 33.537 pessoas desempregadas, de

um total de 94.617 habitantes. Já em 1999 existiam 93.009 trabalhadores sem nenhum tipo de ocupação nas vilas e favelas, equivalendo a 69,48% de indivíduos em idade de trabalhar, no entanto apenas 40.848 trabalhadores desenvolviam algum tipo de atividade remunerada (no setor formal ou informal da economia). Constata-se uma piora nas condições de trabalho dos habitantes da periferia da capital.

Considerando-se o aspecto renda, em 1993, 69,50% das famílias auferiam até um salário mínimo mensal. Em 1996 essa parcela se reduz para 42,16%, e em 1999 aumenta para 55,97%. Esse valor representa a precariedade das condições de vida da população habitante da periferia de Teresina.

Estes dados apontam para a falta de políticas e ações que priorizem a indústria o setor primário locais com vistas à geração de emprego e renda – especialmente para a população empobrecida residente nas vilas e favelas de Teresina. Dessa forma, faz-se necessário a ação do Estado no sentido de conter e minimizar a pobreza urbana teresinense, concentrada, de forma expressiva na área periférica da cidade.

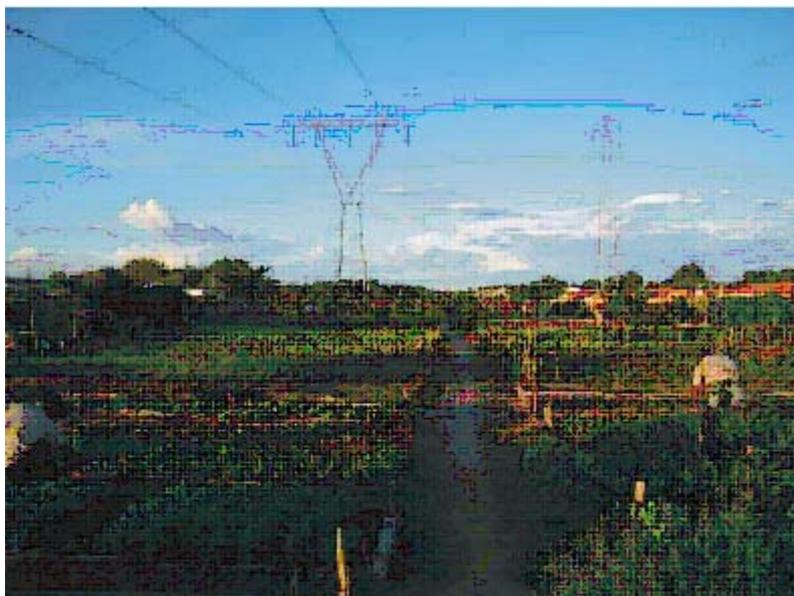
## 5. Hortas Comunitárias de Teresina: geração de emprego e renda e meio ambiente

### 5.1 Antecedentes históricos

As Hortas Comunitárias de Teresina, direcionadas para a produção de hortaliças, surgiram em meados dos anos 80 do século XX, como forma de coibir a marginalidade nascente de crianças e adolescentes. Entretanto, com o desenvolvimento da atividade, constatou-se o interesse de demais membros do núcleo familiar, haja vista o crescimento do desemprego na capital piauiense. Sendo assim, o Programa mudou de foco, passando a envolver as famílias carentes da periferia da cidade. Nesse contexto, o bairro Dirceu Arcoverde foi a área escolhida para iniciar o cultivo de hortaliças, por ser o maior conjunto habitacional de Teresina, situado a Sudeste da cidade.

As hortas foram implantadas sob os fios de alta tensão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), que atravessam todo o bairro, impedindo, também, a proliferação de casebres neste espaço, já que a área é de alto risco para moradia (Figura 1). Os recursos iniciais para a implantação das hortas eram originários da Fundação Nacional Para o Bem Estar do Menor (FUNABEM). Porém, atualmente são fornecidos pelo Projeto Vila-Bairro da Prefeitura de Teresina.

**Figura 1** - Horta comunitária sob os fios de alta tensão da CHESF



Fonte: A autora (2004)

A partir da experiência das hortas do Dirceu Arcoverde, a Prefeitura Municipal ampliou o número de hortas comunitárias e os objetivos, contemplando essencialmente a geração de emprego e renda, melhoria do padrão alimentar das famílias da periferia da cidade e o aumento da oferta de hortaliças em Teresina.

Em conformidade com o Manual do Horticultor (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 2004) Teresina conta atualmente com 50 hortas comunitárias na zona urbana, totalizando 177,2 hectares, sendo 43 hortas do tipo convencional (127,10 hectares) – com uso de poços tubulares, irrigação manual e pequenas áreas, tendo como principais culturas a cebolinha, o coentro, a alface e a couve – e 7 do tipo campo agrícola (50,1 hectares), caracterizadas por empregar águas superficiais de rios e lagoas e por possuírem um sistema de irrigação mais moderno (com o uso de aspersores). Suas culturas principais são a macaxeira, o feijão, o milho, a melancia e a batata doce. Ademais, o município possui dez hortas na zona rural, sendo duas convencionais (três hectares) e sete do tipo campo agrícola (trinta e seis hectares).

## 5.2 Perfil do horticultor

Do total de horticultores (240) das 43 unidades produtivas, 149 são do sexo feminino; 65,24% dos horticultores possuem mais de 46 anos de idade, demonstrando a acessibilidade da atividade e a baixa adesão da população jovem; 87,61% destes possuem ensino fundamental incompleto e 33,33% são analfabetos, assim, o baixo nível escolar mostra-se como uma dificuldade para sua inserção no mercado formal, encontrando no Programa uma opção, mesmo que na informalidade.

Quanto à renda familiar, 80,42% dos horticultores percebem menos de um salário mínimo, enquanto 46, equivalendo a 19,17% e 01, representando 0,41% auferem entre dois e três salários mínimos e entre três e quatro salários mínimos, respectivamente, com o trabalho desenvolvido nas hortas, explicitando que, devido ao baixo rendimento gerado, os produtores demandam outras fontes de renda para o sustento da família.

Além disso, a atividade se revela preponderantemente familiar, na medida em que 68,37% dos horticultores trabalham principalmente com filhos e cônjuges, 31,2% desenvolvem a horticultura sem a contribuição da família e apenas 0,41% estabelece vínculos empregatícios esporádicos fora do núcleo familiar. Ademais, do total de 240 horticultores, 97, que correspondem a 40,42% já desenvolviam o trabalho agrícola antes das hortas. Assim sendo, remete-se à importância do prévio conhecimento dos trabalhadores sobre a agricultura com vistas implementar um desenvolvimento local, baseado no processo participativo, na organização social e na agricultura familiar e sustentável.

## 5.3 Participação em cursos e/ou palestras e organização social

Observou-se, com a investigação, a insuficiente capacitação dos horticultores, na medida em que 68,33% destes não participaram de cursos e/ou palestras sobre a atividade hortícola desde sua inserção no Programa. Todavia, dos 76 participantes, 81,58% afirmaram que o treinamento direcionou-se para o manejo das hortas, principalmente no início das atividades, 6,58% para noções sobre associativismo e 11,84% debateram outros temas.

A partir das informações obtidas na pesquisa, assevera-se que a Prefeitura, enquanto órgão gestor, responsabilizou-se por 84,21%, seguida pelo SEBRAE, com 10,53% e pela UFPI, com 5,26% do total dos cursos e/ou palestras ministradas, essencialmente na Horta Geovane Prado, situada na zona Leste da cidade.

Observa-se, assim, pouca efetividade das ações de qualificação dentro do Programa de Hortas Comunitárias de Teresina, seja pela falta de atuação da própria Prefeitura, seja pelo pequeno número de parcerias ou pela ineficiência das já existentes com instituições federais e estaduais, privadas e Organizações não governamentais que poderiam incrementar a realização de cursos e palestras imperativas ao desenvolvimento do conhecimento dos produtores.

## 5.4 Financiamento da produção e comercialização dos produtos

Financiamento e comercialização da produção são dois aspectos importantes que mostram se de fato o trabalho nas Hortas está gerando emprego e renda, além de assegurar-se, a longo prazo, poderá haver uma auto-sustentação dos produtores. Nessa perspectiva, 75,67% dos horticultores utilizam recursos próprios para efetivar sua produção, denotando a quase inexistência do crédito bancário no plantio.

Identificou-se, outrossim, que 80,83% dos horticultores não participam de associações e/ou cooperativas. Somente ocorrem parcerias ou agremiações na efetivação da compra do estume (insumo indispensável à produção), medida em que uma aquisição individualizada encareceria o produto.

A investigação constatou que 70,08% do total produzido concentra-se em coentro, cebolinha e alface. Donde se infere a pouca diversificação dos cultivos nas Hortas Comunitárias Convencionais, muito embora sejam realizados cursos de manejo e que haja a distribuição de sementes de plantas diversificadas (cenoura, beterraba, dentre outras) na implantação de cada horta. Então, este contexto manifesta que os horticultores optam por cultivos que geram menores rendimentos ao invés de realizarem um plantio com custo de produção mais alto, mas possivelmente com maior retorno financeiro. Tal constatação se explica tanto pela falta de linhas de financiamento adequados (haja vista que quase a totalidade dos horticultores faz uso de recursos próprios para produzir) como pela escassez de áreas na área para o cultivo de hortaliças mais desenvolvidas, de maior porte (mais rentáveis), já que muitas famílias trabalham dentro de áreas limitadas na zona urbana da cidade.

Além disso, certifica-se que a falta de organização social dos horticultores também influencia na comercialização dos produtos, se constituindo, pois, em um grande entrave para a sustentação da atividade. Destarte, 66% dos horticultores vendem sua produção direto na horta, 13,2% de porta em porta e 12,54% em feiras livres e mercados, condições que refletem a precariedade das rela-

ções comerciais e a necessidade de implementação de locais adequados (como feiras em diferentes pontos de Teresina) para o escoamento dos produtos do Programa. Para os grandes canais de comercialização – supermercados e CEASA – são destinados apenas 1,98% da produção.

Além disso, a pesquisa demonstrou que 33,61% dos horticultores não encontram dificuldades para escoar as hortaliças, enquanto os 66,39% restantes explicitaram que os problemas enfrentados na comercialização advêm da baixa demanda (19,08%); da falta de estrutura e organização (12,43%); da concorrência entre os produtores (9,12%); e de outros (25,76%), englobando roubos nas hortas, concorrência com produtores dos municípios e de diferentes Estados e a falta de recursos para o financiamento do cultivo.

Diante das dificuldades de comercialização citadas, é de fundamental importância o fomento ao crédito, a dinamização dos canais de comercialização, a consolidação de organizações sociais entre os produtores que, conjugados com uma produção diversificada e voltada para a demanda do mercado consumidor local, conduzam à independência dos horticultores, mesmo que a longo prazo, em relação à Prefeitura e à melhoria da sua qualidade de vida. Dessa forma, o incremento do apoio creditício com vistas a dinamizar as Hortas Comunitárias da periferia de Teresina na produção e comercialização de produtos saudáveis diversificados, na perspectiva da agricultura familiar (baseada nos saberes locais) promovendo, assim um incremento na geração de emprego e renda dos beneficiários do Programa.

## 5.5 Aspectos ambientais

### 5.5.1 Solo

De um total de 240 horticultores, tem-se que 69,58% não se preocupam com a conservação do solo. Dos 30,42% restantes, 57,53% utilizam cobertura morta (especialmente com palha de coco), a qual preserva o solo acrescentando nutrientes ou colaborando na manutenção dos já existentes. Esta técnica é utilizada em grande escala porque o coentro e a cebolinha (culturas muito desenvolvidas nas Hortas) não sobrevivem se na sua plantação não houver algum tipo de proteção.

Dessa forma, em 61,07% das unidades produtivas predominam a adubação por esterco de curral (adubação orgânica pouco elaborada); 23,20% usam a adubação química, cujos principais representantes são o NPK (mistura de Nitrogênio, Fósforo e Potássio) e a uréia; 10,4% utilizam adubação vegetal, que consiste num composto preparado, em geral, com as ervas daninhas retiradas da plantação por capina manual e 5,69% fazem uso de outros tipos de adubo.

Observa-se que a utilização de adubos ou corretivos de origem química é pouco difundida, não obstante seja o segundo tipo de adubação mais adotado pelos horticultores. Fato importante do ponto de vista ambiental, haja vista que, o uso desse tipo de adubo acarreta perda da qualidade da terra, afetando, em consequência, as hortaliças produzidas, além de outros prejuízos ao meio ambiente, como o carreamento de materiais insolúveis para outros terrenos, provocando prejuízo da sua matéria orgânica.

Portanto, poderia haver melhor aproveitamento se direcionada à produção de compostos orgânicos mais completos (enriquecidos com diversos nutrientes), promovendo maior produtividade. Sendo assim, a utilização de compostos orgânicos em substituição dos demais adubos usados nas Hortas, com o abandono dos corretivos químicos e dos estercos pouco ricos em nutrientes que são responsáveis por 84,27% dos fertilizantes empregados pelos produtores, seria o primeiro passo para a mudança do paradigma agrícola e o início da implantação de uma agricultura sustentável, a qual, além de gerar retorno financeiro para quem produz, se preocupa com a manutenção da qualidade ambiental e com o fornecimento, à comunidade em geral, de alimentos saudáveis provenientes de solos bem nutridos.

#### 5.5.2 Controle de ervas invasoras, pragas e doenças

Em conformidade com a pesquisa, 82,99% dos horticultores controlam o plantio com capina manual, que consiste em arrancar manualmente as ervas invasoras do canteiro. Enquanto 8,3% utilizam produtos químicos (agrotóxicos) e 7,88% empregam técnicas naturais de controle de ervas daninhas (como a utilização de plantas que difi-

cultem sua proliferação) e somente dois horticultores afirmaram utilizar barreiras mecânicas (com a colocação de sacos plásticos ou outros materiais com o intuito de barrar invasões) para dizimar as plantas nocivas ao cultivo.

Destarte, nota-se, por um lado, a relativa facilidade de controle das plantas invasoras a baixo custo, e, por outro lado, tem-se que o reduzido poder aquisitivo dos produtores os impede de fazer uso de controle químico, além do pouco conhecimento sobre técnicas alternativas aproveitadas em culturas orgânicas para exterminar as plantas invasoras.

Já quanto ao controle de pragas e doenças, 61% dos horticultores o fazem de forma manual, 28,51% com o uso de agrotóxicos e somente 8% utilizam algum tipo de técnica natural, como: água quente para matar formigas; calda bordalesa, contra doenças fúngicas e bacterianas; e o fumo no combatente de pulgões e grilos.

Dessa forma, o controle químico de ervas daninhas, pragas e doenças nas Hortas Comunitárias é incipiente (o que se constitui em um aspecto positivo). Consta-se, assim, a precariedade do cultivo, pois a opção majoritária de eliminar os problemas na plantação por intermédio da capina manual, se dá mais em virtude de carência técnica e financeira do que por preocupações ambientais.

Ressalta-se, ainda, que a defesa natural, baseada nos princípios da agricultura orgânica, é ainda inexpressiva. Logo, faz-se imprescindível a adoção do manejo alternativo (sem o uso de agrotóxicos) de ervas daninhas, pragas e doenças na produção como forma de melhorar as condições de vida dos horticultores e de fornecer produtos de melhor qualidade para os consumidores da capital piauiense.

#### 5.5.3 Agrotóxicos

De acordo com Pinheiro (1985), o uso indiscriminado de agrotóxicos é responsável por graves consequências ao meio ambiente e à saúde humana. Primeiro em decorrência do contágio das águas superficiais e subterâneas pelo uso de fertilizantes nitrogenados de alta solubilidade, responsáveis pela formação de compostos cancerígenos e

mutagênicos. A segunda refere-se aos danos ao solo, principalmente pela ação dos metais pesados – como o cádmio e o mercúrio – resultando problemas sérios de saúde aos seres humanos e animais silvestres, como o câncer ou alterações nas células nervosas.

Dessa forma, 36,81% dos horticultores, embora em minoria, utilizam agrotóxicos contra pragas, doenças ou ervas invasoras. Ademais, os horticultores explicitaram que esse uso só não é mais disseminado pela insuficiência de recursos, denotando o desconhecimento das metodologias de proteção ambiental.

Todavia, 69,18% dos produtores que empregam defensivos químicos revelaram não terem participado de cursos relativos ao manuseio de equipamentos ou aos danos que estes causam, apesar de 62,26% conhecerem as graves conseqüências que o seu uso pode trazer ao meio ambiente, à sua saúde e à do consumidor. Ainda assim, 60% dos horticultores utilizam instrumentos de proteção quando realizam a aplicação destes insumos na plantação.

Observa-se, assim, a pouca ciência dos produtores sobre a forma de manuseio dos agrotóxicos e as possíveis conseqüências lesivas advindas do seu uso e mau uso. Sendo assim, no Programa de Hortas Comunitárias deve haver uma modernização dos agricultores familiares no sentido da implementação de tecnologias e ações que favoreçam a agricultura ambientalmente sustentável como forma de melhoramento da qualidade ambiental, da saúde do produtor e do consumidor.

Ressalta-se que o desenvolvimento sócio-econômico seria alcançado pelo incremento nas quantidades vendidas (e conseqüente aumento da renda do horticultor), haja vista muitos consumidores, nos dias atuais, buscarem alimentos mais saudáveis (cultivados sem o uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos).

### 5.6 Agricultura orgânica como uma nova opção

Com vista a identificar a disposição dos horticultores a pagar por uma mudança do sistema de produção convencional para o sistema orgânico, constatou-se que 58,42%

destes já sabiam a existência deste método de cultivo e revelaram interesse em participar de cursos e/ou palestras sobre processos alternativos de produção.

Nesse sentido, identificou-se que, dos duzentos e quarenta, 66% dos horticultores estão dispostos a investir na produção de orgânicos como forma de contribuir com a proteção ao meio ambiente e para a sua própria segurança alimentar.

A pesquisa demonstrou, ainda, que 80% dos produtores têm preferência pela realização de investimento de até três salários mínimos e somente 1,67% aplicariam mais de cinco salários mínimos na mudança de sistema de produção.

Nesse cenário, cabe à Prefeitura e às instituições parceiras o avanço no fluxo de informações sobre os métodos alternativos de agricultura para que as famílias beneficiárias do Programa de Hortas Comunitárias de Teresina possam adotar a melhor técnica de cultivo, de tal forma que, aliada ao apoio creditício, à melhoria dos níveis educacionais (básicos, profissionalizantes) e à dinamização das organizações sociais, possa haver a promoção de um desenvolvimento local sustentável.

## 6. Conclusão

O município de Teresina retrata, nos dias atuais, a falta de políticas governamentais direcionadas para a zona rural piauiense, se constituindo, pois, como um pólo de convergência do fluxo rural-urbano no Piauí. Não obstante essa situação, o inchaço populacional na capital do estado não foi acompanhado de ações adequadas para educação, habitação, nem tão pouco na geração de oportunidades de trabalho nos diversos setores econômicos.

Sendo assim, o Programa de Hortas Comunitárias de Teresina se estabeleceu na periferia da cidade como uma alternativa à geração de trabalho e renda, à melhoria do padrão alimentar das famílias envolvidas na atividade e à diminuição da necessidade de importação de hortaliças.

No entanto, identificou-se que, apesar da ocorrência da geração de rendimentos para os horticultores, estes ainda representam muito pouco, servindo menos como fon-

te única e mais como complemento da renda. Esse problema é decorrente do baixo nível educacional, da pouca diversidade de cultivos, das formas precárias de venda, da insuficiente qualificação e do reduzido montante de recurso para estimular o crescimento da produção.

A investigação assevera, também, que a maior parte dos produtores já desenvolviam trabalhos no setor agrícola antes da atividade hortícola, denotando a habilidade inerente neste tipo de atividade, sendo necessária apenas a qualificação sistemática por parte da Prefeitura, como órgão gestor da política, em especial com cursos que valorizem os saberes locais, a agricultura alternativa e familiar, no intuito de promover um desenvolvimento local sustentável.

Ressalta-se, ainda, que os horticultores não interagem de maneira satisfatória com os aspectos ambientais, na medida em que utilizam agrotóxicos para o combate de ervas daninhas, pragas e doenças (embora em pouca quantidade), propiciando prejuízos para a sua própria saúde, para a dos consumidores e para o meio ambiente. Ademais, estes não dispõem de conhecimento consistente sobre métodos de proteção na aplicação de defensivos químicos. Ao mesmo tempo, a grande maioria dos produtores, não utiliza técnicas de conservação do solo, essenciais para a formação de culturas ambientalmente sustentáveis.

Observou-se, também, o pouco conhecimento dos horticultores de métodos alternativos, como a agricultura orgânica, em relação aos benefícios deste tipo de atividade agrícola tanto para o meio ambiente como para a saúde deles próprios e dos consumidores. Cabe, assim, à Prefeitura o provimento de cursos e/ou palestras direcionados a outros tipos de cultivos diferentes do convencional, a fim de que se possa, de fato, com a implementação da agricultura orgânica, estimular o desenvolvimento local sustentável nas Hortas Comunitárias de Teresina.

## Referências

- BRÛSEKE, Franz. Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-40.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário-1995/96: Piauí*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1998. 1 CD.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Contagem da população-1996*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Base de informações do censo demográfico 2000: resultados da amostra por Município*. Rio de Janeiro: [IBGE], 2002.
- MERICO, Luis. Fernando. Krieger. Políticas públicas para a sustentabilidade. In: Viana, Gilney (et al.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 251-262.
- MURAYAMA, Shizuto. *Horticultura*. Campinas: Ed. Campinas, Instituto Campineiro de ensino agrícola, 1983.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Superintendência de Desenvolvimento Rural. Gerência de Programas Especiais. *Manual do horticultor: recomendações para o cultivo orgânico de hortaliças*. Teresina: Harley, 2004
- PINHEIRO, Sebastião. Retornando ao futuro. In: PINHEIRO, Sebastião et al. *Agropecuária sem veneno*. Porto alegre: L&PM, 1985. p. 9-44.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. *Censo de Vilas e Favelas*. Teresina: [s.n.], 1993a.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. *Censo de Vilas e Favelas*. Teresina: [s.n.], 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. *Censo de Vilas e Favelas*. Teresina, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. *Teresina: aspectos e características*. Teresina: [s.n.], 1993b.
- TERESINA AGENDA 2015. *Diagnóstico e cenários da situação do trabalho e renda em Teresina*. Teresina; [s.n.], 2002



## **As concepções da escassez de recursos hídricos no Brasil e no mundo: a saída é a cobrança?**

The conceptions of scarcity of water resources in Brazil and all over the World: the solution is in the installation of a paying service?

*Les concepts de rareté des ressources hydriques au Brésil et dans le monde: l'installation d'un service payant comme solution ?*

*Las concepciones de la escasez de recursos hídricos en brasil y en el mundo: ¿la solución es exigir?*

Jairo Bezerra Silva\*  
Deolinda de Sousa Ramalho\*\*  
Lemuel Dourado Guerra\*\*\*  
Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos\*\*\*\*

Recebido em 28/05/2005; revisado e aprovado em 03/11/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumo:** Constitui nosso objetivo principal neste artigo analisar a proposta de gerenciamento racional dos recursos hídricos, desmistificando alguns aspectos do discurso construído em torno da escassez dos mesmos no Brasil e no mundo. Para realizar tal tarefa, partimos de uma concepção teórico-crítica que discute a emergência do mercado de recursos hídricos, investigando os pontos obscuros da proposta mencionada.

**Palavras-chave:** Escassez; cobrança; recursos hídricos.

**Abstract:** It constitutes our main objective in this article to analyze the purpose of Rational Water Resources Management, demystifying some aspects of the discourse constructed around the scarcity of them in Brazil and around the world. To carry on it we adopt a critical theoretic conception, which discuss the formation of a water resources market, investigating obscure points of the purpose mentioned above.

**Key-words:** Scarcity; collection; water resources.

**Résumé:** L'objectif principal de ce travail est d'analyser une proposition de gestion rationnelle des ressources hydriques, démystifiant certains aspects de discours construits autour de la rareté de ses ressources au Brésil et de part le monde. La réalisation de cet objectif part d'une conception théorique-critique qui analyse l'émergence du marché des ressources hydriques, s'attachant plus particulièrement aux points noirs de la proposition décrite.

**Mots-clés:** Rareté; collection; ressources hydriques.

**Resumen:** Constituye nuestro objetivo principal en este artículo analizar la propuesta de planteamiento racional de los recursos hídricos, desmitificando algunos aspectos del discurso construido en torno de la escasez de los mismos en Brasil y en el mundo. Para realizar tal tarea, partimos de una concepción teórico-crítica que discute la emergencia del mercado de recursos hídricos, investigando los puntos oscuros de la propuesta mencionada.

**Palabras claves:** Escasez; cobranza; recursos hídricos.

### **Introdução**

O discurso acerca da escassez de recursos hídricos, em cuja iminência viveria a população mundial, tem como desdobramento central a defesa do princípio de que os mesmos devem ser redefinidos enquanto mercadoria<sup>1</sup>, semelhante a outra qualquer, a ser oferecida no mercado para consumo determinado pelas condições de compra e venda. Esse discurso não tematiza os inúmeros

conflitos e contradições responsáveis pelas tensões em torno do acesso aos recursos hídricos no Brasil e no mundo.

Para realizar uma discussão acerca dos mitos, valores e crenças mobilizados na versão segundo a qual viveríamos na iminência da escassez de recursos hídricos, partimos de perspectivas teóricas que examinam a proposta de gestão racional dos recursos hídricos através do estabelecimento de preço para a água.

\* Professor visitante da Universidade Estadual da Paraíba e do CESAC (Centro de Ensino Superior de Santa Cruz do Capibaribe-PE), Rua Antonio Bezerra Paz, 80. Bloco-A301, Campina Grande-PB. 58109-230, Bairro: Bodocongó. Tel.: 8333337410. (jairobezerra@bol.com.br ou nel.nunsiilva@bol.com.br).

\*\* Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande.

\*\*\* Diretor do CH (Centro de Humanidades) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande-PB. (lenksguerra@yahoo.com.br).

\*\*\*\* Professor do Departamento de Ciências Básicas e Sociais da Universidade Federal da Paraíba CFT/UFPB.

Inicialmente nos concentraremos na reflexão acerca dos limites e ambigüidades do discurso construído em torno da profecia da escassez de água e na segunda parte nos concentraremos na reflexão acerca dos aspectos ideológicos da argumentação pró-mercantilização.

### Os elementos constituintes do discurso da escassez

Desde o fim do século passado vem se constituindo, em termos globais, uma visão segundo a qual a falta de água se constituirá num problema grave para a população mundial, num período próximo. Os relatórios *Global Environment Outlook 2003*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, divulgados em 1999 e 2002, respectivamente, indicaram que a falta de água será um grave problema em 2025.

De acordo com o *The United Nations World Water Development Report*, produzido por um conjunto de 23 agências da ONU, apresentado em Kyoto, em 2003, a escassez de água atingirá cerca de 2 bilhões de pessoas, num cálculo otimista, e cerca de 7 bilhões, se confirmada a concepção mais pessimista, em torno de 2050.

A inquietação com a falta de água ganha mais consistência quando começam a ser apresentadas previsões de falta d'água em países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos, a França, a Itália, dentre outros. É essa cartografia a que passam a se referir as previsões catastróficas referentes ao acesso à água que pode nos ajudar a entender o porquê da disseminação em nível mundial da preocupação com a gestão dos recursos hídricos na última década, a realização de três Fóruns Mundiais da Água e a definição de 2003, como Ano Internacional da Água.

De acordo com os relatórios e discussões científicas, se os países centrais não promoverem alterações no estilo de vida de suas populações, o que parece cada vez mais difícil de ser alcançado, terão de conseguir água doce em outros países. Não é à toa que um dos temas que mais despertou atenção em Kyoto foi justamente o comércio da água doce, sendo os países como Brasil e outros da América do Sul e da África os quais possuem e manterão excedente hídrico (o que

não se verifica em países europeus e nos Estados Unidos) alvos da atenção mundial (cf. Ribeiro, 2003:71).

Em consonância com o que coloca Ribeiro (2003), Udaeta (2005) partilha da idéia de que a questão central na área dos recursos hídricos em termos mundiais não é apenas a escassez de recursos hídricos no mundo, mas a ausência de políticas públicas pontuais no sentido de universalizar o abastecimento de água de boa qualidade, o que se reflete no fato de que mais de dois bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e em que mais de três bilhões não têm acesso a serviços de saneamento básico no mundo.

Ainda em referência à discussão acerca da problemática da escassez de recursos hídricos e das ambigüidades do seu discurso, Bouguerra (2004) propõe a questão de outra maneira: há escassez ou má gestão de recursos hídricos no mundo? Vejamos abaixo, a maneira como o mesmo se pronuncia sobre esse tema:

Enquanto isso, durante o Fórum Mundial da Água, em março de 2000, em La Haye, o Centre for Science and Environment de Deli, por sua vez, achava que o problema não era a "escassez d'água, mas sim a "má gestão da água", que precisava ser resolvida. O jornal israelense Há'aretz publicou um artigo de Nehemya Strassler, intitulado "Os kibbutzim se comportam como se estivessem na Noruega", no qual são criticadas as responsabilidades dos políticos com relação à carestia d'água em Israel e a importação d'água da Turquia. Strassler termina assim seu artigo: "A carestia d'água que fere Israel é puramente artificial. Ela é consequência de escolhas políticas daqueles que estão no poder. Por isso, a importação de água turca é uma heresia. A manutenção de um sistema enviesado de subsídios e de cotas favorecendo setores pouco rentáveis e dispendiosos é a realidade de nossos políticos. Se até agora nenhum projeto de reforma aconteceu, é porque muitos de nossos políticos têm interesses diretos nesses setores subvencionados da agroindústria" (Bouguerra, 2004, p.121).

Bouguerra (2004) coloca ainda que um dos principais limites acerca do discurso apocalíptico em torno da escassez de recursos hídricos no mundo, coordenado em grande medida pelos Estados Unidos, não coloca o problema da competição existente entre os diversos setores da atividade econômica pela água naquele país, a exemplo da indústria, da agricultura e do comércio, como sendo um dos principais fatores que

geram situações de escassez de recursos hídricos, inevitáveis para alguns consumidores. Em nível de ilustração, vejamos a maneira como o discurso apocalíptico da escassez é ambíguo nos Estados Unidos, uma vez que o mesmo não revela as faces ocultas do que acontece, por exemplo, em usinas de *Chips e Wafers*:

(...) Uma usina de médio porte produtora de chips e de Wafers para aparelhos domésticos e para a indústria eletrônica em geral utiliza uma quantidade de água diária capaz de encher 24 piscinas, além de se tratar de uma água duas mil vezes mais pura que a água potável. (...) Em 1993, existiam 900 usinas desse tipo no mundo-350 delas só nos Estados Unidos. E, desde 1994, 24 foram planejadas ou construídas naquele país; enfim, desde 1997, a firma INTEL, por exemplo, construiu uma dessas unidades de produção a cada nove meses<sup>3</sup>. (...) Por exemplo, na bacia do Rio Powder, as perfurações vão bombear uma quantidade de água comparável à que seria necessária para abastecer Nova Iorque durante trinta meses. (...) Compreende-se, então, a gravidade dos conflitos entre os fazendeiros, os agricultores e os ambientalistas de um lado, e as companhias de gás de outro. (...) Alguns condados proibiram desde já as companhias de fazerem perfurações em seus territórios, mas essas decisões foram levadas à justiça. A administração Bush, bastante comprometida com as companhias de gás<sup>4</sup>, aprovará a perfuração recorde de 39.000 poços para extrair gás de quatro milhões de hectares de terras federais. (...) No Chile, o deserto de Atacama é a região mais seca do mundo, mas a água próxima é desviada do uso doméstico para atividades de mineração. Daí a escassez de água, que a seca só faz aumentar: por isso o Chile foi obrigado, em 1999, a racionar a eletricidade, contada duas horas por dia e, não obstante, privatizada. Isso custou cem milhões de dólares por mês às empresas<sup>5</sup>.

É esse lado não mencionado nos discursos que se articulam em torno da iminência de uma crise mundial de recursos hídricos, referente à dinâmica capitalista de apropriação de recursos hídricos atualmente em curso em várias economias nacionais, que buscamos colocar em discussão neste trabalho.

Para apontar os limites, desmistificar os discursos que anunciam a crise hídrica mundial e a proposta de Gestão Racional das Águas levantamos questões que pairam esparsas ao redor da temática discutida, tais como as seguintes:

a) a do gritante desequilíbrio no acesso aos recursos hídricos, especificamente, aos indivíduos do baixo estrato social, num

contexto em que ele é abundante, como na América do Sul;

- b) a da lógica da cobrança pelo uso dos recursos naturais como mecanismo de adequação da relação oferta-demanda a médio e longo prazo, a qual tem recebido o apoio estatal nas esferas estadual e federal no Brasil;
- c) a do crescente interesse dos grupos de capital privado pelo gerenciamento e apropriação dos recursos hídricos em escala mundial, inclusive no Brasil e na América Latina, os quais, (cf. Sader, 2005) estão querendo assumir o controle dos serviços públicos de água, caso a população não resista à pressão privacionista que está em processo de expansão no Brasil;
- d) a da relação existente entre a ausência de políticas públicas e escassez de recursos hídricos, a América Latina. Vejamos abaixo como Ribeiro (2003) se pronuncia acerca dessa discussão:

Na África e na América Latina, a população sem acesso à água passou de 293 para 309 milhões e de 86 para 92 milhões, respectivamente (EM QUE PERÍODO?). Esse expressivo contingente populacional passou a buscar água em outras áreas do continente, criando enorme fluxo migratório e pressionando os estoques hídricos locais. É curiosa a falta de água na América Latina, onde há abundância do recurso. Estima-se que juntos os países andinos e o Brasil detenham cerca de 1/4 do estoque de água doce mundial. A carência de água só pode ser explicada pela ausência de políticas públicas que permitam a adoção de um sistema de coleta, tratamento e distribuição de água para a população local. Entretanto, a má gestão pública não deve ser encarada como justificativa para a entrada do capital internacional. A recente experiência em Cochabamba, na Bolívia, deve ser analisada. Na ocasião, houve majoração em cerca de 30% da tarifa pela empresa estrangeira que ganhou a concessão do serviço de abastecimento de água na cidade, o que resultou em movimento contestatório da população local em pagar a diferença da tarifa. A empresa processou a Bolívia exigindo ressarcimento sobre ganhos futuros que acabou não realizando, dado o levante populacional. Esse processo continua em tramitação. O exemplo boliviano indica que a privatização pode ser um problema, dado que o capital internacional quer remunerar o serviço de acordo com os preços internacionais, tornando muito cara a “mercadoria da água doce” para quem recebe salários baixos até mesmo para padrões latino-americanos (Ribeiro, 2003, p.74).

Para Udaeta (2005), que analisa a privatização da água na Bolívia e a cobrança pelo uso desta como mecanismo de regula-

ção, nos moldes em que está sendo colocada na América do sul, implica no agravamento das possibilidades de acesso à água de qualidade para os consumidores de baixo poder aquisitivo, sendo limitada em resolver o problema da escassez *profetizada* pelas agências multilaterais e grandes corporações de capital privado internacional, parcialmente parceiras em seus instrumentos de ação para com a finalidade de *universalizar* o acesso satisfatório aos serviços de água no mundo, uma vez que propõem a privatização como marca referencial de qualidade.

Segundo os dados disponibilizados pela ONU (Organização das Nações Unidas) e outras instituições a respeito da situação hídrica mundial, tanto em referência à posse de recursos, quanto em referência ao ritmo e intensidade de apropriação e uso de água, o que se tem apresentado como uma situação de iminente catástrofe como um perigo para todos, funcionando, junto com um conjunto de discursos que apelam para o caráter sistêmico e para as metáforas de inclusão, atua como diluidor das avaliações referentes às responsabilidades diferenciadas no enfrentamento da questão.

Assim, países com a condição na qual o Brasil se encontra no momento, em termos de disponibilidade de recursos hídricos, não em situação de vulnerabilidade hídrica, uma vez que detemos aproximadamente 12% da água doce existente no planeta, são colocados na mesma situação de outros nos quais os estilos de produção e de apropriação de recursos naturais em geral e dos hídricos, especificamente, são muito mais intensos e depredadores, resultando em situações locais de estrangulamento nos sistemas de abastecimento.

É interessante para esses lugares nos quais se observam situações atuais de crise hídrica, construir uma concepção disseminada de que a crise é geral, assim como também a responsabilidade em enfrentá-la, bem como um consenso em torno da Gestão Racional de Águas baseada no mecanismo de mercadorização do recurso natural em questão como estratégia única de regulação da oferta e demanda hídrica mundial.

Contraopondo-nos ao discurso apocalíptico referente à escassez mundial de água não estamos querendo afirmar aqui que os recursos hídricos brasileiros devam ser utili-

zados de maneira irracional pelos diferentes tipos de consumidores. O que defendemos é que os mesmos sejam geridos não a partir de uma racionalidade que atenda às determinações do mercado capitalista, mas com base numa racionalidade que contemple as possibilidades e os interesses dos diferentes estratos sociais no Brasil, sempre com ênfase na justiça social e na igualdade.

Petrella (2003) considera que o caminho apresentado como viável pelas corporações de capital privado internacional, tem vieses de unilateralidade e de impossibilidade, já que propõem alternativas que se restringem especificamente à modificação na maneira de acessar os recursos hídricos pela regulação da cobrança, colocando os mecanismos de acesso financeiro, simbolizados nas contas de água como condição necessária para que haja um prolongamento dos mesmos para as próximas gerações, sem que seja problematizado o fortalecimento constante das corporações envolvidas com privatização e a mercantilização da água em escala global. Vejamos como o autor se expressa sobre o ponto:

Por enquanto, as coisas ainda são bastante “feitas em casa”. Todos sabem, por exemplo, que as corporações francesas - em particular as duas chamadas pela mídia de “gigantes da água”, a Générale des eaux (do grupo Vivendi) e a Suez-Lyonnaise des eaux - são, de longe, as maiores companhias distribuidoras de água do mundo. Vivendi é a principal operadora hídrica do mundo (com um volume anual de vendas no valor de US\$ 7,1 bilhões em 1997) e está envolvida também em serviços coletivos no setor ambiental, de energia, de saneamento urbano e de transporte público. Embora sendo a segunda depois do Vivendi em termos nacionais, com um volume anual de vendas de de 5,1 bilhões em 1996, internacionalmente a Lyonnaise des eaux (agora parte do grupo Suez) é a número um (US\$ 2,9 bilhões em 1997 contra os US\$ 2,20 bilhões da Vivendi) e sua subsidiária, a Degremont, é a líder mundial em engenharia de tratamento de água (Petrella, 2003, P. 101).

Dois elementos podem ser destacados como necessários a uma discussão capaz de revelar os lados ocultos e os aspectos ideológicos do discurso apocalíptico sobre a iminência de uma crise hídrica mundial: o primeiro deles, o fato de que são mobilizados símbolos, mitos e crenças que têm como objetivo construir representações, concepções, visões de que estamos todos num mesmo barco, no que se refere às condições de

apropriação e uso dos recursos hídricos em nível mundial, sendo, portanto, todos igualmente responsáveis pelas medidas necessárias à solução da crise hídrica anunciada.

Como efeitos desse discurso totalizador, unificador, de inclusão internacional, temos a proteção dos atores mais responsáveis pela poluição das águas mundiais, bem como daqueles que se privilegiam de estruturas desiguais de acesso e uso do recurso, os quais *desaparecem*, graças às operações mediadas pela articulação das metáforas de inclusão acima mencionadas.

O segundo elemento é a concepção de inescapabilidade forjada pelos propositores da Gestão Racional de Águas com Base na Cobrança, a qual esconde os interesses de um mercado de fornecedores de água crescentemente competitivo e lucrativo.

Tendo como obstáculo concreto a definição da água enquanto recurso comum, objeto de políticas estatais de bem estar social, a potencialização da competição entre os fornecedores de recursos hídricos origina um poderoso discurso de defesa do mecanismo de cobrança, que depende da redefinição da água enquanto mercadoria, aludindo ao mesmo tempo à racionalidade e à eficiência regulatória do mercado.

As preocupações alegadas pelos enunciadores do discurso apocalíptico da escassez da água em nível mundial, as agências multilaterais e alguns governos de países desenvolvidos, soam hipócritas, na medida em que silenciam em relação a aspectos tais como:

- a) os efeitos da crescente privatização do setor de recursos hídricos no mundo e do conseqüente encarecimento da conta de água para consumidores que não podem arcar com os novos valores, a exemplo do acontecido na África do Sul, na Argentina e na Bolívia<sup>6</sup>;
- b) as conseqüências do acirramento da competição entre corporações de capital privado de recursos hídricos<sup>7</sup>;
- c) o estilo de produção que privilegia o uso intensivo de água, à revelia dos outros setores da vida social;
- d) os resultados da poluição das águas causada pela atividade industrial ecológica e socialmente irresponsável<sup>8</sup>.

Ao silenciar sobre esses pontos acima elencados, o discurso apocalíptico sobre a

iminente crise hídrica mundial precisa ser tomado não como uma descrição neutra da situação, em relação à qual as populações e governos locais precisam reagir com urgência e presteza colonizadas. Pensamos que a alternativa dos países latino-americanos continua sendo a de superar os altos índices de desigualdades sociais em vários campos e também no do acesso à água de qualidade, construindo mecanismos de regulação que resultem na racionalização do acesso e uso do recurso, sem que sejam atingidos as exigências de democratização e da justiça social. Neste sentido, um sistema de controle da apropriação dos recursos precisa ser colocado em ação, de maneira a estabelecer limites claros de acesso e uso da água, tanto em referência às estruturas distribuição de água de qualidade a toda a população, sendo controladas as quantidades disponibilizadas para os diversos atores sociais envolvidos, quanto às regras de uso ecologicamente responsável do recurso, sendo o caminho da privatização do mesmo o menos indicado possível!

### **As justificativas para o estabelecimento da cobrança a partir da privatização do setor de recursos hídricos**

Os argumentos dos que defendem a mercadorização da água como mecanismo básico de regulação da relação oferta-demanda de recursos hídricos protegem do questionamento o modo de produção capitalista, como indutor de uma série de incômodos no acesso aos recursos hídricos para grande parte da população mundial, ao mesmo tempo em que justificam a obtenção do lucro nessa área, pela transformação da natureza em mercadoria e os seus conseqüentes impactos sócio-ambientais perversos e imprevisíveis para a humanidade. Vejamos a seguir como se articulam os defensores da adoção de mecanismos de mercado como estratégia para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos mundiais.

Kelman (2003) entende que a introdução da cobrança pelo uso da água no Brasil tem um caráter positivo, por diversos fatores: primeiro, porque tende a proporcionar um uso disciplinado por parte dos usuários, o que contribui para o aumento da oferta e para o afastamento de uma provável crise de es-

cashez de recursos hídricos; segundo, por desonerar o Estado, que muitas vezes investe na execução de serviços desnecessários à sua alçada. O autor comenta também o delicado tema dos subsídios na área dos RHs:

(...) Nas últimas décadas, expressivos subsídios foram carreados para as companhias públicas de saneamento. Entretanto, a maior parte dos subsídios serviu para alegrar empreiteiros, diminuir o custo do serviço para os mais ricos, compensar a ineficiência operativa e dar vantagens aos empregados.(...) Teria sido preferível que os subsídios fossem condicionados à efetiva prestação de serviços em benefício daqueles que não conseguem pagar o correspondente custo ou da comunidade como um todo, principalmente para coleta e tratamento de esgotos. Isso resultaria em maior eficácia e transparência (Kelman, 2003).

Ainda para Kelman (*idem*), o Estado brasileiro está caduco no que concerne à administração das políticas públicas de recursos hídricos pelo fato de ainda não ter conseguido universalizar o acesso e o uso dos mesmos dentro de uma lógica protecionista. Por esse motivo, aponta como alternativa a transferência de responsabilidade do gerenciamento estatal de recursos hídricos para a iniciativa privada com a finalidade de fazer com que possíveis crises de escassez não venham a acontecer, uma vez que os indivíduos passarão a regular o acesso pela possibilidade que terão em pagá-lo.

Um outro ponto presente na discussão sobre a temática do mercado de recursos hídricos é apresentado por Tundisi (2003), de acordo com o qual o valor dos recursos hídricos é muito baixo, sendo a permanência de seus preços atuais, configurada como *irreal* em termos mercadológicos, configurando um processo de *escassez* dos mesmos para grande parte da população nos próximos vinte anos, caso a sociedade não instaure um novo modelo de acessá-los. Assim se pronuncia o autor citado:

A água doce é muito barata. Os vários processos econômicos associados ao tratamento e distribuição da água, além das economias de escala relacionadas ao suprimento da água, fazem com que todos os custos da água sejam relativamente baratos. Águas municipais custam menos de US\$ 0,30 por tonelada métrica, enquanto areia, provavelmente a mercadoria mineral mais barata, custa US\$ 3, a tonelada; o ferro, US\$ 30, a tonelada. No Brasil, a água municipal, cujo custo varia, está em torno de R\$ 0,40 para R\$ 35/1.000m<sup>3</sup> para uso doméstico (custo do tratamento) (Tundisi, 2003, p.188).

Autores como Rebouças (2003)<sup>9</sup>, Berbert (2003) e Senra (2003), além de Tundisi (2003), colocam 2025 como o ano em que a crise no abastecimento de recursos hídricos terá início para grande parte da humanidade, caso a proposta de gestão racional-mercadológica não seja implementada de maneira eficiente.

Os contra-discursos relativos à ótica privacionista do mercado de recursos hídricos são feitos, destacadamente, por Ramos (2003), Felicidade & Martins(2003). Refutando a idéia de penalidade (cobrança) pelo *desperdício*, defendida por Rebouças (2003), Ramos (2003) não aprova o princípio de valoração da água/mercadoria como estratégias capazes de solucionar os problemas da escassez, fazendo com que as crises sejam estendidas ou eliminadas.

A argumentação de Petrella (2003) também vai na direção de Ramos (2003) e nos estimula a subverter a ordem do discurso profético, diante da qual se constroem as idéias de *terrorismo* da escassez e da *segurança* da privatização. O autor questiona as vantagens da implementação das diretrizes do mercado de recursos hídricos no Brasil, seguindo o modelo dos Grupos *Vivendi*, *Suez* e *RWE*, apontando alguns dados da evolução da competição entre fornecedores de produtos hídricos:

Após a privatização da água no Reino Unido, em 1989, as companhias britânicas na área (inicialmente oito, mas reduzindo-se a cinco através de aquisições e fusões) começaram a se interessar pelos mercados internacionais, especialmente a Severn-Trent e a Thames Water. No entanto, elas ainda estão bem atrás das corporações francesas, assim como as norte-americanas (tais como a Bechtel), as alemãs e as japonesas. No momento, a presença mundial da Lyonnaise des eaux é única (veja tabela seguinte), porém, em 1998 e 1999, a Vivendi conquistou um grande número de mercados estrangeiros e agora não está tão atrás da Lyonnaise (...) À medida que mais cidades vão privatizando a distribuição da água, as oportunidades de lucro aumentam; daí o crescente interesse do capital privado em tomar conta do subsetor de água potável. Para tomar apenas o exemplo da Lyonnaise des eaux, o número de grandes cidades que confiaram a essa companhia o gerenciamento de sua água e/ou do meio ambiente vem crescendo a um ritmo rápido. Só em 1997 e 1998, as seguintes quatorze cidade tomaram essa iniciativa (Petrella, 2003, pp.101-104).

Martins & Felicidade (2003) também se posicionam contrários ao princípio da

cobrança e acreditam que a introdução desse mecanismo mercadológico de regulação da apropriação da água, construída como uma mercadoria rara significa colocar as políticas referidas a esse recurso sob os diversos interesses do mercado. De acordo com esses autores, ao centralizar a análise exclusivamente no uso econômico individual dos recursos naturais, deixa-se de apreender a relação existente entre a sociedade e a natureza como processos históricos, dotados de dinâmicas que ultrapassam a ação isolada dos agentes econômicos. Esses autores expressam assim sua opinião a respeito da mercantilização da água e são cautelosos quanto à profecia que preconiza o fim do estoque de recursos hídricos para as próximas gerações:

(...) Submeter o acesso à água a relações lógicas de mercado significa não só privatizar e mercantilizar o ciclo hidrológico natural, mas também criar relações de domínio sobre as possibilidades de reprodução tanto dos novos excluídos do acesso ao recurso quanto de outras espécies naturais. Desse modo, a criação de mercados de direitos de água não é uma forma alternativa de gestão dos recursos hídricos, mas uma nova frente para investimentos e acumulação de capital, mantendo, evidentemente, todas as características excludentes que o processo resguarda (Martins & Felicidade, 2003, p. 33).

Ao contrário da visão técnico-instrumental de Rebouças (2003) e Kelman (2003), Martins & Felicidade (2003), continuam a interpretar como questionável o papel do estabelecimento do mercado de recursos hídricos e da introdução da lógica da abordagem mercantilista na gestão do acesso e uso da água, afirmando os perigos e as limitações dessa abordagem que propõe evitar a catástrofe no que se refere ao acesso aos recursos hídricos, nos seguintes termos:

Para ilustrar, diríamos que, encerrando a capacidade de interação do homem/empresa com a natureza/recurso em um campo racional minuciosamente calculado para o consumo e o lucro, a economia neoclássica despreza, em seu formalismo, elementos relevantes na constituição da vida social-como a diversidade cultural e os fundamentos das estruturas sociais de poder-, os quais são passíveis de determinar preços e influenciar, por exemplo, comportamentos do mercado (Martins & Felicidade, 2003).

Para Ribeiro (2003), é verdade que os relatórios *Global Environment Outlook 2000* e 2003, das Nações Unidas, divulgados recentemente, indicam que a escassez de água será

um grave problema nas próximas décadas. Porém, a “novidade” que Rebouças *et al* (2003) não mencionam é o conteúdo que os documentos revelam, ou seja, a falta de água em países ricos, como Estados Unidos (na Califórnia, Novo México, Texas e Flórida), França e Itália, dentre outros, para um período próximo e não nos países pobres<sup>10</sup>.

Ainda segundo Ribeiro (2003) isso explica a preocupação atual com a gestão de recursos hídricos em escala internacional na última década e a pressão exercida sobre países como o Brasil para a intensificação do comércio de Recursos Hídricos com os referidos países nos quais a crise de abastecimento já é uma realidade. Nas palavras do autor citado:

O elevado excedente hídrico brasileiro, estudado por diversos especialistas na obra organizada pelo geólogo Aldo Rebouças (2002), permite avaliar que, sanados os problemas de abastecimento da região semi-árida e de elevadas concentrações urbanas, como na Grande São Paulo, ou mesmo em áreas de intenso uso agropecuário, como o Pontal do Paranapanema, também no Estado de São Paulo, o país pode tornar-se fornecedor de água doce para outros, exportando essa substância fundamental à existência humana. Porém, não custa lembrar que de certo modo isso já ocorre por meio da comercialização para outros países de produtos agrícolas, os quais utilizam água em seu desenvolvimento. O comércio da água em escala internacional envolve diretamente os grandes grupos de capital privado, dos quais três se destacam: os franceses Vivendi e Suez e o Thames Water, de origem inglesa, recentemente incorporado ao grupo RWE, da Alemanha (Ribeiro, 2003, pp. 71-72).

Ao quadro acima apresentado se adiciona um conjunto de tensões<sup>11</sup> em torno da apropriação e distribuição de recursos hídricos no mundo, principalmente em lugares onde o nível de consumo tem uma dinâmica progressiva a exemplo dos Estados Unidos. A direção que o debate tem tomado, determinada pela influência das grandes corporações do hidronegócio, aponta para uma rota de turbulências para os consumidores cuja capacidade de circular no mercado de águas é restrita.

De acordo com Robert Kurz (2002), outro sociólogo que questiona a inflexão proposta pelos enunciadores do discurso apocalíptico da iminente crise mundial de água, as formas de apropriação desordenadas dos recursos hídricos por parte da propriedade

privada moderna, tende a obstaculizar cada vez mais o acesso democrático aos mesmos. Vale a pena citar seu comentário a propósito da situação em Cochabamba, na Bolívia:

A privatização do abastecimento de água na cidade boliviana de Cochabamba, que, por determinação do Banco Mundial, foi vendida a uma “empresa de água” norte-americana, mostra o que ainda nos espera. Em poucas semanas, os preços foram elevados a tal ponto que muitas famílias tiveram de pagar até um terço dos seus rendimentos pela água diária. Juntar água da chuva para beber foi declarado ilegal, e ao protesto respondeu-se com o envio de tropas. Logo também o sol não brilhará de graça. E quando virá a privatização do ar que se respira? O resultado é previsível: nada funcionará mais, e ninguém poderá pagar. Nesse caso, o capitalismo terá de fechar tanto a natureza como a sociedade humana por “escassez de rentabilidade” e abrir uma outra. (Kurz, 2002: **Caderno Mais**, Jornal Folha de São Paulo.)

Analisando a proposta de encarar a água como uma mercadoria comum e atribuir-lhe um preço como solução para eventuais problemas presentes e futuros de abastecimento, Veiga (1996) afirma que caso não seja efetivada uma mudança na redefinição do consumo orientado pelo mercado, o que pode ocorrer é o melhoramento de um estilo de acesso parcial para um pequeno grupo e um estaque na otimização do acesso coletivo aos recursos naturais, particularmente em relação aos recursos hídricos.

Para Machado (2004), um outro autor que discute o equacionamento dos problemas ligados à questão dos recursos hídricos pela via participativa, acreditando que os conflitos tenderão a ser dirimidos a partir de um consenso intersubjetivo, o acesso à água de qualidade constitui-se num dos fatores vitais à sobrevivência de um país no que se refere à saúde pública e à geração de riquezas. Para que esse recurso venha a ser disponibilizado de forma eficiente, se faz necessária a implementação de uma participação integrada entre os diversos segmentos da sociedade. Por isso, o autor considera como medida essencial a ser adotada pelo governo e pela sociedade uma *atitude nova* frente ao uso dos recursos hídricos, no espaço em que a bacia hidrográfica passa ser a unidade territorial de gestão em substituição às outras unidades político-administrativas, historicamente estabelecidas, a partir da tomada de decisões centralizada e tecnocrática.

No campo da sociologia brasileira, Sader (2005) é um autor que inova em relação à discussão da temática dos recursos hídricos enquanto um bem que passa a ter seu valor de troca hipertrofiado no mercado. O referido autor coloca como condição *sine qua non* para que se construa um acesso igualitário à água de qualidade, a necessidade da sociedade brasileira resistir tenazmente à lógica instrumental do mercado de recursos hídricos em gestação, trabalhando para adotar um modelo de gestão que seja diferenciado das diretrizes da lógica mercadológica e baseado num princípio solidário. Sader (2005) se pronuncia da seguinte forma em relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil:

Apesar de campeão mundial dos recursos hídricos, grande parte da população do Brasil sofre com a escassez de água. Apesar do fracasso em diversas regiões, a política de privatização dos serviços segue na ordem do dia. É preciso resistir. (...) De olho na crise da água na América Latina, muitas empresas privadas européias buscam assumir os serviços de abastecimento público de países da região, incluído o Brasil. Em geral são filiais locais das três principais corporações de serviços de água: as empresas francesas Suez e Vivendi e alemã RWE-Thames, que juntas fornecem serviços de água corrente e saneamento a 300 milhões de clientes em mais de 130 países. (...) Seguindo o Uruguai, seria um bom tema para que os brasileiros se pronunciem em plebiscito antes que a privatização da água seja uma realidade universal (Sader, 2005 In Agencia Carta Marior).

Esse autor também defende que os serviços de gerenciamento e distribuição de recursos hídricos no Brasil devem ser executados pelo Estado, justificando que ninguém pode ser privado deste bem e nem mesmo da participação nos canais de negociação que garantem água para todos. Concordando com a reflexão do referido autor, defendemos o princípio de que a transferência de responsabilidade do controle de abastecimento de água estatal para a iniciativa privada longe de funcionar para o bem de todos, pode criar condições para que aumentem os privilégios já estabelecidos no Brasil em outras áreas<sup>12</sup>.

Sader (2003) chama ainda a atenção para o fato de que aceitar a mercadorização da água significa justificar a ordem instrumental do mercado de recursos hídricos num contexto em que um modelo de estratifica-

ção social no qual se observam uma assimetria muito profunda, o que pode significar o favorecimento daqueles poucos que podem desfrutar das vantagens que são oferecidas pela hierarquia construída na sociedade capitalista. Esse argumento é fortalecido na abordagem de Martins & Felicidades (2004, p. 34), como apresentado a seguir:

O impacto que a criação de mercados de água traz para o exercício da cidadania precisa ser considerado urgentemente, sobretudo porque o cidadão está acima do consumidor no que concerne às garantias constitucionais de proteção dos direitos. Conforme mostra Castro (1998), os direitos sociais, como educação, saúde, proteção contra indigência, dentre outros, constituem as condições mínimas para a participação plena de qualquer indivíduo em sua comunidade e assim também para o exercício efetivo dos direitos e das obrigações da cidadania civil e política. Sem os direitos sociais reais (e não somente formais), a população que não possui condições de comprar educação, a saúde e - no caso em questão - a água em mercados, fica excluída também da cidadania civil e política. Nesse sentido, mesmo a simples cobrança pelo uso da água já traz consigo a possibilidade de gerar novos excluídos sociais.

Para entendermos adequadamente a questão da escassez de recursos hídricos no mundo, é necessário considerar os dados sobre as taxas de consumo associadas a países, aos setores das atividades econômicas e aos estratos sociais específicos. Vale a pena também considerar para quem e em que medida é proposto o uso racional em termos de uso racionado da água como pré-requisito capaz de evitar a escassez. O modelo proposto pelos Estados Unidos para racionar os recursos naturais/hídricos, associa-se a um princípio controverso de acordo com o qual se deve, a todo custo, diminuir o consumo de recursos hídricos por parte dos consumidores na América Latina, África e Ásia, enquanto as suas taxas atuais de uso de água devem ser mantidas e até aumentadas.

Argumentamos no sentido de que, caso não haja uma reversão no modelo de gerenciamento de recursos hídricos, passando de um que dá ao mercado livre espaço, para outro que implemente um gerenciamento estatal, recolocando a esfera da cidadania no conjunto de visões e ações a defender nos países nos quais amplos setores da população se encontram em níveis muito acentuados de pobreza, torna-se-á cada vez mais preocupante a desigualdade de acesso aos

recursos hídricos nos países periféricos.

Vivemos atualmente, a ausência de um modelo de gestão que seja capaz de formular um contrato social capaz de possibilitar à sociedade um acesso e uso mais eficiente e humanista na área dos recursos hídricos. Diante da ausência de um modelo de gestão pública competente de recursos hídricos, ficamos vulneráveis às concepções teóricas conservadoras que se sobrepõem no momento, limitadas em suas proposições de melhoria de acesso e uso satisfatório de recursos hídricos aos diferentes consumidores, pelo fato de desconsiderar o contexto histórico no qual os indivíduos se encontram.

Como principais conclusões a que chegamos neste trabalho, destacam-se as seguintes:

- A proposta apresentada pelos teóricos defensores da mercadorização, que prevê a escassez hídrica mundial como inevitável, apresentando a transformação dos recursos hídricos em mercadoria como mecanismo de regulação da relação ente oferta e procura do recurso, é limitada como instrumento capaz de assegurar o acesso e uso aos diferentes estratos sociais em quantidade e qualidade num contexto que não referencia a dinâmica da acumulação e da produção de mercadorias no atual sistema capitalista.

Ao nosso ver, a catástrofe que poderá ocorrer não se refere à escassez de água em nível mundial, mas advém da ameaça proporcionada pela privatização das companhias de água, elevando e repassando consideravelmente o preço aos consumidores que não podem pagar e enquadrando o acesso de recursos hídricos à lógica instrumental do mercado;

- Existem ambigüidades nas percepções que os diferentes atores sociais constroem em relação aos problemas ambientais em geral e aos observados na área dos recursos hídricos. O discurso apocalíptico a respeito de uma iminente crise mundial da água mobiliza símbolos, mitos e crenças que se articulam no sentido de proteger interesses particulares envolvidos na transformação da água em mercadoria.

- Há, no momento, um avanço considerável em relação aos níveis de desigualdade no acesso e uso aos recursos hídricos para

- os consumidores de baixa renda na América Latina, na África e na Ásia;
- Uma abordagem sociológica das questões envolvendo o manejo e controle dos recursos hídricos em nível mundial se faz mais do que nunca necessária, para que possamos entender o contexto e o porquê da consensualização em torno da abordagem anti-intervencionista.
  - Existe uma timidez por parte dos reguladores de recursos hídricos no Brasil em assumir um contra-discurso diante da imposição da abordagem que propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, deixando os critérios de regulação do setor de recursos hídricos nas mãos dos técnicos e nas justificativas impostas pelas agências multilaterais.

#### Notas:

<sup>1</sup> Segundo o artigo 19, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I) reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; II) incentivar a racionalização do uso da água; c) obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

<sup>2</sup> Courrier International, n. 505, julho de 2000, p.30.

<sup>3</sup> Jan Mazurak. Making microchips: Policy, globalization and economic restructuring in the semiconductor industry. MIT Press, 1999.

<sup>4</sup> Blaine Harden e Douglas Jehl. "Pumps extract gas and ranchers' anger". The New York Times, 12-13 de Janeiro de 2003.

<sup>5</sup> Gerard Moatti. Lês Echos, 29 de abril de 1999.

<sup>6</sup> As seis mortes ocorridas em Cochabamba, resultantes dos conflitos entre consumidores e policiais, quando a água foi privatizada; as epidemias de cólera na África geradas em decorrência da privatização da água que inviabilizou o pagamento das faturas pelos consumidores.

<sup>7</sup> Considerados o grande negócio do século XXI, os serviços de saneamento básico são disputados ferozmente pelas grandes multinacionais do setor, de olho num mercado potencial de US\$ 400 mil milhões por ano. São francesas as duas maiores do mundo – Veolia Environnement (nascida da gigante Vivendi Universal) e Grupo Suez (antiga Lyonnaise des Eaux). Juntas operam 80% dos serviços em seu país de origem e estão presentes em todos os continentes, inclusive América do Sul. Em 2004, a Veolia faturou • 24,6 mil milhões; a Suez, • 40,7 mil milhões. Muito mais que competência técnica, conforme afirma a propaganda das sofisticadas brochuras distribuídas pelos agentes da privatização, o segredo do êxito está em práticas impúblicáveis. Ou eram assim até o lançamento do livro *Les vérités inavouables de Vivendi* (As verdades inconfessáveis da Vivendi), de autoria do sindicalista Jean Luc Touly. Também presidente da seção

francesa da Associação pelo Contrato Mundial da Água, no início de março, ele esteve no Brasil a convite do Governo do Paraná – que disputa o controle da Sanepar com o consórcio liderado pela Vivendi-Veolia – e relatou parte dessas manobras. No dia 8, participou em São Paulo de debate sobre o tema, realizado pelo Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente), com apoio do SEESP, IMG (Instituto Maurício Grabois) e outras entidades.

<sup>8</sup> Sobre esse tema, ver, por exemplo, Bouguerra (2004), segundo o qual a estimativa atual é a de que 40% dos rios estejam poluídos no referido país e que 3,5 milhões de pessoas, corram um alto risco de contrair algum tipo de câncer nos próximos anos. Um outro ponto problemático em relação à contaminação da água nos Estados Unidos é que o arsenal tecnológico capaz de operacionalizar a disponibilização de uma água potável aos consumidores em geral, não está sendo usado, uma vez que a solicitação dos produtores de cloro e dos industriais de madeira, tidos como os maiores financiadores da campanha de Bush, foi aceita pela justiça daquele país, impedindo o EPA de impor uma diminuição nas taxas de poluentes lançadas nos rios que são altamente cancerígenos.

<sup>9</sup> Rebouças (2003) apresenta, como outro elemento de uma proposta de gestão de água para que evitemos a crise prevista um exemplo considerado por ele como eficiente na Europa e que deveria, ao seu ver, ser aplicado no Brasil com intuito de fazer com que os recursos hídricos não se transformem em algo escasso num futuro próximo: Na Inglaterra e na Europa como um todo, em geral as perdas por vazamentos ou roubos (os chamados 'gatos') chegam a no máximo 20%. É que, lá, a concessionária tem poder de polícia e, se detecta um vazamento, autua o responsável. Aqui, só é feito um registro. A SABESP é concessionária estatal e movimenta muito dinheiro e, com isso, possui um poder político muito forte. Não existe penalidade nenhuma para a ineficiência e o desperdício de água no Brasil (Rebouças, 2003, p. 32).

<sup>10</sup> "Entre os 30 primeiros países em disponibilidade hídrica, de um total de 180 analisados no documento de 2003, apenas Canadá, Noruega e Nova Zelândia são considerados de renda elevada. O Brasil aparece na 25ª posição, com 48.314m³ per capita/ano. Ribeiro (2003: 71).

<sup>11</sup> "No oriente Médio, a tensão pelo acesso à água envolve Israel, Palestina, Síria, Jordânia, Egito, Turquia e Iraque" (cf. Ribeiro, 2003:74).

<sup>12</sup> Em relação aos perigos da privatização do controle dos recursos hídricos vale a pena conhecer o exemplo apresentado por Petrella (2003), referindo-se à situação enfrentada em 1997, na cidade de Manilha, atual capital das Filipinas: Essa transferência de responsabilidades foi importante por dois motivos. Em primeiro lugar, foi a negociação sobre a água de maior vulto que já ocorreu em qualquer parte do mundo, envolvendo um investimento de pelo menos US\$ 7,5 bilhões e reforçando a tendência crescente de que a propriedade, a apropriação, o gerenciamento e a utilização da água em cidades importantes de países subdesenvolvidos passem para o controle de empresas privadas (outros exemplos incluem a Cidade do México, Hanói, Buenos Aires, Casablanca

e Moscou). Em segundo lugar, Manilha descobriu que aplicavam a ela o princípio de que o pobre paga pela água do rico, pois o primeiro grupo de empresas propôs-se a cobrar ao leste de Manilha (a parte mais rica da cidade, onde se localiza o distrito comercial) o preço de 7 centavos de dólar por metro cúbico, enquanto que o segundo grupo anunciou que venderia a água a 14 centavos de dólar por metro cúbico. Além disso, ambos os preços estavam bastante abaixo daquele pago anteriormente pelos residentes mais ricos de Manilha (aproximadamente 28 centavos de dólar por metro cúbico) (Petrella, 2003, p.29).

## Referências

- BOUGUERRA, Mohamed Larbi. *As batalhas da água – por um bem comum da humanidade*. Tradução de João Batista Kreuch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BERBET, Carlos Oití. O Desafio das Águas. In: MARTINS, Rodrigo et al (orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil*. São Carlos: RiMa pp.81-95. 2003.
- KELMAN, Jerson. **Uma proposta: cobrar pela água confiável**. <http://www.ana.gov.br>. Consultado em: 20/10/2003.
- KURZ, Roberto. A Privatização do Mundo. *Caderno Mais da Folha de São Paulo*. São Paulo, 14/2. 2002
- LEI nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a Política de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- LIMA, Guilherme & MAUAD, Frederico Fábio Planejamento estratégico do sistema de recursos hídricos. In: *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e políticos-institucionais* (orgs.) MARTINS, Rodrigo & FELICIDADE, Norma, São Carlos: RiMa, 2003.
- MACHADO, Carlos. A questão da água brasileira frente à Engenharia Ambiental e à cultura administrativa de forte tradição centralizadora e tecnocrática. Disponível em [www.sbpnet.org.br/jc](http://www.sbpnet.org.br/jc), consultado em 15-10-2004.
- MARTINS, Rodrigo & FELICIDADE, Norma. *Uso e gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003. Volume I. 2003.
- MARTINS, Rodrigo et al. *Uso e gestão dos Recursos Hídricos no Brasil II Velhos e novos desafios para a cidadania*. São Carlos: RiMa, Volume II. 2004.
- BELLO, Érika Dal & FELICIDADE, Norma. Impactos da Política de Cobrança dos Recursos Hídricos sobre as Indústrias dos Municípios de São Paulo e Campinas. In: MARTINS, Rodrigo & FELICIDADE, Norma (orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil/Desafios Teóricos e Político-Institucionais*. São Carlos: RiMa, volume 1, pp. 171-186. 2004.
- PETRELLA, Ricardo. *O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial/tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne*, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2003.
- RAMOS, Pedro. Desenvolvimento, Excedente, Desperdício e Desigualdade: A Insustentabilidade do Nosso Modo de Vida. In: MARTINS, Rodrigo & FELICIDADE, Norma (orgs) *Uso e gestão de recursos hídricos/Desafios Teóricos e Político Institucionais*. São Carlos: RiMa, volume 1, pp. .35-51. 2003.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS, Rodrigo & FELICIDADE, Norma (orgs) *Uso e gestão de recursos hídrico*. São Carlos: RiMa, volume 1, pp. 71-77. 2003.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- REBOUÇAS, Aldo et al. *Água doce no Brasil: Capital Ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.
- SADER, Emir. *Água de Beber*. [www.agenciartamaior.com.br](http://www.agenciartamaior.com.br), consultado em 20/03/2005.
- SENRA, João Bosco. Água o desafio do terceiro milênio. In VIANA et al (orgs). *o desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 133-144.
- SETTI, Arnaldo Augusto. *A Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos*. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica,-ANNEL: Agência Nacional de Águas- ANA. 2001.
- SILVA, Jairo Bezerra. As transformações do estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil: o caso dos recursos hídricos. Dissertação (Mestrado)-UFCG/UFPB, 2003.
- TUNDISI, José Galizia. *Água no Século XXI: enfrentando a escassez*. –São Carlos: RiMa. 2003.
- VARGAS, Marcelo C & PAULA, Gabriela de. (2003), “Introdução à percepção social da água: estudos de caso no interior paulista” In: MARTINS, Rodrigo et al (orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil*. São Carlos: RiMa, pp.127-147.
- UDAETA, Maria Esther. Os Donos da Água. <http://resistir.info>, contato em 23/06/05 Tradução de Margareta Ferreira. 2005.



## ¿Son gobernables las metrópolis? Nuevo paradigma social y Las “luchas” sociales por los servicios en México como una redefinición del espacio político\*

Are the metropolis governable? New social paradigm and the “social fights” for the public services in Mexico as a redefinition of the political space

*Les métropoles sont-elles gouvernables ? Nouveau paradigme social et « luttes » sociales pour les services à Mexico comme redéfinition du politique*

*São governáveis as metrópoles? Novo paradigma social e as “lutas” sociais pelos serviços no México como uma redefinição do espaço político*

Felipe de Alba\*\*

Recebido em 25/10/2005; revisado e aprovado em 11/11/2005; aceito em 31/01/2006.

**Resumen:** En las últimas décadas, aparece una nueva polarización del sistema-mundial, que se rige cada vez menos por el Estado, antes concebido como el principal territorio de la regulación económica aparece, dando lugar a la metropolización y el surgimiento de megalópolis a escala planetaria. Así, en este texto discutimos la gobernabilidad de los servicios en México, analizando el nuevo paradigma de las luchas sociales que tiene lugar en su seno, como uno de los resultados y efectos de la mundialización, acumulando nuevas tensiones y desigualdades en su espacio social y político.

**Palabras clave:** Metropolización; México; mundialización; paradigma social; movimientos sociales.

**Abstract:** During the last few decades, a new polarization of the world system appears. This polarization prevailed less and less by the State before conceived as the main space of the economic regulation. In consequence the metropolisation and the sprouting of megalopolis on planetary scale appeared. In this article we discussed the governability of the public services in Mexico by analyzing the new paradigm of the social fights as one of the results and effects of the globalization which accumulate new tensions and inequalities into its social and political space.

**Key words:** Metropolisation; Mexico City; global process; social paradigm; social struggles; public services.

**Résumé:** Dans les dernières décennies, une nouvelle polarisation du système mondial s'est effectuée, chaque fois moins gérée par l'État, précédemment conçu comme le principal territoire de la régulation économique, et qui a donné lieu à la métropolisation et à l'apparition de mégapoles à l'échelle planétaire. Dans ce texte nous examinons la gouvernabilité des services à Mexico en analysant le nouveau paradigme des luttes sociales qui ont lieu sur son territoire, lesquelles sont les résultats et les effets de la mondialisation, soit l'accumulation de nouvelles tensions et inégalités dans son espace social et politique.

**Mots clés:** Métropolisation ; Mexico;mondialisation; paradigme social luttes sociales; services publics.

**Resumo:** Nas últimas décadas, aparece uma nova polarização do sistema mundial, regido cada vez menos pelo Estado, antes concebido como o principal território da regulação econômica, dando lugar à metropolização e o surgimento de megalópolis à escala planetária. Assim, neste texto discutimos a governabilidade dos serviços no México, analisando o novo paradigma das lutas sociais que tem lugar em seu seio, como um dos resultados e efeitos de mundialização, acumulando novas tensões e desigualdades em seu espaço social e político.

**Palavras-chaves:** Metropolização; México; mundialização; paradigma social; movimentos sociais.

Una nueva polarización del sistema-mundial, el cual, hoy en día, se rige menos por el Estado, antes concebido como el principal territorio de la regulación económica aparece. El mundo vive una redefinición de los lugares centrales en provecho de las metrópolis, las cuales logran instaurarse en la cima de una nueva jerarquía urbana. La metropolización y el surgimiento de megalópolis a escala planetaria constituyen procesos de gran importancia para las sociedades contemporáneas, sobre todo en la

segunda mitad del siglo XX, y mas recientemente, como uno de los resultados y efectos de la mundialización, acumulando nuevas tensiones y desigualdades en el espacio social y político de las mismas (De Alba y Jouve, 2005).

Así, la primera condición para alcanzar dicho *status*, es integrarse a los flujos globales que estructuran y fomentan el capitalismo avanzado (finanzas, actividades económicas de intermediación, investigación y desarrollo, etc.). Desde la úl-

\* Este texto es resultado parte de una investigación de doctorado sobre la geopolítica y el conflicto por los servicios en la metrópoli de México.

\*\* Grupo de Interdisciplinario de Investigación Latinoamérica Urbana en Montreal - Institut d'Urbanisme Bureau 3050, Faculté d'Amenagement 343-61-11 Ext. 3501, Université de Montréal. C.P. 6128 succ. Centre-ville Montréal (Québec) – H3C 3J7. Tél : (514) 343-7294 Fax : (514) 343-2183 – Canadá. (fdealbam@gmail.com).

tima década, antes de que se desarrollara el interés en las ciudades de los países en desarrollo, esta modificación de nuestras referencias geopolíticas y el surgimiento de ciudades globales habían sido objeto de importantes discusiones principalmente sobre las ciudades de países desarrollados (Sassen, 1991). Hasta hace algún tiempo, era claro que el crecimiento demográfico de éstos últimos, permitía atribuirles innegablemente la tipología de megalópolis.

Pero, en parte debido a un relativo etnocentrismo que conduce a privilegiar el análisis de las ciudades del “Norte” (Gugler, 2003), la inserción de las ciudades de los países en desarrollo en los flujos globales de la nueva economía era subestimada. Dicha situación ha sufrido cambios profundos.

Siguiendo con ello una fuerte tendencia, la integración de las ciudades del “Sur” en la mundialización opera a partir del debate de las relaciones de interdependencia que vinculaban estas ciudades con su fundamento “natural”: su territorio nacional. Es el caso particular de la ciudad de México.

La crisis económica que conoció el país en 1982, condujo a una evidente disminución de la actividad industrial en México en la época derivado de la incapacidad del Banco central mexicano para hacer efectivo el reembolso de la deuda contraída con acreedores extranjeros. La integración continental y el desplazamiento del núcleo industrial del país hacia la frontera de los Estados Unidos, dentro del marco del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN, por sus siglas en español), aceleraron este proceso. No obstante, la zona metropolitana de México sigue siendo el núcleo de concentración industrial del país.

Al mismo tiempo, las actividades del sector terciarios y el desarrollo de México como un centro bursátil, como vectores de la metropolización e inserción en los flujos financieros globales contribuyeron a la transformación del sistema económico metropolitano (Parneiter, 2002), entre otros. Los trabajos más recientes que permiten una clasificación de las metrópolis en función de su grado de internacionalización, muestran que México forma parte de las ciudades globales de segundo nivel, posicionándose

detrás de ciudades como Londres, París, Tokio, Nueva York, Toronto, pero adelante de Boston, Dallas, Ginebra, Berlín.

En los hechos, México participa plenamente en el proceso de mundialización que conduce a una aceleración y una intensificación de intercambios entre algunas ciudades globales, entre las cuales empero, existe una clara jerarquía (Sassen, 2002).

Este artículo aborda otra realidad de esta dinámica, concentrándose más en las transformaciones sociopolíticas que, en las causas de la inclusión de México en la mundialización, Como eje de investigación sostenemos que dichas transformaciones sociopolíticas condujeron estos últimos años a un trastorno del aparato político metropolitano.

En efecto, si nos posicionamos en el extendido fenómeno de la mundialización, la particularidad de las ciudades en desarrollo reside, en gran parte, en el hecho de que la mundialización opera *dentro* del marco de una transformación inherente a los mecanismos y a las modalidades de regulación entre los Estados-nación y las sociedad civil (Gugler, 2004).

Los Estados-nación no son solamente actores claves de la internacionalización de sus metrópolis, llevadas a cabo por medio de políticas neoliberales cuyas consecuencias sociales son a menudo desastrosas. Los Estados-nación deben establecer acuerdos con los movimientos sociales y las poderosas dinámicas políticas partidarias que ponen en discusión dicha agenda político nacional.

Este doble proceso, puesto en práctica en un gran número de países latinoamericanos actualmente, conduce a hacer de estas metrópolis, territorios fundamentales de la controversia de la agenda neoliberal. En ellos, se desarrollan las protestas urbanas radicales en respuesta a la exclusión social, a la extrema pobreza prevaleciente en estas ciudades. En este sentido, México ocupa un lugar de gran envergadura que tiene consecuencias políticas locales y sobre todo esencialmente nacionales. Llegada al poder en 1997, una nueva elite política progresista fue elegida por la cabecera de una nueva institución -el Gobierno del Distrito Federal- que hasta este momento, estaba constituida por una

administración controlada directamente por la Presidencia de la República y dirigida por un alto funcionario.

En dicho sentido, la ciudad de México representa actualmente un territorio de experimentación para la elite política mexicana. Aquí suponemos que, sin rechazar completamente las prácticas clientelares, características del régimen político mexicano desde la revolución de 1917, dicha elite política intenta encontrar una “tercera vía” entre la opción de un neoliberalismo practicado desde finales de los años ochenta y un Estado benefactor controlado durante 70 años por la mano de hierro del Partido Revolucionario Institucional (PRI).

### **Nuevos polos del conflicto social y político en las metrópolis**

México, la cuarta megalópolis del mundo, con sus 22 millones de habitantes, se presenta como un caso de macrocefalia urbana típica de los países latinoamericanos (Semmond, 2001). México cuenta con más del 20% de la población nacional y con alrededor del 30% del PIB nacional. Tanto por los recursos concentrados en su territorio, así como por las dinámicas sociales y políticas que actúan en el mismo, México había sido el polo estratégico del régimen político mexicano, uno de los más estables de toda América Latina durante el siglo XX: una estabilidad comprendida por algunos como una forma de “dictadura perfecta”<sup>1</sup>.

En gran parte, la ciudad ha sido el principal laboratorio de transformación del Estado mexicano durante estos últimos veinte años. Este periodo se ha concretizado por la aplicación de la agenda neoliberal, la polémica de la legitimidad funcional de un Estado históricamente muy hábil ante la gestión de algunos acontecimientos catastróficos y la manifestación de nuevos actores políticos y sociales que modificaron sustancialmente la escena política local y nacional. México es a la vez el crisol y el laboratorio de estas transformaciones.

México representa un caso típico de la explosión demográfica que han experimentado buen número de metrópolis del Sur durante los cincuenta últimos años. Diversas variables históricas y estructurales se

combinaron para conducir a esta dinámica incitada por la llegada masiva de población rural e indígena atraída por la imagen del progreso y de justicia social, con el cual el gobierno federal dotó a la ciudad. En efecto, una de las particularidades régimen político reside en el vínculo orgánico entre el Estado federal, controlado por un partido político dominante (el Partido Revolucionario Institucional - PRI) y la creación, desde 1928, del Distrito Federal.

El Estado mexicano encuentra su origen en un movimiento revolucionario, afianzado sobre una amplia base social y en una atención especial a los intereses de la población rural, uno de sus bases principales (Cosío, 1972). El Estado mexicano gobernó durante 70 años fundado en un solo partido, construyendo una relación corporativa con los asalariados, los campesinos y las organizaciones populares. Asimismo, recurriendo a distintas estrategias (presiones, concesiones, negociaciones) según los contextos y las circunstancias del momento. La continuidad del régimen estableció su continuidad, de igual manera, sobre una extensa red de intereses y de corrupción que otorgaba favores y privilegios a cambio del apoyo y de la fidelidad electoral (Garrido, 1995), entre otras.

Podemos sostener, sin temor a equívocos, la tesis del isomorfismo perfecto entre la estructura del Estado, sus modos de acción y de intervención en la sociedad civil, y el PRI, que al mismo tiempo, tanto a nivel local y nacional, socavaba la naturaleza federalista del Estado mexicano. El Estado entonces dejaba un reducido margen de maniobra y de espacios políticos, así como un reducido margen a la competencia con otras posibles formaciones políticas. Esta integración de las distintos niveles de gobernabilidad fue posible gracias a la saturación del espacio político operada por el PRI.

Dicho funcionamiento, basado en la regulación a través de un partido dominante, permitía al gobierno federal conservar el apoyo de las masas populares casi sin conflicto alguno. La ciudad de México, antes de las reformas políticas de los años noventa, era la sede política de la mayor parte de esta estructura corporativista (Perló & Schteingart, 1984). No obstante, algunos trá-

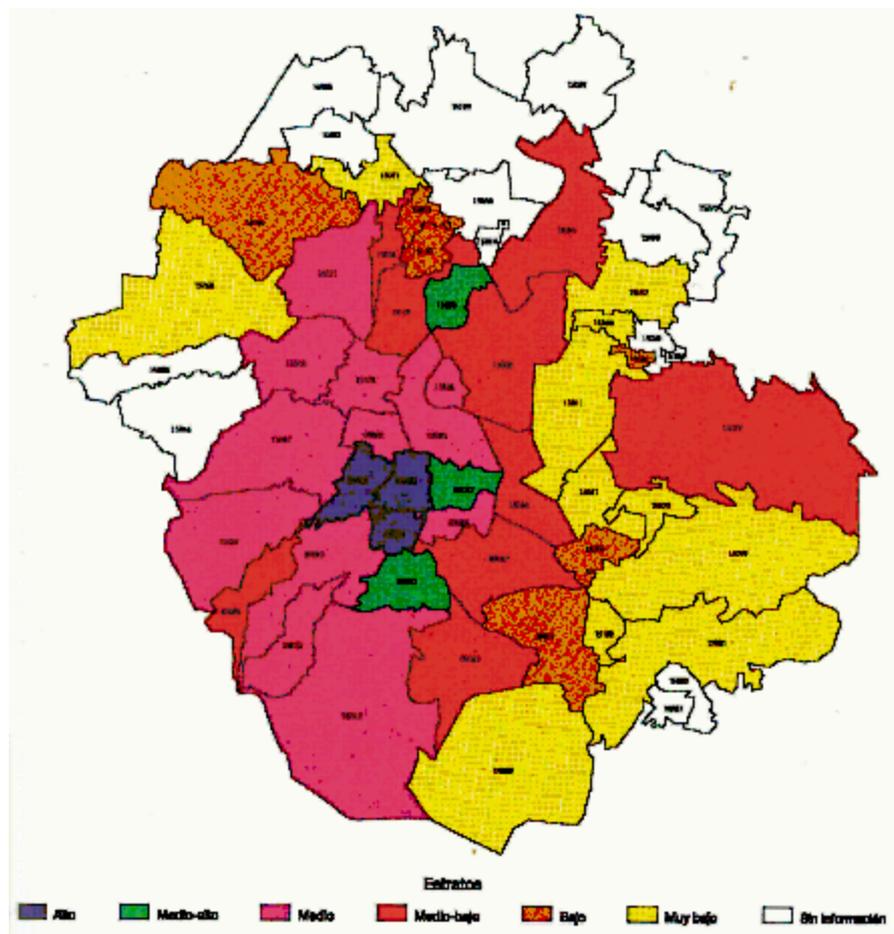
gicos acontecimientos como la violenta represión de las manifestaciones estudiantiles en 1968, entre muchos otros, nos permiten no olvidar que dicho apoyo requirió también de evocaciones al carácter represivo del régimen.

El ejercicio constante de la dominación y el recurso a la violencia de Estado, se explican en parte, por el hecho de que el Distrito Federal haya sido durante décadas, un territorio estratégico para el régimen político (Davis, 1998), además de ser la sede de los poderes federales. Si comparamos la situación con la zona metropolitana en su conjunto, la ciudad de México, hasta los años setenta, se ha beneficiado de inversiones masivas provenientes del Estado federal<sup>2</sup>. Dichas inversiones, permitieron a sus habitantes beneficiarse de un nivel de vida estable y próspera, así como de una relativa movilidad social. Localizadas esencialmente en el Distrito Federal, las inversiones industriales del

Estado mexicano fueron progresivamente reorientadas hacia el noroeste de la metrópolis, sobrepasando los límites de la ciudad hacia el estado de México.

Al mismo tiempo, las delegaciones del Distrito Federal y los municipios del este y del sudeste de la metrópolis, recibieron lo esencial del éxodo rural proveniente del resto del país. A partir de los años setenta, la política industrial del Estado destinada a la capital (el Distrito Federal), conduce a una fuerte polarización socio-espacial que tendría consecuencias muy importantes en la organización política de la metrópolis a partir de 1950 hasta nuestros días (Gráfico 1). Así, si la década entre 1960-1970 marcaron una explosión demográfica a escala de la metrópolis, los años ochenta se caracterizan por una disminución relativa del peso demográfico del Distrito Federal respecto al crecimiento de los municipios periféricos, situados en el estado de México.

**Gráfico 1.** Estratificación socioespacial de la metrópolis de México, por delegaciones y municipios



Fuente: Elaboración propia con información de Garza, 2000.

Hasta décadas recientes, la ciudad de México fue para Estado el emblema de la estabilidad del régimen político y el ejemplo de su eficacia (Davis, 1998; Castillo, Ziccardi, *et al* 1995). En la ciudad, el modelo de desarrollo nacional se tradujo por la construcción de grandes infraestructuras, el desarrollo de una red de carreteras muy importante, la subvención de numerosos servicios públicos por el Estado federal que permitieron el acceso generalizado a la educación y a la salud, a la intensidad de su vida cultural y a la difusión de una imagen de progreso social (Pradilla 2000).

En el imaginario colectivo mexicano, México ha representado por un largo periodo, la fuerza del régimen existente y del partido dominante a través de su capacidad, por una parte, para generar un pacto social con los principales actores colectivos de la sociedad civil (sindicatos patronales y trabajadores) (Icazuriaga, 1992) y por otra parte, para instituir sus principales realizaciones económicas y sociales.

Esta es la razón por la cual, antes de las primeras elecciones del Gobierno de Distrito Federal en 1997 por sufragio universal directo, la ciudad estaba bajo el control administrativo y político del gobierno federal. El Distrito Federal era entonces dirigido por un alto funcionario de Estado, el *Regente*, nombrado directamente por el presidente de la República.

El peso de la capital federal en el espacio político nacional explica en gran parte, por qué sus distintos gobiernos no aceptaron nunca, antes de 1997, dotar la ciudad con estructuras decisionales autónomas democráticamente elegidas (Székely, 1998). Al mismo tiempo que, a partir de 1985, los primeros signos de deterioro del régimen y de su crisis de legitimidad se anunciaban. Sería necesario esperar los años noventa para que esta dinámica institucional fuera concebida.

### **La conflictividad en un escenario de actores emergentes**

Durante los veinte últimos años, la ciudad de México atestigua, en sus modos particulares de gobernabilidad, las principales transformaciones que se produjeron en el

régimen político. Estas transformaciones fueron la estructuración de un poderoso movimiento de contestación política en la ciudad y a veces, a escala metropolitana, al mismo tiempo en sus exigencias y situado en la periferia del modo de regulación tradicional fundado en la corrupción, en el corporativismo y en el clientelismo.

Estas dinámicas sociales se resumieron en sinergias propias del campo político las cuales se concretaron por la erosión progresiva de la base electoral del PRI a partir de 1980, principalmente, y en la nueva importancia de partidos de oposición que optaron, sea por una lógica de confrontación directa (el caso del Partido Revolucionario Democrático -PRD), sea por una lógica de negociación (el caso del Partido de Acción Nacional -PAN) con el aparato de Estado con el fin de acceder al poder.

De esta forma, la ciudad de México fue un terreno de experimentación especialmente importante en la estrategia que en 1997, condujo a la conquista del nuevo gobierno del Distrito Federal por el PRD, prefigurando la evicción del PRI del Gobierno federal en el 2000 con la elección de V. Fox, representante del PAN a la Presidencia de la República.

Las protestas sociales en la metrópoli de México han sido numerosas y difíciles de catalogar (De Alba, 2004). Todas ellas tienen en común el haber reposado en fuertes expectativas vinculadas con el inmoderado crecimiento demográfico de la ciudad y por ende de la metrópolis, y con la incapacidad del aparato gubernamental a administrar este proceso. Asimismo, reflejan al menos dos características centrales. Por una parte, en materia de acceso a los servicios colectivos esenciales (agua, saneamiento, entre otros), alojamiento salubre y oficial, y por otra parte, en materia de participación política y de refuerzo de la democracia local (Castro, Kloster y Torregrosa, 2004). El giro neoliberal ha sido un elemento cristizador, notablemente a través de un conjunto de decisiones muy impopulares (el desmantelamiento de las redes de hospitales para las personas desamparadas, la liberalización de los precios de base en el consumo, la privatización de las empresas públicas, entre otros).

En ello, los movimientos sociales urbanos que se desarrollaron durante el curso de los veinte últimos años en México, son muy cercanos en sus pretensiones de los que se observan durante el mismo período en las metrópolis de los países desarrollados y que hacen decir a algunos autores, que estas formas de acción colectiva tienen por credo el establecimiento de un vínculo de causalidad mecánica entre “la democratización de la vida cívica y la generalización de un nivel de vida ‘decente’ para todos los ciudadanos” (Hamel *et al.*, 2000: 16).

Concretamente, estas formas de resistencias en la agenda neoliberal se expresaron con motivo de algunos acontecimientos clave en los cuales el gobierno federal se mostró incapaz de resolver las situaciones de crisis (el sismo de 1985, las inundaciones en el Valle de Chalco, por ejemplo) o aun, incapaz de dirigir los programas de gran envergadura para el futuro de la ciudad y con ello el de la metrópolis (construcción de grandes infraestructuras de transporte: la línea B del metro, construcción de un segundo piso del periférico).

Esta deficiencia del gobierno federal marcó la vida política de la capital federal, y por consiguiente el campo político nacional, dando como resultado un régimen político cuya legitimidad funcional era prácticamente inexistente. Generalmente, la multiplicación de estas crisis decisionales condujo al cuestionamiento radical de un modo de gobierno de la ciudad centrado en el control jerárquico directo ejercido por las administraciones federales, sin ninguna estructura

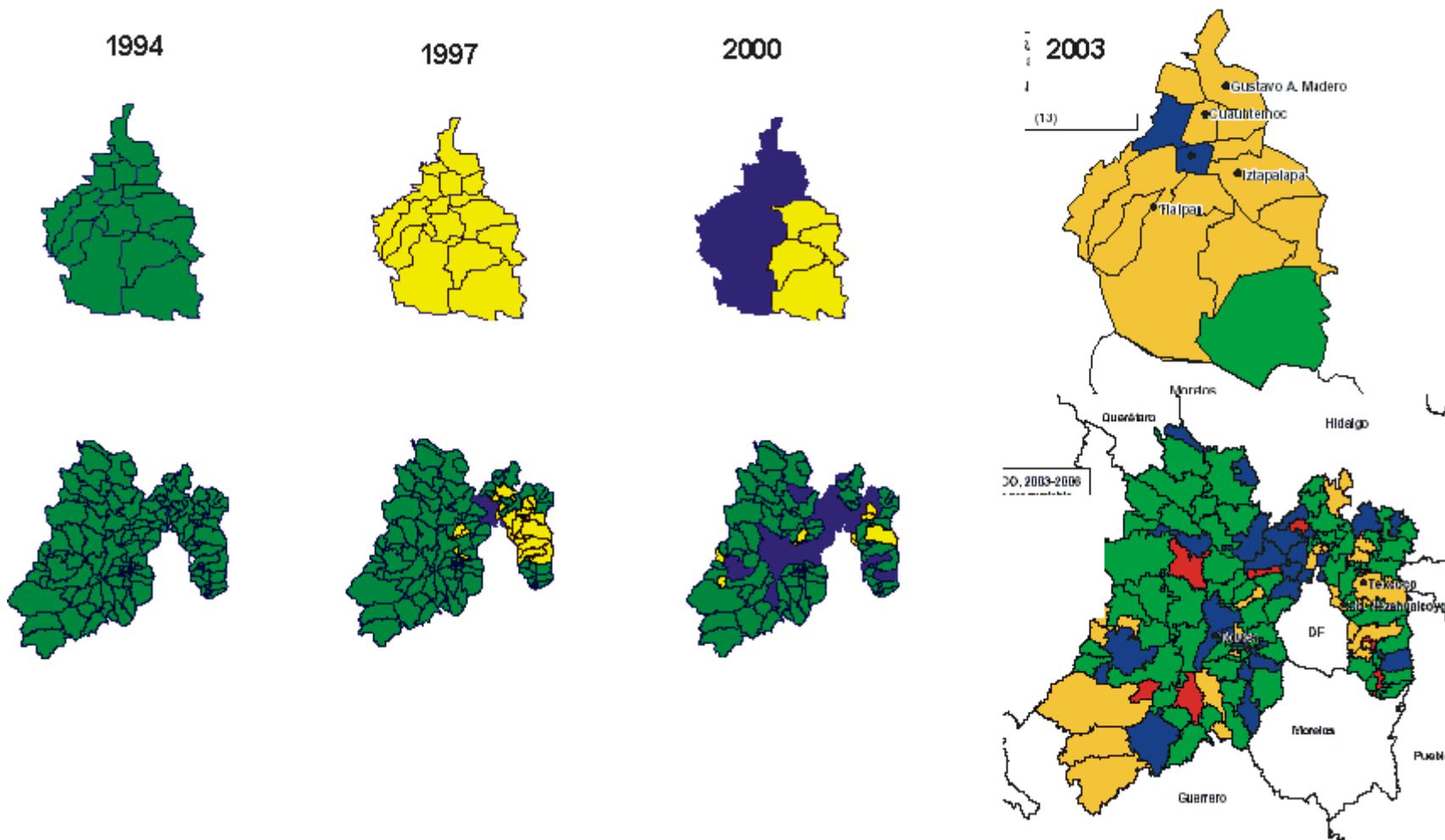
política metropolitana capaz de ejercer presión en las elecciones colectivas y en las decisiones estratégicas (Borja, De Alba, *et al.* 2004).

México ha vivido una verdadera explosión del número de grupos de protesta social que, con el fin de ganar en eficacia, decidieron crear, desde los años 70 un organismo común, el Conamup (Consejo nacional de movimientos urbanos y populares) que estuvo directamente ligado a las políticas urbanas llevadas a cabo por el *Regente* del Distrito Federal (Perló & Schteingart, 1984). Tradicionalmente, los habitantes de la metrópolis accedían al aparato del Estado por dos vías: por medio de las estructuras locales de PRI o a través de las administraciones del Estado. Esta forma de mediación con el sociedad civil se basaba en gran parte en la corrupción (Montaño, 1976).

Este modo de articulación, adaptado a una forma particular del Estado Benefactor que permitía asignar directamente los recursos del Estado, iba a resultar, naturalmente, incapaz de establecer los mecanismos de redistribución tras el giro neoliberal tomado en los años ochenta.

El conjunto del sistema *Priista* iba a ser cuestionado, no pudiendo satisfacer más sus apoyos electorales y debiendo hacer frente a la aparición de fuertes exigencias en materia de democratización del régimen, mientras que se desarrollaban los partidos de oposición que supieron captar y canalizar el descontento generalizado del electorado (Crespo, 1998) (**Grafico 2**).

**Grafico 2.** Fragmentación político-partidaria de las dos entidades que conforman la metrópoli de México, según los resultados de diferentes tipos de elección de 1994, 1997, 2000 y 2003. División delegacional y municipal.



**Fuentes:** Elaboración propia con información del *Atlas Electoral*, Fundación Rosenblueth, 2000; y de *México Electoral*. Banamex, 2004.

**Notas:** el color verde representa al PRI, el amarillo al PRD y el azul al PAN. El color rojo en el estado de México es para otros partidos. Asimismo, los mapas de 1994, 1997 y 2000 representan resultados totales por partido según cada demarcación (por delegación o municipio) de la elección diputados federal, y en el caso de las mapas de 2003 se trata de resultados electorales delegaciones y municipales, en cada caso.

La aproximación entre estos partidos políticos que habían hecho de la confrontación y del conflicto la estrategia de acceso al poder, sobre todo los partidos de izquierda, y sus grupos de protesta social condujo a radicalizar la escena política de México, teniendo como eje de inconformidad las demandas de servicios públicos.

De otro lado, es importante subrayar que, la llegada al poder del PRD en el Distrito Federal en 1997 y su continuidad hasta la fecha (2005) condujo ampliamente a disminuir la dinámica contestataria llevada a cabo por los grupos sociales, donde buen número de líderes seleccionados en el aparato gubernamental favorecieron el fuerte clientelismo de izquierda.

El activismo de estos líderes puede observarse de distintas maneras, notablemente a través del número de manifestaciones organizadas en el espacio público metropolitano. Un diario publicó que para el año 1993, el Distrito federal había sido el escenario de 608 manifestaciones organizadas por grupos sociales urbanos, es decir, un promedio de 1.7 manifestaciones por día. Solo para el mes de enero 1994, esta cifra había pasado a 92, lo que representó 3 manifestaciones por día, y a 200 en febrero de 2004, o sea 7 manifestaciones diarias (*La Jornada*, 09-03-94). La misma fuente destacaba que en 1995, había habido un total de 2 522 manifestaciones (marchas, mítines, bloqueos de carreteras y huelgas de hambre), en las cuales habían participado cerca 1 205 000 personas (*La Jornada*, 09-01-96).

Las principales causas de descontento residían en cuestiones vinculadas al acceso a la vivienda y a la propiedad de la tierra. Así pues, sobre un total de 608 manifestaciones en 1993, 215 se referían al alojamiento y 134 se referían al alquiler de terrenos. El resto de las manifestaciones de 1993 se refería a conflictos menores. Por el contrario, prueba de la diversificación de expectativas y de la exacerbación de tensiones sociales, a partir de 1995, si un 60% de conflictos eran por la vivienda, otras problemáticas sociales aparecían al mismo tiempo, el acceso a mercado laboral, el transporte y los servicios públicos locales (abastecimiento de agua, colecta de desechos domésticos, acceso a la red eléctrica). A mediados de 1990, la situación

se deteriora tanto que es claro que las reivindicaciones no se refieren únicamente a las cuestiones de carácter social y de redistribución de la riqueza, sino a las problemáticas inmediatas vinculadas a la supervivencia diaria de un gran número de habitantes.

Esta situación no podía converger sino en el aumento de la criminalidad, una radicalización de las acciones emprendidas por los grupos sociales urbanos y en un importante deterioro del clima político de la metrópolis (Székely, 1998).

### **¿Hacia la constitución de un nuevo paradigma del conflicto social metropolitano?**

Aquí sostenemos que los cambios estructurales y culturales que afectan tanto a la sociedad mexicana, como al modo clásico de relación entre Estado y sociedad significan en términos de la acción social, un cambio de paradigma.

Este paradigma puede explicarse en un doble sentido. En primer lugar, la organización de la acción social y la conformación de actores sociales se concretan, novedosamente, menos en términos de la posición *estructural* de los individuos o grupos y más en términos de *ejes de sentido* de dichas acciones.

En segundo lugar, y en consecuencia, estas protestas no están imbricadas en un *proyecto social o político único* que las ordene entre sí y fije sus relaciones, prioridades y determinaciones. Al contrario, parece que, cada una de estas nuevas protestas son igualmente relevantes. Tienen su propia dinámica y definen actores que no son necesariamente los mismos que en las antiguas modalidades de la protesta social.

Ahora, estas protestas se realizan a partir de una *fusión* de las diversas orientaciones en los actores sociales y políticos, tanto como una extrema fragmentación de intereses<sup>3</sup>. Ello ocurre en un proceso de reforma del Estado, es decir, un proceso de *extensión* de instituciones democráticas desde el poder mismo, presionado por la sociedad y por la oposición política.

De esta manera, podemos establecer que en la metrópoli de México aparecen *nuevos tipos de conflictos* relacionados con los servicios públicos (agua, transporte, segu-

ridad, salud). Como lo sostiene Bernardo Sorj, ello puede explicarse así: “cuando el responsable del servicio era el Estado el conflicto resultante era político e ideológico” ahora “las reclamaciones pasan a adquirir un carácter *político*” quizá debido a que “los poderes públicos evitan responsabilidades, las canalizan hacia las sociedades privadas” (Sorj, 2000:3), característica que se aplica al caso de la metrópoli de México.

En ese sentido, con el análisis de dichas protestas advertimos un replanteamiento de las relaciones entre sociedad y poder público. A ello se añade el papel de éste como *administrador y proveedor* principal de servicios, que constituyen una nueva percepción de las representaciones sociales colectivas respecto del agua.

En dicha orientación, los cambios culturales y las nuevas reglas del juego político, ligados a tales factores, se expresan en un relativo *aumento de la conciencia de la incertidumbre*, que favorecen y fundamentan la protesta social. De nueva cuenta, en este tipo de protestas, la acción individual *no* es uniforme, como lo han sido las acciones corporativas tradicionales en México.

Al contrario, ahora la acción individual obedece a una lógica de optimización entre creencias y aspiraciones, como lo sugieren algunos teóricos del tema (Elster, 1990). Es decir, se trata de un individuo cuyas *decisiones* obedecen a una forma diferente de racionalidad, producto de una construcción social (Villagomez, 2004) y lejos del corporativismo, aunque sin abandonarlo del todo.

En un plano general, se trata de protestas sociales caracterizadas por elementos culturales de lealtad, de relaciones de parentesco o de pertenencia política o étnica; y abundando, que son situadas en un *espacio simbólico* que rebasa la ciudad y que comprende la metrópoli de México. Dicho análisis nos parece que resultaría eficaz para tratar de explicar las dinámicas de cooperación y de organización social en los últimos años de la vida metropolitana, en materia de luchas por servicios.

## Conclusiones

La metrópoli de México ha sido un símbolo de la evolución del régimen político mexicano. Durante casi todo el siglo XX, la metrópoli-capital *representó* parte de las vanidades del régimen, su modernidad galopante y la vida social estable fue una verdadera joya en el sostén del aparato político.

Como orgullo nacional, la metrópoli fue un “centro” político, la representación de todas las bondades y progresos de las administraciones abanderadas por el PRI, el partido que gobernó el país por más de 70 años. Con ello y en paralelo, una enorme ola de emigrantes rurales se instaló en su periferia, lo que generó el *monstruo* urbano que al comienzo del siglo XXI rebasaba ya los 20 millones de habitantes, ubicando a México en el círculo de las metrópolis mundiales.

De otra parte, desde los años ochenta, el país vivió un cambio en sus políticas públicas, con una orientación neoliberal, igual que la mayor parte de los países latinoamericanos. Ello favoreció la aplicación de políticas tendientes a reducir el rol del Estado y, en una parte central, una progresiva privatización de los servicios públicos urbanos.

En este artículo sugerimos porqué estos dos elementos tuvieron un efecto *directo* en el incremento de un tipo de protestas sociales. En general, esas protestas cuestionaron las prácticas corporativas tradicionales, si bien han instalado otras igualmente clientelares, ahora implementadas por los partidos de oposición y las organizaciones sociales,

Estas protestas sociales, vinculadas en general con las demandas de servicios, muestran un *nuevo tipo de protesta social* que articula un “momento” de crisis decisional de la metrópoli y de la apertura del régimen político mexicano en su conjunto.

De esa manera, a través de las protestas, la sociedad patentiza un voluntad colectiva que tiene tres direcciones no excluyentes entre sí: primera, las protestas son parte de la inconformidad con orientaciones gubernamentales de privatización o el “arreglo” vertical de los conflictos; segunda, estas protestas son parte de la voluntad social de participación política en las decisiones estra-

tégicas de la metrópoli y son parte, igualmente, de un proceso de apertura democrática del régimen; finalmente, tercera, las protestas expresan la apertura de una fuerte *crisis decisional* en materia de servicios en la metrópoli de México, en tanto muestran la incapacidad del Estado y de los actores para arreglar las carencias en los usos y distribución de los servicios.

En todo ello, podemos estar de acuerdo que, sin una política de planificación de los servicios en el largo plazo y en un caso particular el servicio del agua, así como con la privatización progresiva del mismo, la metrópoli de México podría enfrentar en pocos años un escenario de “guerra del agua” por el desabasto del líquido y las consecuencias ecológicas de continuar la extracción del acuífero del subsuelo. En dicho sentido, como podrían ser otros casos de protestas por los servicios metropolitanos, podemos finalizar este texto con las palabras de Manuel Perló, un investigador mexicano especialista en la materia: “Los problemas más serios son de política general. No se ha seguido una política de mediano y largo plazo en la Ciudad de México, no se han tomado medidas a fondo” (entrevistado en *Reforma*, 19/03/2000).

#### Notas:

<sup>1</sup> Mario Vargas Llosa, uno de los escritores de los más críticos en relación al régimen mexicano, lo ha descrito en los términos siguientes: “la dictadura perfecta no es ni el comunismo, la Unión soviética o Cuba sino México puesto que se trata de una dictadura camuflada. México no se asemeja a una dictadura pero cuenta con todas las características: la reproducción, no de un líder, sino de un partido político inamovible, un partido que autoriza la crítica para aparentar un partido democrático que impide, por todos los medios, incluidos los peores, toda actividad que podría amenazar su reproducción a la cabeza del Estado” (Mario Vargas Llosa, entrevistado por *Proceso*, 8 de septiembre de 1990).

<sup>2</sup> Antes de ir más lejos, es necesario realizar una distinción de orden jurídico y político entre la ciudad y la zona metropolitana de México. Esta última cubre 59 municipalidades situadas en los estados de México y de Hidalgo, así como las 16 delegaciones del Distrito Federal. En este texto, al hablar de la ciudad de México, nos referimos al Distrito Federal que cuenta “solamente” con 8 millones de habitantes y que es la médula de las dinámicas políticas y sociales estudiadas aquí.

<sup>3</sup> Al respecto, la novedad de las luchas sociales esta marcada por el fin de practicas corporativas que antes ahogaban toda protesta social independiente. Quizás

la mas importante son las que podemos llamar protestas de tipo “ecologista”, un fenómeno que fue encabezado en México por grupos de la clase media urbana que contó, en ciertos casos, con apoyos económicos empresariales (Grupo Monterrey y Fundación Domeq). Estos movimientos, por su limitación a reproducir el mismo discurso (denuncias contra la contaminación y sobre las diversas problemáticas ecológicas) pasó desapercibido durante varios años en México. Estos movimientos incluyeron desde luchas indígenas en los estados de Oaxaca y Michoacán, en defensa de los recursos forestales, hasta luchas campesinas por el agua en Puebla y el estado de México o contra la contaminación por petróleo en Tabasco (Pacto Ribereño), contra la contaminación y la deforestación en otros estados del país (Ciudad Valles), y toma de posiciones de diversos sindicatos urbanos (Nucleares, Pesca, Salubridad) y rurales (Plan de Ayala). Véase Ruy Pérez Tamayo. “La patología de la pobreza”. Revista *Nexos* número 68, agosto de 1983).

#### Referências

AGUILAR, Díaz Miguel Ángel. Movimientos Urbanos y Psicología Social. IRACHETA & VILLAR, Calvo (coord.) . Política y movimientos sociales en la ciudad de México. 127-141. México: PyV. Editores, 1988.

AIC, Academia de la Investigación Científica A. C. El suministro de agua de la Ciudad de México. Mejorando la Sustentabilidad. Comité de Academias para el Estudio de Suministro de Agua de la Ciudad de México. 1995.

ANTON, Danilo. *Ciudades sedientas: agua y ambientes urbanos en América Latina*. Ottawa: UNESCO-CIID-Nordan, 1996.

AVILA, Garcia Patricia. Urban poverty and water management in Mexico. Causing conflict: managing water services in poor urban areas and squatter settlements in Mexico. Centro de Estudios Rurales de El Colegio de Michoacan, 2001.

AZUELA, de la Cueva Antonio. 1994. En: Encinas Rodríguez, Alejandro (comp.) Sociedad y desarrollo. Hacia un nuevo orden del territorio. 191-206 . 1994. México: D.F, H. Cámara de Diputados-LV Legislatura, 1994.

BORJA, Jordi; ALBA, Felipe de; *et al.* *El desafío metropolitano*. 1er ed. Mexico: PUEC, ALDF, UNAM-IIS, 2004.

CABRERO, Mendoza Enrique. L'intergouvernementalité en reconstruction : le cas du Mexique. *Sociologie du travail* N. 46:pp. 85-98, 2004.

CAMP, Roderic A. 1989. Entrepreneurs and Politics in Twentieth-Century Mexico. New York: Oxford University Press, 1989.

CAPEL, Horacio. El agua como servicio público. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, no. 218, 2000.

CASTILLO, Héctor; ZICCARDI, Alicia; NAVARRO, Bernardo B.. *Ciudad de México retos y propuestas para la coordinación metropolitana*. 1. ed. México, D.F, Xochimilco: Universidad Nacional Autónoma de México/ Universidad Autónoma Metropolitana, 1995.

- CASTRO, G Cecilia & PERALTA, S. Alicia. 1985. En Pradilla Cobos, Emilio (coord.) *Vulnerabilidad, sismos y sociedad en la Ciudad de México*. pp. 55-107. 1996. México, D.F: UVYD & DGPC-DDF, 1985.
- CASTRO, J E. Water, Power, and Citizenship. Contemporary Social Struggles in the Valley of Mexico: A Long-term Perspective. Oxford, UK., University of Oxford, Forthcoming.
- CASTRO, José Esteban M; KLOSTER Karina; TORREGROSA, María Luisa. 2004. “Ciudadanía y gobernabilidad en México: el caso de la conflictividad y la participación social en torno a la gestión del agua”. In: JIMENEZ, Blanca & MARIN, Luis.. *El Agua visto desde la Academia*. Edit par l’Academia Mexicana de Ciencias, 2004.
- CCE, Consejo Coordinador Empresarial. Eficiencia y Uso Sustentable del Agua en México: Participación del Sector Privado. 24 septiembre 2004.
- CIRELLI, Claudia & MELVILLE, Roberto. La crisis del agua. Sus dimensiones ecológica, cultural y política. *Revista Memoria*, no. 134, 2000.
- CONNOLLY, Priscilla. Dinámica urbana y procesos sociopolíticos. En Coulomb & Duhau (coords.). México: UAM-A / CENVI. 1993.
- COSÍO, Villegas Daniel. *El sistema político mexicano*. Mexico: Joaquín Mortiz, 1972.
- COULOMB, Rene & DUHAU, Emilio (cords). *Dinámica urbana y procesos sociopolíticos. Lecturas de actualización sobre la Ciudad de México*. Mexico, D. F.: OCIM-UAM-A, 1993.
- CRESPO, José Antonio. *Tiene Futuro el PRI? : Entre la supervivencia democrática y la desintegración total*. Mexico: Grijalbo, 1998.
- CYNETIC. El abasto de agua podría desencadenar una guerra mundial: dice un especialista. *Cynetic. El Periodico Electronico de Mexico*, 2004.
- DAVIS, Diane E. *El Leviatán Urbano. La Ciudad de México en el siglo XX*. México: Edit. FCE, 1998.
- DE ALBA, Felipe & JOUVE, Bernard. “Mexico in Global Flows, Politic Domination and the Exploration of a ‘Third Way’ “. In Jouve, Bernard ( coord.). *The Flow and the Territories*. International Geopolitical Observatory and Raoul Dandurand Chair of Research, 1998. 2005.
- DE ALBA, Felipe & KLOSTER, Karina. “Politc Fragmentation and Social Conflicts Through the Water Divergence on the Metropolis of Mexico”. Mexico. Article proposed to the *Canadian journal of the Latin America and Caribbean studies*. Canada, 2005. (In evaluation).
- DE ALBA, Felipe, LUZMA; Fabiola Nava; YANICK Noiseux. “ Neoliberalism and Water Privatization in Mexico City, Institutional and Economic Actors, One Decade After the Reforms”. Article proposed to the TRACE Journal of the CEMCA, no 49, Mexico, 2005. (In evaluation).
- DE ALBA, Felipe. «¿La megalópolis de México es manejable? Cuando la modernidad se transforma en disputa clientelar. Análisis de la “crisis de Texcoco” » *Revue Territorios* no 13, janvier 2005. Colombie. (sous presse).
- DE ALBA, Felipe. La hidropolítica en la crisis decisional de la metrópoli de México: Coyuntura o síntomas de colapso?. *Ciudades* , no. 66 . 2005<sup>a</sup>.
- DE ALBA, Felipe. ¿La megalópolis de México es manejable? Cuando la modernidad se transforma en disputa clientelar. Análisis de la “crisis de Texcoco”. *Territorios* , no. 13, 2005b.
- EIBENSCHUTZ, Hartman Roberto. *Bases para la planeación del desarrollo urbano en la Ciudad de México*. 304. Mexico, Porrúa y la UAM. Unidad Xochimilco. 1999.
- CUENCA, Alberto. “Fustigan descoordinación en la zona metropolitana”. En *El Universal*, 26/05/2002.
- ELSTER, Jon. Desires and opportunities: Tocqueville’s political psychology. Netherlands: Van Loghum Slaterus, 1990.
- FOX and Herfindahl. Attainment of efficiency in satisfying demands for water resources. *The American Economic Review*, no. 3, 1994.
- GARRIDO, Luis Javier. *El partido de la Revolución Institucionalizada*. Mexique: Siglo XX, 1995.
- GARZA, Gustavo. “El carácter metropolitano de la urbanización en México. 1980-1988”. *Estudios Demográficos y Urbanos* Vol. 5, no. No. 1, 1990.
- GARZA, Gustavo. *La ciudad de México en el fin del segundo milenio*. Mexico: Colmex y GDF, 2000.
- GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. Mexico: Ediciones Era, 1983.
- GREFFE, X. *Décentraliser pour l’emploi*. Paris: Economica, 1987.
- HAMEL, P., H. Lustiger-Thaler et M. Mayer (sous la direction de). *Urban movements in a globalising world*. London: Routledge, 2000.
- HIERNAUX, Nicolas Daniel & FRANÇOIS, Tomas. *Cambios económicos y periferia de las grandes ciudades el caso de la Ciudad de México.*, Colección Ceta Azul. Mexico City, Coyoacán, D.F: IFAL. Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.
- ICAZURIAGA, Carmen. *La metropolización de la ciudad de México a través de la instalación industrial*. 1. ed ed. Tlalpan, México, D.F.: Ediciones de la Casa Chata. CIESAS, 1992.
- IRACHETA, Alfonso X & CALVO, Villar (coord). *Política y movimientos sociales en la ciudad de México*. México : P y V Editores, 1988.
- JORDI Borja; ALBA, Felipe de; et al. El Desafío metropolitano. UNAM, Programa universitario de estudios sobre la ciudad (PUEC), UNAM, febrero de 2004. 237 pp.
- JOURAVLEV, Andrei. Informe de la reunión sobre temas críticos de la regulación de los servicios de agua potable y saneamiento en los países de la región. ONU (Organizacion de las Naciones Unidas), Santiago de Chile, Chile: 2003.
- LE GALES, P. & D. LORRAIN, D. “Gouverner les très grandes métropoles?” *Revue française d’administration publique*, n° 107, p. 305-318, 2003.

- MONNET, Jérôme. Las sorpresas del censo. *Nexos*, no. 154, 1990.
- MONSIVAIS, Carlos. *Entrada libre, crónicas de la sociedad que se organiza*. México: Ed. ERA, 1987.
- MONTAÑO, Jorge. *Los pobres de la ciudad en los asentamientos espontáneos*. Mexico: Siglo XXI, 1976.
- MORENO, Sánchez Manuel. "Gobernar y servir a la población La reforma de la Ciudad de México". En *Nexos* [179], . 1992. noviembre 1992.
- MORICONI-Ebrard, F. *De Baylone à Tokyo*. Les grandes agglomérations du monde, Paris ; Ophrys, 2001.
- ORTIZ Francisco. 2003. "Estrena Edomex Alcaldes: Peleará agua potable". *Reforma*, 2003. PERLÓ, Cohen & KAPLAN, Marta Schteingart. Movimientos sociales urbanos en México. *Revista Mexicana de Sociología* número 46:p. 120, 1984.
- PERLÓ, Cohen Manuel. Gobierno mediocre: Cárdenas en el DF: promesas incumplidas, pragmatismo, ausencia de proyectos, fracasos. En *Etcetera*, no. 354. 2001
- PRADILLA, Cobos Emilio (coord). *La ciudad de México hoy. Bases para un diagnostico. Los límites del desarrollo urbano metropolitano*. 1a. ed. Mexico: Fideicomiso de Estudios Estratégicos sobre la Ciudad de México. GDF. 2000.
- PRECIADO, Coronado Jaime. *La gobernabilidad democrática en el México post-priista*. MOST Documentos de debate - No. 60, UNESCO, 2001.
- RETORTILLO, Baquer & MARTIN, Sebastián. *Descentralización Administrativa y Organización Política*. *Revista de Administración Pública, Descentralización*, núms. 63-64 :139-156, 1985.
- REYGADAS, Robles Gil Luis. 2000. "Desarrollo y globalización: la Ciudad de México en el modelo de crecimiento exportador". p. 128. Mexico, D.F.: Gobierno del Distrito Federal. 2000.
- SCHTEINGART, Martha. "The Environmental Problems Associated with Urban Development in Mexico City" In: *Environment and Urbanization*, Vol. 1, Nº 1, abril. 1989.
- SCHTEINGART, Martha. La division social del espacio en las ciudades. *Perfiles Latinoamericanos*, No. 19, 13-32, 2001.
- SEMMOUD, B. Introduction à la géographie des très grandes villes, Paris, Editions du Temps, 2001.
- SORJ, Bernardo. La figure du consommateur comme nouvelle catégorie sociale en Amérique Latine. Rénover et réguler le service public de l'eau. 2000. 2 de abril de 2004.
- SZÉKELY, Alberto. *Desafío del nuevo escenario político para una participación social en la gestión del medio ambiente urbano en México*. Mexico, D.F.: UAM-X, 1998.
- UNITED Nations Centre for Human Settlements. *Cities in a Globalizing World. Global Report on Human Settlements 2001*, London: Earthscan Publications, 2001.
- VILLAGOMEZ, Velazquez Yanga. Política hidroagrícola y cambio agrario en el Distrito de Riego N. 19 de Tehuantepec, Oaxaca. Los retos de la gestion de un recurso colectivo. Tesis de doctorat, Paris VIII. France, 2004.

**Le périurbain face au déficit de l'intégration sociale**  
**When rural spaces face social integration challenge**  
**O periurbano frente ao desafio da integração social**  
**El periurbano frente a lo deshielo de la integración social**

Lydiane Brevard\*

Recebido em 07/11/2005; revisado e aprovado em 15/12/2005; aceito em 07/02/2006.

---

**Résumé:** Les villes françaises ont fortement évolué ces dernières années avec notamment le développement des espaces périurbains. De nombreux habitants ont en effet investi ces territoires induisant des transformations spatiales et sociales importantes. La question de l'intégration sociale est particulièrement forte dans les communes périurbaines et aujourd'hui, plusieurs formes de mobilisation et de plusieurs types d'intégration sont identifiables.

**Mots-clefs:** Intégration sociale; périurbanisation; associations; patrimoine.

**Abstract:** These last years french cities strongly evolved with in particular rural spaces development. Many inhabitants indeed invested these territories inducing space and social important transformations. The question of social integration is particularly strong in the outlying cities and today, several forms of mobilisation and several types of integration are identifiable.

**Key words:** Social integration; ruralisation, associations, patrimony.

**Resumo:** As cidades francesas evoluíram muito esses últimos anos, com o desenvolvimento dos espaços peri-urbanos. Muitos habitantes entraram nesses territórios, induzindo transformações espaciais e sociais importantes. A questão da integração social é particularmente forte nas municipalidades peri-urbanas e hoje, várias formas de mobilização e vários tipos de integração podem ser identificados.

**Palavras chaves:** Integração social; peri-urbanização; associações; patrimônio.

**Resumen:** Las ciudades francesas evolucionaron mucho en estos últimos años, con el desarrollo de los espacios peri-urbanos. Muchos habitantes entraron en esos territorios, induciendo transformaciones espaciales y sociales importantes. La cuestión de la integración social es particularmente fuerte en las municipalidades peri-urbanas y hoy, varias formas de movilización y varios tipos de integración pueden ser identificados.

**Palabras claves:** Integración social; peri-urbanización; asociaciones; patrimonio.

---

Le développement de la périurbanisation est, depuis près d'un quart de siècle, au cœur de l'évolution des villes et de la transformation majeure de l'espace urbain. L'attrait de ces espaces périurbains tient non seulement aux caractéristiques de leur parc immobilier qui constitue une alternative face aux aménités urbaines, mais au fait qu'ils correspondent à un idéal de vie associé à la périphérie campagnarde. Les populations assimilent alors ce territoire à un lieu favorable pour l'apprentissage de la citoyenneté, la construction de l'appartenance et de la reconnaissance sociale. Ils constitueraient de fait un terrain d'expérimentation et d'implication face à une ville de plus en plus dense et perçue comme de plus en plus anonyme<sup>1</sup>.

Mais l'extension de la ville a induit de nombreuses transformations spatiales et sociales. Et loin d'identifier un seul modèle

de participation et d'intégration, plusieurs types de rapport à l'espace périurbain ont été révélés. De même qu'avait été reconnu dans les années 70 l'archétype de la sociabilité rurale, celui de la commune dortoir a été plus tard identifié, constitué par des populations nouvelles, en majorité venue des villes, dont les relations ne se font pas exclusivement autour de la commune périurbaine investie qui constituait jadis le cœur et le moteur des anciens espaces ruraux.

L'espace périurbain a su répondre à une nouvelle demande sociale. Mais cette réponse est-elle suffisante à l'affirmation d'une intégration sociale ? Au fur et à mesure de la poursuite du processus de périurbanisation, la figure de la « banlieue dortoir » a-t-elle été reconduite ou, au contraire, d'autres figures d'intégration sociale se sont-elles révélées ?

---

\* Docteur en géographie-aménagement, Université Toulouse-Le Mirail, laboratoire CIRUS-Cieu, 5 allée Antonio Machado 31042 Toulouse. Tel : 06.72.21.23.87 (lydianebrevard@yahoo.fr).

## Une intégration sociale identifiée dans les années 70 par le biais du politique

Des travaux conduits dès les années 70 avaient déjà identifié des modes de vie et des pratiques sociales spécifiques aux espaces périurbains<sup>2</sup>. Le rejet de la ville dense à partir duquel se dessine l'attrait pour la maison individuelle conduit dès lors à l'identification du périurbain comme un lieu privilégié d'installation des classes moyennes<sup>3</sup>. Les analyses des processus de périurbanisation mettent alors l'accent sur le sens donné à cet espace par ces catégories sociales et sur le rapport d'équilibre engagé entre idéologie et pratiques<sup>4</sup>.

Les habitants n'hésitent pas à investir la scène locale. L'implication dans des associations est souvent le gage de cette première prise de position<sup>5</sup>. Cet espace d'expérimentation permet aux populations d'acquérir une lisibilité locale importante à leurs yeux. L'amélioration des équipements communaux constitue souvent l'enjeu premier de cette prise de position qui bouscule l'interconnaissance rurale traditionnelle et œuvre pour l'émergence d'une nouvelle forme de communauté villageoise. Cet apprentissage permet alors aux populations de se confronter à la société rurale mais aussi de répondre à ses propres besoins et à ses exigences citadines. La revendication de cet investissement va progressivement se déplacer vers la scène politique locale : le contrôle de l'espace constitue alors un enjeu central tandis que le pouvoir municipal est perçu comme déterminant dans la prise de décisions renvoyant aux domaines fonciers et à l'urbanisation<sup>6</sup>.

Les élections municipales de 1977 puis de 1983 attestent de la modification de la structure sociale établie jusqu'ici<sup>7</sup>. Paysans et bourgeois qui régissaient la vie locale sont supplantés par cette « couche moyenne » qui a su imposer une remise en question de la conduite des affaires municipales. Cette prise de pouvoir s'exprime d'une part par l'affirmation d'une nouvelle politique d'équipement, plus soutenue, et, d'autre part, par de nouvelles stratégies d'urbanisation<sup>8</sup>. Dans cette perspective une résistance est apportée au processus de développement

communal. Ce basculement implique la reconnaissance du local et la valorisation du rôle des élus locaux dans l'animation des territoires.

L'implication des classes moyennes dans le périurbain à cette époque atteste du rôle de cet espace à pouvoir répondre à leurs attentes, mais aussi de leur capacité à assurer un ancrage dans le territoire investi<sup>9</sup>. Pourtant, la permanence de ce modèle pose question. Les années 90 en particulier ont vu émerger de nouveaux rapports à la localité avec notamment l'affirmation d'une « désertion » des communs périurbains corollaires d'une mobilité accrue.

## Le modèle prédominant des « communes-dortoir » des années 80-90

Les premiers travaux identifiaient le périurbain comme un avatar de la ville subissant son étalement tandis que la mobilité était envisagée comme une contrainte du fait de la faiblesse des transports et de la mauvaise qualité du réseau routier. Dès les années 90, d'autres perspectives sont ouvertes autour de la fonction sociale<sup>10</sup> de ces espaces : la combinaison de plusieurs moyens de transports associée à l'affirmation d'une polycentralité et au nouveau rôle des villes moyennes conduit à une mobilité mieux vécue et maîtrisée<sup>11</sup>. Ces travaux identifient la figure de « la commune dortoir »<sup>12</sup>. Plusieurs éléments justifient cette désaffection du périurbain.

Tout d'abord le processus de périurbanisation s'est accompagné d'une consommation extensive des territoires et d'une dispersion de l'habitat et des emplois<sup>13</sup>. L'évolution très forte du taux de motorisation, l'allongement des distances parcourues et l'accentuation de la pression démographique ont été autant de ruptures significatives.

Ensuite les pratiques ont éclaté entre différentes localités utilisées pour les opportunités qu'elles offrent selon une logique marchande. Les espaces périurbains sont en majorité peuplés d'urbains qui transplantent leurs modes de vie et leurs habitudes autant par leur origine et leurs trajectoires résidentielles que par la localisation de leur lieu de travail. La

capitalisation par les ménages de leurs habitudes antérieures leur permet de maintenir des pratiques et des sociabilités au sein des lieux de résidences antérieurs. Ce schéma de fonctionnement participe à la spécialisation des lieux de vie, de travail, de loisirs et d'achats. Dans ce cas, la commune périurbaine est identifiée à un simple lieu de passage, à une « commune dortoir ».

Enfin cette déstructuration de l'espace social local participe d'une transformation des stratégies d'implication des populations. La figure participative identifiée dans les années 70 semble disparaître dès la fin des années 80 au profil d'un « non-lieu » périurbain marqué par des pratiques plus urbaines.

Mais certaines analyses conduites récemment ont cerné d'autres rapports au local. Elles ont souligné l'émergence de différentes stratégies d'implication et de divers degrés d'intégration à l'espace local. Une diversification sociale des populations s'est opérée (le périurbain n'est plus exclusivement le terrain d'aventure des classes moyennes<sup>14</sup> mais aussi des classes plus aisées) et de nouveaux rapports au local se sont engagés.

Près de 30 ans plus tard, qu'en est-il de la pertinence de l'identification des premières figures d'intégrations sociale ? Les populations périurbaines actuelles manifestent-elles autant d'intérêt pour s'investir dans le local ? Ou d'autres figures comme celle de la commune dortoir ont-elles pris le pas ?

### **L'identification d'autres rapports à l'espace local périurbain.**

La démarche d'implication identifiée dans les années 70 réapparaît pour certaines fractions de populations. Cependant, loin d'être homogène, cette figure concerne aujourd'hui aussi bien la scène politique que le monde associatif. Et si le projet collectif était dans les années 70 au cœur des démarches d'intégration, les motivations et les ressorts de l'implication dans l'espace périurbain sont de nos jours bien différentes.

### L'investissement dans le projet collectif

Cette figure n'a pas disparu<sup>15</sup>. Le territoire périurbain reste alors un espace dynamique porteur d'un véritable projet et de stratégies d'actions affirmées<sup>16</sup>. Les populations n'hésitent pas à s'investir dans le tissu associatif<sup>17</sup> ou politique dans le cadre d'une assimilation de l'espace local à un lieu de vie à part entière. Au vote, se substitue progressivement d'autres formes de participation et d'implication en voie d'affirmation, diversifiant considérablement les modes d'interaction entre les citoyens, l'espace local, et les modes d'inscription locaux. Les habitants manifestent alors la volonté de construire simultanément du social et du politique, de renouveler le « contrat social » au sein d'un territoire.

Les associations patrimoniales par exemple focalisent complètement cette quête d'identité et de reconnaissance<sup>18</sup>. Car cette valorisation du patrimoine communal participe non seulement à la réorganisation d'un espace villageois quelque peu disparate sous le poids de la croissance démographique, mais elle contribue également à la mise en scène des héritages passés et à la valorisation de l'identité des populations périurbaines. Ces actions oeuvrent pour la naissance d'une conscience identitaire et d'une intégration locale.

Cette démarche, guidée par l'utilité sociale, révèle la prégnance, dans l'imaginaire collectif, d'un périurbain pourvoyeur de place à prendre et de visibilité à acquérir.

Les espoirs portés par les habitants dans le fonctionnement de la cité, et par ce biais, l'avènement éventuel d'une nouvelle citoyenneté, d'un renouveau de la démocratie participative n'ont donc pas disparu. L'accroissement du rôle et du choix des individus constitue ainsi un des thèmes récurrents des municipalités qui appellent « à faire la politique autrement. »

### Le repli vers une structure communautaire

Cette figure correspond à l'émergence d'une intégration identitaire localisée, réduite à un groupe. Les communes touchées par les processus de périurbanisation sont

perturbées par les nouvelles logiques qui s'imposent. La question de la coexistence d'individus ayant des systèmes de références et des modes de fonctionnement, des aspirations différentes se pose clairement.

Les transformations induites par le phénomène périurbain ont en effet généré une révision des formes de cohésion et d'appropriation de ces communes, des rapports à l'espace. La société locale initiale s'est trouvée confrontée à la nécessité de réorganiser ou bien d'adapter ses pratiques locales. Une intégration sociale réduite à un groupe clairement identifié (les nouveaux arrivants ou bien les anciens, ou encore la référence à un groupe social) participe à ce repli vers une organisation semi-communautaire. Cette figure correspond souvent à des associations fonctionnant en vase clos. Ces lieux, initialement vecteurs de « lien social » et de citoyenneté active, abritent au final des communautés coupées des autres et du reste de la commune devenu les territoires de l'autre. Ces populations, qui investissent le cadre associatif, saisissent ici une opportunité de se valoriser et de se rendre lisible. C'est le projet individuel qui prédomine par opposition au projet collectif. Cette implication induit surtout une prise de position dans un réseau social local.

L'organisation de certains repas de quartier révèle de façon acerbe ce fonctionnement. Le cadre du lotissement semble en effet idéal pour trouver des proches nantis d'un même espace de référence car il permet d'éliminer tous ceux qui seraient trop différents ; on réunit des semblables, regroupés dans un périmètre défini qui caractérise une localité affirmée. Avec eux, il est possible de *faire* territoire : de tenter, entre autres, une institutionnalisation qui, à défaut d'être réelle, sera au moins imaginée.

Cette exacerbation marquée des individualités et des groupes nuit à l'investissement dans le projet collectif. Ces espaces de repli sont le lieu d'une sociabilité de groupe réduite où l'espace "communautaire" en tant que lieu identitaire n'existe pas.

### L'investissement en référence à un projet individuel

A l'opposé de la première figure, elle est le fait de deux types de populations bien distinctes.

Une population modeste qui se situe dans un *no man's land* périphérique éloignée de la ville qu'elle a quittée, et trop proche du village qu'elle ne peut intégrer. Ce sentiment, particulièrement ressenti dans les lotissements les plus excentrés par rapport au centre villageois, s'accompagne d'un rapport au territoire qui est d'emblée problématique. Il se manifeste à travers un rapport marchand à l'espace, dominé par les contraintes économiques et un enfermement dans l'espace domestique ou le voisinage très immédiat.

Ce qui motive leur présence en ces lieux ce n'est pas tant l'attrait de la campagne ou du village que la fuite, dans leur ancienne banlieue. Accéder à la propriété était pratiquement le seul moyen pour ces habitants à la fois d'avoir quelque chose et d'être quelqu'un, quelque part. Etrangers à la commune, socialement isolés, ils sont très vite stigmatisés par l'équipe au pouvoir mais aussi, et peut-être surtout, par la population. Ce sont alors des "indésirables" pour qui rien n'est vraiment fait. Dans ces zones périurbaines, la question de l'exclusion prime sur toute autre considération. Mais la question de l'identité sur ces territoires est fondamentale et se pose dans les mêmes termes. Sur quoi s'appuyer pour reconstruire une nouvelle identité à partir de populations différentes ? Au moment de leur installation, ils n'investissent pas un lieu, mais un "ailleurs". Or, ignorés, voire rejetés par ceux qui sont déjà là, ils peuvent difficilement franchir les barrières de la distance sociale qui les séparent des anciens villageois et même des premiers migrants des années 70. On voit comment des systèmes de résistance peuvent émerger et induire une perspective régressive, des stratégies de repli et de fermeture des groupes locaux.

Ensuite une population aisée qui profite de l'environnement, de la « nature » tout en gardant des modes de vie et de consommation urbains. Pouvant garantir une mobilité à l'ensemble du ménage, elle ne souffre pas de l'éloignement de la ville ni

même de l'absence des équipements ou services dans la commune où elles résident. Leurs pratiques ne s'inscrivent pas à l'échelle locale. Pourtant elles savent se mobiliser au travers de certains mouvements associatifs comme le mouvement NIMBY (venu des États-Unis et signifiant « Not In My Back Yard ») afin de s'ériger contre toute transformation susceptible de nuire à leur environnement (voies routières, décharge, prison).

## Conclusion

L'inscription territoriale et la participation des habitants dans le périurbain ont fortement évolué au fil du temps et du processus. Pourtant, même si le modèle d'intégration sociale identifié dans les années 70 n'a pas totalement disparu, les espaces périurbains révèlent aujourd'hui des projets différents. Plusieurs degrés d'intégration mais aussi différentes formes de mobilisation se font jour. Ces schémas d'organisation et d'inscription locale qui oscillent encore entre un modèle identitaire consolidé et l'affirmation de la commune comme non-lieu, interrogent autant la place des acteurs locaux (élus, populations associations...) que leur capacité à affirmer une identité et une dynamique collective. Et bien que ces mutations s'effectuent au détriment des formes de sociabilité rurales "traditionnelles", elles s'opèrent néanmoins au bénéfice d'une sociabilité d'un autre ordre, peut-être plus variée.

## Notes:

- <sup>1</sup> BOURDIN A. (2000), *L'objet local*, Paris, PUF.
- <sup>2</sup> JALABERT G. JAILLET M-C. (1982), *Pratiques et modes de vie : lotissements et habitat individuel dans la périphérie toulousaine des années 70 aux années 80*, Toulouse, CIEU.
- <sup>3</sup> COLLECTIF (1983), *Les couches moyennes salariées, mosaïque sociologique*, Rapport pour le MULT.
- <sup>4</sup> BIDOUC. (1983), *Banlieue et citoyenneté*, Paris, PUF.
- <sup>5</sup> BIDOUC. (1984), *Les aventuriers du quotidien*, Paris, PUF.
- <sup>6</sup> JALABERT G. (1978), *Pouvoir local, structures sociales et urbanisme dans l'agglomération toulousaine*, Toulouse, CIEU.
- <sup>7</sup> CIEU (1982), *La production de l'espace périurbain*, Toulouse, CIEU.
- <sup>8</sup> CAHIERS DE L'OBSERVATION DU CHANGEMENT SOCIAL (1982), *Typologie et fonctionnement économique*, CNRS.
- <sup>9</sup> CIEU (1995), *Processus de dévalorisation-revalorisation des espaces urbains périphériques. L'exemple de l'agglomération toulousaine*, Toulouse, CIEU.

- <sup>10</sup> STEINBERG J. (1991), *Les habitants périurbains*, Paris.
- <sup>11</sup> BONNET M. DESJEUX D. (2000), *Les territoires de la mobilité*, Paris, PUF.
- <sup>12</sup> GARNIER A. (1984), *Les nouvelles cités dortoirs. L'expansion de la maison individuelle périurbaine*, Lausanne.
- <sup>13</sup> LABORIE J-P (1981), *Le desserrement dans les espaces suburbains in L'enjeu périurbain*, Paris, La documentation Française.
- <sup>14</sup> JAILLET M-C, ROUGE L. BREVARD L. (2003), "Le périurbain, terrain d'aventure politique pour les classes moyennes ? " *Pouvoirs locaux*, n°56.
- <sup>15</sup> BOURDIN A. (2001), "L'étalement urbain, un mode de vie", *Etudes foncières*, n°94.
- <sup>16</sup> CHALAS Y. (2000), *L'invention de la Ville*, Paris, Anthropos
- <sup>17</sup> MICOUD A. (2001), "Les associations d'habitants à la frontière du rural et de l'urbain", *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n° 89.

## références

- BIDOUC. *Banlieue et citoyenneté*, Paris: PUF, 1983.
- BIDOUC. *Les aventuriers du quotidien*, Paris: PUF, 1983.
- BONNET M. DESJEUX D. *Les territoires de la mobilité*, Paris: PUF, 2000.
- BOURDIN A. *L'objet local*, Paris, Paris: PUF, 2000.
- BOURDIN A. "L'étalement urbain, un mode de vie", *Etudes foncières*, n°94, 2001.
- CAHIERS DE L'OBSERVATION DU CHANGEMENT SOCIAL (1982), *Typologie et fonctionnement économique*, CNRS, 1982.
- CHALAS Y. *L'invention de la Ville*, Paris: Anthropos, 2000.
- CIEU. *La production de l'espace périurbain*, Toulouse: CIEU, 1982.
- CIEU. *Processus de dévalorisation-revalorisation des espaces urbains périphériques. L'exemple de l'agglomération toulousaine*, Toulouse: CIEU, 1995.
- COLLECTIF. *Les couches moyennes salariées, mosaïque sociologique*, Rapport pour le MULT. 1983.
- GARNIER A. *Les nouvelles cités dortoirs. L'expansion de la maison individuelle périurbaine*, Lausanne, 1984.
- JAILLET M-C, ROUGE L. BREVARD L. "Le périurbain, terrain d'aventure politique pour les classes moyennes ? " *Pouvoirs locaux*, n°56, 2003.
- JALABERT G. *Pouvoir local, structures sociales et urbanisme dans l'agglomération toulousaine*, Toulouse: CIEU, 1978.
- JALABERT G. JAILLET M-C. *Pratiques et modes de vie : lotissements et habitat individuel dans la périphérie toulousaine des années 70 aux années 80*, Toulouse: CIEU, 1982.
- LABORIE J-P. *Le desserrement dans les espaces suburbains in L'enjeu périurbain*, Paris: La documentation Française, 1981.
- MICOUD A. "Les associations d'habitants à la frontière du rural et de l'urbain", *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n° 89, 2001.
- STEINBERG J. *Les habitants périurbains*, Paris, 1991.



**Relatos:  
entre as práxis e os conceitos**



# Co-operation and conflict between firms, communities, new social movements and the role of government the Cerro de San Pedro case

Cooperação e conflitos entre empresas, comunidades, novos movimentos sociais e o papel do Governo: o caso de Cerro de San Pedro

*Coopération et conflits entre entreprises, nouveaux mouvements sociaux et le rôle du Gouvernement: la cas de Cerro de San Pedro*

*Cooperación y conflictos entre empresas, comunidades, nuevos movimientos sociales y el papel del Gobierno: el caso del Cerro de San Pedro*

José G. Vargas-Hernández\*

Recebido em 29/09/2005; revisado e aprovado em 15/012/2005; aceito em 31/01/2006.

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze relationships of cooperation and conflict between a mining company and the involved communities, New Social Movements and the three levels of government. The mining company begun operations for an open pit mine of gold and silver supported by officials from the local, state and federal government. The inhabitants of these communities supported by environmental groups and NGOs argue that the project will pollute sources of fresh water besides of perturbing the environment and the ecology of the region.

**Key words:** Cerro de San Pedro; community; conflict; environment; firm; government.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é a análise das relações de cooperação e conflito entre uma companhia de mineração e as comunidades envolvidas, os novos movimentos sociais e os três níveis de Governo. A companhia de mineração iniciou suas operações a partir de uma mina a céu aberto de ouro e prata apoiado por autoridades dos Governos local, estadual e federal. Os habitantes dessas comunidades, apoiados por grupos ambientais e ONG argumentam que o projeto vai poluir os recursos naturais de água além de ameaçar o meio ambiente e a ecologia da região.

**Palavras chaves:** Cerro de San Pedro; comunidade; conflito; meio ambiente; empresa; Governo.

**Résumé:** L'objectif de ce travail est l'analyse des relations de coopération et conflit entre une entreprise minière et les communautés impliquées, les nouveaux mouvements sociaux et les trois niveaux de Gouvernement. La compagnie minière a commencé ses activités à partir d'une mine à ciel ouvert d'or et d'argent appuyée par les autorités des Gouvernements local, de l'état e fédéral. Les habitants de ces communautés, appuyés par des groupes de protection de l'environnement et des ONG, affirment que ce projet va polluer les ressources naturelles d'eau, en plus de menacer l'environnement et l'écologie de la région.

**Mots-clefs :** Cerro de San Pedro; communauté; conflit; environnement; entreprise; Gouvernement.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es el análisis de las relaciones de cooperación y conflicto entre una compañía de minería y las comunidades envueltas, los nuevos movimientos sociales y los tres niveles de Gobierno. La compañía de minería inició sus operaciones a partir de una mina a cielo abierto de oro y plata, apoyado por autoridades de los Gobiernos local, gubernamental y federal. Los habitantes de esas comunidades, apoyados por grupos ambientales y ONG, argumentan que el proyecto va a contaminar los recursos naturales del agua además de amenazar el medio ambiente y la ecología de la región.

**Palabras claves:** Cerro de San Pedro; comunidad; conflicto; medio ambiente; empresa; Gobierno.

## Introduction

The presence of the mining company (MSX) in Cerro de San Pedro has caused a severe social conflict among the inhabitants of San Pedro, Soledad y San Luis and has called the attention of all who are concerned by historic heritage, cultural and environmental issues. At the center of the controversy is the cheap and efficient technology. Federal and state. Laws were violated. It is quite evident the lack of sensitivity of foreign mining companies

toward the consequences of their activities upon the communities and environment. This case also shows the lack of negotiation between firms, communities, new social movements and governments. Information about externalities and future costs of company activities is crucial but more crucial is formulation and implementation of more sensitive policies to avoid damage of the environment, biodiversity and health of population. Governmental institutions must be aware that their decisions may affect the community quality of life of actual and

\* M.B.A.; Ph.D. Instituto Tecnológico de Ciudad Guzman. Avenida Tecnológico, no. 100, Ciudad Guzman - Jalisco, 49000 Mexico. Telefax: +52 341 41 33116 (jgvh0811@yahoo.com). (jvargas08@berkeley.edu).

future generations only for a small increment in economic growth and large increase in private benefits of a small group of investors.

More informed citizens tend to be more active protestors, such as the case of the students in San Luis. Contact between informed individuals of diverse groups and organizations help to exchange experiences and create public opinion in favor of mobilizations. Community participation and involvement in decision making of community development planning is quite limited by the lack of critical information. This fact is critical when the local government cannot provide the right information because there are other interests affecting the process.

### **Geographical localization**

Cerro de San Pedro is a semi-abandoned historic mining town located in the center of Mexico, the State of San Luis Potosi. Cerro de San Pedro is a small village 10 miles east of the City of San Luis Potosi, the Capital of the State of San Luis Potosi. Cerro de San Pedro is located in the mountains above the valley of San Luis Potosi and is part of the watershed area for the valley and its major cities. The valley is the source of 73% of the water for the area.

It is a ghost town containing the ruins of shops, churches, estates and a hospital. Today there are only about 100 people living in the Cerro. The Real hamlet covers the hills on both sides of the canyon; large and small houses flank the narrow streets (Cordero de Enciso, 1997). The remains of the 400 year old town are still there, along with an active church and municipal office. Cerro de San Pedro sits in the high desert in the heart of Mexico, the kind of place with lots of road runners and big cacti. 400 years of mining did not alter the original appearance of Real, which is irregular and whose center is the parish of San Pedro. The artistic and urban development that started in the 17th century is represented in Cerro de San Pedro. There are two structures particularly important from the historical heritage perspective. The Church of San Nicolas dates from XVII Century and San Pedro Apostle which dates from the Century XVIII.

### **Legal background**

Since the Prehispanic times in México, mining has played an important role in economic and political history. From 1986 to 1990 The World Bank granted credits to support the structural adjustment economic policies. The credit 3359 supported structural adjustment of the mining sector categorized as B to eliminate environmental requirements and public hearings (Border Ecology Project, 1994). Under a neoliberal economic policy, amendments to constitutional Article 27, a new Agrarian Law, a Mining Law (1993) and a Foreign Investment Law during the nineties, allow the ejidatarios, originally limited owners of land rights, to change the ownership. Investors now could associate with ejidatarios, exploit land resources without buying it. The North American Free Trade Agreement (NAFTA) offer advantages and opportunities for investors.

The Mining Law (1993) and the Regulation to the Mining Law (1999) opened to foreign capital areas that were reserved for national investors and defined new rules for the development of national and foreign investments in exploration and exploitation of minerals as activities of public utility. The granting process of mining concessions does not require public hearings and most of the times the affected communities are the last ones to know about the project. There are some references about considering this and others "competitive advantages that offer Mexico compared to their partners in NAFTA (Bardake, 1993). A mining concession can not be cancelled for polluting the environment and only can be fined.

### **The conflict**

At the center of the controversy is the cheap and efficient technology. It is alarming the use of cyanide and its impact on watersheds, the environment and human health. Lixiviation consists in pile up mineral mixed with cyanide over a platform in such a way that gold will be residual. Cyanide is used for the extraction of metals since 1887 as a chemical reactive to solve gold in water (Logsdon et al, 2003). 20 percent of global production is used in a process of

lixiviation to get gold. Almost 99% of gold is separated from a rock and it is profitable to spend one ton of cyanide to extract 6 kilos of gold (Ronco, 2002).

Studies done by Minera San Xavier to evaluate pollution risk to the watershed of the valley of San Luis and to quantify the use of millions of cubic meters of water and its evaporation are insufficient and with a tendency. The hydrological card of INEGI the subterranean waters of San Luis Potosí and Cerro de San Pedro are the same in the geo hydrological zone. The daily use of 16 tons of cyanide and 32, 000 tons of rock material that would require one million of cubic meters of water per year would have residuals of cyanide, heavy metals, toxic material and mercury stem can contaminate the watershed favored by inclination of land and put at risk population.

The process implies daily 16 tons of cyanide mixed with 32 millions of liters of water. According to the Environmental Impact Manifestation presented by MSX, should be erosion by deforestation, alteration of drainage patterns, cancellation of productive activities, pollution caused by deposits of toxic residuals and severe, irreversible and permanent damages. The Manifestation of the Environmental Impact of the company considers that "the impact is significant and adverse for the extraction of water" (Page 16) 90% of water consumption comes from the valley of San Luis which can be contaminated by the cyanide used in the lixiviation process (Martínez Ramos, 2004).

Excavation for the mine will take place in an area of 67.7 hectares, digging a crater 1,150 ft. deep and a half-mile wide to gain access to the 90,500 oz. of gold and 2.1 million oz. Of silver the mountain could yield each year for the next decade. The mountain will be demolished and in its place will be large deep pits filled with the residue of the mining process. Soil cover will be lost in an area of approximately 500 hectares.

The pit is only about 600 meters from the town square and the tunnels from the old town go under the church and the square. If the mine project goes forward, a 1,150-ft., halfmile crater would be blasted in the top of mountain that sits behind the town of Cerro de San Pedro, Mexico. The proposed

mine would destroy the historic remains of the old town and destroy the environment because of the cyanide leaching and potentially poison the water of San Luis Potosi. Greenpeace says cyanide high risk in mining plans by a Canadian firm in the Mexican district of Cerro de San Pedro. The firm Cambior has been involved in two most disastrous cyanide spills in mining history. Millions of liters of water contaminated.

The project would entail moving part of the town and its historic buildings, but the people don't want to move. To avoid damage of the buildings, the company plans would move the municipal buildings and the centuries old church another 600 meters away. The company would destroy the environment for a yield that would last only 6-8 years. MSX only vaguely outlined on the environmental-impact report. how it would restore the mountaintop, clean up the massive piles of bulldozed waste, protect rare plants and wildlife like the biznaga cactus and the desert tortoise, and safeguard the town's 16thcentury structures. Actual profit from the exploitation would be low in comparison to the amount of destruction and permanent ecological damage that would result.

Most troubling was the company's unclear plan for the management and disposal of the toxins, including cyanide, that are used in gold mining. The daily use of 13 tons of explosives composed of nitrate "Anful" will produce great quantities of dust which can cause irreversible ills. 640 millions of m3 of cyanide materials would be residuals covering a surface of 178 hectares which will not allow agricultural or cattle activities for generations. The potential poisoning of the watershed lands alone would have dramatic consequences for the inhabitants of San Luis Potosi. (Campbell, 2004) However, MSX argues that it has clarified its plans and is implementing the 100 changes suggested by a group of Mexican academics who studied the environmental-impact report.

In spite of he fact that permits have been cancelled, the company have huge trucks, big tanks and workers on site, and the land has been cleared for future use in an environmentally protected area, so the

clearing is obviously illegal. A test drill resulted in the street collapsing because of the tunnels under the street and the company had “repaired the damage” by dumping a load of gravel. If the project goes forward, MSX would add about 170 jobs to its existing staff of 34 to work on the mine, but the new jobs will require education and training that people from Cerro de San Pedro often lack. Some qualified residents would receive temporary housing a few miles from town. Other villagers could choose to stay here and receive a monthly payment based on the typical wage here, from MSX that could be used to strengthen their houses to protect them from the blasts.

The Company violated federal and state laws. Among federal laws:

- Presidential Decree of June 2, 1961 which forbids extraction of water in the valley of San Luis Potosí.
- Article 35 of Federal Law of fire arms and explosives. Store and consumption of explosives is only 50 meters from town instead of at least one kilometer.
- The Agrarian Law establishes the obligation of the agrarian authority to staff and protect the ejidatarios. The Company leased ejidal lands from fake ejidatarios. State Laws violated are
- Article 7 of the Environmental Law of San Luis Potosí which does not give faculty to the governor to authorize licenses of land use. The Governor exceeded his authority to grant authorization of land use in may 2000.
- Article 15 of the State Constitution of San Luis establishes the right of citizens to enjoy a healthy environment and to prevent and combat environmental pollution.

### **Most recent events of cooperation and conflict relationships between the actors**

In a resolution dated September 1st, the TFJFA substantiated a case brought in 2000 by the civic union Pro San Luis Ecológico, opposing the authorization granted to the company the previous year by the National Institute of Ecology (INE). The Delegate of the SEMARNAT in San Luis Potosí (2002-2004) created and presided Foundation of Potosi under the purpose

declared by Minera San Xavier to fulfill the conditions established by National Institute of Ecology to authorize the Manifest of Environmental.

Impact and to provide the compensations of ecological costs. The firm needs more than three years to fulfill only 32 of 100 conditions imposed by SEMARNAT while this Secretary only needed one Month to accept them. The Court halted operations at the San Luis de Potosí Gold Project, owned by Minera San Xavier (MSX), a subsidiary of the Canadian company Metallica Resources.

The Federal Court’s resolution was based on the necessity of ecological preservation of San Pedro Hill, where some animal species are in danger of extinction, as well as risks derived from cyanide use in mining, which would put in danger the biodiversity of the area. In addition to this point, the TFJFA recalls that the responsibility for preservation and regeneration of the environment lies with the federal authority. It concludes that the permit granted for the concession did not conform to “applicable laws”.

The opponents to La Minera San Xavier consider that “the project is dead”, since any action that could undermine the federal justice decision “would imply disrespect and transgression of the law”. The company has retorted that the decision lacks a scientific base and that it will harm Canadian investments in the country. Second District Judge of the Federal Judicial Power dictated suspension of plan as part of the appeal 909/2004, promoted by ejidatarios de Cerro de San Pedro, San Luis Potosí, to suspend permit of buying and using explosives by the company. MSX appealed the ruling and, in September, lost again. Because the company’s latest appeal was rejected, they are threatening to use NAFTA’s Chapter 11 to sue the Mexican government for potential lost profits. On September 27, the Broad Opposition Front asked to the Sub direction of Mining Rights to order cancellation of concession to Minera San Xavier. On October 7, personnel of the Secretary of Economy asked the ejidatarios to withdraw the land but a judge suspended the action. Against the owners of the land, during the first period of the project, more than 100 hectares of protected

areas were illegally naked of protected species cutting the flora and expulsing the fauna. The municipal President who under pressure granted the permit, confronts a suit for not obeying the law because the municipal permit was suspended on March 16, 2004. On February 6 2004, MSX did not acknowledge some of the environmental commitments acquired and underestimating obligations to fulfill conditionings.

The company also committed fraud against the three levels of government who granted respective permits for the mining project under the assumption that land tenure was not viscid. With a fake contract, MSX took possession of land causing destruction on old buildings and protected flora and fauna, a loss to the ecosystem. The company also closed neighborhood roads that had been used by inhabitants of La Zapatilla, Cuesta de Campa, Portezuelo y Cerro de San Pedro, without any permit. Invaded land of national property where was the old track of the train Potosí-Rioverde and installed a fence of several kilometers to avoid access to inhabitants to municipal land (Montemayor, 2004).

On October 26, the Federal Tribunal of Fiscal and Administrative Justice determined that authorization of conditioned land use granted in 1999 to the project of MSX was against federal norms and not considered the existence of a protected area plan for the Cerro de San Pedro and surroundings. In public speech the 28 of October, the Minister of Environment and Natural Resources evaluated the resolutions of tribunals as the worst and spoke on favor of the company as having fulfilled all the requirements and considered as absurd the opposition of the inhabitants. After SEDENA granted permits for use of explosives, on November 18, an incident of violation of suspension granted to the appeal promoted by ejidatarios on August 9, was promoted. On the 22 of November, Semarnat promoted a revision against the resolution that cancels the permit of conditioned operation of the open pit mining to MSX and SEDENA authorized to MSX the use of explosives. The 29 of November, 2004 the Director of Mining in the State of San Luis Potosí declared that in the following days the Company would have the first blasts to pre-

pare operations. 30 of November, 2004, The Senate Chamber passed an "obvious and urgent resolution" to stop programmed operations of MNX. On Dec. 1, an Agrarian Unitary Tribunal defended its claim that MSX's lease excludes a group of land owners. The Agrarian Unitary Tribunal ordered to obey the sentence derived of an appeal 807/202 which determined the illegality of the leasing contract of land subscribed in March 1997 for a period of 15 years by fake ejidatarios that did not have land rights on the Ejido. (Cruz Martínez, 2004). The Court cancelled rental contracts subscribed between the company and false ejidatarios.

The ruling freezes MSX's land rights although the company constructed barbed wired fences around land that the company doesn't own. The Agrarian Tribunal (Tribunal Unitario Agrario) has nullified the rental contracts for the land where important parts of the mine are located - on the grounds that the persons renting the ejidal (socially-owned) land to the company were not in fact members of the ejido, that is to say that their actions were fraudulent. About the land use, the company declared that the ejido leased is Cerro de San Pedro when belongs to the municipality of Soledad de Graciano Sanchez. The intention is to avoid permits in area that is legally environmentally protected. Also, Ejidatarios of Palma de la Cruz leased 136 hectares to Minera San Xavier to be used as shops but the company was using it as disposal of sulfurous material that is not lixiviable. On the 13 and 14 of December, the company blasted the area of La Zapatilla incrementing tension among the inhabitants of the region. On December 14th, it began excavating the mountain. Inhabitants of the town La Zapatilla were relocated after the company initiated operations. When the INAH knew about the blasting, requested the company to stop of such activities arguing the defense of around 115 buildings dated from XVII to XIX Centuries. Since 1998, INAH had warned over the danger for the historic heritage that would represent to activate the mining. With the opposition of the National Institute of Anthropology and History (INAH), and the reluctant permission for using explosives for blasting the mountain, of the Secretary of

Defence (SEDENA) the company has begun its operations.

The company appealed but the judge did not grant suspension against INAH decision. On December 18, 2004 intellectuals, artists and around 50 civil, environmental and Human Rights organizations strongly requested President Fox to respect and enforce the law at Cerro de San Pedro and to order Minera San Xavier to suspend activities based on judicial resolutions and verdicts. The arguments of the organizations, among others, Frente Amplio Opositor, la Asociación Nacional de Abogados Democráticos, la Unión Nacional de Trabajadores Agrícolas y el Movimiento Agrario Indígena Zapatista (Maiz), were in favor to defend the environmental, cultural and historic heritage and the imminent health risks of more than one million people Ejidatarios continued with a safety line in front of the entrance to the mine although it was announce that the Secretary of Economy of Mexico will grant a permit of temporal land occupancy in the agrarian nucleus of Cerro de San Pedro in response to an application done by MSX the 28th of June, 2004 (Cruz Martinez 2004a). Thus, the Company and government were looking for other options of land ownership such as Expropriation or temporal occupancy. But expropriation is only by cause of public utility.

On the 20 of December, The Third District Court received the appeal presented by the company against the decision of the INAH. The Canadian firm Metallica Resources Incorporated suffered a second decrease in the year of 16 percent in value of shares on December 21, after informing shareholders over the resolutions of Unitary Agrarian Tribunal which nulls the contract of leasing of 300 hectares in Cerro de San Pedro. Metallica Resources responded with an appeal and skating that would look for other option of land tenancy to have access to mineral resources The first decrease in a year, of around 20% occurred in mid 2004.

Members of Christian Science Monitor, were the first Canadians to come and witness the damage that has already happened, and the potential for more harm. On December 22, 2004 under strategic action, Mexico citizen's group sought halt in the Canadian-

owned mine, in responds to an urgent request for Canadian support to challenge legality and operations. Sedena admitted participation in control and surveillance of blast that the company realized, confirming violation of suspension dictated by the judge in August, 2004 ordaining not liberation of permit to use explosives (Cruz Martinez, 2004). Another round of blasting was scheduled for December 31st. On December 18, the Municipal President of Cerro de San Pedro announced next detonation On the 15 of November, 2003, The Commander of the 12 Militar Zone of San Luis Potosí considered that authorization of the permit could affect negatively to SEDENA.

The Secretary of National Defense, the 30 of November 2003, agreed to suspend the permit to use explosives granted to the mining company, but on October 12, 2004, against resolutions of judged, signed and granted permits of use of explosives. The Commander of the military zone that had opposed was removed from his position. On November 22, SEDENA authorized to MSX the use of explosives. However, the 24 of December when authorizations were public already, the permits were suspended but not cancelled. The Secretaria de la Defensa Nacional (Sedena), suspended the permit 3762-San Luis Potosí granted to MSX to buy and consume explosive material under the argument that the license to the company was altering the peace, tranquility and public order among people living in the region of Cerro de San Pedro, although the inhabitants have denied alteration of public order (Cruz Martinez, and Balboa, 2004).

The National Institute of Anthropology and History (INAH) suited against directives of the Transnational for destruction and demolition of Finca Guadalupe, that dated since the XVIII Century. The Broad Opposition Front sent a letter to the Canadian Embassy requesting intervention to halt operations of the Canadian company who is blackmailing and pressing inhabitants of Cerro de San Pedro using as arguments the NAFTA's framework (Roman, Jose Antonio, 2004). The last two days of December 2004, the lawyer of the company MSX got signatures among fake ejidatarios from Cerro de San Pedro and La Zapatilla, who would agree to use TNT (La Jornada, January 2, 2005).

The Ministry of the Environment has taken legal steps to have the previous court rulings against the company overturned. SEMARNAT had promoted an appeal of revision to the resolution of cancelled permit but had obtained in its favor a suspension to avoid cancellation of the permit. The Commission of Governance, Constitutional Issues and Justice of the Permanent Union Congress approved an agreement to request information to SEMARNAT about the legal status of Minera San Xavier and to accept the resolution of the Court that cancels the permit of operation of the open pit mining. A plural commission traveled to Cerro de San Pedro (La Jornada, January 12).

The destruction of a historic building catalogued as a heritage monument of the XVIII Century in the town of Cerro de San Pedro by Minera San Xavier was reported by La Jornada San Luis and Triunfo Elizalde (2005). The Finca o Casa de Guadalupe is included in the National Catalog of Historical Monuments. Access to the Finca was in the area. On the 17 of January, protesters of AOF demanded INAH for information (Enciso, 2005e). The owners of Casa Guadalupe, a historic real state demolished by MNX sued the company for dispossession and damages. The building is in the catalog of historic constructions of the Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH). Personnel from INAH ordered to stop demolition on January 15. The Patronato Pro Defensa del Patrimonio Histórico y Cultural del Municipio Cerro San Pedro, demanded cancellation of concessions to MNX for not fulfillment of the Mining Law (Enciso, 2005d).

According to the Secretary of Environment and Natural Resources (SEMARNAT) Minera San Xavier has fulfilled with 180 conditions established to favor sustainable development (Enciso, 2005c). The 20 of January, 2005, the Broad Opposition Front (AOF) Frente de Oposición Amplia (FOA) to the Minera San Xavier addressed an open letter to the Constitutional Governor of the State of San Luis to denounce damages caused by the blasts and the dangers and risks of planned mining operations.

The argument of the governor stating that it was "an issue between particulars" is

severely criticized (Annex C.). Minera San Xavier sued for defamation to members of the Broad Opposition Front two ejidatarios of Cerro de San Pedro and the leader of a civil organization Pro Defensa de Cerro de San Pedro (Cruz Martines, 2005a for the publication of an article in La Jornada (Masiosare, 29 de Agosto de 2004). The National Network of Civil Organizations of Human Rights, All the Rights for All (la Red Nacional de Organismos Civiles de Derechos Humanos Todos los Derechos Para Todos) started to circulate a letter of support to the three accused, as an Urgent Action. Minera San Xavier lost other judicial process when the Third Court of District from State denied an appeal against the National Institute of Anthropology and History (Instituto Nacional de Antropología e Historia, INAH), who requested last December suspension of blast explosions that damaged the historic heritage (Enciso, 2005b). In a public message, AOF sustained that in a shameful act of cynicism and impunity, Cardenas Jimenez has recommended the Minera to go to the Tribunals without knowledge of the coursed legal process (La Jornada, February 13). The Broad Opposition Front to the MNX announced in mid February 2005 that would promote a demand of political suit for negligence against the Minister of the Environment and Natural Resources who have supported the company in a public hearing on the 11 of February (La Jornada, February 14). The Senate approved an agreement requesting SEMARNAT and SEDENA to explain their involvement in the Minera San Xavier case (Cruz Martinez, 2005).

On March 4, 2005 a conference/forum Cuarto Concierto Cultural por la Defensa de Cerro de San Pedro took place for the defense of the environment the village and the rights in Cerro de San Pedro, sponsored by Patronato Pro Defensa Cerro de San Pedro, marking the 413 anniversary of its foundation, the 4 of march of 1592. On March 17, a KAIROS delegation formed by seven Anglican, Lutheran, Presbyterian, Roman Catholic and United church leaders went to Cerro de San Pedro to investigate a mining operation owned by Metallica Resources, a Canadian company based on Ottawa that stands accused of illegal gold mining in

Mexico. The company threatens to destroy both the historic town and the surrounding fragile ecology. The Canadians met with KAIROS' Mexican partners and local people to bear witness to their struggle and brought details home to Canada, including video and other documentation. "Foreign mining in Mexico is another by-product of NAFTA and the trade liberalization policies that affect the poor," said Lutheran National Bishop Ray Schultz, a delegate with the KAIROS program. "When our Mexican partners raised concerns about this Canadian-owned mine, we felt we had to investigate." (Kairos, 2004).

Representants of Kairos, formed by a group of Canadian religious institutions expressed concerns over the conflict of the Community of Cerro de San Pedro and the Canadian company considering that the practices of MNX violates Canadian Laws in Mexican territory (Munoz, 2005). Previously, a member of the Broad Opposition Front had toured and campaigned in Canada lobbying leaders of opinion and legislators. On March 18, 2004, the Auxiliary Bishop Daniel Bohan of Toronto called on a Canadian company to abandon a Mexican gold and silver mining operation using cyanide that locals fear will poison their water. With a surge in gold prices, MSX executives want to move forward and are searching for a legal breakthrough that will allow MSX to begin excavation and resume operations by mid-2005 (Campbell, 2004).

Under an irregular procedure, the Canadian Company promoted two appeals, but was denounced by the Pro Ecology Group. On 6 of April, 2005, a Tribunal in Administrative matters of First Circuit informed to MNX that had lost the appeal. Canadian legislators and Human and Parliamentary Rights Canadian Organizations formed a follow up and analysis committee to investigate actions of Metallica Resources, owner of the project Minera San Xavier. The Human Rights Canadian organization had visited previously the community of Cerro de San Pedro (Enciso, 2005a).

The Canadian Ambassador in Mexico met with the Broad Opposition Front to the MSX on the 4 of May and expressed the concerns of the Canadian Government for the conflict between the company and the

Community of Cerro de San Pedro. A group of 30 environmentalist organizations accused the Minister of the Environment and Natural Resources to benefit transnational corporations approving projects such as the open pit mining at Cerro de San Pedro against the will of the community and demanded a change in the environmental policy (Enciso, 2005). The protestors also denounced that the Minister has prosecuted environmental activists.

Oppositional groups win the judicial controversy against MNX after the First Court of District (Juzgado Primero de Distrito) has dismissed the appeal 503/2005, which was the last resource of the Company's defense. (La Jornada, 9 de mayo, del 2005). The Governor of the State of San Luis Potosí ordered to highjack a complete edition of the newspaper La Jornada San Luis to avoid to be know the publication of his official maneuvering for pressure the decision to install the mining company Minera San Xavier (Hernandez Lopez, 2005). 13 of May 2005 is reported that after Metallica Resources presented looses in its first report of the year, the owners of MNX plan to withdraw Cerro de San Pedro's project and will suit the NAFTA's panel of controversies Cruz Martínez, Angeles (2005a).

### **Final remarks and conclusions**

Mining activities are perceived as the main factor of marginal regions and depressed zones. Mining concessions granted by Mexican government is centralized, brief and against public hearings, in such a way that affected groups and communities can not react immediately and mobilize against potential risks and dangers or to negotiate rights and interests.

The Canadian firm Metallica Resource Incorporated was at the point to destroy part of the environmental, cultural and historic heritage of the country, although there were three judicial resolutions to halt operations granted by different authorities upon request of the. Ejidatarios who have rights to own the land had been dispossessed. It was assumed that operations of the firm were in complicity with the Federal, State and local governments.

The environmental and health risks would have side effects on more than one million people living in the localities of Cerro de San Pedro, la Soledad and San Luis Potosi. Norms were violated by the transnational when it started operations without obtaining legal permit of construction and operations and authorization to manage and to store explosives.

Exploitation of gold through open pit mining and use of cyanide lead to destruction of natural environments and irreversible geomorphologic alterations, distortions of watersheds, reduction on the quality of available water, transport accidents of dangerous substances and spill over during the exploitation, irreversible destruction of natural scenic and generation of deposits highly risky pollutant materials which have social, cultural and environmental impacts at short, medium and large terms (Montenegro, 2004).

The negotiation agenda and international mobilization around the debate over the concept of sustainable development and defense of the environment is a paradigm presented as a model of cooperation and consensus where the needs of all are incorporated and the greater have a compromise to support weaker. Intervention of the state and international community to benefit the public interest and the common good and to control forces of the state and to achieve more equity among populations together with the implementation of more sustainable production and consumer patterns.

It is quite evident the lack of sensitivity of foreign mining companies toward the consequences of their activities upon the communities and environment. To a certain extent, we disagree with Sánchez-Mejorada (2000) who argues that facts will not convince the fringe environmental activists, the best defense is to address all environmental concerns and to have an aggressive community relations program that will put the facts before the general population that will be affected by the project. Keeping a low profile will rarely work when being assaulted by activists on all fronts. But, an aggressive community relations program will escalate the conflict.

This case also shows the lack of negotiation between firms, communities, new social movements and governments. Information about externalities and future costs of company activities is crucial but more crucial is formulation and implementation of more sensitive policies to avoid damage of the environment, biodiversity and health of population.

Governmental institutions must be aware that their decisions may affect the community quality of life of actual and future generations only for a small increment in economic growth and large increase in private benefits of a small group of investors. More informed citizens tend to be more active protestors, such as the case of the students in San Luis. Contact between informed individuals of diverse groups and organizations help to exchange experiences and create public opinion in favor of mobilizations. Community participation and involvement in decision making of community development planning is quite limited by the lack of critical information. This fact is critical when the local government can not provide the right information because there are other interests affecting the process. The impact of mining activities is not part of the national political debate agenda.

## References

- BORDER Ecology Project (1994). *Environmental Protection within the Mexican Mining Sector and the Impact of World Bank Mining Loan #3359*. Draft Report, April 1994.
- CAMPBELL, Monica. Mexican town curbs mine giant. In: *The Christian Science Monitor*. December 14, 2004 edition.
- CORDERO DE ENCISO, Alicia. San Pedro Hill it still worth a Potosi. In: *México en el Tiempo* #. 19 July-August 1997. Mexico desconocido Online. 1997.
- [http://www.mexicodesconocido.com.mx/english/cultura\\_y\\_sociedad/actividades\\_economicas/detalle.cfm?idsec=17&idsub=83&idpag=689](http://www.mexicodesconocido.com.mx/english/cultura_y_sociedad/actividades_economicas/detalle.cfm?idsec=17&idsub=83&idpag=689).
- CRUZ MARTINES, Angeles. El Senado aprobó un punto de acuerdo en el que exhorta a las dependencias a informar. Semarnat y Sedena deben explicar su participación con Minera San Xavier. In: *La Jornada*, Domingo 27 de febrero de 2005.

- \_\_\_\_\_. "Dueños de Minera San Xavier planean retirar el proyecto, aseguran opositores" *La Jornada*, Viernes 13 de mayo del 2005.
- \_\_\_\_\_. "Admite Sedena que autorizó uso de explosivos a minera: ejidatarios." In: *La Jornada*, 24 de diciembre de 2004.
- \_\_\_\_\_. "Intelectuales y ONG exigen a Fox ordene a Minera San Xavier suspender actividades." In: *La Jornada*, 19 de diciembre de 2004.
- ANGELES; BALBOA, Juan. "Suspende Sedena permiso a Minera San Xavier para manejar explosivos." In: *La Jornada*, 26 de diciembre de 2004.
- ENCISO, Angélica. "Ecologistas acusan a Alberto Cárdenas de beneficiar al sector Empresarial." In: *La Jornada*, 6 de Mayo. 2005.
- \_\_\_\_\_. "Legisladores y ONG de Canadá deciden investigar actos de Minera San Javier." In: *La Jornada*, 18 de abril del 2005.
- \_\_\_\_\_. "L. Niegan amparo a Minera San Xavier." In: *La Jornada*, 3 de Febrero, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Insiste Semarnat en defender a Minera San Xavier." In: *La Jornada*, 20 de Enero del 2005.
- \_\_\_\_\_. "Dueños de la Casa Guadalupe denuncian a Minera San Xavier por daño y despojo." In: *La Jornada*, 19 de Enero del 2005.
- \_\_\_\_\_. "Presenta el INAH demanda penal contra la Minera San Xavier." In: *La Jornada*, 18 de Enero del 2005.
- HERNÁNDEZ LÓPEZ, Julio. "Astillero." In: *La Jornada*. lunes 9 de mayo del 2005.
- KAIROS. "Delegation to Mexico looks at poverty, murder, Canadian mining practices and other free-trade by-products MEDIA ADVISORY KAIROS—Canadian Ecumenical Justice Initiatives." 2004.
- LA JORNADA. "San Luis and Triunfo Elizalde. Minera San Xavier destruye un inmueble histórico del siglo XVIII." In: *La Jornada*, Domingo 16 de enero del 2005.
- LOGSDON, Mark J. et. al. *El uso del cianuro en la extracción de oro*. Traducido de la publicación en inglés titulada *The Management of Cyanide in Gold Extraction*, de Mark J. Logsdon, MScKaren Hagelstein, PhD, Ciherry I. Mudder, PhD, publicado el miércoles 3 de diciembre del 2003, en: <http://www.ilustrados.com/publicaciones/EpZpVpEpkjxcfwDzo.php> 16 de nov, 2004.
- MARTÍNEZ RAMOS, Mario. "Carta a Quien Corresponda." San Luis Potosí S.L.P/México, Setiembre 23 del 2004, en <http://www.esquelonline.com/~noalamina/Sanluispotosi.htm>, 5 de noviembre.
- MONTEMAYOR, Carlos. "Minera San Xavier despojó de tierras a habitantes de Cerro de San Pedro." In: *La Jornada*, 20 de octubre del 2004. III Parte.
- MONTENEGRO, Raul A. "Estudio sobre el Impacto Ambiental y Sanitario de las minas de oro. El caso Cordón Esquel," en <http://www.funam.org.ar/introduoro.htm>, 4 de noviembre del 2004.
- MUÑOZ, Alma E. "Destruye el TLCAN a las familias: grupos religiosos." In: *La Jornada*, 19 de marzo del 2005.
- ROMÁN, José Antonio. "Piden a Canadá obligar a Minera San Xavier a respetar ley Mexicana." In: *La Jornada*, 28 de diciembre del 2004.
- RONCO, Jorge. *Fundamentos de la Campaña Esquel, Eco sitio 2002-2004*, en [http://www.eco-sitio.com.ar/fundamentos\\_de\\_la\\_campana2.htm](http://www.eco-sitio.com.ar/fundamentos_de_la_campana2.htm), 15 de nov del 2004.
- SÁNCHEZ-MEJORADA, Rodrigo. "Mining law in Mexico." In: *Mineral Resources Engineering*, Vol. 9, No. 1, 129-139. 2000.

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

## Critérios para publicação

---

Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.

Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.

Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o

avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:

- a) título em português, inglês e espanhol;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
- c) resumo em português e espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
- d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
- f) referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
- b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
- c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
- g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

*In extenso*: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:  
Universidade Católica Dom Bosco  
Programa de Desenvolvimento Local  
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário  
Caixa Postal 100  
CEP 79117-900 Campo Grande-MS  
Fone: (67) 3312-3593  
e-mail: mdlocal1@ucdb.br